

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Letras

Miriam de Oliveira Lemos Campos Mendonça

**A MENTIRA SOB O PONTO DE VISTA DA LINGUAGEM:  
um estudo, uma análise.**

Belo Horizonte

2012

Miriam de Oliveira Lemos Campos Mendonça

**A MENTIRA SOB O PONTO DE VISTA DA LINGUAGEM:  
um estudo, uma análise.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari.

Belo Horizonte

2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M539m Mendonça, Miriam de Oliveira Lemos Campos  
A mentira sob o ponto de vista da linguagem: um estudo, uma análise /  
Miriam de Oliveira Lemos Campos Mendonça. Belo Horizonte, 2013.  
190f.: il.

Orientador: Hugo Mari  
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Letras.

1. Linguagem. 2. Enunciação (Linguística). 3. Mentira. 4. Representações  
sociais. 5. Intencionalidade (Filosofia). I. Mari, Hugo. II. Pontifícia Universidade  
Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 801

Miriam de Oliveira Lemos Campos Mendonça

**A MENTIRA SOB O PONTO DE VISTA DA LINGUAGEM:  
um estudo, uma análise.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari.

---

Prof. Dr. Hugo Mari(Orientador)  
(PUC MINAS)

---

Profa. Dra. Wiliane Viriato Rolim  
(CEFET-MG)

---

Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira  
(PUC MINAS)

---

Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes  
(UFOP)

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Lima de Ávila  
(PUC-MINAS)

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2013.

## DEDICATÓRIA

A Deus, Verdade Absoluta para a qual me prostro agradecida, reconhecendo que tudo vem de Suas mãos e é para o Seu louvor.

Ao meu amado esposo, Allison, amor da minha vida, minha inspiração, meu cúmplice, meu parceiro, inigualável incentivador.

Ao nosso lindo filho ruivinho, Samuel, razão de tanta alegria, presente de Deus!

À minha mãe, Emídia, por me incentivar, por orar e por acreditar que eu seria capaz.

Ao meu pai, Antônio Lemos (*sempre presente*), minha inspiração.

Aos meus irmãos, Daniel, Júnia, Hélen e Daniela, verdade de amor incontestável.

A Samara, minha “pipoquinha”, e a Dayane, amada cunhada.

A minha sogra, Ilda, pelo constante carinho.

Ao Pr. Arlécio Franco Costa, exemplo de integridade; meu amigo; modelo de servo, pastor segundo o coração de Deus.

Ao amado Professor Hugo Mari, mestre de ‘verdades inteiras’; amigo, grande ensinador.

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, “porque tudo vem de ti, e das tuas mãos to damos” (II Crônicas 29.14)

Ao meu amado esposo, Allison, que não me deixou desistir e nunca duvidou do meu potencial. Eu te amo, vida!

Ao nosso lindo filho Samuel. Você, “chuchuzinho”, é, das alegrias que temos, a maior. Eu te amo!

À minha mãe, Emídia, e às minhas irmãs Júnia, Hélen e Daniela que, com grande amor, cuidaram de Samuel enquanto eu escrevia e, em todo tempo, me apoiaram. Muito obrigada, amadas! Agradeço, ainda, ao pequeno grande Maycon.

Ao meu amado irmão Daniel, à amada sobrinha, Samara, e à amada cunhada, Dayane, pelas orações e incentivos constantes.

Aos meus familiares amadíssimos: tios, tias, primos e primas, em especial a tio Getúlio, tia Conceição e Vânio, tia Edmir, Rebeka, tia Filó, Isabel, Guiomar e tia Rosinha. Obrigada pelo amor e incentivo!

Aos meus sogros, José e Ilda, e aos meus cunhados: Alexandre, Alessandra, Antony e Andréia. Amados familiares que, junto a querida Vitória, filha do coração, sempre me incentivaram. Obrigada!

Ao Professor Hugo Mari, pela atenção, pelo carinho, pelo precioso ensino e pela precisa orientação.

Ao Pr. Arlécio, meu exemplo, pela compreensão, cuidado e amor fraterno em todo tempo, em especial, nos momentos de turbulência.

À amadíssima Igreja Batista do Barro Preto, pelo constante amor dispensado a mim.

Aos queridos funcionários da Igreja Batista do Barro Preto: secretaria, zeladoria, administrativo e financeiro.

À toda amada equipe do Ministério de Educação Cristã da Igreja Batista do Barro Preto: coordenadores de setor, professores, alunos e secretários da EBD, professores e alunos do ILC, berçaristas, professores e coordenadores do departamento infantil, do departamento de juniores, pessoal do Culto Infantil, conselheiras das Mensageiras do Rei, conselheiros dos Embaixadores do Rei, Mulheres Cristãs em Ação. Vocês são parte desta vitória.

Aos amigos, Luciano Azevedo e sua linda família: Raquel, Rafael e Luciana (nossa “Lulu”), Idélia Sena e Pr.Joselito, Andréa Guimarães, Pr.Valquimar e Lidinha, Iolanda Faria, Noelma Dutra, Rosálida Nazar, Mariana Carvalho, Adriana Dias, Graça, Viviane e Marcilene, Adriane Carneiro e Carlos, Darylma Lana e Lander, Pr.Roberto Macharet e “Beth”, Noeme Gotelip, Gilcélia e Valter Salazar, tia Célia e tio Luiz, Alexandre Muzzi e Valter Matias, Joaquim Guimarães, Flávio Quadra, Aenderson (nosso amado “Dedé”), Nalu, Rosilane Carvalho, Ester Mesquita, Júlia Costa, Odisséia, Estela Dalva, João Paulo, Marta Valéria, Litza, Laiza Daniele, irmão Bonifácio, irmã Maria Ruth Silveira, Paulo Cançado, Heliomar Loredó, Imar e Merchir Marra, Beatriz Moro, Marlene Muzzi; Andréia Marinho, Isabel Franco, Pr.Jonair Monteiro, Fátima Andréa, Zilda Beltrão, Olga e Lígia Fialho.

Aos amados intercessores, em especial ao grupo de oração das segundas-feiras da IBBP e às amadíssimas irmãs Terezinha Silva (minha segunda mãe), irmã Beatriz Oliveira e Elaine Silva, minhas amigas.

À amada Igreja Batista Esperança, em Betim.

Ao amado professor Hércules Toledo.

À amada amiga e mestra Márcia Pagliaminuta pelo carinho e pelas orientações que muito me auxiliaram na construção de um dos capítulos de nossa tese.

Ao queridíssimo Hugo Zica por me ajudar a selecionar material para constituição de um *corpus* do nosso *corpora* e por fazer a transcrição, junto ao também querido João Paulo, para o inglês. Agradeço, ainda, a querida France Maria por me ceder jornais sobre a greve dos professores do estado de MG.

Aos queridos médicos e amigos: Dr. Murilo Cassete e Dr. Ézio Lemos.

À Faculdade Batista de Minas Gerais, em especial ao sr. coordenador do curso de Teologia, Pr.Hélio Alves, à sra. diretora, Thaís Lacerda, e aos meus amados alunos, dentre os quais, os alunos do “Proveito”, a turma de Português Instrumental do 1º semestre de 2012 e a turma do ano de 2010 (2º semestre).

À Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em especial às escolas Professora Ondina Nobre e Professor Domiciano Vieira.

Aos amados diretores: Ronaldo e Clécia, e a toda equipe da “Ondina Nobre”: funcionários, alunos, professores..., em especial aos amigos e colegas: Ivan, Ângela, Viviane, Cláudio, Regina, Lúcia, Ednamar, Helena Silma, Zelene, Ster, Márcia Helena, Leni, “Rose” (do “Tarsinho”), Sônia, Maria Rita, Vânia e Suelen.

Às amadas diretoras da “Domiciano Vieira”, Maria Helena e Virgínia, que me receberam com muito amor e acreditaram no meu trabalho.

A toda equipe da “Domiciano Vieira”: alunos, funcionários, pais e professores.

Aos meus “novos” e “velhos” amigos: Luciene Magalhães, Emília Menezes, Pr. Renê Toledo, Leandro Ozólio e Anderson, Rita Ponzo, Denize Almeida, Zileide, Julimar, sr. Antônio, Shirley Talise, Pr. Reinaldo Arruda, Pr. Marcos Lovera, Marcos e Nira Carrah, Maria Vilma, Mara Tenório, Cláudio, Mauro, Esron, Romildo, Daniela Bessa, Laurenata, Pr. Prudêncio, André, Aline e Ramon.

À amada Cláudia Pontes, que, com carinho, leu e formatou a tese.

Aos queridos componentes da banca examinadora, pela atenção e cuidado na leitura, apreciação e julgamento de nosso trabalho.

Aos queridos componentes da banca de qualificação: Dr.Amauri, Dr.Luiz, Dr.Paulo e Dr.Hugo, pelas preciosíssimas sugestões.

Aos queridos professores, colegas e funcionários da PUC – Coração Eucarístico, em especial: aos professores Marco Antônio de Oliveira, Milton do Nascimento, Juliana Assis, Jane Quintiliano, Malu(semre presente), Paulo Mendes, Celson Diniz, José Carlos Silveira (obrigada por ser um dos primeiros a acreditar no meu trabalho!) e às amadas secretárias Berenice, Vera e Rosária.

À amadíssima instituição PUC – Minas, que me acolheu e me ajudou a reeducar o olhar.

Enfim, a todos que foram instrumentos do Senhor Deus para me incentivar, auxiliar em algum momento..., cuidar de mim.

A todos, o meu MUITO OBRIGADA! Que Deus os abençoe sobremaneira.

"Não há mentira, apesar do que se diz, sem intenção, desejo ou vontade de enganar" (*fallendi cupiditas, voluntas fallendi*).

Santo Agostinho

## RESUMO

O presente trabalho é uma proposta de investigação da mentira enquanto prática de linguagem. Neste sentido, ela é estudada como um objeto discursivo. Estudá-la sob este viés é, também, analisar seus efeitos sociais em determinada situação, o que, nesta pesquisa, aponta para dois *corpora*, quais sejam: o primeiro, entrevista do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rede TV, no ano de 2009, quando aborda o mensalão como uma farsa, um golpe contra o governo, prometendo comprovar sua asserção assim que deixasse a presidência da República, sem, no entanto, cumprir tal promessa, mesmo diante do julgamento do escândalo pelo Supremo Tribunal Federal; o segundo, dois Informes Publicitários referentes à greve dos professores do Estado de Minas Gerais no ano de 2011. Um informe do Governo, outro do Sind-UTE. Informes que apresentam uma oposição claramente marcada pelo discurso, a qual confundiu a população mineira que não sabia em quem acreditar. Partindo desses *corpora* e considerando a complexidade do tema, a pesquisa envereda-se pelo campo da enunciação em que se baseia a relação dos interlocutores com o dizer e o dito, relação essa permeada por estratégias argumentativas pautadas nas representações sociais e na intencionalidade dos interlocutores, considerando, nesta prática de linguagem, o processamento cérebro/mente. A técnica de pesquisa a este fim servente foi a análise do discurso de origem francesa, estudando documentos de fontes secundárias e terciárias, além de acesso a bibliografias especializadas. Este trabalho conclui que a mentira é um artifício discursivo, o qual nenhuma propriedade textual, sintática ou semântica pode identificar.

**Palavras-chave:** Linguagem. Enunciação. Mentira. Argumentação. Representações Sociais. Intencionalidade.

## ABSTRACT

This present work is a proposal of investigation of lie as a language practice. As such, it is studied as an object of speech. Studying it in this perspective is also to analyze its social effects in a determined circumstance in this research, pointing to two *corpora*, which are, the first, the interview of then President Luis Inácio Lula da Silva to TV Channel RedeTV!, in year 2009, when, concerning the “Mensalão” Scandal, he treats it as a fraud, a *Coup d’État* (strike against the State), affirming that it would be fully proofed when he left the Presidency. Without, nevertheless, fulfilling such promise, even at face of the Judgment of the Scandal by the Supreme Court, and, the second, two Advertisements concerning the teachers’ strike in the State of Minas Gerais, in year 2011. A report from the Government, and another from Sind-UTE (A Labor Union). Reports that contradict each other, clearly opposed, confounding the people of Minas Gerais State, who knew not whom to believe in. Coming from these *corpora* and considering the immense complexity of such subject, this research walks through the field of the discourse in which happens the relation between the collocutors and with the saying and said, being this relation mid by strategies of argumentation based on social representations and in the intentionality of collocutors, considering, in this language practice, the phenomena of brain-mind work. Research technique serving this end was french speech analysis, studying documents of secondary and tertiary fonts, and reading of specialized literature. This work concludes that the mendacity is a discursive tool, which no property, either from the text, the syntax, and semantics can identify.

**Key-Words:** Language. Discourse. Lie. Argumentation. Social Representations. Intentionality.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I – A verdade e a mentira: construindo conceito e estabelecendo relações</b> .....	27
1.1 Considerações Iniciais .....	27
1.2 Definição e “história” da Mentira .....	28
1.3 A enunciação, o ethos, o pathos e o logos, e sua relevância no estudo da mentira ....	46
1.3 Considerações Finais .....	61
<b>CAPÍTULO II – A argumentação no estudo da mentira</b> .....	63
2.1 Considerações Iniciais .....	63
2.2 O auditório na argumentação e a mentira .....	63
2.3 O contrato comunicacional e a argumentação .....	72
2.4 Os valores na base da argumentação .....	75
2.5 As figuras na argumentação e sua importância na construção da mentira .....	80
2.5.1 A metáfora: o valor da analogia no despertar da sensibilidade para a construção enunciativa/discursiva da mentira .....	81
2.5.2 A ironia: a dissociação de noções na construção enunciativa/discursiva da mentira .....	89
2.6 Considerações Finais .....	93
<b>CAPÍTULO III – A intencionalidade no estudo linguístico da mentira</b> .....	94
3.1 Considerações Iniciais .....	94
3.2 Teoria das representações sociais e sua relevância na construção enunciativa / discursiva da mentira .....	95
3.3 Com a palavra, a intencionalidade .....	99
3.4 Considerações Finais .....	107
<b>CAPÍTULO IV – A mentira e alguns de seus aspectos cognitivos</b> .....	109
4.1 Considerações Iniciais .....	109
4.2 Alguns aspectos cognitivos .....	111
4.3 Mentira, memória e valores .....	115
4.4 Considerações Finais .....	118
<b>CAPÍTULO V – O discurso da encenação e da mentira: a análise de uma força que permitiu fazê-la passar como verdade – Análise dos <i>corpora</i></b> .....	119
5.1 Análise do corpus I: Entrevista do Presidente Lula .....	122
5.2 Análise do corpus II: Greve dos professores do Estado de MG .....	139
<b>CONCLUSÃO</b> .....	156
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	161
<b>ANEXOS</b> .....	168

## INTRODUÇÃO

É do domínio da linguística, “ciência da linguagem”, grosso modo, a relação entre o sujeito e a linguagem (psicolinguística), a linguagem e a sociedade (sociolinguística), a linguagem e o cérebro (neurolinguística), o sistema que constitui a língua e a função simbólica, o texto, o discurso e sua complexidade, dentre outros. Trata-se de campos diversos que estão, estreita e necessariamente, ligados uns aos outros e que apontam a complexidade dos objetos linguagem e língua, os quais admitem muitos e diferentes olhares; olhares esses não, necessariamente, excludentes.

Com efeito, ao buscar e promover essa pluralidade de olhares, estaremos, principalmente, conforme Berlinck *et al* (2006, p.241), “contribuindo para uma compreensão melhor desses objetos.” Assim sendo, acreditamos que é preciso voltar ao que parece trivial, mas que, junto à definição de linguagem, constitui-se em um valioso quadro conceitual, qual seja: a finalidade da linguagem.

A finalidade da linguagem, aliada à sua definição, possibilitará a escolha da teoria para o norteamento dos estudos linguísticos que adotem elucidacões sistemáticas sobre a sua múltipla e complexa natureza e que desistam das abordagens unilaterais e distorcidas da linguagem.

Dado o exposto, adotamos, neste trabalho, a linguagem como um sistema inerente ao ser humano, que também é um ser social; vamos assumi-la enquanto ação produtora de sentido porque é interativa, bem como uma “forma privilegiada” de cognição. Assim sendo, assumimos a sua finalidade não apenas para a comunicação, mas para a vida.

A linguagem “impõe” a predicação, o que coloca em cena a interlocução, logo, ela apresenta um aspecto processual, pois a presença do outro determinará a construção do locutor ao produzir sentido. Dessa forma, há uma escolha, não apenas de conteúdos a transmitir ou de formas adequadas às normas do “bem falar” e da clareza, como afirma (CHARAUDEAU, 2009, p.39); ao tratar da comunicação e da informação, mas “escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas” (CHARAUDEAU, 2009, p.39); entendendo o sentido como sendo construído pela ação languageira do homem em situação de troca social.

Essa escolha aponta para as funções da linguagem, funções essas que se relacionam complexamente umas com as outras e jamais atuam isoladamente: quando uma é o foco, a outra é o “pano de fundo”, mas todas clarificam a estreita relação entre fala e ação.

Isso posto, pautados na pesquisa científica (cuja existência está condicionada pelo fator primordial: responder aos interesses de quem investiga) e estando sob o domínio da “ciência da linguagem”, empreendemos este estudo.

Estudo que se justifica, essencialmente, por dois fatores: i) o nosso grande interesse, enquanto pesquisadores, na compreensão, sob a dimensão da linguagem, da mentira (que entendemos ser uma intrigante prática de linguagem), principalmente no que tange à relação linguagem e cognição, ou seja, quais as relações que o cérebro mantém com as práticas simbólicas de apreender e significar o mundo (atividade linguístico-cognitiva) e que implicações isso traz à elaboração do discurso; ii) a relevância social e acadêmica que o estudo apresenta: social porque a mentira faz parte de nosso cotidiano e adquire um lugar de destaque na sociedade hodierna: estamos o tempo todo simulando e dissimulando para corresponder à expectativa do outro, principalmente neste tempo chamado “pós-moderno”, em que “o parecer” está acima do “ser”; e acadêmica porque a linguística, de modo geral, tem proposto atraentes estudos sobre a língua, o texto, o discurso e afins, cujas significações emergem nas ações sócio-cognitivas, trazendo consigo um essencial questionamento: como é que significamos?

O estudo da mentira insere-se nessas ações, possibilitando o diálogo entre distintos quadros teóricos da linguística, o que tende a enriquecer o trabalho, constituindo-se campo fértil para a análise da estreita relação entre linguagem e cérebro ancorada, como afirma Morato (2001, p.144), “na interrelação de diferentes áreas do córtex e na independência de múltiplos processos ou funções cognitivas (como memória, linguagem, percepção etc.) que atuam em nossas várias formas de perceber e interpretar o mundo”.

Portanto, estudar a mentira sob o viés da linguagem é, dentre outros fatos, analisá-la, enquanto prática de linguagem, do ponto de vista da produção e de seus efeitos pretendidos sobre a recepção (que tipo de “emoção”, advinda do discurso, é buscada pelo locutor mentiroso a fim de que o juízo emitido pelo auditório seja favorável à sua mentira; ou, em outras palavras: como se porta o interlocutor? Que papel ele desempenha nesta *mise en scène* da significação? Entendendo, aqui, ato de linguagem como “o resultado de duas atividades dialéticas: a de produção e a de interpretação, que dependem de saberes supostos que circulam entre os sujeitos da linguagem, saberes correlativos à dupla dimensão explícito/implícito do fenômeno linguageiro”, apropriando-nos de Mari (1997, p.52).

Nosso estudo, portanto, está propondo uma investigação da mentira, enquanto prática de linguagem, não um tratado sobre a mentira em que soluções como detectá-la (inclusive

discursivamente), por exemplo, são pontuadas. A mentira existe, isso é um fato. Interessa-nos estudá-la como um objeto discursivo, como um ato de linguagem.

Estudar a mentira sob o viés da linguagem é, ainda, analisar seus efeitos sociais em determinada situação. No caso deste trabalho, escolhemos dois *corpora*, o primeiro, uma entrevista do ex-presidente Lula à Rede TV, no ano de 2009, quando ele fala sobre o mensalão, negando a sua existência e prometendo provar que foi um golpe contra o seu governo, uma farsa; promessa essa não cumprida: três anos depois, o Supremo Tribunal Federal julga o mensalão e Lula não se pronuncia.

Esse *corpus* foi escolhido porque se refere ao político Lula, o primeiro presidente da democracia brasileira saído do povo e cujo discurso (2002), com o mote: “a esperança vencendo o medo, sem medo de ser feliz”, conduziu as pessoas à mudança de comportamento: as que associavam a sua figura à baderna e ao comunismo, passaram a associá-la à esperança.

O segundo *corpus* refere-se à greve dos professores estaduais no ano de 2011. Greve histórica, de 112 dias de paralisação, que envolveu toda a sociedade mineira e o Brasil, na qual se constatou uma oposição claramente marcada pelo discurso do Governo de Minas e do SindUTE, representante dos professores. Essa oposição confundiu a população, a qual não sabia em quem acreditar.

Dito isso, asseveramos que esse *corpus* é composto por dois textos: um Informe Publicitário do Governo de Minas e um Informe Publicitário do SindUTE.

Assim sendo, partindo do estudo desses *corpora*, nos propusemos a analisar a mentira sob o ponto de vista da linguística, considerando a complexidade do tema retratada na pertinente hipótese levantada por Derrida (1996, p.9)

Por razões estruturais, será sempre impossível provar, em sentido restrito, que alguém mentiu, mesmo se podendo provar que não disse a verdade. Não se poderá nunca provar contra alguém que afirmar “eu me enganei, mas não quis enganar a ninguém, sou de boa fé, ou ainda, alegando a diferença sempre possível entre o dito, o dizer e o querer-dizer, os efeitos da língua, da retórica, do contexto, eu disse isso, mas não é o que queria dizer; de boa fé, em meu foro íntimo, essa não era minha intenção, houve mal-entendido.

Cabe-nos, ainda, junto a Derrida (1996, p.08), concluir: “se eu me engano, só poderá ser mentira se eu tiver feito de propósito. Será difícil – ousou dizer até impossível – provar que o fiz de propósito”.

No entanto, na pesquisa que ora empreendemos, tomamos a mentira em seu conceito tradicional, conhecido por todos, apropriando-nos novamente de Derrida (1996), tido como um ato intencional.

mentir seria dirigir a outrem (pois não se mente senão ao outro, não se pode mentir a si mesmo, a não ser a si mesmo enquanto outro) um ou mais de um enunciado, uma série de enunciados (constatativos ou performativos) cujo mentiroso sabe, em consciência, em consciência explícita, temática, atual, que eles formam asserções total ou parcialmente falsas; é preciso insistir desde já nessa pluralidade e complexidade, até mesmo heterogeneidade. Tais atos intencionais são destinados ao outro, a outro ou outros, a fim de enganá-los, *de levá-los a crer* (a noção de crença é aqui irreduzível, mesmo que permaneça obscura) naquilo que é dito, numa situação em que o mentiroso, seja por compromisso explícito, por juramento ou promessa implícita, deu a entender que diz toda a verdade e somente a verdade. (DERRIDA, 1996, p.8)

Portanto, a mentira não é um erro ou um engano. Há um dizer ou um querer dizer que se chama mentir, conforme conclui o referido autor, com quem concordamos. Logo, esse dizer (ou querer dizer) é construído num processo interlocutivo em que os sujeitos assumem seus papéis e em que é estruturado o jogo enunciativo a partir desses papéis, na circunstância efetiva da prática discursiva. Há na relação locutor – alocutário um engajamento que ajusta um estado de coisas à realidade interlocutiva desses integrantes da interlocução. Essa dimensão do processo interlocutiva valida tanto o que se pode conceber como mentira, como todas as outras práticas discursivas que possam receber denominações diversas.

Isso posto, propomos esta pesquisa, cujo objetivo geral é a análise da mentira, enquanto um ato de fala, objeto do discurso, analisando-a sob o ponto de vista da enunciação, em que se pontua a relação dos interlocutores com o dizer e o dito, relação essa permeada por estratégias argumentativas pautadas nas representações sociais e na intencionalidade dos interlocutores. Propomos, ainda, algumas considerações do processamento cérebro/mente nessa prática de linguagem.

Para o alcance desse objetivo, lançamos mão dos *corpora* anteriormente pontuados, destacando a análise do discurso político, uma vez que a política está instalada na vida cotidiana do cidadão e convive muito bem com a mentira, é um lugar privilegiado para ela (não que tudo que decorre da política esteja contaminado pela mentira); na política prevalece o jogo de interesses que visam o domínio, o poder. Ou, como afirma Arendt (2000, p.283): "As mentiras sempre foram consideradas instrumentos necessários e legítimos, não somente do ofício do político ou do demagogo, mas também do estadista.[...]"

Assim sendo, pontuamos, brevemente a seguir, o conjunto das teorias nas quais este estudo está embasado, clarificando que o que aqui chamamos de discurso, é “o processo linguageiro de construção da realidade” (SEGUIN, 1994, p.9). Em outras palavras, a noção de discurso aqui adotada contempla, num processo de interdependência, os aspectos formais da enunciação e os efeitos de sentido, a exterioridade e a interioridade: história e práxis, pois não se pode separar o exterior e o interior haja vista o discurso ser um efeito de sentido e toda realidade pressupor uma relação discursiva que lhe é simultânea.

Dessa forma, a língua é uma realidade sócio-cognitiva, assim como o discurso. Ambos se materializam nos textos, e estes, nas práticas. Entendendo-se texto como materialidade, cristalização, condensação; e por estar na prática, ser a relação eu – tu (materialidade).

Dado o exposto, este trabalho escolhe como solo para suas elucubrações, quatro pontos teóricos. O primeiro deles é a enunciação, caracterizada por Benveniste (2006, p.87) como “a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”.

É, pois, no ato da enunciação que a locução postula um interlocutor, o locutor implanta o outro diante de si, porque a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. A enunciação, portanto, enquanto acontecimento, é única, mas a sua análise é a sua reconstrução de um processo irrepetível: cada vez que a língua é enunciada têm-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares.

Tais asserções apontam para a questão do *ethos* e do *pathos*, uma vez que, ao tratarmos da enunciação, tratamos dos atos e gestos do locutor, da representação da realidade que o locutor tem e daquela que elabora para o seu interlocutor, das informações privadas e das reveladas, das intenções.

O *ethos*, grosso modo, a “imagem” do locutor, vem desde Aristóteles citado por Fiorin (2002):

É o *ethos* (caráter) que leva à persuasão, quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança. Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador.

Para Fiorin (2002), “em termos mais atuais, dir-se-ia que o *ethos* não se explicaria no enunciado, mas na enunciação. Esta não pertence à ordem do inefável, é a instância linguística pressuposta pela existência do enunciado”.

Por conseguinte, o *ethos* explicita-se na enunciação enunciada, ou seja, nas marcas da enunciação deixadas no enunciado. Portanto, a análise do *ethos* do enunciador, nada tem do psicologismo que, muitas vezes, pretende infiltrar-se nos estudos discursivos. Trata-se de apreender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emanaria o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso. O *ethos* é uma imagem do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito (FIORIN, 2002).

O *ethos*, uma das provas retóricas, que visam à persuasão a partir da verossimilhança, é a virtude do orador; sua legitimidade e credibilidade. Estas estão, como pontuou (FIORIN, 2002), relacionadas à enunciação, ao papel do enunciador, ou orador. A virtude, anterior ao ato da fala, é dada pelos papéis sociais, profissionais etc.

Desde os estudos retóricos, a noção de *ethos* implica no desdobramento da instância enunciativa. A sua análise é a análise do enunciador, do ator da enunciação. Entretanto, para Fiorin (2002), “o discurso, ao construir um enunciador, constrói também seu correlato, o enunciatário”.

O *ethos* está diretamente ligado à questão da adesão do enunciatário ao discurso. O enunciatário não adere ao discurso apenas porque ele é apresentado como um conjunto de ideias que expressam seus possíveis interesses. Ele adere, porque se identifica com um dado sujeito da enunciação, com um caráter, com um corpo, com um tom. Assim, o discurso não é apenas um conteúdo, mas também um modo de dizer, que constrói os sujeitos da enunciação (FIORIN, 2002).

Dessa forma, “o enunciatário é também uma construção do discurso” e, por isso, apresenta grande relevância para o estudo da mentira, enquanto uma instância de legitimação ou não da mentira.

Em se tratando de “construção” e diante do que temos afirmado, é necessário afiançar que o *ethos* deve ser compreendido numa perspectiva da construção, uma vez que o estamos caracterizando como caráter. O espaço do *ethos* é o espaço humano, “a casa do homem”, o que não lhe é dado, mas por ele construído ou incessantemente reconstruído, apropriando-nos aqui de Vaz (2004, p.13). Essa perspectiva da construção está relacionada ao conceito do termo *ethos*, que é uma transliteração de dois vocábulos gregos, conforme pontua Vaz (2004, p.12), quais sejam: *ethos* (com eta inicial) e *ethos* (com épsilon inicial).

Segundo o referido autor, a primeira acepção designa a morada do homem e do animal em geral. O *ethos*, assegura Vaz (2004, p.12), é “a casa do homem”.

O homem habita sobre a terra acolhendo-se ao recesso seguro do *ethos*. Este sentido de um lugar de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor, constitui a raiz semântica que dá origem à significação do *ethos* como costume, esquema praxeológico durável, estilo de vida e ação. A metáfora da morada e do abrigo indica justamente

que, a partir do *ethos*, o espaço do mundo torna-se habitável para o homem. O domínio da *physis* ou o reino da necessidade é rompido pela abertura do espaço humano do *ethos* no qual irão inscrever-se os costumes, os hábitos, as normas e os interditos, os valores e as ações. (VAZ, 2004, p.13)

O *ethos* como construção, morada, casa, lugar, é, reiteramos, indicação da expressão do que anteriormente chamamos de caráter. Essa metáfora, cremos, abre a concepção do *ethos* numa perspectiva legal, moral e ética.

No entanto, centralizar este estudo na figura do orador/locutor ou enunciador seria restringi-lo. Assim é necessário comentar a dimensão do *pathos*. O *pathos* é uma prova dependente, isto é, integrante do método da argumentação, da Retórica Aristotélica. Diz respeito às disposições criadas no ouvinte ou sujeito interpretante, levando-o, pelo discurso, a sentir uma paixão, conceito que Aristóteles emprega ao se referir à cólera, desejo e todas as emoções da mesma natureza.

Essas disposições são consideradas a partir da idade, condição social, informações recebidas ou omitidas (no caso específico da mentira) e outras características do auditório ao qual se dirige o orador. Portanto, o *ethos* está diretamente ligado ao *pathos*.

Como afirma Durandin (1997, p. 126), “em certas situações, a pessoa que mente sabe o que é preciso dizer de um objeto para modificar a conduta do interlocutor no sentido desejado”.

Essas palavras apontam para a intenção (à frente abordada), o que leva à construção da argumentação, outro conceito fundamental ao estudo da mentira aqui proposto.

#### A argumentação

é um conceito complexo, uma vez que exerce influência sobre o interlocutor e posicionamento sobre o objeto de conhecimento, o que atrai inúmeras teorias que a tentam explicar. Às vezes, ela coincide com o efeito que gera, tal como a persuasão. Isso porque a argumentação pode ser entendida como algo da perlocução, pois é estratégia, é processo. (LEMOS, 2006, p.24)

Nesta pesquisa, usamos o conceito de argumentação como sendo um dos pilares da retórica, a qual se compõe de dois elementos: o argumentativo e o oratório. O primeiro requer mais elaboração, o *logos* é evidenciado. O segundo é usado, afirma Reboul (2004, p.102), “quanto mais urgente for a questão, mais restrito o acordo prévio, e menos acessível à argumentação lógica o auditório (...). Assim, o *ethos* e o *pathos* tendem a suplantam o *logos*. Ou seja, o discurso é retórico quando, para persuadir, alia seu componente argumentativo a seu componente oratório, a forma e o conteúdo”.

O que legitima a retórica enquanto arte ou técnica da palavra, sem ser o “tudo” dos sofistas e o “nada” de Platão, apropriando-nos de Reboul (2004, p.24-25), é a sua indispensabilidade, haja vista em qualquer tipo de discurso: do judiciário ao público e outros,

na vida cotidiana, vivenciarmos situações polêmicas nas quais as armas mais eficazes são as palavras, que, sem o uso de força física, “define o justo e o injusto, o útil e o nocivo, o nobre e o desprezível” (REBOUL, 2004, p.25), e porque não dizer: a verdade e a mentira?

Voltando à argumentação propriamente dita, asseveramos, embasando-nos em Reboul (2004):

Não se pode definir a argumentação como um conjunto ou sequência de argumentos(...). A argumentação é uma totalidade que só pode ser entendida em oposição a outra totalidade: a demonstração. (...). A argumentação distingue-se da demonstração por cinco características essenciais: 1) dirige-se a um auditório; 2) expressa-se em língua natural; 3) suas premissas são verossímeis; 4) sua progressão depende do orador; 5) suas conclusões são sempre contestáveis. Todas essas características incluem o componente oratória da retórica. (REBOUL, 2004, p.92).

Dessa forma, fica clara a relevância deste conceito para o estudo que ora empreendemos. A mentira, sendo intencional e tendo por objetivo modificar as opiniões e as condutas do interlocutor, usa da argumentação que é construída a partir da intenção: as palavras são escolhidas e faladas/escritas de acordo com o auditório. Daí algumas operações poderem ser efetuadas, conforme pontua Durandin (1997, p.81): “supressões (omissão, negação); adições (invenções no sentido de imitações da realidade); deformações (falar de uma coisa que não existe, caracterizando-a de modo falacioso)”.

A mentira pode ser analisada a partir de sua estrutura argumentativa porque a argumentação, como afirma Reboul (2004, p.99), com quem concordamos, “é dirigida ao homem total, ao ser que pensa, mas que também age e sente”. O mentiroso que se preze, observa tais fatos, trabalha com o raciocínio, mas também com os sentimentos (e crenças) dos homens para levá-los à ação de mudança de comportamento e atitude/ponto de vista.

Além dos sentimentos e das crenças do auditório, os valores são importantíssimos para a argumentação; eles, aliás, estão na base da argumentação que, por sua vez, cremos nós, está na base da mentira. Os valores são presumidos e variam de acordo com o auditório. Dessa forma, afirma Reboul (2004, p.166), “quem diz valores diz hierarquia de valores”.

Ao construir a mentira, o locutor/pessoa que mente, doravante mentiroso, deve ter claras as escolhas de seu auditório quanto aos valores, entendendo que há valores que podem ser considerados universais, no entanto, com conteúdos diferentes.

Isso posto, asseveramos que aliado ao conceito de argumentação até aqui apresentado, pontuamos a argumentação sob o ponto de vista da Semiologia, ciência que a tenta compreender dentro de uma formulação geral da Análise do Discurso, o “fenômeno argumentativo”, ou seja, “a argumentação não é vista como uma atividade autônoma da língua

e nem é o seu fundamento”, apropriando- nos de Menezes (2001, p.190). “Ela é um modo de realização discursivo como os demais e o seu estudo efetua-se a partir do Modo de Organização Argumentativo” (CHARAUDEAU *apud* MENEZES, 2001, p.190).

Argumentar, portanto, é uma atividade discursiva que se define, como afirma Charaudeau, por uma relação triangular em que os pólos são um sujeito argumentante, uma tese sobre o mundo e um sujeito alvo.

A escolha em aliar o primeiro conceito de argumentação ao da Semiolinguística deve-se, principalmente, à análise que esta teoria faz da argumentação, investigando-a no contexto de sua produção, considerando a dimensão psicossocial dos sujeitos envolvidos e o “material linguístico específico”. Essa escolha deve-se, também, ao fato de considerarmos a argumentação “enquanto o principal instrumento de formação da opinião pública”, conforme pontua Charaudeau citado por Menezes (2001, p.196).

Isso posto, passemos ao terceiro ponto teórico em que apoia-se este trabalho: a Teoria das Representações Sociais.

As representações são um elo entre a interação e a comunicação e tomam formas de discursos específicos de acordo com o contexto enunciativo.

A representação social, grosso modo, significa trazer à tona pensamentos, valores, traços culturais e familiares, dentro de uma possível coerência de construção de um discurso da sociedade. Todos esses itens, assim relatados, estão dentro de um contínuo conhecimento partilhado e perpassado ao longo da história pelo ser humano que desenvolve novas práticas sociais.

Neste entendimento, considerando especificamente o estudo da mentira, a ancoragem desempenha um papel fundamental nessas relações que possibilitam a produção de sentido e a consequente construção do conhecimento. Segundo Franco (2004), ela constitui parte operacional do núcleo central e em sua concretização, mediante apropriação individual e personalizada por parte de diferentes pessoas constituintes de grupos sociais diferenciados, consiste no processo de integração cognitiva do objeto representado para um sistema de pensamento social preexistente e para as transformações, históricas e culturalmente situadas, implícitas em tal processo.

Diante disso, pode-se asseverar que toda representação social torna-se um discurso cultural, de conhecimentos negociados amplamente ou não, em que prevalece o contexto sócio-histórico-cultural do indivíduo. Sempre nos utilizamos de ações sociais para representar nossa fala, ou o que percebemos como “usual” na sociedade. Trazer à luz esse discurso linguístico do que é negociável ou não nem sempre funciona de forma tranquila, pois o ato de “negociar” linguisticamente representa identificar o que literalmente nós temos como crenças arraigadas ou não em nossas vidas, de algum modo, determinadas e influenciadas pelo contexto social, histórico e cultural no qual estamos inseridos.

Por isso, então, entendemos que, no processo de atribuição de sentidos na construção da

mentira enquanto objeto do discurso, o sujeito envolve-se em uma espécie de jogo de uso da linguagem como ação (reitera-se) e não como produto, instaurando e dizendo o mundo na sua ação social. Dessa maneira, a discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem ocorre a partir de um processo de interação em que se privilegia a forma como, sócio-cognitivamente, os sujeitos interagem com o mundo e não apenas pela forma como o nomeiam.

Acreditamos que à luz das representações sociais estabelecidas no e pelo sujeito, na interação com o outro e com o mundo, pode-se investigar a construção da referência, outro processo importante para o desenrolar deste estudo. Esse percurso demonstra que a ação comunicativa resulta em um permanente agir discursivo, a que se atrela a referenciação, numa perspectiva discursiva, e não à simples identificação de realidades estáveis.

Dado o exposto, apoiamo-nos em Mondada e Dubois (2003) para quem os referentes (objetos do discurso) são construtos culturais, representações constantemente alimentadas pelas atividades linguísticas. Para as autoras, “os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas, social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (MONDADA E DUBOIS, 2003, p.17).

A referenciação é, portanto, um processo dinâmico, interativo, que ocorre em diferentes contextos cujas “negociações” para constituição de sentidos atuam sobre objetos do discurso; essa atuação está relacionada à crença.

É preciso atentar para a crença, uma vez que ela antecede a representação. A forma como lemos e interpretamos passa, necessariamente, pelas nossas crenças. As crenças, por sua vez estão arraigadas na cultura; e toda representação social torna-se um discurso cultural, de conhecimentos negociados amplamente ou não, em que prevalece o contexto sócio-histórico-cultural do indivíduo, reiteramos, já que sempre realizamos ações sociais, ou seja, modalidades práticas de interação pela linguagem, para representar nossa fala, ou o que percebemos como “usual” na sociedade.

Ao que nos parece, dado o exposto, não tem como “construir” a mentira que não seja produzida pela história. Ela é um ato de linguagem que leva em conta o contexto sócio-histórico-cultural, as crenças de cada um, a forma de referenciar e de interpretar o mundo. Portanto, a mentira é uma prática social (e toda prática social é discursiva); ela se desenrola no olhar de certo número de representações (individuais e coletivas) que nós mesmos conhecemos. A forma de falarmos e de agirmos demonstra a nossa relação com o mundo objetivo: adequação de regras, valores..., assim como também a nossa “autenticidade”, ou seja, a avaliação que desejamos obter daqueles que nos veem: quantas vezes usamos a mentira para o sucesso social, profissional e econômico! Quantas vezes a usamos para adquirir e

manter a popularidade!

O quarto ponto teórico em que se embasa este estudo diz respeito à intencionalidade, anteriormente citada.

A intencionalidade começou a ser discutida no campo da filosofia fenomenológica, depois no campo da psicologia e, logo após, na filosofia lógica, tendo, todos esses campos, considerado o eixo da linguagem.

A linguagem é um meio de “expressar” a intencionalidade, a qual é analisada sob diversos aspectos. Do ponto de vista linguístico é difícil afirmar que toda escolha é intencional, e, portanto, “o caminho pode ser definir a escolha de acordo com o efeito de sentido que se pretende”, pensando-se na organização da linguagem dividida em dois funcionamentos: a) da convenção – regras; b) do caráter intencional – mudança de regras, inserido no grande campo da pragmática.

A intencionalidade pode ser vista como uma forma de apresentação do referente<sup>1</sup>, ela focaliza um ponto de vista. O intencional adota um sentido, um enquadre, sem ser, no entanto, “o impressionismo que colocamos nas coisas”.

Essa noção de enquadre remete à noção de língua como atividade, ou como afirma Marcuschi (2003): “a língua é sobretudo um domínio público de construção simbólica e interativa do mundo, permitindo, na convivência cooperativa, a própria sobrevivência da espécie humana”.

Essa concepção, com a qual concordamos, postula a língua enquanto constitutiva, aponta para a importância do trabalho com as atividades linguísticas situadas (não com aquelas “estruturas desencarnadas de seus usuários”), além de ratificar sua noção na perspectiva sociointerativa.

A intencionalidade, ao que tudo indica, é, também, uma elaboração intelectual sobre os fatos, o que implica na decisão não pela significação, mas pelo valor pragmático que a ela é atribuído. Esse é um aspecto muito interessante porque aponta para Searle (1995a) quando afirma que a intencionalidade é uma propriedade da mente.

Para Searle (1995a), a intencionalidade é uma característica dos estados mentais, é uma forma específica de ver um estado de coisas. A respeito dos estados mentais, compactuamos da ideia de que, grosso modo, eles são forma de categorização (e só é possível categorizar a partir do que é dado ou do que pode ser projetado).

Pode-se afirmar que Searle (1995a) e “aposta” na intencionalidade como uma

---

<sup>1</sup> A intencionalidade nesta pesquisa abordada é proposta por Searle, 1995.

produção mental lógica, ou seja, a intencionalidade é a forma particular de perceber determinado objeto (“ver que” e não “ver x”), fixando a referência, categorizando-o sob um valor pragmático. Essa percepção tanto pode estar no nível do enunciado quanto no nível da enunciação, em que é considerada a identidade dos interlocutores, o espaço histórico-cultural e afins.

Mediante essas asserções, ponderamos que a mentira, a nosso ver, apresenta um caráter intencional, haja vista ser uma elaboração intelectual sobre os fatos, o que aponta para a relevância do valor pragmático na atribuição da significação.

Sendo intencional, a mentira adota um enquadre, um sentido que, certamente está baseado nos estados mentais de crença ou de desejo, ou, ainda, temor (de perder a popularidade, por exemplo; o controle da situação, as eleições...).

Os estados mentais atuam nos estados de coisas (que, grosso modo, são formas de categorização), pois não basta a mente, mas o mundo físico, cultural, uma vez que os modos de ver/perceber o objeto é que fixa a referência e isso tem implicações no discurso. Discursivizar é “uma ação de linguagem, uma ação de produção de sentido”, com afirmam Nascimento e Oliveira (2004, p.291).

Dado o exposto, são-nos caras as palavras de Fauconnier e Turner (2002, p. 217): “As pessoas fingem, disfarçam-se, mentem, enganam, iludem, consideram alternativas, simulam, fazem modelos, propõem hipóteses. Nossa espécie tem uma extraordinária capacidade de operar mentalmente o irreal, e dessa habilidade depende nossa capacidade de integração conceitual avançada.”<sup>2</sup> (tradução nossa).

Creemos que, por ser dotado de plasticidade, o cérebro permite essas ações pontuadas por Fauconnier e Turner (2002); a linguagem é o meio por excelência para construção desse mundo mental, daí a capacidade de ludibriar, dissimular.

Essa asserção dos autores pontua a propriedade da linguagem, no que tange a integração espacial ao tratar do domínio de referência; ou seja, “um enunciado é interpretado como verdadeiro ou falso no domínio referencial de x, no espaço mental (referencial) de x” (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2004, p.291).

Com efeito, pensamos que é possível afirmar que, tendo a linguagem a propriedade descrita acima, construída num domínio referencial, a mentira pode, também, criar o seu espaço referencial, haja vista ser ele linguisticamente construído, assim como a noção de

---

<sup>2</sup> People pretend, imitate, lie, fantasize, deceive, delude, consider alternatives, simulate, make models, and propose hypotheses. Our species has an extraordinary ability to operate mentally on the unreal, and this ability depends on our capacity for advanced conceptual integration.

tempo, ou seja, ao mentir, o mentiroso determina o “ponto de partida” da enunciação (em que se pode mudar qualquer coisa), a fim de significar o que deseja, numa operação cognitiva, em que a recursividade (“poder” de criar) é essencial.

Esse espaço, portanto, é o espaço do falante que finge, imita, mente...; é o espaço da realidade. É assim que significamos, nos integrando, nos situando em espaços referenciais. É assim que construímos a mentira: no tempo real da enunciação, em que quem determina o ponto de partida da enunciação, reiteramos, é o sujeito.

Dessa forma é possível pontuar a dinamicidade e flexibilidade da linguagem e do cérebro enquanto sistema, o que nos permite asseverar que ambos estão na dependência de diferentes fatores que orientam nosso entendimento e nossa ação no mundo. Essa dependência aponta, a nosso ver, para o contexto, o qual não é separado do sistema, mas parte dele e de sua complexidade.

Em se tratando de contexto, reportamo-nos a Arsenijevic (2008) quando afirma que ambientes espaciais são contextos e, ao tratar de contexto de representação espacial (provavelmente manipulado no hipocampo) afirma: “[...] A representação contextual espacial serve de ambiente para diferenças ações comportamentais [...]”<sup>3</sup> (tradução nossa), o que ratifica a comparação que faz entre a aprendizagem sobre língua (suas origens, estruturas...) e a capacidade de cognição espacial, mais precisamente em um dos seus componentes: os mapas cognitivos (mapas mentais; projeções cognitivas). (ARSENIJEVIC, 2008, p.5)

Para o referido autor, grosso modo, a partir dessas asserções, a linguagem nasceu com a vida e tem base na cognição espacial, o que implica no fato de o ser vivo ser, por natureza, um ser de operações cognitivas, de mapas cognitivos (a gramática da linguagem natural, por exemplo, como afirma o autor, é tradicionalmente definida como um sistema de mapas).

Com efeito, é possível afirmar que a linguagem é uma forma privilegiada de cognição, isso porque ela traz em si a capacidade de referenciar. E o discurso, conforme o Arsenijevic (2008) é constituído por referências; ele consiste de expectativas (e aqui cabe ressaltar a afirmação do autor quanto ao contexto de representação espacial ser constituído como um conjunto de expectativas), o que, para Arsenijevic (2008), pode ser modificado por um forte e suficiente input sensorial. O discurso pode acionar certas ações comportamentais.

Assim, o hipocampo tem um papel central na coordenação entre o discurso e os aspectos sensoriais da língua; ele exerce um papel significativo porque há uma coordenação entre a entrada sensorial, o contexto espacial e a representação de ações comportamentais. É

---

<sup>3</sup> [...] the spatial context representation serves as a background for different behavioral actions [...]

possível afirmar, junto ao autor, que o uso da linguagem sempre envolve um discurso.

Na atividade linguageira, o sujeito também é referente (para se mentir ao outro, de forma convincente, é preciso dar a parecer que se acredita na própria mentira, ou seja, falar com convicção, dando ao alocutário a impressão de que o que se diz é verdade e assim demonstrar um *ethos* de confiabilidade), ou seja, só há sentido para o acordo comunicativo, para a negociação, se os interlocutores puderem confiar na palavra um do outro; ressaltando que a verdade objetiva (lógico-formal, baseada na evidência, na correspondência com o mundo) não é o que guia a linguagem, tão cheia de armadilhas, ambiguidades e teatralidade, o que implica na cena enunciativa/comunicativa enquanto condição fundadora dos processos interpretativos. Dessa forma, na referenciação, a realidade não é vista como um objeto dado, pronto e acabado, mas constantemente construída pelos atores sociais nas práticas discursivas de que participam.

Assim, a mentira é um componente de nossa competência social (baseados em crenças, inventamos histórias sólidas, colocando-nos no lugar do outro para que a história seja convincente e encobrimos a verdade); como também de processos mentais: “o poder de imaginar como é visto pela pessoa enganada, essa capacidade de pensar como o outro, está entre os feitos cognitivos mais característicos do ser humano.” Esse poder de imaginação é transposto em forma de discurso.

A mentira está relacionada à imaginação, à criatividade, à “busca pela credibilidade, não pela verdade em si. A verdade e a crença estão intrinsecamente ligadas no imaginário de cada grupo social”, retomando Charaudeau (2009, p.46), para quem as provas da veracidade de um enunciado são da ordem do imaginário.

Para esse autor,

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. (CHARAUDEAU, 2009, p.46).

A cultura, a interação, a experiência e os aspectos situacionais interferem na determinação referencial da mentira, construída a partir da categorização como fruto de um trabalho inter-subjetivo: a maneira como se orienta o olhar.

## **CAPÍTULO I: A VERDADE E A MENTIRA: CONSTRUINDO CONCEITO E ESTABELECENDO RELAÇÕES.**

### **1.1 Considerações Iniciais**

Pesquisar sobre um tema tão complexo quanto a mentira, ao mesmo tempo que traz prazer por constituir-se um desafio, traz uma certa angústia, pois, enquanto pesquisadores, gostaríamos de propor um quadro epistemológico cuja descoberta do conhecimento fosse fruto apenas de constatações, não de conjecturas. Entretanto, pensamos que a própria ciência, antes de tornar-se objetiva (se é que existe objetividade), de apresentar “fatos”, “constatações”, levanta hipóteses, elabora conjecturas, a fim de se tornar uma teoria. E esta, por sua vez, é uma (não a única) forma de ver, de enxergar a realidade. Ou seja, o que hoje nos aflige por ser conjectura, não invalida nossa pesquisa, mas aponta para uma possibilidade de conhecimento, assim como a epistemologia, por exemplo.

A definição de epistemologia, criada pelos filósofos, refere-se a uma possibilidade do conhecimento, pois abarca em si a grande questão filosófica: qual a certeza de que esse determinado conhecimento é verdadeiro (ou falso)? Ou seja, o objeto da ciência é produzir verdades e a problemática da validade do conhecimento (epistemologia) é a mesma: quão verdadeiro é meu conhecimento da realidade?

A ciência objetiva conferir o máximo de certeza a certas afirmações, entretanto, isso só acontece a partir da dúvida.

É dessa forma, tentando conferir o máximo de certeza às nossas informações, que processamos este trabalho, o qual procura analisar a esfera enunciativa da mentira, pontuando duas dimensões para a sua realização sócio-discursiva, quais sejam: i) a dimensão racional do locutor; ii) a dimensão pragmática voltada para o alocutário.

Na primeira, a mentira é uma construção da razão humana (racionalismo) que se vale de leis lógicas, de padrões racionais para construir uma versão possível (e aceitável, à primeira vista) sobre um fato (do mundo, do discurso). Nessa dimensão, ela é intencionalmente falsificadora dos fatos; portanto, a mentira não pode ser um descuido do locutor, isso seria equívoco, negligência, “erro”.

Na segunda dimensão, a mentira é uma versão possível de um fato do mundo com uma orientação pragmática para alcançar certos alocutários, sem ferir, à primeira vista, princípios básicos de demonstrabilidade, de objetividade, de veracidade para os objetos do mundo que

ela interpela. Essa versão é construída cuidadosamente pelo locutor, podendo até mesmo sacrificar aspectos de sua racionalidade plena, visando enganar o alocutário. Se a mentira não fosse construída com esses cuidados pelo locutor, ela teria pouquíssimas chances de enganar o alocutário.

Diante do exposto, afirmamos que a mentira, enquanto durar, é validada na interação como qualquer outro fato verdadeiro (o segredo da falsificação é guardado a sete chaves pelo locutor), pois isso assegura um princípio de simetria entre locutor/alocutário. O fingimento do locutor é recoberto pelo teor racional que dá à versão do fato. A revelação da mentira requer uma quebra do monopólio sobre o segredo da falsificação: aí o alocutário rompe com a simetria.

Isso posto, entendendo a linguística como, dentre outras, uma ciência do cotidiano, e entendendo, também, que a ciência só faz sentido, como afirma Herculano (2005, p.8): “quando suas descobertas chegam ao público”. De que adianta para a sociedade investir em gerar conhecimento se ele não se revestir, de algum modo, para o bem comum? Parafraseando um certo adágio popular que afirma: “a busca pela verdade é um contínuo caminho”, asseveramos que, de igual modo, a busca por compreender a construção da mentira é um longo e contínuo caminho. Assim sendo, comecemos a percorrê-lo.

## 1.2 Definição e “história” da Mentira.

De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (CUNHA, 2007, p.513), mentir é “faltar com a verdade, iludir”. Do latim *Mentire* (cláss. *mentiri*). “Mentir”, “imaginar”, “inventar”, de *mens-tis*.

### A mentira

está presente em nosso cotidiano, em suas diferentes formas[...]. A mentira faz parte do desenvolvimento normal de crianças e adolescentes e da patologia, como na mitomania; está no cotidiano social e cultural, permeia as questões educacionais e os livros didáticos, sustenta a ficção em suas diferentes formas; está na gênese das religiões; é central na política e é integrante da paixão e do amor; enfim, faz parte do ser humano”. (OUTEIRAL, 2004, p.4)

Além de estar presente no cotidiano, a mentira ocupa, desde os primórdios, a reflexão ético-filosófica. O seu objeto é múltiplo. Ela passa por questões do fingimento, do engano e do auto-engano (pontuadas no Capítulo II), suscitando a certeza do sucesso que oferece porque funciona. Dessa forma, defini-la apenas em oposição à verdade é limitá-la, é analisá-la artificialmente, é arriscar-se a imprecisas conclusões, haja vista a mentira, para ser bem

sucedida, necessitar ter uma aparência de verdade e a verdade poder ser ilusória, relativa. “A única verdade e a única certeza, ineludível, desde que nascemos, é a morte. E este é, digamos, o nascedouro da mentira, em suas inúmeras formas. A mentira, primeira, como negação da morte”. (OUTEIRAL, 2004, p.15).

Indubitavelmente, o conceito de verdade é importante, pois se não houvesse a verdade, como se delimitaria a mentira? Seria, certamente, inviável. Mas como defini-la? Ela é abstrata, pode ser objetiva ou não, pode ser geral e particular, assim, pode ser transitória e constituída no contexto.

Para Foucault, por exemplo, verdade e poder caminham juntos, um não existe sem o outro. Para ele,

Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo(circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos(universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e confronto social(as lutas “ideológicas”). (FOUCAULT, 1979, p.13)

O que existe para o autor é um “regime” da verdade (entendo-se por regime a forma de organização e do exercício de poder), ou seja, todo e qualquer contexto em que se estabelece a verdade e assim, o poder. Logo, a verdade para Foucault se faz no contexto, ela não existe teoricamente, ela é constituída pela linguagem do nós (e esse nós pode ser eu comigo mesmo); portanto, a aceitação de uma verdade gera o poder.

Em síntese, por “verdade”, Foucault (1979, p. 14) entende ser, “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”.

Para Nietzsche, a verdade é um dos postulados da origem em que esta estaria na “articulação inevitavelmente perdida onde a verdade das coisas se liga a uma verdade do discurso que logo a obscurece, e a perde”. (FOUCAULT, 1979, p. 18-19).

[...]. Nova crueldade da história que coage a inverter a relação e a abandonar a busca “adolescente”: atrás da verdade sempre recente, avara e comedida, existe a proliferação milenar dos erros. Mas não acreditamos mais “que a verdade permaneça verdadeira quando se lhe arranca o véu; já vivemos bastante para crer nisto”. A verdade, espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável. E além disto a

questão da verdade, o direito que ela se dá de refutar o erro de se opor à aparência, a maneira pela qual alternadamente ela foi acessível aos sábios, depois reservada apenas aos homens de piedade e, seguida retirada para um mundo fora de alcance, onde desempenhou ao mesmo tempo o papel de consolação e de imperativo, rejeitada enfim como ideia inútil, supérflua, por toda parte contradita – tudo isto não é uma história, a história de um erro que tem o nome de verdade? A verdade e seu reino originário tiveram sua história na história. (FOUCAULT, 1979, p.19)

Ao que tudo indica, Nietzsche, grosso modo, considera a verdade como um ponto de vista construído e firmado historicamente. “Ele não define nem aceita a definição da verdade porque não se pode alcançar uma certeza sobre a definição do oposto da mentira”<sup>4</sup>.

Deixando Foucault (1979) e Nietzsche (1987) e pensando, mais especificamente, no âmbito das “Ciências da Linguagem”, reflitamos na relação da linguagem com a verdade.

Segundo Martin (2003, p.120), a questão da verdade divide os linguistas. Para ele, “muitos estimam que a noção de verdade não pode ser operatória em sua disciplina (como o é na lógica). O único conceito utilizável na opinião deles, é o de validade: um enunciado será válido – exatamente como na lógica – se for bem formado, isto é, se estiver conforme as regras que a língua traz em si”.

Indubitavelmente, o conceito de validade é indispensável, como afirma Martin, com quem concordamos, pois é ela que fundamenta a sintaxe, mas a noção de verdade vai além da sintaxe e é central na linguística, pois a língua é, por natureza, um lugar da verdade.

Esse lugar de verdade deve-se ao fato de a língua conferir a qualquer enunciado um “status veridicional”. “Impossível produzir qualquer enunciado, em qualquer língua, sem tomar posição sobre sua verdade”, como assevera Martin (2003, p.121).

Essa veridicção deve-se à modalização do enunciado, uma vez que ela permite dar conta da percepção pelo interlocutor do fato de que o orador crê, insiste naquilo que diz. “[...] eu não escapo do verdadeiro e do falso, linguisticamente colocado, qualquer que seja a asserção que eu produza. Falar de enunciado “modalizado” é quase uma tautologia, tanto é verdadeiro que qualquer enunciado é, por natureza, modalizado. Por causa da modalização, toda uma porção da linguística fica obrigatoriamente consagrada à veridicção”. (MARTIN, 2003, p.121)

No entanto, segundo Martin, a língua é um lugar de verdade não só como fonte da veridicção, mas como receptáculo da analiticidade, a qual tem na linguística um papel determinante. Esse papel, a nosso ver, embasa-se no fato de a analiticidade ter sua verdade assegurada pelo semantismo das palavras que constituem o enunciado e pelas regras sintáticas

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Verdade>. Acesso em 23/07/2010.

da língua que colocam essas palavras num certo tipo de relação.

Retomando Martin (2003, p.122), ele afirma: “a analiticidade linguística tem, ela também, um caráter fluido; de um dicionário para o outro, o conteúdo definitório flutua. Nem por isso as definições deixam de ser, *grosso modo*, equivalentes e, assim, a verdade analítica constitui um dos polos, decerto fundador, do funcionamento linguístico”.

Dessa forma, o sentido da frase pode se definir como o conjunto das condições que devem ser satisfeitas para que ela possa ser verdadeira, continua o autor, de quem tomamos o exemplo:

Qual é o sentido de *Pedro retornou*? Esta frase( $p$ ) é verdadeira se e somente se, num intervalo passado, *Pedro está aqui* ( $q$ ) é verdadeiro, se, num intervalo posterior,  $q$  é falso (porque Pedro deixou o lugar onde está atualmente o falante) e se  $q$  é de novo verdadeiro num intervalo que inclui  $t_0$ , o momento em que o enunciado  $p$  é produzido. Tais relações de verdade podem ser chamadas de analíticas: elas se prendem ao sentido que as frases veiculam. Elas se situam no cerne do mecanismo semântico. (MARTIN, 2003, p.123)

Diante do exposto, é preciso clarificar o tipo de verdade admitido na língua, para quem um modelo binário, conforme Martin, não basta. “Na linguística, a verdade é uma verdade relativa”, pontua o autor (MARTIN, 2003, p.123).

Com efeito, Martin (2003, p.123) afirma que para se tornar operatória na linguística, a verdade deve ser relativizada a “universais de crença”; a conjuntos de “mundos possíveis”; a escalas que supõem que ela é “multivalente”.

Com essa asserção Martin quer dizer que uma concepção aristotélica da correspondência retomada na análise da linguagem natural por um matemático, como por exemplo A. Tarski, o qual afirma que um enunciado como “A neve é branca” é verdadeiro se, na realidade, a neve for branca, não é suficiente às necessidades do linguista.

[...] o predicado *ser verdadeiro* é, em linguística, um predicado de dois lugares: *ser verdadeiro* é *ser verdadeiro para alguém*, para aquele que diz que é verdadeiro. O que é verdadeiro para um pode ser falso para outro. A verdade, em linguística, é uma verdade assumida por um falante: ela é relativa a um “universo de crença”. Podemos chamar “universo de crença” o conjunto das proposições, enunciadas ou não, às quais o locutor, no momento em que fala, é capaz de atribuir um valor de verdade. As frases analíticas, verdadeiras em virtude de seu sentido, são frases verdadeiras em todos os universos de crença. (MARTIN, 2003, p.124).

O falante pode fazer alusão ao universo de um outro, criando uma “imagem do universo”, implícita ou explicitamente, como afirma Martin (2003). E no tocante a “esses universos de crença”, a verdade linguística é relativa também a “conjuntos de mundos

possíveis” (MARTIN, 2003, p.125).

*Se eu fosse você, eu não faria isso.* Como todo enunciado, esse enunciado pretende dizer a verdade (*Verdadeiramente, se eu fosse você...*). Mas *eu*, que me designa como um ser real, é transportado para um mundo onde, perdendo sua identidade, ele não é outro senão você: é nesse mundo, contrafactual (eu sei muito bem que não sou você), que se verifica a proposição *eu não faria isso*. No mundo do que é, só é válida a relação *se p, então q*. É o único compromisso assumido. Os mundos possíveis se definem como conjuntos não contraditórios de proposições (nenhuma proposição inferível é, ali, ao mesmo tempo verdadeira e falsa). (MARTIN, 2003, p.125).

Além de relacionar a relatividade linguística ao universo de crença e ao conjunto de mundos possíveis, Martin a relaciona, também, às escalas de adequação, ou seja, a verdade linguística é “multivalente”:

Aceita-se muito bem o enunciado paradoxal seguinte: *Esse carro é um carro que não é um carro*. O veículo em questão tem certamente as propriedades de um carro (neste sentido, é um carro), mas não tem todas as propriedades esperadas (que o falante julga indispensáveis para que o objeto em causa mereça a denominação *carro*; neste sentido, não é um carro). Isso equivale a dizer que *Esse é um carro* e ao mesmo tempo um enunciado verdadeiro e um enunciado falso. [...]. Em suma, a oposição binária do verdadeiro não basta. É necessária toda uma escala – uma multiplicidade de valores -, talvez uma infinidade. (MARTIN, 2003, p.126).

Isso equivale a dizer que, por natureza, a verdade da língua é uma verdade aproximada.

Considerando o universo de crença, mas numa visão diferenciada da de Martin, Charaudeau (2009) propõe uma discussão da verdade ao afirmar: “verdade e crença estão intrinsecamente ligadas no imaginário de cada grupo social”, pois o homem tem necessidade de basear sua relação com o mundo num “crer ser verdade”. Dessa forma, o autor propõe a distinção entre valor de verdade e efeito de verdade, asseverando que nos dois casos se está diante de um julgamento epistêmico, justificado pela relação crença-verdade.

O efeito de verdade, portanto,

está mais para o lado do “acreditar ser verdadeiro” do que para o do “ser verdadeiro”. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo. (CHARAUDEAU, 2009, p.49)

O valor de verdade

não é de ordem empírica. Ele se realiza através de uma construção explicativa

elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem (mesmo que seja ele quem tenha construído), objetivamente e objetivada, que pode definir-se como um conjunto de técnicas de saber dizer, de saber comentar o mundo. (CHARAUDEAU, 2009, p.49).

O valor de verdade se baseia na evidência, o efeito de verdade se baseia na convicção, “e participa de um movimento que se prende a um saber de opinião, a qual só pode ser apreendida empiricamente [...]”. O efeito de verdade não existe, pois, “fora de um dispositivo enunciativo de influência psicossocial, no qual cada um dos parceiros da troca verbal tenta fazer com que o outro dê sua adesão a seu universo de pensamento e de verdade” (CHARAUDEAU, 2009, p.49).

Durandin (1997), ao falar sobre a noção de verdade, faz distinção entre “realidade” e “verdade”. Para ele, a primeira é “o próprio objeto de que se fala, e do qual se pode ter um grau maior ou menor de conhecimento” (DURANDIN, 1997, p.21). A segunda “é uma relação entre o conhecimento e a realidade”. A respeito do conhecimento, o autor denomina verdadeiro aquele que se aproxima fidedignamente da realidade considerada, ou seja, daquela que é verificável.

A respeito desse conhecimento, Durandin (1997) assevera:

Alguém poderia objetar que não é possível conhecer totalmente uma coisa: cada elemento do universo tem ligação com os outros, e para conhecer qualquer elemento seria necessário teoricamente conhecer todo o universo e sua história. Ou se poderia objetar que todo conhecimento é relativo, no sentido de que depende de quem está tomando conhecimento: dois seres diferentes não têm a mesma percepção de um mesmo objeto. (DURANDIN, 1997, p.22)

No entanto, conclui o autor: essas duas dificuldades não são razão para renunciar à ideia de verdade e cair no relativismo, uma vez que não se tem necessidade do conhecimento total de determinada coisa para se conduzir na vida prática, o que implica na asserção: “da mesma forma, para induzir alguém em erro, e modificar assim sua conduta, não é necessário lhe dar uma representação completamente falsa da situação, basta enganá-lo a respeito de um número limitado de pontos”. (DURANDIN, 1997, p.22).

Dessas afirmações, advém a que aqui se destaca: “a mentira é portanto definível, mesmo na ausência de um conhecimento total da realidade”. (DURANDIN, 1997, p. 22).

Tanto Durandin quanto Charaudeau, cada um a seu modo, chegam à conclusão de que o que se diz ou não se diz dependerá, essencialmente, do efeito que se deseja produzir (algo parecido com Foucault e Nietzsche?).

Assim, cada discurso modula seu efeito de verdade, como afirma Charaudeau (2009,

p. 50) e as estratégias argumentativas empregadas tendem a provar sua autenticidade.

Diante do exposto, visando a um profícuo estudo, volvemo-nos para uma breve pontuação de um conjunto de conhecimentos relativos ao conceito da mentira, sob o ponto de vista de alguns pensadores : uma história da mentira?

Derrida (1996, p.38) afirma:

Teremos dificuldade em acreditar que a mentira tem uma história. A história da mentira, quem ousaria contá-la? E quem a prometeria como uma história verdadeira? Pois mesmo supondo-se, *concesso non dato*, que a mentira tivesse uma história, ainda assim seria preciso contá-la sem mentir. E sem ceder com exagerada facilidade a um esquema convencional e dialético que faria com que a história do erro, como história e trabalho do negativo, contribuísse ao processo da verdade, à verificação da verdade, com vistas ao saber absoluto. Se é que existe uma história da mentira, isto é, do falso testemunho, se é que toca em alguma radicalidade do mal chamado mentira ou perjúrio, ela não poderia se deixar apropriar por uma história do erro ou da verdade. Por outro lado, se a mentira supõe, ao que parece, a invenção deliberada de uma ficção, nem toda ficção ou fábula equivale a uma mentira; tampouco a literatura. Pode-se, desde já, imaginar mil e uma histórias fictícias da mentira, mil e um discursos inventivos, fadados ao simulacro, à fábula, à produção de formas novas referentes à mentira e que nem por isso sejam histórias mentirosas, isto é, se adotarmos o conceito clássico e dominante da mentira, histórias que não sejam perjúrios e falsos testemunhos.

Ao “invocar” o conceito clássico e dominante da mentira, ou seja, o falso testemunho, o perjúrio, a invenção deliberada de uma ficção, Derrida (2006) questiona sobre a existência, em estado prático e teórico, de um conceito predominante da mentira em nossa cultura, pontuando a complexidade da questão, haja vista o fato de que para se mentir ter-se-ia de fazê-lo propositadamente e esse propósito seria impossível, “em sentido restrito”, como afirmado anteriormente, de ser comprovado, uma vez que o locutor poderá afirmar que se enganou e que sua intenção não era enganar outrem, mas houve um “mal-entendido” entre o dizer e o querer dizer.

A respeito desse “mal-entendido” entre o dizer e o querer dizer, concordamos com o psicólogo americano B.F. Skinner (2003) quando afirma que uma das estratégias do ser humano para “fugir” de algo que não “quer” ou não “sabe” explicar, não conseguindo “provar” o que diz ou o que sente, é lançar-se no privado (“não foi isso que eu quis dizer”), pois é ali que se encontram as motivações e quem pode afirmar que a motivação do outro é esta ou aquela, além da própria pessoa? O que se pode mensurar é tão somente o enunciado e a enunciação em que está inserido o locutor, o que Skinner chama de “comportamento verbal”.

Falar a verdade ou contar a mentira são comportamentos verbais aprendidos e mantidos pelas consequências que produzem, em primeiro lugar para aquele que fala. Assim,

a elaboração da argumentação do locutor (origem da mentira) é sustentar a mentira que enuncia. A própria negação, ou afirmação de ter se enganado, é, a nosso ver, uma justificativa para esquivar-se das consequências de seu dito e da situação que esse dito envolveu o locutor.

O locutor, no intuito de agir sobre o outro, sabe escolher e usar os enunciados adequados para convencer o seu interlocutor de que o que está falando é a verdade.

Portanto, o que está em pauta é a intenção. Em palavras de Derrida (1996, p.10):

Tal intenção, que define a veracidade ou a mentira na ordem do *dizer*, do ato de dizer, permanece independente da verdade ou da falsidade do conteúdo, daquilo que é *dito*. A mentira depende do dizer e do querer-dizer, não do dito "... não se mente ao enunciar uma asserção falsa que cremos verdadeira e (...) antes mente-se ao enunciar uma asserção verdadeira que cremos falsa. Pois é pela intenção (*ex animi sui*) que se deve julgar a modalidade dos atos".

Ao pontuar essa definição, o autor apresenta a complexidade do conceito, uma vez que os conceitos têm uma história, e por tê-la, ele está inserido num "vir a ser", apropriando-nos de Derrida (1996, p.10), que o expõe ao risco de lhe relativizar a autoridade e o valor.

No entanto, apesar dessa complexidade, a crença é fator preponderante para a conceituação da mentira, pois quando o locutor diz uma coisa falsa crendo que é verdadeira, tendo fé no que está dizendo, não mente; assim como não mente quando tem opinião formada de que é verdadeiro aquilo que diz, pois a intenção não é a de enganar.

Como pontuado em Derrida (1996, p.11), "aquele que crê sente por vezes que ignora aquilo que é objeto de sua crença, sem por isso duvidar da verdade desta, por ser ele muito firme em sua fé. Aquele que formou uma opinião sobre algo pensa saber o que ignora".

Dessa forma, uma asserção de conteúdo falso por parte de um locutor, ou seja, não correspondente aos fatos da realidade, pode ressoar-lhe verdadeira, ao passo que uma asserção de conteúdo verdadeiro, correspondente aos fatos da realidade, pode ressoar-lhe falsa. Esse fato nos reporta ao quadro de referência de uma determinada realidade sob o ponto de vista do locutor, ou seja, a forma como conhece e como direciona o seu olhar para os objetos, uma vez que, pensamos nós, o conhecimento, quando inteiramente semiotizado, interfere na percepção do referencial.

Isso posto, é preciso distinguir entre "a história do conceito de mentira e a história da própria mentira, uma história e uma cultura que influem na prática da mentira, formas, motivações, técnicas, vias e efeitos da mentira" (DERRIDA, 1996, p.9).

Para Derrida (1996, p.9), "mesmo dentro de uma única cultura, em que reinasse com exclusividade um conceito estável da mentira, a experiência social, a interpretação, a prática

do mentir podem mudar, resultando em outra historicidade, em historicidade interna da mentira”; ou seja, não é suficiente reconhecer o que distingue o conceito de mentira de outros conceitos em outras histórias e culturas, é preciso, como assevera o próprio autor, “examinar a hipótese de uma historicidade prática, social, política, tecnológica que o teria transformado, até marcado, por rupturas dentro de nossa tradição”.

Dessa forma, Derrida (1996, p.10). questiona:

Mas será que algum dia se tornará possível distinguir entre

- uma história (*Historie*) do conceito de mentira;
- uma história (*Geschichte*) da mentira, feita de todos os acontecimentos que se deram com a mentira ou pela mentira;
- uma história verdadeira que ordena a narrativa (*Historie, historia rerum gestarum*) dessas mentiras ou da mentira em geral?

Como dissociar ou alternar as três tarefas? Não nos esqueçamos jamais dessa dificuldade.

Cientes que estamos dessa dificuldade pontuada pelo autor, mas ávidos por conhecermos a constituição do conceito em pauta a fim de analisarmos a mentira, sob o aspecto da linguagem, na contemporaneidade, em especial, no contexto político da democracia brasileira, evocamos três pensadores que engendraram tentativas de se refletir sobre a mentira e, cremos, corroborarão para a análise que aqui propomos.

Os primeiros desses pensadores são Immanuel Kant e Benjamin Constant, que travam um “debate cultural” (ensaio, “Das reações políticas”, publicado no fascículo VI, n.1, da revista “A França no Ano de 1797”), a respeito do suposto “direito de mentir”.

Tais filósofos, segundo Puente (2002, p.11), ilustram, junto a Rousseau, Hobbes e Schopenhauer, “vertentes jusfilosóficas que testemunham o apogeu e o declínio da confiança iluminista nos poderes da razão”.

Kant citado por Puente (2002) professa a absoluta condenação moral da mentira, definindo-a num modo em que, junto, pontua o imperativo da veracidade ou veridicidade: o contrário da mentira não é a verdade nem a realidade, mas a veracidade ou a veridicidade, o dizer verdadeiro, o querer dizer verdadeiro.

Para ele, o dever da veracidade é imperativo e incondicional, o que parece excluir, em palavras de Derrida (1996, p.11), com quem concordamos, “qualquer consideração histórica, qualquer fator ligado a condições ou hipóteses históricas”.

A veracidade é, então definida, como um absoluto e formal dever do homem, sejam quais forem as consequências que dela advirem.

Benjamim Constant citado por Puente (2002, p.13) argumenta que “uma proibição absoluta da mentira conduziria a uma situação limite intolerável: sob quaisquer condições, jamais teríamos um direito de mentir; nem mesmo a um assassino que, armado e disposto a matar, nos inquirisse sobre a presença em nossa casa de um nosso amigo que lá tivesse buscado refúgio”.

Portanto, o princípio de falar a verdade em qualquer ocasião só poderia ser aceito sem “produzir inconvenientes, em associação com princípios intermediários, que fornecessem a regra de sua aplicação”. (BENJAMIN CONSTANT *apud* PUENTE, 2002, p.13).

Para Constant, o princípio da veracidade não tem plausibilidade, assim,

o elo que tornaria o princípio segundo o qual não se deve mentir [...] seria fornecido pela seguinte equação: todo direito tem necessariamente como contraparte um dever. Por essa razão, quando pensamos num direito, em relação à mentira, temos que pensar num dever de dizer a verdade. (CONSTANT *apud* PUENTE, 2002, p.13).

O “dever” de dizer a verdade é condicional, pois está sempre atrelado a um direito correspondente: “assim, somente temos o dever de dizer a verdade àquele que tem um direito à verdade. Ora, o assassino, justamente em razão de sua oposição ao Direito, não tem um direito à verdade, ou melhor, sua condição criminosa e injusta o exclui do círculo de pertinência desse direito”. (CONSTANT *apud* PUENTE, 2002, p.14).

Com efeito, a razão humanitária é quem autoriza o direito de mentir. Segundo Benjamin Constant, “nenhum homem que prejudica os outros tem direito à verdade” (*apud* PUENTE, 2002, p.70). Mas o que o filósofo chama de “prejudicar os outros”? E como “lidar” com esse “direito à verdade”, uma vez que a veracidade das declarações constitui-se elemento fundamental do conceito do Direito?

Kant (*apud* PUENTE, 2002, p.15) critica Benjamim Constant e aponta a “impossibilidade lógica de se vincular, com sentido, direito e verdade, tal como inadvertidamente se admite com a expressão ‘ter direito à verdade’”..

Com efeito, argumenta Kant, sendo a verdade uma propriedade lógica de juízos objetivos, “um direito à verdade” é uma expressão desprovida de sentido, pois não se pode formulá-la em termos do “meu e do teu” jurídicos, como se alguém pudesse, como ocorre com prerrogativas de direito, pretender estar objetivamente de posse da verdade, com exclusão de outrem. Suprema insensatez seria, então, aquela do “filósofo francês” ao vincular direito e mentira, na medida em que esse laço corrói as bases e fundamentos do Direito. (CONSTANT *apud* PUENTE, 2002, p.15).

Esse argumento de Kant apresenta sua inserção no campo do “contratualismo”, em cuja base está a veracidade das declarações; contrato que, apropriando-nos de Puente (2002, p.17), é “matriz do Direito, por assim dizer e pode ser a garantia de realização concreta da liberdade”.

Ao contrário de Benjamin Constant, para Kant deve-se ser verídico (honesto), de boa fé, em todas as declarações, sendo a mentira aquela que corrompe na raiz todas as coisas humanas. Se não se banir incondicionalmente a mentira, destrói-se o laço social da humanidade em seu próprio princípio. É aí que reside o “mandamento da razão”: de dizer o verdadeiro, de querer dizer o verdadeiro.

Como se pode perceber, o texto apresenta uma forma radical de analisar a mentira, ratificando o fato de que o seu teor é jurídico e não ético. Em se tratando desse teor jurídico, abrimos um breve parêntesis para nos reportarmos à Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXIII, que assegura ao preso o direito de permanecer calado, sendo-lhe assegurado a assistência da família e de advogado. Lei que implicou na alteração posterior do Código de Processo Penal, artigo 186, o qual garante ao réu o direito ao silêncio sem que isso lhe implique prejuízo de defesa.

Esse direito ao silêncio tem sido interpretado, muitas vezes, pela jurisprudência processual penal como o direito à mentira, direito de autodefesa, haja vista ser o interrogatório não apenas um meio de alcançar a prova, mas, sobretudo, um modo de defender-se.

Para Couceiro (2004, p.23), “o direito ao silêncio é o selo que garante o enfoque ao interrogatório como meio de defesa, e que assegura a liberdade de consciência do acusado”. Diante dessa asserção, nos perguntamos: não seria esse “assegurar da liberdade de consciência do acusado” uma permissão, ainda que implícita, para o mentir, uma vez que o réu, tendo a convicção de que não sofrerá punição, pode calar-se ou dizer o que bem entender, oferecendo a sua versão dos fatos? É plausível confiar na razão do acusado (confiança iluminista nos poderes da razão?), julgando que ele entenderá que o direito que lhe é atribuído de silenciar-se (num primeiro momento) para não se auto-incriminar implica num dever de dizer a verdade em nome da coletividade envolvida no processo, não agindo em interesse próprio? Ao que nos parece, o réu não tem a obrigação de falar a verdade, ele pode silenciar-se ou mentir, alegando defesa própria, o que não constitui, pensamos, ameaça ao Princípio da Presunção de Inocência, o qual afirma que ninguém poderá ser considerado culpado até que se prove o contrário. E aqui, fechamos o parêntesis aberto.

Outra pensadora é Arendt (2000), com o seu artigo intitulado: “Vérité et politique” (Verdade e Política), no qual afirma e pergunta:

as mentiras sempre foram consideradas como ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também do estatista. Por que é assim? E o que isso significa, por um lado, para a natureza e dignidade do âmbito político, e, por outro lado, para a natureza e dignidade da verdade e da veracidade? (ARENDR, 2000, p. 283).

Arendt chama-nos a atenção para o que seria, em palavras de Derrida (1996), “uma mutação na história da mentira que estaria em ação ao mesmo tempo na história do conceito e da prática do mentir”. Ela pontua, em seu texto, como a mentira, no transcurso da história, em termos de ação política, era inicialmente utilizada como “substituta” de meios mais violentos, considerada como instrumento, “relativamente inofensivo”, no arsenal dessa ação, aqui entendida como categoria de meios e fins.

A autora afirma que em prol do desejo de descobrir o dano que o poder político é capaz de infligir à verdade, investiga essa questão mais por razões políticas que filosóficas, e dessa forma faz distinção entre a verdade racional, a verdade fatural e a opinião.

A primeira, relacionada aos axiomas, descobertas e teorias, é produzida pelo cérebro humano e tem em suas espécies comuns as verdades matemáticas, científicas e filosóficas. Ocorre no “campo das ocupações dos homens, em sempiterna mudança, em cujo fluxo não há nada mais permanente do que a permanência, reconhecidamente relativa, da estrutura da mente humana”. (ARENDR, 2000, p. 288).

Foi nesse “tipo” de verdade que o conflito, segundo Arendt, entre verdade e política foi descoberto e articulado pela primeira vez. E aqui entra um fato essencial: “o contrário de uma asserção racionalmente verdadeira é ou erro e ignorância, como nas Ciências, ou ilusão e opinião, como na Filosofia. A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações fatuais” (ARENDR, 2000, p. 288).

Mediante tal asserção, fazemos um parêntesis: a palavra grega para mentira é *pseudos* que também significa “ficção”, “erro”. Por isso que Platão em sua *República* é obrigado pela língua grega a usar a expressão *pseudos* “*involuntário*” ao referir-se ao erro e *pseudos* “*voluntário*” ao referir-se à mentira. Mediante tal asserção, reiteramos que, neste trabalho, tratar da mentira não significa tratar de um erro, mas de um “ato voluntário” e intencional.

Fechado o parêntesis, voltamos à verdade racional que, embora possa ser fruto dos mais “desvairadamente especulativos” axiomas, descobertas e teorias ou considerada em sua sempiterna mudança, ainda é, para Arendt, mais provável de ser reproduzida do que “um fato

de importância, esquecido, ou, mais provavelmente, dissimulado pela mentira, ser algum dia redescoberto”. (ARENDR, 2000, p. 288).

A essa afirmação está ligada a verdade fatural, caracterizada pelo relato do fato por parte do “contador da verdade”, pela realidade comum e fatural vista e anunciada por esse contador.

A verdade fatural relaciona-se sempre com outras pessoas: “diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende da comprovação; existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade. É política por natureza” (ARENDR, 2000, p. 295)

Sendo assim, os fatos podem ser interpretados e movidos pela opinião, embora não se possa negar a existência do que Arendt denomina de “matéria fatural”.

Por conseguinte, a autora aponta o conflito entre verdade e opinião. A primeira, a do filósofo, aquela em cujas coisas que eram por sua mesma natureza sempiternas se podiam derivar princípios que estabilizassem os assuntos humanos. A outra, a mera opinião, equacionada com a ilusão, pertencente à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder. “Todo governo assenta-se sobre a opinião”. (JAMES MADISON *apud* ARENDR, 2000, p.289).

Para Arendt (2000, p. 292):

o deslocamento da verdade racional para a opinião implica na mudança do homem no singular para os homens no plural, e isso significa um desvio de um domínio em que, diz Madison, nada conta a não ser o “raciocínio sólido” de uma mente para uma esfera onde a “a força da opinião” é determinada pela confiança do indivíduo “no número dos que ele supõe que nutram as mesmas opiniões.

Madison faz distinção entre a vida no plural (vida do cidadão) da vida do filósofo, mas sem consequência prática, segundo Arendt, uma vez que “uma nação de filósofos é tão pouco de esperar quanto a raça filosófica de reis desejada por Platão” (ARENDR, 2000, p. 292).

Para a autora, uma “nação de filósofos” teria sido uma contradição em termos para Platão, “cuja inteira Filosofia Política, inclusive seus traços expressamente tirânicos, assenta-se sobre a convicção de que a verdade não pode ser obtida nem comunicada entre a massa” (ARENDR, 2000, p. 292).

Arendt afirma que “no mundo em que vivemos, os derradeiros vestígios desse antagonismo entre a verdade do filósofo e as opiniões da praça do mercado desapareceram” (2000, p.292).

Nem a verdade da religião revelada, a qual os pensadores políticos do século XVII ainda tratavam como grande malefício, nem a verdade do filósofo, desvelada ao homem solitário, interfere mais nos negócios do mundo. Com respeito à primeira, a separação entre Igreja e Estado trouxe-nos a paz, e, quanto à última, há muito deixou de reclamar direitos – a menos que se tomem as modernas ideologias a sério como filosofias, o que é com efeito difícil, já que seus partidários proclamam-nas abertamente armas políticas e consideram irrelevante toda a questão da verdade e veracidade. Pensando em termos de tradição, é possível que nos sintamos autorizados a concluir, desse estado de coisas, que o antigo conflito finalmente foi resolvido, e sobretudo que sua causa original, o embate da verdade racional com a opinião, desapareceu. (ARENDT, 2000, p. 292,293).

No entanto, como a própria autora afirma posteriormente:

Estranhamente, porém, não é isso que acontece, pois o embate da verdade fática com política que hoje testemunhamos em tão larga escala tem – pelo menos quanto a alguns aspectos – feições bastante análogas. Ao passo que, provavelmente, nenhuma época passada tolerou tantas opiniões diversas sobre assuntos religiosos ou filosóficos, a verdade fática, se porventura opõe-se ao lucro ou prazer de um determinado grupo, é acolhida hoje em dia com maior hostilidade que nunca. Sem dúvida, os segredos de Estado sempre existiram; todo governo precisa classificar determinadas informações, subtraí-las da percepção pública, e os que revelam segredos autênticos foram sempre tratados como traidores. Não é com isso que me preocupo aqui. Os fatos que tenho em mente são conhecidos publicamente, e, não obstante, o mesmo público que os conhece pode, com êxito e, amiúde, espontaneamente, transformar em tabu sua discussão pública, tratando-os como se fossem aquilo que não são – isto é, segredos. [...]. O que parece ainda mais perturbador é que, na medida em que as verdades fáticas inoportunas são toleradas nos países livres, amiúde elas são, de modo consciente ou inconsciente, transformadas em opiniões. (ARENDT, 2000, p.293).

Asserção atualíssima essa da autora, a nosso ver, pois reabre a questão da verdade *versus* a opinião. E aqui entra o quadro de referência de uma realidade comum e “comumente reconhecida”, pois põe-se em pauta o ponto de vista do “contador da verdade”, cuja tendência é transformar o fato em opinião, e, apropriando-nos, novamente de Arendt, essa mudança da verdade filosófica para a opinião, assim que penetra na praça pública, não é meramente uma modificação de raciocínio de uma para outra, mas, sobretudo, de um modo de existência humana para outro.

Afirmção que nos conduz a questionar, junto a autora, sobre a existência dos fatos independentes da opinião e da interpretação (ao contrário do que demonstrado por gerações de historiadores e filósofos), ratificando que há limites entre eles, e por mais que se admita um “direito”, essencialmente dos historiadores, de se rearranjar um fato de acordo com a sua própria perspectiva, não se tem o direito de tocar na própria matéria fática, ou seja, “seria preciso bem mais do que os caprichos de historiadores para eliminar da memória” a existência da matéria fática.

No entanto, a verdade fatural pode se tornar tão vulnerável quanto a verdade filosófica racional se exposta, como afirma Arendt (2000, p. 301) “à hostilidade dos defensores de opiniões”, pois o sentimento de pertença a uma determinada maioria, numa determinada circunstância pode “até encorajar o falso testemunho”.

Isso porque a verdade fatural, assim como a opinião, não é autoevidente e, além disso, para que a evidência fatural seja estabelecida são necessárias confirmações de “testemunhas oculares – notoriamente não fidedignas – e registros, documentos e monumentos, os quais “podem, todos, ser suspeitos de falsificação”. (ARENDR, 2000, p. 301)

A marca distintiva da verdade fatural, como assevera Arendt (2000, p. 308), “consiste em que seu contrário não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião, nenhum dos quais se reflete sobre a veracidade pessoal, e sim a falsidade deliberada, a mentira”.

Para a autora, “o apagamento da linha divisória entre verdade fatural e opinião é uma das inúmeras formas que o mentir pode assumir, todas elas formas de ação. O mentiroso é um homem de ação, ao passo que o que fala a verdade, quer ele diga a verdade fatural ou racional, notoriamente não o é”. (ARENDR, 2000, p. 309).

O mentiroso é um “homem de ação” porque além de poder tentar, por exemplo, alterar algum registro, inclusive histórico, o que se constitui uma forma de ação, pode, diante de um determinado público (a quem não está convencendo com sua falsidade) reclamar “direito constitucional”, como afirma Arendt (2000, p. 309), ao que constitui sua “opinião”.

O que conta a verdade fatural, ao penetrar no âmbito político e ao identificar-se com interesses parciais e com a formação do poder, concilia acerca da única qualidade que poderia ter tornado plausível sua verdade, a saber, sua veracidade pessoal, assegurada pela imparcialidade, integridade e independência. Dificilmente haverá uma figura política mais passível de suspeição justificada do que o contador da verdade profissional que descobriu alguma feliz coincidência entre a verdade e o interesse. O mentiroso, ao contrário, não carece de uma acomodação equívoca semelhante para aparecer no palco político, ele tem a grande vantagem de estar sempre, por assim dizer, em meio a ele. Ele é um ator por natureza; ele diz o que é por desejar que as coisas sejam diferentes daquilo que são – isto é, ele quer transformar o mundo. Ele tira partido da inegável afinidade de nossa capacidade de ação, de transformar a realidade, com a misteriosa faculdade que nos capacita a dizer “O sol brilha” quando chove a cântaros. [...], a capacidade de mentirmos – mas não necessariamente a de dizermos a verdade – é dos poucos dados óbvios e demonstráveis que confirmam a liberdade humana.[...], para o político profissional é quase irresistível superestimar as possibilidades dessa liberdade e, implicitamente, tolerar a negação ou distorção mentirosa dos fatos. (ARENDR, 2000, p.309).

A mentira é aqui relacionada à liberdade porque o mentiroso é livre para moldar os seus “fatos” de acordo com seus interesses e ou expectativas de seu auditório, podendo tornar-se mais convincente do que aquele que diz a verdade.

Essa modelagem dos fatos deve-se ao seu caráter contingente, ou seja, a eterna possibilidade de o fato ter acontecido de outro modo, o que acarreta na seguinte afirmação de Arendt (2000, p. 311): “os fatos não possuem por si mesmos nenhum traço de evidência ou plausibilidade perante a mente humana”.

A respeito da contingência dos fatos é preciso asseverar que, para a autora, o “manifestamente arbitrário” “poderia ter sido de outra forma”, constitui o preço da liberdade dos homens, apesar de que numa perspectiva histórica, toda sequência de eventos aparece como se não pudesse ter acontecido de outra forma. O que, na verdade, é “ilusão óptica, ou melhor, existencial: nada poderia jamais acontecer se a realidade não matasse, por definição, todas as demais potencialidades inerentes a uma dada situação”. (ARENDR, 2000, p. 301).

Essa asserção corrobora com a afirmação de que a verdade fatural não é mais autoevidente do que a opinião, razão à qual, dentre outras, Arendt (200) supõe a atribuição, por parte dos que sustentam opiniões, ao relativo fácil descrédito à verdade fatural como simplesmente uma outra opinião.

Isso posto, Arendt (2000) volta sua atenção ao que, nesta pesquisa, interessa sobremaneira, a saber: “o fenômeno relativamente recente da manipulação em massa de fatos e opiniões, como se tornou evidente no reescrever a história, na criação de imagens e na política governamental efetiva”. (ARENDR, 2000, p. 311).

Segundo a autora, a mentira política moderna lida, não mais como a política tradicional, com coisas que em absoluto constituem segredos, mas com aquelas conhecidas por praticamente todo mundo. Assim, entra em cena a criação de imagens das mais variadas espécies. Imagens que oferecem um “adequado sucedâneo” da realidade.

Com efeito, em palavras da autora: “em consequência das técnicas modernas e dos meios de comunicação de massa, esse sucedâneo está, é claro, muito mais sob as vistas do público que o original em qualquer época”. (ARENDR, 2000, p. 312).

A fim de estabelecer a diferença entre a mentira tradicional e a moderna, a autora pontua duas limitações da primeira, quais sejam: i) a referência apenas a particularidades (“nunca visava iludir, literalmente, todas as pessoas; dirigia-se ao inimigo e visava a iludir apenas a ele”); ii) limitação dos que se encontram a serviço da atividade de iludir (geralmente estadistas e diplomatas), os quais podiam enganar outros sem enganar a si mesmos. Essas limitações, segundo Arendt, restringiam “o dano infligido à verdade”. (ARENDR, 2000, p.312), tornando-se “circunstâncias atenuantes”.

Arendt (2000), ao falar do auto-engano como característica da mentira moderna, afirma que somente ele pode criar uma aura de veracidade e constitui-se em perigo da moderna manipulação dos fatos.

Mesmo no mundo livre, onde o governo não monopolizou o poder de decidir e dizer o que é e o que não é fatualidade, gigantescas organizações de interesses generalizaram uma espécie de mentalidade de *raison d'état* que, antigamente, se restringia ao trato de negócios estrangeiros e, em seus piores excessos, a situações de perigo claro e imediato. E a propaganda nacional ao nível governamental aprendeu mais do que alguns truques da prática comercial[...]. As imagens criadas para consumo doméstico, ao contrário das mentiras dirigidas a adversários estrangeiros, podem tornar-se uma realidade para todos e sobretudo para o seus próprios criadores, os quais se avassalam, ainda no ato de preparar seus “produtos”, pelo mero pensamento da quantidade potencial de suas vítimas. Sem dúvida os originadores da imagem mentirosa que “inspiram” os persuasores ocultos sabem, todavia, que desejam enganar um inimigo ao nível social ou nacional, porém o resultado é que todo um grupo de pessoas e mesmo nações inteiras podem orientar-se por uma teia de ilusões à qual seus líderes desejaram sujeitar seus oponentes. (ARENDR, 2000, p.315).

Para a autora, o esforço principal é focado no manter a imagem da propaganda intacta, tanto por quem engana quanto por quem é enganado, há uma “autoilusão”.

A “autoilusão” ou enganar a si mesmo, constitui-se determinante na análise da mentira moderna feita por Arendt (2000), a qual pontua a dificuldade de mentir aos outros sem mentir a si mesmo: “quanto mais bem sucedido for um mentiroso, maior é a probabilidade de que ele seja vítima de suas próprias invenções” (ARENDR, 2000, p. 314).

No entanto, apropriando-nos de Derrida (1996), é sobretudo “à modernidade que ela (Arendt) atribui tal possibilidade, inferindo uma consequência muito paradoxal a respeito da própria democracia, como se esse regime ideal fosse também aquele em que o *enganar* estivesse propriamente destinado a se tornar o *enganar a si mesmo*”.

Dessa forma, Arendt (2000) reconhece a força dos argumentos dos críticos conservadores da sociedade de massas que têm sublinhado, detalhadamente, os perigos da democracia: “Politicamente, o ponto fundamental é que a moderna arte de auto-ilusão tende a transformar uma questão externa em um problema interno, de modo que o conflito internacional ou intergrupar torna, qual fora um bumerangue, ao palco da política doméstica”. (ARENDR, 2000, p. 316).

Para ela, essa força de argumentos dos conservadores baseia-se no “fato inegável” de que “sob condições plenamente democráticas, iludir sem auto-iludir é pouco menos que impossível”. (ARENDR, 2000, p. 316).

Em síntese, Arendt (2000) aborda a política sob a perspectiva da verdade, a qual, segundo ela, conceitualmente é aquilo que não se pode modificar, mas metaforicamente é solo “sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós”. (ARENDR, 2000, p. 325).

A política, lembra a autora, é um lugar privilegiado para a mentira. Diante disso, junto a Derrida (1996, p.12), nos perguntamos: “Se a história, e particularmente a história política, está repleta de mentiras, como bem se sabe, como a própria mentira poderia ter uma história?”

Pontuar, portanto, uma história da mentira, bem como conceituá-la é algo complexo, no entanto, podemos afirmar que ela não é um estado ou um fato, mas, reiteramos, um ato intencional, um objeto discursivo, um ato de linguagem. Assim, resumimos as asserções sobre o conceito de mentira, retomando alguns aspectos dos autores discutidos.

Seja abordada no direito, por razão humanitária, como o fizeram Kant e Benjamin Constant, seja na política, lugar fértil para ela, como pontuado por Arendt (2000), a mentira é abordada como uma construção intencional, cuja imaginação é raiz comum à capacidade de agir.

O mentiroso é ator, é “alguém afirmando que está dizendo a verdade”. Ele sabe a diferença entre aquilo que pensa e aquilo que diz. Ele sabe que está mentindo.

Para Kant citado por Puente (2002), o princípio de falar a verdade é restrito a determinadas situações, assim, o “dever” de dizer a verdade está sempre atrelado a um direito correspondente: só se tem o dever de dizer a verdade àquele que tem o direito à verdade, ou seja, àquele que não prejudica os outros.

Kant (*apud* PUENTE 2002) critica Benjamin Constant no apontamento da impossibilidade lógica de se vincular direito e verdade, e afirma que esta deve ser dita em qualquer situação, pois a mentira destrói o laço social da humanidade em seu próprio princípio.

Kant (*apud* PUENTE 2002), embora trate de dever de direito e não de dever ético, o que poderia, segundo Derrida (1996), “à primeira vista parecer mais propício ou menos irreduzível a um ponto de vista histórico”, parece excluir, na sua definição de mentira, toda a historicidade que, ao contrário, Arendt (2000) introduz na própria essência, no acontecimento e desempenho da mentira.

Arendt trata a mentira ao analisar a política sob o aspecto da verdade, afirmando que ela, a mentira, tem na política campo fértil, reiteramos. Dessa forma, a pensadora faz distinção entre a verdade racional, a fatural e a opinião.

Essa última confronta-se com a verdade, o que provoca um deslocamento desta para aquela, implicando na mudança do homem singular para os homens no plural. A política moderna apresenta feições análogas desse deslocamento, o qual aponta para o ponto de vista do “contador de verdade”, cuja tendência é transformar o fato em opinião, pontuando que, como esta, a verdade fatural não é autoevidente, e o que a marca não é o erro, mas a mentira, a falsidade deliberada.

Para Arendt, o mentiroso é um “homem de ação” e a mentira está relacionada à liberdade porque ele é livre para moldar os seus “fatos” de acordo com seus interesses ou expectativas de seu auditório. Essa liberdade deve-se ao caráter contingente do fato.

A partir daí, a pensadora aborda o fenômeno “relativamente recente” da manipulação em massa de fatos e opiniões, o que caracteriza a política moderna, e numa comparação entre a mentira tradicional com a mentira moderna, afirma que nessa última, a mentira a si mesmo tem papel determinante.

Com efeito, deixando de lado a lógica formal, as questões ético-morais e filosóficas que examinam a legitimidade da mentira e questões psicológicas que abordam o porquê da mentira, o presente trabalho propõe um estudo da mentira, sob o aspecto da linguagem (reitera-se), enquanto objeto discursivo, ato de fala.

Assim sendo, tomamos como ponto de partida para a sua análise, a questão da enunciação como abordada por Benveniste.

### **1.3 A Enunciação, o ethos, o pathos e o logos, e sua relevância no estudo da Mentira**

Pontuada na introdução deste trabalho, a enunciação é aqui entendida como o ato de produção do discurso; em palavras de Benveniste (2006, p. 82), “é colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”.

Esse ato individual pelo qual se utiliza a língua, continua Benveniste,

introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 2006, p. 83-84).

A partir dessa asserção é possível pontuar o caráter dialógico do discurso, que compõe o quadro figurativo da enunciação, haja vista a declaração do locutor enquanto tal e a sua apropriação da língua “implantar” o outro diante de si, “qualquer que seja o grau de presença

que ele atribua a este outro” (BENVENISTE, 2006, p. 84). Ou seja, a enunciação postula um alocutário. Há “uma relação discursiva com o parceiro que coloca as figuras do locutor e do alocutário em relação de dependência mútua” (AMOSSY, 2008, p. 11)

Nesse aspecto, a enunciação está consistentemente ligada à construção do *ethos* e do *pathos*, bem como ao *logos*, e constitui embasamento teórico fundamental para o estudo aqui empreendido, pois implica a relação dos interlocutores com o dizer e o dito. E aqui, apropriamo-nos de Amossy (2008, p. 9), ao afirmar que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”.

Para que isso ocorra, pontua a referida autora, não é necessário o detalhamento de suas qualidades ou um auto-retrato de si, mas, “o estilo, as competências linguísticas, enciclopédicas e as crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa”. (AMOSSY, 2008, p. 9).

Essa construção, no entanto, conforme Amossy (2008, p.9), com quem compactuamos, “não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais”.

A partir dessas asserções, a autora traça uma interessante trajetória para reflexão da noção de *ethos* como a construção de uma imagem de si no discurso, desde Benveniste à análise do discurso, o que aqui, brevemente pontuamos no intuito de enriquecer a presente pesquisa.

Para Amossy (2008, p. 10), “a construção de uma imagem de si, peça principal da máquina retórica, está fortemente ligada à enunciação, colocada no centro da análise linguística pelos trabalhos de Émile Benveniste”: o locutor mobiliza a língua, ao produzir um enunciado, fazendo-a funcionar ao utilizá-la; considerando-se, ainda, a inscrição do locutor e a construção da subjetividade na língua.

Dando seguimento aos trabalhos de Benveniste e permanecendo fiel a noção de “quadro figurativo” do referido autor, Catherine Kerbrat-Orecchioni, afirma Amossy (2008, p.11), retoma o princípio da construção especular da imagem dos interlocutores sugerindo incorporar “na competência cultural dos dois parceiros da comunicação[...] a imagem que eles fazem de si mesmos, do outro e a que imaginam que o outro faz deles”. No entanto, ao fazer isso, declara Amossy (2008, p. 11), “neste estágio de sua reflexão, Kerbrat-Orecchioni vê nesse processo apenas a marca das competências não-linguísticas (ditas “culturais”) dos interlocutores, compreendidas nos dados situacionais que compõem o universo do discurso”.

Deixando a linguística da enunciação e a inscrição do locutor no discurso, Amossy

(2008, p. 12) afirma que “é à pragmática ampliada que caberá desenvolver a questão da imagem de si no discurso, principalmente em razão de seu interesse pelas modalidades segundo as quais o locutor age sobre seu parceiro na troca verbal”.

Essa asserção nos é cara porque há, aqui, conforme pontua a autora, a passagem da interlocução à interação, ou seja, a construção da imagem de si no e pelo discurso participa da influência mútua que exercem os interlocutores.

Nessa perspectiva interacional, Amossy destaca o sociólogo Erving Goffman, “cujas pesquisas sobre a apresentação de si e os ritos de interação exerceram profunda influência na análise das conversações”. (AMOSSY, 2008, p. 12).

Goffman citado por Amossy (2008) adota a “metáfora teatral” para falar de “representação”, uma vez que ele mostra a interação social definida como “influência recíproca que os parceiros exercem sobre suas ações respectivas quando estão em presença física uns dos outros”, exige “que os atores forneçam, por seu comportamento voluntário ou involuntário, certa impressão de si mesmos que contribui para influenciar seus parceiros do modo desejado” (GOFFMAN *apud* AMOSSY, 2008, p.12).

Goffman ainda fala de “papel” (cota) ou de “rotina” definidos como “o modelo de ação preestabelecido desenvolvido durante uma representação e que se pode apresentar ou utilizar em outras ocasiões” (*apud* AMOSSY, 2008, p.12). Assim, conclui Amossy (2008, p.13), “indissociável da influência mútua que os parceiros desejam exercer uns sobre os outros, a apresentação de si é tributária dos papéis sociais e dos dados situacionais”.

Para Amossy (2008), Goffman completa essas noções em sua obra “Os ritos de interação” usando o conceito de face, definida como “o valor social positivo que dado indivíduo efetivamente reivindica por meio da linha de ação que os outros supõem que ele adotou durante um contato particular”.

Esse conceito de face é redefinido por Kerbrat-Orecchioni citado por Amossy (2008, p.13) como “o conjunto de imagens valorizantes que, durante uma interação, tentamos construir de nós mesmos e impor aos outros”.

Nessa noção, remontando-se novamente a Goffman, o essencial para Amossy (2008, p.13), é o “face-work”, ou figuração: “tudo o que uma pessoa executa para que suas ações não a façam perder a face para ninguém – aí incluída ela própria”. Aqui, lembramo-nos de uma asserção de Swift (2006, p. 49), qual seja: “não há homem que debite e espalhe uma mentira com tanta graça como aquele que nela acredita”.

Goffman, com sua “face-work” elabora uma psicossociologia centrada no trabalho e

“as perspectivas abertas pelo autor em seu estudo dos comportamentos na vida cotidiana foram retomadas pela descrição das trocas verbais, na qual elas permitem destacar que “as interações jogam, antes de mais nada, com relações interpessoais, ritualizadas socialmente” (AMOSSY, 2008, p.13)

Apesar das contribuições de Goffman, Kerbrat-Orecchioni e Benveniste, é apenas com Ducrot, pontua Amossy (2008, p.14), que surge o termo *Ethos*, agora integrado às Ciências da Linguagem, e cuja primeira expressão encontra-se na teoria polifônica da enunciação de Ducrot; ou, numa teoria pragmática semântica, como observa a autora.

Ducrot citado por Amossy (2008), embora não tenha desenvolvido sua reflexão sobre o *ethos*, recorre à esta noção para conhecer a aparência conferida a um determinado locutor I pelas modalidades de sua fala. “O *ethos* está ligado a I, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável”. (DUCROT *apud* AMOSSY, 2008, p.15). Tem-se nesta teoria a ênfase na fala como ação que visa influenciar o outro.

Já na análise do discurso de Maingueneau, a noção da construção da imagem de si é pesquisada em sua obra “Genèses Du discours”, na qual é apresentada a “semântica global”, que, segundo Amossy (2008, p.16), “tenta inserir em um modelo integrativo as diversas dimensões do discurso e reservar entre elas um lugar determinante para a enunciação e para o enunciador”. Ou seja, é o conferimento que o enunciador dá a si mesmo, e ao seu alocutário, de um “certo *status*” cujo objetivo é legitimar o seu dizer. Em palavras de Amossy (2008, p.16), “ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber. Ao mesmo tempo, ele mostra certa maneira de dizer, um *modo de enunciação*”.

Com efeito, Maingueneau, em algumas de suas obras, desenvolve a noção de *ethos* articulada à de cena da enunciação, como pontua Amossy (2008, p.16), e toda a sua importância para o autor está no contexto da cenografia, ou seja, a escolha do papel que o locutor faz “mais ou menos livremente” de acordo com o tipo de discurso, a exemplo do ex-presidente Lula que, desde sua primeira eleição, dirigiu-se aos seus eleitores como um homem do povo, um trabalhador como qualquer um deles, os eleitores.

Isso posto, Amossy (2008, p.17) retoma a herança retórica da noção de *ethos* (segundo ela, reivindicada pela pragmática), fazendo um interessante confronto entre o *ethos* pretendido por Aristóteles como a imagem de si construída no discurso e o *ethos* segundo os romanos, pontuado pela autora (2008, p.17), “como um dado preexistente que se apóia na autoridade individual e institucional do orador (a reputação de sua família, seu estatuto social, o que se

sabe de seu modo de vida etc.)”.

Havia uma distinção entre “caracteres oratórios” e “caracteres reais”. O primeiro ligado ao discurso: o locutor parecer isso ou aquilo pelo discurso, e o segundo, associado a autoridade moral ligada à pessoa do orador. Com efeito, Amossy (2008, p.18) afirma compreender por que “a noção de *ethos* é retomada nos manuais de retórica da idade clássica sob a dominação de ‘caracteres oratórios’”.

Amossy (2008) também aborda a noção de *ethos* nas teorias da argumentação contemporâneas, dentre as quais destaca-se Perelman. Aqui, a autora retoma somente “a necessidade que tem o orador de se adaptar a seu auditório, portanto, de fazer uma imagem dele e, correlativamente, de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem”(AMOSSY, 2008, p.19). É esse dinamismo que realça, segundo a autora, a construção de uma imagem de si no discurso.

A partir daí, Amossy (2008, p.23) comenta a teoria do *ethos* fundada na união entre a retórica e a narratologia, desenvolvida por Albert W. Halsall, e as novas perspectivas sobre o *ethos* que são os “estudos culturais”, cuja reflexão baseia-se no privilegiar da construção de um *ethos* discursivo, uma vez que ele é indissociável de um posicionamento político.

A autora conclui, então, a trajetória da reflexão da noção de *ethos* como construção de uma imagem de si no discurso, apontando o diálogo das disciplinas: retórica, filosofia analítica e pragmática, sem deixar, como afirma ela, “de relacioná-las à sociologia da literatura e à narratologia” (AMOSSY, 2008, p.23).

Essa trajetória realizada por Amossy (2008), além de enriquecer o presente estudo porque apresenta um quadro geral do *ethos* nas ciências da linguagem, propõe a reflexão sobre a necessidade de considerar, como faz Amossy, Maingueneau e Haddad, a posição do locutor como ser empírico no campo em que ele se situa (político, intelectual, literário ou outro), o que está associado, pensamos nós, ao chamado “*ethos* prévio”, dimensão importante do *ethos* que diz respeito “à imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra”. (AMOSSY, 2008, p.25).

Em se tratando da mentira e de sua análise no campo político, especialmente, isso é pertinente, pois o ser empírico político encarna, por sua própria enunciação, aquilo que ela evoca, e o faz ser apreciado tanto pela pessoa do orador quanto pela função que ele exerce, o papel que assume. Suas palavras lhe propiciarão uma imagem de grande importância.

Exemplo disso é o ex-presidente Lula que nas eleições de 1989 tinha uma imagem e um discurso (marcado pela orientação argumentativa da crítica) e em 2002, quando eleito pela

primeira vez, essa imagem havia sido alterada, bem como o seu discurso (marcado pela orientação argumentativa da promessa), que a partir dali o apresenta como “um homem do povo”, “o messias esperado”, e o leva à presidência do Brasil.

E aqui, lembramo-nos, especificamente, da retórica, “a arte do bem falar”, cujo objetivo específico era persuadir. Em se tratando de persuasão, no entanto, não a tomamos como Geórgias, citado por Bellenger (1987, p.9), que a via como “algo que superava de muito todas as outras artes sendo de longe a melhor, pois tudo dominava pelo consentimento e não pela violência”, mas, apropriando-nos de Bellenger (1987), tomamo-la como “um processo de influência, mas não um processo qualquer”. É preciso pensá-la sob um novo e amplo prisma, na medida em que permite uma reflexão em termos de interação: “o “persuadido” e o “persuasor” são os agentes sociais “em situação”, com suas paixões, suas crenças, sua lógica, suas vulnerabilidades, suas energias, sua história pessoal” (BELLENGER, 1987, p.9).

No processamento da mentira, enquanto ato de fala, os interlocutores (com suas crenças, seus desejos...) constroem uma imagem um do outro, e essa construção participa da influência que exercem um sobre o outro, bem como da ação resultante da troca verbal. A mentira é um agir, resultado da interação.

Pensando na mentira, ninguém se define como “bom mentiroso”, mas todos admitimos mentir numa ou noutra situação a fim de influenciar nosso interlocutor, a exemplo da “desculpa” do trânsito ruim ao chegar atrasado no emprego, da lisonja, no lugar do elogio, para não “perder a amizade” e assim sucessivamente.

A mentira lança mão desses enunciados que visam atrair o interlocutor, conquistar sua confiança, afastar supostos “perigos” e garantir a ação desejada. Afinal, nenhuma fala é gratuita, toda ela quer passar uma imagem; sempre estamos “vendendo o nosso peixe”, e a pessoa que mente, ainda mais. É essa imagem, construída pela maneira de dizer, que facilitará o alcance da ação desejada.

Nisso, vemos a dependência dos conteúdos da cena de enunciação que eles assumem, o que ratifica a ideia de discurso enquanto “acontecimento inscrito em uma configuração sócio-histórica e não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena discursiva”, como afirma Maingueneau citado por AMOSSY (2008, p.73).

“É por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer”, continua Maingueneau (2008, p.73), daí a importância das escolhas que ele faz dentre as várias possibilidades linguísticas e estilísticas, uma vez que o alocutário é a meta de todo

processo de convicção.

Essa convicção que ratifica, a nosso ver, o fato de a mentira não ser contrária à razão, haja vista ela utilizar de argumentos para apelar à razão (logos), suscitando as paixões do interlocutor. Portanto, no nosso entender, esse “imbricamento” entre *ethos*, *pathos* e *logos* é que conduz o movimento de argumentação da mentira, fazendo com que ela funcione, ou seja, o mentiroso, visando à intervenção intencional no comportamento, atitude ou opinião de seus interlocutores, no que tange a credibilidade em suas palavras e diante delas, ative uma imagem de si, distinguindo-se desses interlocutores pela posse de uma “verdade” que sente na obrigação de transmitir, sem outra pretensão senão a de beneficiá-los. Assim, constrói o seu *ethos* em função das expectativas deste auditório, escolhendo o seu texto e compondo a sua argumentação de acordo com os seus interlocutores (seu saber enciclopédico, seus valores, seus desejos, suas crenças...), o que melhor definirá sua intervenção.

O mentiroso constrói a sua argumentação dentro de um gênero discursivo que melhor alcançará seu auditório, construindo uma imagem de si modelada pelas representações sociais que ele julga partilhadas por seu público. A partir dessa imagem, a argumentação instala, usando aqui as palavras de Amossy (2008, p. 134), “uma troca cuja estratégia consiste em comerciar com os valores comuns” para mostrar ao auditório que, por seu comportamento atual, o locutor está próximo dele, quer o seu bem e sua autoridade é extraída do *ethos* de pessoa íntegra, detentora da verdade.

Mas como se constrói o *ethos* da pessoa que mente? Pode-se defini-lo?

Pensamos que esse *ethos* deve, primeiramente, ser mostrado a partir da tradição retórica, ou seja, o *ethos* da “honestidade”, quanto mais o discurso apresentar um “caráter honesto”, mais digno de crédito será aos olhos do alocutário/auditório.

Aristóteles diz que “um homem rude não poderia dizer as mesmas coisas nem dizê-las da mesma maneira que um homem culto” (EGGS, 2008, p.29). Ou seja, para ele, os “temas” e o “estilo” escolhidos, como pontua Eggs (2008, p.30), devem ser apropriados (*oikeia*) ao *ethos* do orador, a saber, à sua *héxis*, ao seu Habitus, ou – para empregar um termo da sociologia interacionista – ao seu *tipo social*.

Logo, o mentiroso que quer convencer, precisa adequar seus “temas” e “estilo” à construção do *ethos* de pessoa confiável, de virtudes e atitudes honestas e benévolas, de caráter ilibado, considerando que “o que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não diz que é simples ou honesto, mostra-o por sua maneira de se exprimir.” (MAINGUENAU, 2008, p.30).

Ainda que isso não seja válido apenas para o mentiroso, uma vez que todos os que “tomam” a palavra desejam influenciar, ratificamos que é válido também para ele, o mentiroso, haja vista ele não só ter o desejo de convencer, mas necessitar convencer.

Pensamos que talvez a diferença esteja aí: um locutor qualquer **deseja** influenciar por sua palavra e imagem, o mentiroso não apenas deseja, mas **necessita** influenciar e convencer, pois disso depende a validação de sua mentira.

A partir daí, acreditamos, o mentiroso tenha um cuidado maior na construção de seu ethos.

O ethos não é dito explicitamente, mas “mostrado”, ele está vinculado ao exercício da palavra ou, apropriando-nos novamente de Maingueneau citado por Amossy (2008, p. 30), “ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo real, (apreendido) independentemente de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui”.

O discurso, portanto, é o lugar que engendra o ethos, lugar mostrado tão somente nas escolhas linguísticas e estilísticas feitas pelo “logos do orador”; dessa forma, o ethos crível do mentiroso será efeito de seu discurso, um discurso, reiteramos, apresentado pelas escolhas efetuadas pelo orador. Embora isso não seja, necessariamente, uma característica exclusiva do mentiroso, como já pontuamos, é característica dele também.

Essas escolhas, segundo Maingueneau (2008, p.31-32) dizem respeito sobretudo à sua “maneira de se exprimir”, portanto, ao plano da expressão, que inclui a *elocutio* e a *actio* (ou *pronunciatio*), ou, usando os termos de Aristóteles para indicar as qualidades que inspiram confiança: *phrónesis* (“ter ar ponderado” – faz parte do logos); *Arete* (se apresentar como um homem simples e sincero – virtude do ethos) e *eunóia* (“dar uma imagem agradável de si”, ser solidário: “simpatia ativa” para com o outro - pertencente ao pathos).

Diante disso, podemos afirmar que não há um ethos específico para o mentiroso, o que torna a nossa busca pela análise da mentira enquanto objeto discursivo, ainda mais desafiadora. O mentiroso lança mão dos mesmos recursos para construção do ethos como qualquer outro locutor, no entanto, pensamos nós, o que o diferencia é a sua intenção, bem como o agir estratégico que utiliza.

“Os oradores inspiram confiança, (a) se seus argumentos e conselhos são sábios, *razoáveis e conscientes*, (b) se são *sinceros, honestos e equânimes* e (c) se mostram *solidariedade, obsequidade e amabilidade* para com seus ouvintes”. (ARISTÓTELES, 1964 – Ret.II, 1378a6).

Esses argumentos constituem razão que determina, além das demonstrações (*apódeixis*), apropriando-nos de Maingueneau, nossa convicção:

Os oradores enganam [...] por todas essas razões ou por uma delas: sem prudência, se sua opinião não é a correta ou, se pensando corretamente, não dizem – por causa de sua maldade – o que pensam; ou, prudentes e honestos (*epieikés*), não são benevolentes; razão pela qual se pode, conhecendo-se a melhor solução, não a aconselhar. Não há outros casos”. (MAINGUENEAU, 2008, p.32).

Com efeito, “não é preciso “se dar a aparência” de ser honesto e sincero [...], mas **apresentar-se** honesto e sincero para que o verdadeiro e o justo se imponham” (EGGS, 2008, p.37).

O locutor/orador apresenta-se como sincero, solidário, honesto, e assim fazendo, ele alcança o que Eggs (2008, p.39) afirma tratar de uma “integridade discursiva e retórica”. Ele encontra os argumentos apropriados às noções comuns, ou seja, “às tópicas” do seu auditório, apresentando-se sincero para que o justo e o verdadeiro se imponham, lembramo-nos de que “a Retórica é útil porque o verdadeiro e o justo são, por natureza, mais fortes que seus contrários” (EGGS, 2008, p. 38).

E aqui podemos reafirmar, retomando nossa fala anterior, que o ethos do mentiroso, embora não lhe seja algo específico, característica apenas dele, é estratégico, pois visa convencer pelo discurso.

O mentiroso, através do discurso, orienta o olhar do outro, um olhar que pode ser alterado por diversos fatores, haja vista o mapa que fazemos de vários lugares, coisas, pessoas, depender da personalidade, dos valores de cada um, uma vez que a visão é uma representação, é aprendida; é como a percepção, ela nos permite fazer muitas inferências.

E sob este aspecto, reportamo-nos à Análise do Discurso para quem o *ethos* é parte constitutiva da cena da enunciação, “com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência” (MAINGUENEAU *ud* AMOSSY, 2008, p.75).

A análise do discurso não reserva o *ethos* à eloquência judiciária ou à oralidade, propõe que qualquer discurso escrito, mesmo que a negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse: o termo “tom” apresenta a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral: pode-se falar do “tom” de um livro.

Essa determinação da vocalidade, segundo Maingueneau (*apud* AMOSSY, 2008, p.72), “implica numa determinação do corpo do enunciador (e não, bem entendido, do corpo

do autor efetivo). Assim a leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador”

O “fiador”, cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens, vê-se, assim, investido de um caráter e de uma corporalidade, cujo grau de precisão varia conforme os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela é associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social. O *ethos* implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador apóiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de esteriótipos sobre os quais a enunciação se apóia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. (MAINGUENEAU *apud* AMOSSY, 2008, p.72).

O *ethos* se mostra, não é dito. Se o *ethos* está crucialmente ligado ao ato da enunciação, não se pode ignorar, entretanto, que o público construa representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. É o que se tem hoje do *ethos* para um político. E o mentiroso tem esse *ethos* a priori, sua fala não teria efeito nenhum, a não ser que ele não se deixasse revelar, ou seja, o mentiroso transveste-se de honestidade para que o seu discurso funcione, seja bem sucedido.

Por isso, ele deve estar o tempo todo atento à imagem que está transmitindo, testando o seu interlocutor, validando o seu discurso.

É por isso, entendemos, que o mentiroso precisa elaborar, planejar a construção de seu *ethos* a fim de que ele não seja apenas um meio de persuasão, como propõe a retórica tradicional, mas seja parte constitutiva da cena de enunciação.

O mentiroso deve escolher o gênero discursivo a fim de conferir “o lugar” correspondente a seu auditório, captando seu imaginário, atribuindo-lhe uma identidade, invocando uma cena de fala valorizada, ou seja, ele deve desenvolver a enunciação observando o momento e o lugar de onde emana o discurso, o qual desenvolve conteúdos que permitem, apropriando-nos de Maingueneau citado por Amossy (2008, p.78), “especificar e validar a própria cena e o próprio *ethos*, pelos quais esses conteúdos surgem”.

Um exemplo dessa asserção é o discurso populista do ex-presidente Lula (não que estejamos afirmando que Lula seja um mentiroso neste aspecto) cujo *ethos* de “homem do povo”, de homem que procura tornar o Brasil melhor, estabelecendo cumplicidade com os seus e criando o seu próprio quadro de referência, legitima o seu enunciado que, por seu conteúdo, ratifica que só a fala verdadeira do homem vindo do povo pode deter a corrupção dos políticos.

Esse fato nos faz concordar com Strawson (1982, p.209) quando afirma que “a verdade está circunscrita a um locutor específico (eu) no tempo e no espaço em que profere a proposição”. Assim, o conceito de verdade, e também o de mentira, poder ser elaborado a partir da enunciação, pois como afirma Searle (1995b, p.101), “quem faz uma asserção se compromete com a verdade da proposição expressa”.

No entanto, podem existir enunciados falsos, ao contrário da conclusão do argumento de Parmênides; um enunciado não deixa de ser um enunciado por ser falso, ou seja, por não ter correspondência com a realidade objetiva.

Retomando o *ethos*, é importante concluir que a escolha aqui feita de iniciar a sua análise pela retórica e associá-la à enunciação, conforme entendida pela Análise do Discurso de Maingueneau, é uma tentativa de unir a cena de enunciação e o espaço institucional, de adequar a “função social” do locutor ao seu discurso, de onde deriva o “poder das palavras”, ou seja: “o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos”. (AMOSSY, 2008, p.120).

Para Amossy (2008), com quem concordamos, o orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo. “Ele o faz não somente pelo que diz de sua própria pessoa (frequentemente, não é de bom tom falar de si), mas também pelas modalidades de sua enunciação. É então que ele incumbe o receptor de formar uma impressão do orador relacionando-o a uma categoria conhecida”. (AMOSSY, 2008, p.126).

Assim, conclui Amossy (2008, p. 127): “é o conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem”.

Parece, portanto, que a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interna (linguageira). Ela acontece simultaneamente em diferentes níveis. Não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu). A passagem do sujeito falante como ser empírico ou “ser no mundo” para o locutor como pura instância de discurso se efetua por uma série de mediações. [...] a posição institucional do orador e o grau de legitimidade que ela lhe confere contribuem para suscitar uma imagem prévia. Esse *ethos* pré-discursivo faz parte da bagagem dóxica dos interlocutores e é necessariamente mobilizado pelo enunciado em situação. [...]. A imagem de si construída no discurso é constitutiva da interação verbal e determina, em grande parte, a capacidade de o locutor agir sobre seus alocutários. Nesse quadro, a análise retórica que examina o *ethos* como construção discursiva em um quadro interacional se articula, ao mesmo tempo, com a pragmática e com a reflexão sociológica. A primeira permite-lhe trabalhar a materialidade do discurso e

analisar a construção do *ethos* em termos de enunciação e de gênero de discurso. A segunda permite-lhe não somente destacar a dimensão social do *ethos* discursivo, mas também sua relação com posições institucionais exteriores. [...]. A construção discursiva, o imaginário social e a autoridade institucional contribuem, portanto, para estabelecer o *ethos* e a troca verbal do qual ele é parte integrante. (AMOSSY, 2008, p.137).

Em síntese, há uma mutualidade de influências entre o *ethos* institucional e o *ethos* discursivo. O primeiro, sem dúvida, o qual se refere ao “status” de que goza o orador e sua imagem pública, delimita sua autoridade no ato de tomar a palavra, mas é a construção da imagem de si no discurso, como afirma Amossy (2008, p.138), que tem “a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica do campo. A cena da enunciação construída pelo discurso não é puramente imaginária’.

Pensando no político, por exemplo, a expectativa que se tem, já sedimentada no imaginário brasileiro, é a de que todo político, de modo geral, está propenso à mentira. Há um estereótipo do político brasileiro como um “mentiroso profissional”, diríamos. E aqui vemos a “luta” da relação entre o *ethos* prévio e o *ethos* construído enunciativamente. Daí a necessidade, no caso do político brasileiro, primordialmente, em desconstruir esse *ethos* prévio e construir um *ethos* de credibilidade, atentando, essencialmente, para as escolhas discursivas.

As escolhas discursivas, portanto, parecem ser explicadas pelas posições no campo e na luta contínua pela dominação, ou em termos foucaultianos, pelo poder. Tais escolhas conduzem ao sentimento de uma paixão, portanto, o orador deve adaptar-se ao auditório, considerando suas emoções, paixões, sentimentos, idade, condição social... Daí a importância do *pathos*, descrito na introdução deste trabalho.

O ouvinte exerce uma função de juiz ou de espectador; essa função é que determinará a predominância do tempo (passado para a primeira e futuro para a segunda), o que, por seu turno, distinguirá o gênero:

o judiciário refere-se ao passado, pois são fatos passados que cumpre esclarecer, qualificar e julgar. O deliberativo refere-se ao futuro, pois inspira decisões e projetos. Finalmente, o epidíctico refere-se ao presente, pois o orador propõe-se à admiração dos espectadores, ainda que extraia argumentos do passado e do futuro (REBOUL, 2004, p.45).

De acordo com os gêneros, os atos e os valores também variam:

quanto aos atos, a acusação ou a defesa caracteriza o judiciário, o aconselhamento ou desaconselhamento, o deliberativo, e a censura ou o “louvor”, o epidíctico. Quanto aos valores, o judiciário diz respeito ao justo e o injusto, o deliberativo ao útil e inútil (referindo-se, unicamente à cidade) e o epidíctico, ao nobre e ao vil. (LEMOS, 2006, p.35).

Os gêneros determinam as provas, ou os argumentos, encontrados por “lugares” (“topoi”), termo que para Reboul (2004, p.50) é “tão corrente quanto obscuro”, podendo ser traduzido por “argumento” e que depois de Aristóteles foi considerado “termo abrangente que se aplica aos dados mais heteróclitos” (REBOUL, 2004, p.53), pontuado como sendo “tudo o que possibilita a invenção, mas que, por isso mesmo, a nega, pois uma invenção deixa de sê-lo à medida que se torna fácil!” (REBOUL, 2004, p.54).

A invenção, apropriando-nos de Lemos (2006, p.36), “é a busca do orador pelos argumentos específicos para determinado caso e dos meios de persuasão relativos ao tema do seu discurso: *ethos, pathos, logos*”.

Essa noção, no entanto pode parecer ambígua porque se situa entre pólos opostos: o do “inventário” e o da “invenção” no sentido moderno, como assevera Reboul (2004, p.54). O primeiro diz respeito à detecção pelo orador de todos os argumentos ou procedimentos retóricos disponíveis e o segundo à criação de argumentos e de instrumentos de prova; até o *ethos*, explica Aristóteles, a confiança inspirada pelo orador, deve ser “obra de seu discurso”, ou seja, o caráter que ele cria, não o caráter que já tem e que o auditório conhece.

Dessa forma,

como o auditório é a meta de todo o processo de convicção, ele é necessariamente o juiz da conveniência da expressão afetiva do orador. Para poder julgar essa conveniência, ele deve inicialmente dispor de dois sistemas inferenciais de avaliação, a saber, uma *tópica das paixões* e uma *semiótica das paixões*. A *tópica das paixões* permite inferências *dedutivas* a partir das situações-tipo ou dos cenários que desencadeiam determinados afetos. (EGGS, 2008, p.43).

O *pathos* é um dos três componentes da eficácia na persuasão e junto ao *ethos* e ao *logos*, numa relação triangular, constitui o equilíbrio argumentativo; portanto, é imprescindível à análise nesta pesquisa proposta, e, como os outros componentes, é construído tendo em vista uma situação comunicativa específica, considerando os interlocutores ali envolvidos, com suas crenças, desejos, valores, costumes...

Toda argumentação se desenvolve em função de um auditório, em se tratando da mentira, não seria diferente. É o *pathos*, alvo da enunciação, quem direcionará a construção do *ethos* e o desenvolvimento da enunciação. Ele, assim como o *ethos*, é uma construção discursiva, parte de um processo interativo, um comportamento social apreendido somente dentro de uma situação de comunicação precisa, comunicação esta integrada “a uma conjuntura sócio-histórica determinada”, apropriando-nos aqui de Maingueneau (2008, p.60).

O *pathos* é um conjunto de recursos linguísticos e discursivos utilizados para a

construção de efeitos de sentido voltados para a emoção, as “paixões” do auditório que o interpelam de acordo com determinado contexto social e histórico, oferecendo-lhe um conjunto de percepções que lhe permitem partilhar de determinada “emoção” numa dada situação enunciativa.

Na análise da mentira, enquanto objeto discursivo, isso é imprescindível, pois o auditório se vê na situação pontuada pelo ethos, apresentando crença (ou não) naquilo que lhe é dito, fazendo o seu julgamento, o que terá consequências na construção do ethos do mentiroso. Ou seja, se o mentiroso apresenta determinada asserção, baseada em sistema de valores, a fim provocar a crença em seu auditório, mas este não lhe responde como o esperado, o mentiroso precisa mudar, imediatamente, a direção da construção discursiva de seu ethos a fim de alcançar seu objetivo, entendendo que a forma de recepção está ligada às emoções, às crenças, as representações sociais, às expectativas do auditório, portanto, é preciso achar algo comum, o lugar comum em que possam comungar da mesma crença.

Pontuados o ethos e pathos, voltemo-nos para o logos.

O *logos* diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso, como assevera Olivier Reboul (2004, p.49), que continua: “é o aspecto dialético da retórica, que Aristóteles retoma inteiramente dos Tópicos”.

Nos “Tópicos” é feita a distinção de dois argumentos: o entimema (ou silogismo), baseado em premissas prováveis (ou verossimilhanças), que é dedutivo, e o exemplo, indutivo, cuja conclusão do futuro é feita a partir dos fatos passados.

O *logos* é o apelo à razão mediante os argumentos e os “procedimentos retóricos”, como pontua Perelman. “Para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, **pela sua participação mental**” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p.18, grifo nosso).

Na narração (“diegésis”), uma das partes do “plano-tipo”(ou seja, um lugar ao qual se recorre para construir o discurso) o *logos* supera o *ethos* e o *pathos*, como afirma Reboul (2004, p.56).

Essa superação deve-se à busca de eficácia, da qual deve fazer parte três qualidades: clareza, brevidade e credibilidade.

Como ser claro? Ao mesmo tempo pelos termos empregados e pela organização do texto, de preferência cronológica, mas recorrendo às vezes aos retornos, aos *flash-backs*. Como ser breve? Eliminando tudo o que seja inútil, todos os fatos anteriores ao caso, todas as circunstâncias que não esclareçam nada, mostrando que no fundo tudo leva àquilo... Como ser crível? Enunciando o fato com suas causas, sobretudo se o fato não for verossímil; mostrando que os atos se afinam com o caráter de seu

autor, com tudo o que se sabe dele. (REBOUL, 2004, p.56).

As regras da narração falsa são as mesmas da verdadeira, no entanto, a primeira deve ser aplicada de maneira mais estrita, como pontua Reboul (2004, p.56).

Conselhos especiais para narrações falsas: cuidar para que tudo o que se inventa seja possível e não seja incompatível nem com a pessoa, nem com o lugar, nem com o tempo; vincular, se cabível, a ficção a algo de verdadeiro; evitar cautelosamente qualquer contradição (...) e não forjar nada que possa ser refutado por uma testemunha. (O.NAVARRE *apud* REBOUL, 2004, p.56).

O *logos*, portanto, aliado ao *ethos* e ao *pathos*, é pólo complementar do movimento argumentativo e, a nosso ver, aliado àqueles conduz o movimento da argumentação no processamento da mentira, reiteramos.

Sobre essa complementaridade, nos parece pertinente o conceito de esquematização discursiva proposto por Jean-Blaise Grize, o qual, em palavras de Adam (2008, p.95): “é particularmente apropriado para articular o campo linguístico da análise dos discursos ao da retórica e ao da teoria da argumentação”.

Conceito interessante, segundo Adam, por algumas razões, das quais pontuamos: i) o remeter-nos tanto a um processo quanto a um resultado, haja vista, dentre outros fatores, um discurso não poder jamais ser isolado sem riscos, ou seja, há uma cadeia discursiva. O discurso é processado num dado momento histórico e social e assim, está dinamicamente ligado a outros discursos; ii) o fato de que esquematizar é construir um esquema, ou seja, uma representação discursiva por definição parcial e seletiva de uma realidade. Dessa forma, qualquer discurso constrói uma espécie de microuniverso. As esquematizações passam por predicções que se apoiam não sobre conceitos “verdadeiros”, mas sobre noções, ocasionando alguma imprecisão que faz com que cada destinatário deva sempre interpretar o que lhe é proposto; iii) A dimensão fundamentalmente dialógica da esquematização, estabelecida como co-construção em que se inserem a finalidade do esquematizador e as expectativas que ele prepara para seu auditório (auditório este que reconstrói a esquematização, interpreta-a). Uma esquematização tem por função fazer alguém ver alguma coisa, assim, “não dizer tudo”, mas ser sempre pontuada, o que significa que a reconstrução feita pelo auditório precisa fundamentar-se em três pontos: os parâmetros da situação sócio-discursiva da interação em questão, os parâmetros das condições de produção e os das condições de recepção-interpretação.

No processo argumentativo em que está envolta a mentira, objeto discursivo inscrito

em uma configuração sócio-histórica, não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e a cena de enunciação, a qual é constituída pelo *ethos*, pelo *pathos* e pelo *logos*, pólos complementares presentes em qualquer movimento argumentativo.

Entendemos, no que diz respeito à mentira, que o papel do *logos* é organizar o jogo enunciativo fazendo com que “o que parece ser” confunda-se com “o que é”, constituindo-se no lugar que engendra o *ethos* do orador mediante as escolhas linguísticas e estilísticas feitas por ele a fim de convencer de uma verdade o seu auditório e legitimar a inscrição de seu discurso perante um posicionamento discursivo e ideológico; entendendo-se por legitimar a inscrição sócio-histórica de seu discurso a uma formação discursiva.

#### **1.4 Considerações Finais**

Neste capítulo, propusemos, diante da complexidade do tema em pauta, (tendo sido o critério verdadeiro-falso, durante séculos, o eixo de toda pesquisa científica), estabelecer relação entre o conceito de verdade e o conceito de mentira, pontuando que a definição dessa última não deve ser feita apenas em oposição à primeira, para não limitá-la, haja vista a própria verdade poder ser ilusória e relativa.

No entanto, considerando a importância do conceito de verdade para o entendimento e definição do conceito de mentira, sob o aspecto da linguagem, apoiamos-nos em dois filósofos, Foucault e Nietzsche, os quais, em suas definições de verdade, sinalizam para o funcionamento dos enunciados e para o discurso, respectivamente.

Nesse aspecto, junto a Martin (2003), pontuamos a língua enquanto um lugar da verdade, como veridicção e como receptáculo da analiticidade, daí a verdade, na linguística, ser relativa e aproximada, uma vez que para se tornar operatória deve ser relativizada a “universais de crença” e ao conjunto de mundos possíveis, além das escalas de adequação, as quais apresentam a multivalência da verdade linguística.

Prosseguindo na tentativa de adotarmos uma definição da mentira, adequada a esta pesquisa, volvemo-nos para a pontuação, embora breve, de um conjunto de conhecimentos relativos ao conceito e à história da mentira, além da definição dicionarística apresentada inicialmente no capítulo.

Recorremos a Derrida (1996) com sua concepção da dificuldade em acreditar na existência de uma história da mentira, bem como num conceito predominante em nossa cultura, invocando o seu conceito clássico, qual seja, o intencional, distinto do “mal-

entendido”, do engano.

Diante dessa postura e cientes da dificuldade apontada por Derrida (1996), tendo em vista o estudo da mentira sob o aspecto da linguagem, no contexto político da democracia brasileira, evocamos três pensadores que engendraram tentativas de se refletir sobre a mentira.

Os primeiros, Kant e Benjamin Constant, abordam a questão do direito de mentir por razão humanitária. A terceira, Arendt, trata a mentira ao analisar a política sob o aspecto da verdade, afirmando que ela, a mentira, tem na política campo fértil. Dessa forma, a pensadora faz distinção entre a verdade racional, a fatural e a opinião.

A política moderna aponta para o ponto de vista do “contador de verdade”, cuja tendência é transformar o fato em opinião, pontuando que, como esta, a verdade fatural não é autoevidente, e o que a marca não é o erro, mas a mentira, a falsidade deliberada.

Ao apresentarmos esses pensadores, tínhamos em mente o ratificar a dificuldade no tocante a uma “história da mentira”, ao mesmo tempo em que reforçamos o nosso argumento de que ela é um ato intencional, não um engano, bem como o fato de analisá-la no âmbito político ser um desafio.

Entendendo a mentira como ato intencional, asseveramos que ela se processa no discurso; é marcada, essencialmente, pela enunciação. No entanto, só pode ser comprovada a posteriori, haja vista utilizar-se do mesmo instrumental de uma encenação interlocutiva que visa à persuasão.

Nesse aspecto, tentamos pontuar a importância do triângulo *ethos*, *pathos* e *logos*, clarificando que não há um *ethos* específico para o mentiroso, o qual, como qualquer locutor, também tem a pretensão do *ethos* crível, mas que o que o diferencia dos demais locutores é o seu agir estratégico, capaz de orientar o olhar do outro, fazendo com que esse outro veja o que ele deseja que ele veja.

## **CAPÍTULO II: A ARGUMENTAÇÃO NO ESTUDO DA MENTIRA**

### **2.1 Considerações Iniciais**

Tendo aqui o foco na argumentação e cientes da complexidade no que diz respeito a sua conceituação, de maneira geral a entendemos como processo das práticas linguageiras, baseado numa necessária relação com a racionalidade, relação esta que dirige as escolhas humanas sem a utilização de força física.

Assim, neste capítulo, pretende-se abordá-la, segundo pontuado na introdução, como sendo um dos pilares da retórica, a qual se compõe de dois elementos: o argumentativo e o oratório.

Essa abordagem deve-se à indispensabilidade da retórica no uso do discurso cotidiano, em que não é a força física que se impõe, mas a eficácia das palavras que pode definir, dentre outros, a verdade e a mentira.

Tal concepção de argumentação pode ser ampliada, a nosso ver, com a definição dada por Charaudeau citado por Menezes (2001), qual seja: “a argumentação é considerada como uma prática social (ordinária e erudita), em que o sujeito argumentante se encontra sob limites que integram a situação comunicacional, determinando o que pode e deve ser dito”.

Há, portanto, uma relação entre a limitação e a liberdade no dizer, cujo objetivo é persuadir e modificar o comportamento do interlocutor.

### **2.2 O Auditório na Argumentação e a Mentira**

O contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar. [...], O auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhe as origens psicológicas ou sociológicas; o importante, para quem se propõe persuadir efetivamente indivíduos concretos é que a construção do auditório não seja inadequada à experiência (PERELMAN & TYTECA, 2002, p.21-22).

O mentiroso posiciona-se diante de um auditório porque sabe que sempre se argumenta (e mente) diante de (para) alguém, ainda que esse alguém seja o próprio indivíduo. Dessa forma, a consideração do auditório é aqui fundamental.

Ao abordar essa questão da mentira para si mesmo, apontamos para a discussão por

onde a mentira passa, qual seja: pelo engano, pelo auto-engano e pelo fingimento. Pensamos que são conceitos distintos, mas são faces, se assim podemos chamar, da mentira.

Tomamos o engano em sua definição etimológica, do latim “*ingannare*”: induzir em erro, iludir, daí o entendemos como sinônimo da mentira: ato ou efeito de enganar, de fazer acreditar em algo que não é verdadeiro, agir dissimuladamente.

O auto-engano ou a mentira para si mesmo é algo que parece sem sentido, mas existe. É a habilidade, a nosso ver, de acreditar na própria mentira para torná-la ainda mais persuasiva. Portanto, o auto-engano, como o entendemos, é consciente ou “autoconsciente”.

Hannah Arendt (2000), ao tratar da mentira na política, como abordado no capítulo I, trata do auto-engano através do conto de uma anedota medieval. A autora afirma que

Quanto mais bem sucedido for um mentiroso, maior é a probabilidade de que ele seja vítima de suas próprias invencionices. [...] o gracejador em erro que está no mesmo barco que suas vítimas parecerá imensamente superior, em merecimento de confiança, ao mentiroso empedernido que se permite gozar sua travessura de fora. Somente o auto-engano pode criar uma aura de veracidade.”(ARENDR, 2000, p.314).

Arendt trata o auto-engano como “mentira fria”, afirmando que o mentiroso frio permanece cômico da distinção entre verdade e falsidade porque ele é o “derradeiro refúgio” da verdade que oculta dos outros.

A autora ainda usa a expressão “auto-ilusão” para realçar o fato de ela ser indispensável ao “mister de fazer imagens” para o mundo e para o próprio mentiroso. Ela afirma que em condições “plenamente democráticas” iludir sem se auto-iludir é “pouco menos que impossível” (ARENDR, 2000, p. 316).

Para definir fingimento, recorreremos a Searle (1995a, p.105), o qual lhe propõe dois sentidos, a saber:

Num sentido, fingir ser ou fazer alguma coisa que não se está fazendo é envolver-se numa espécie de fraude; mas, no segundo sentido, fingir fazer ou ser alguma coisa é envolver-se numa encenação, é agir como se estivesse fazendo ou fosse uma coisa, sem nenhuma intenção de enganar. Se finjo ser Nixon para burlar o Serviço Secreto e entrar na Casa Branca, estou fingindo no primeiro sentido; se finjo ser Nixon como parte de um jogo de charadas, isso é fingimento no segundo sentido. Ora, no uso ficcional das palavras, o que está em questão é o fingimento no segundo sentido.

Desses dois sentidos, o que nos é relevante é o primeiro, pois aponta para a fraude, no entanto, uma fraude envolta numa encenação, em que o fingir é intencional.

Searle (1995a) ao fazer essa distinção, aponta, mais à frente, o fingir como verbo

intencional afirmando que não se pode dizer que alguém finge fazer algo a menos que tenha tido a intenção de fazê-lo. A partir dessa afirmação, pontua duas conclusões:

a nossa primeira conclusão conduz imediatamente à segunda: o critério para identificar se um texto é ou não uma obra de ficção deve necessariamente estar fundado nas intenções ilocucionárias do autor. Não há propriedade textual, sintática ou semântica, que identifique um texto como uma obra de ficção. (SEARLE, 1995a, p.106).

Adiante, o autor especifica, mais claramente, a diferença dos dois sentidos do fingir, contrapondo ficção e mentira:

A questão talvez fique mais clara ao contrastarmos a ficção com a mentira. Penso que Wittgenstein errou quando disse que mentir é um jogo de linguagem que deve ser aprendido como qualquer outro. Penso que se trata de um erro porque mentir consiste em violar uma das regras reguladoras da realização dos atos de fala, e absolutamente nenhuma regra reguladora contém em si a noção de violação.

Quando critica Wittgenstein, Searle (1995a) parece deixar clara a impossibilidade da aplicação, à percepção da mentira, das regras de interação para os jogos de linguagem.

O autor, ao contrastar ficção e mentira afirma que o que as distingue é “a existência de um conjunto distinto de convenções que habilitam o autor a efetuar as operações de feitura de enunciados que sabe que não são verdadeiros, ainda que não tenha a intenção de enganar” (1995b, p.108). A mentira já nasce contaminada com aquilo que constitui a sua funcionalidade: ela está, em sua origem, comprometida com a fraude, com o engodo, apropriando-nos aqui de Mari (2006, p. 94).

Em outros momentos, como afirma Mari (2006), Searle (1995a) admite que um estado mental do fingimento seria algo inato à mente; a partir dele produzimos a mentira. Assim, diante do exposto e junto a Mari, entendemos nesta pesquisa que

a mentira é uma potencialização do fingimento, levado às últimas consequências enquanto deformação de princípios de veracidade, de fidelidade e de sinceridade. O fingimento, enquanto encenação, pode ter causas aparentemente justificáveis; a mentira esconde, por trás das causas do fingimento, uma perversidade, uma maledicência que corrói o tecido social. É possível que, em alguns momentos, possamos reduzir a mentira a uma dessas dimensões, em outros fazê-la produto de uma convergência entre elas. (MARI, 2006, p. 95,96).

Feitas estas distinções, voltemos à questão do auditório. Mas como definir o auditório? Perelman e Tyteca pontuam:

Em matéria de retórica, parece-nos preferível definir o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. Cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos. [...]. A argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto possível da realidade (PERELMAN & TYTECA, 2002, p.22).

Considerar o auditório, saber a quem se está falando é a regra de ouro da retórica, portanto, para ter ciência do auditório real do discurso, o locutor deve considerar: o tamanho (que varia de um único indivíduo a toda a humanidade); as características psicológicas (decorrentes da idade, do sexo, da profissão, cultura...); a competência (que além de distinguir os conhecimentos necessários também distinguirá o nível da argumentação e o vocabulário) e a ideologia (seja política, religiosa ou outra) de seu auditório/ interlocutores.

O auditório pode ser um indivíduo, um grupo ou uma multidão e é, por definição, como pontua Reboul (2004, p.93), “particular, diferente de outros auditórios. Primeiro pela competência, depois pelas crenças e finalmente pelas emoções”. Ou seja, tudo depende do ponto de vista. Entretanto, para não se deter apenas ao ethos e ao pathos, já que tudo depende do ponto de vista, e para mudar esse ponto de vista é necessário considerar o auditório universal; em outras palavras, é necessário “dirigir-se ao “homem” por cima do ombro de seu auditório real” (REBOUL, 2004, p. 94): saber que se está tratando com um auditório particular, mas fazer um discurso que o supere, dirigido a outros auditórios, o que qualifica a argumentação.

Perelman e Tyteca (2002) consideram a existência de três espécies de auditório: o auditório universal, o formado no diálogo, unicamente pelo interlocutor a quem se dirige e o individual.

O primeiro é construído pela humanidade inteira ou pelo menos por todos os homens adultos e normais, cuja concepção varia de acordo com a cultura e com cada indivíduo. O segundo, particular, em que o ouvinte é escolhido por suas funções e não por suas qualidades, tem a adesão do interlocutor no diálogo extraído do fato de que este é considerado uma encarnação do auditório universal. É a escolha que menos compromete o orador e menos revela a opinião que ele tem de seu auditório. O terceiro é constituído pelo próprio sujeito, quando ele delibera ou figura as razões de seus atos. O sujeito que delibera é considerado, em geral, uma encarnação do auditório universal.

Diante do exposto, podemos afirmar que tradicionalmente, a argumentação sempre se estende para essa consideração do auditório. No entanto, é preciso avaliarmos a questão de forma mais crítica, perguntando-nos, por exemplo: será que o orador domina o auditório?

Acreditamos que tudo depende da habilidade do orador, do seu raciocínio lógico e do conhecimento que ele tem do auditório: do seu sistema de valores, crenças, representações sociais... para que introduza aquilo que é de interesse das pessoas, aquilo que cativa sua atenção, para, então, administrá-la, impondo, no caso da mentira, uma determinada emoção ou crença em resposta à verdade suposta que o orador afirma, o que terá consequências na construção de seu ethos estratégico. É na interação ininterrupta do orador com seu auditório que este será conquistado, dando àquele o controle racional das opiniões.

É legítimo que quem adquiriu uma certa convicção se empenhe em consolidá-la perante si mesmo, sobretudo diante de ataques que podem vir do exterior, conforme pontua Lemos (2006, p. 43).

Conquanto o auditório universal de cada orador possa ser considerado, de um ponto de vista exterior, um auditório particular, ainda assim, a cada instante e para cada qual, existe um auditório que transcende todos os outros e que é difícil precisar como um auditório particular. Em contrapartida, o indivíduo que delibera ou o interlocutor do diálogo podem ser percebidos como um auditório particular, cujas reações conhecemos e cujas características somos ao menos capazes de estudar. Daí a importância primordial do auditório universal enquanto norma de argumentação objetiva, pois o parceiro do diálogo e o indivíduo que delibera consigo mesmo não são mais que encarnações sempre precárias (PERELMAN & TYTECA, 2002, p. 34).

É esta relação entre locutor e auditório que viabilizará a argumentação que, por sua vez e em matéria de lógica, facilita a mentira, pois, contrariamente à simples exortação, a lógica representa um processo que torna factível, para um tempo específico, aquilo que é reportado. Ou seja, ao buscar o convencimento do auditório, o orador precisa atentar para os argumentos que deve mobilizar, considerando suas crenças e representações sociais, a fim de ordená-los de forma coesa e coerente, permitindo ao interlocutor o raciocínio sobre o que lhe é apresentado, uma apreciação das razões que lhe são mostradas, de acordo com as informações que lhe são dispostas (e aqui um breve comentário: é mais fácil enganar um auditório pouco informado a um auditório bem informado). É no logos, na razão, que a mentira é processada para que tenha a aparência de verdade, pois se fundamenta numa argumentação, numa forma de ver o fato, esboçada coerente e articuladamente.

O mentiroso utiliza-se do raciocínio para persuadir e convencer o seu auditório/interlocutor. Ele controlará, mediante seu público, o que será dito ou não, dependendo do efeito que deseja produzir, pois objetiva a modificação de opiniões e condutas do interlocutor.

Nesse processo de convencimento, o mentiroso aproveita-se das premissas

verossímeis, entendendo verossímil como “tudo aquilo em que a confiança é presumida”, como afirma Reboul (2004, p. 96), que continua:

Por exemplo, os juízes nem sempre são independentes, os médicos nem sempre capazes, os oradores nem sempre sinceros. Mas presume-se que o sejam; e, se alguém afirma o contrário, cabe-lhe o ônus da prova. Sem esse tipo de presunção, a vida seria impossível; e é a própria vida que rejeita o ceticismo. Cumpre deixar claro que a argumentação, mesmo se apoiando no verossímil, pode comportar elementos demonstrativos, no sentido de necessários.

Para mentir de forma convincente é preciso apostar na confiança do auditório, isto é, na credibilidade do locutor, na posição que ocupa, nas características argumentativas.

Tendo isso em vista, ratificamos: a mentira precisa da argumentação. A mentira a usa de forma lógica para fazer-se parecer verdadeira.

E aqui fazemos um breve parêntesis: argumentação em pauta pode ser oral ou escrita, o que faz grande diferença. Em palavras de Reboul (2004, p. 94-95): “Uma argumentação oral deve combater dois inimigos mortais: desatenção e esquecimento; e só pode fazer isso por meio de procedimentos oratórios (...): repetições, aliteraões, ritmos, metáforas, alegorias, enigmas... (...). em suma, a argumentação oral em geral é menos lógica e mais oratória que a escrita”.

Para mentir oralmente, o indivíduo faz um esforço cognitivo muito maior do que para falar a verdade, pois precisa lembrar-se do que já disse para não se contradizer e assim, utiliza-se muito das repetições, aliteraões... É claro que para falar a verdade ele também precisa de um esforço cognitivo, mas sem a preocupação de se contradizer, uma vez que não está mentindo.

Fechado o parêntesis, ratificamos que ao se dirigir a determinado auditório, o mentiroso, a exemplo de qualquer locutor que não tenha a intenção de mentir, pode lançar mão da progressão. Ou seja, organizar os argumentos de acordo com os seus interesses, o que dependerá dele próprio, o qual deve estar o tempo todo atento às reações do auditório, portanto, não é uma ordem lógica, mas “psicológica”, usando um termo de Reboul (2004).

Aliadas a isso, estão as conclusões sempre controversas da argumentação. Para Reboul (2004, p. 97), “Numa argumentação, a conclusão não é, ou não é só, um enunciado sobre o mundo; ela expressa acima de tudo o acordo entre os interlocutores”.

Em se tratando desse acordo, e antes de abordar o contrato de comunicação, ao qual nos reportamos quando falamos do acordo, pontuamos a questão da “lei de passagem” de toda argumentação na retórica clássica, que é aquela que pretende estabelecer uma relação

argumentativa entre o predicado e sua conclusão, a exemplo: “Lula é gente como a gente (predicado), vote nele(conclusão).” Daí ela validar o argumento. Ser “gente como a gente” é um bom argumento para conquistar votos de certos aglomerados sociais, pois a ideia de se ter um “igual” no poder implica em benefícios para os eleitores, uma vez que aquele que assume o poder, presume-se, sabe das necessidades dos seus e, portanto, não os desampará: ninguém desampara os seus. Isso é um “topos”, um tipo de prova, pois é uma ideia consensualmente aceita por todos.

A lei de passagem, dessa forma, precisa ser aceitável, pois dela dependerá a adesão do auditório à tese defendida. E pensamos que para ser aceita pelo auditório, a tese deve ser admitida como racional, estando em acordo com as suas crenças. Daí, temos novamente, a importância da relação do locutor e do interlocutor, pois essa relação é consensual, na qual há uma representação comum de crenças e conhecimento partilhado.

Para Aristóteles esse conhecimento partilhado é sinônimo de “lugar comum” (*Topos*) em que há o encontro e o consenso entre orador e auditório. Logo esse “lugar comum” constitui-se a “lei de passagem” que valida o argumento.

Na Nova Retórica, de Perelman e Tyteca, essa lei parece-nos estar, grosso modo, relacionada a uma pragmática de valores, uma vez que o discurso argumentativo não se subordina à noção de verdade proposicional. O verdadeiro corresponde aos enunciados aceitos pelo auditório, não à adequação ao real; deve haver, portanto, um “consenso social”.

Já na Semiolinguística a lei de passagem são os domínios de avaliação, conforme divididos por Charaudeau (1992): domínios de verdade (verdadeiro e falso), da estética (belo e feio), da ética (bem e mal), do hedônico (agradável e desagradável) e do pragmático (útil e inútil). Esses domínios justificam a argumentação e são sustentados no consenso social. Dessa forma, para o referido autor, a construção da argumentação funciona como um dispositivo e encontra-se inserida em princípios gerais que regulam o discurso.

Abordar, mesmo que panoramicamente, a lei de passagem no estudo da mentira é importante porque é a partir dela, pensamos nós, que se construirá o contrato de comunicação.

A relação contratual permite que os sujeitos comunicantes se reconheçam como tendo direito à palavra. Daí, a observação do quadro físico da situação interacional, das percepções que os parceiros da comunicação veem ou sentem uns nos outros; da relação interativa que não é simétrica a fim de que o sujeito falante lance mão de estratégias destinadas a uma finalidade de ação em relação ao seu interlocutor, construindo uma lei de passagem que alcance os efeitos de sentido pretendidos, sejam eles o “fazer-saber”, o “fazer-crer” ou o

“fazer-sentir”, conforme pontua Charaudeau, para quem, apesar dos princípios e da relação contratual, o sujeito comunicante é livre para agir conforme sua intenção comunicativa. Ele pode usar as estratégias que lhe convier. Pensando nisso, Charaudeau (1983, p.69) propõe as “visadas discursivas” cujo objetivo é produzir determinados efeitos no sujeito interpretante. Essas “visadas” estão relacionadas ao contrato comunicacional, em específico às restrições do contrato, ou seja, é o próprio contrato que vai orientar quais são as finalidades comunicativas. Por exemplo, no contrato do discurso político a *visée* é persuasiva, é o fazer crer; a partir daí, as estratégias serão construídas.

Pontuemos, pois as “*visées* discursivas”:

- i) *visée factiva* – consiste no fazer-fazer, à condução do outro a agir conforme deseja o sujeito falante
- ii) *visée informativa* – consiste no fazer-saber, à transmissão de um saber pressupostamente desconhecido por parte do sujeito interpretante
- iii) *visée persuasiva* – consiste no fazer-crer, à condução do outro a pensar que o que o sujeito falante afirma, é verdade
- iv) *visée sedutora* – consiste no fazer-sentir, à provocação, no outro, de um estado emocional agradável ou não.

A nosso ver, o mentiroso usa, essencialmente, o “fazer-crer”, o “fazer-saber” e o “fazer-sentir”, pois leva uma informação que supõe que o seu interlocutor não conheça ou conheça parcialmente, para a partir dela determinar sua conduta. O mentiroso dosa o grau de informação de acordo com o conhecimento do seu interlocutor, de tal forma a não lhe propiciar um desvelamento imediato daquilo que relata. O locutor oferece a ampliação daquela informação que o auditório ainda não possui, fazendo-o acreditar que a informação é a verdadeira, isso porque este locutor conhece os desejos de seu interlocutor e sabe que “as nossas decisões e condutas são determinadas por dois tipos de fator: de um lado, nossos desejos, de outro, as informações de que dispomos quanto aos meios de satisfazer esses desejos” (DURANDIN,1997, p.24).

Pensamos que é a partir do conhecimento que o locutor mentiroso tem dos desejos de seu interlocutor, ou seja, de suas ambições e anseios, bem como do grau de informação que esse interlocutor possui sobre determinado fato/situação, que o mentiroso efetivará as “visées” supra referidas, obtendo sucesso em sua mentira, ou seja, levando o seu interlocutor a dar-lhe

credibilidade.

O mentiroso, primeiramente, precisa conquistar o direito à palavra (ou por sua imagem ou pela posição ocupada, por exemplo) para, percebendo o “estado” dos parceiros de comunicação e entendendo o cunho interativo da relação, engendrar seu discurso a fim de que seja ouvido.

Conquistando o direito à palavra, a credibilidade, o mentiroso lança mão de informações, mostrando ao interlocutor o que quer que ele perceba (uma vez que o mentiroso tem uma certa representação da realidade, mas elabora outra para seu auditório), fazendo-o, assim, “saber” dos “fatos” para então provocar-lhe um determinado estado emocional (já arquitetado pelo locutor) a fim de levá-lo à mudança de comportamento desejada.

A mentira tem a sua base na argumentação porque, à semelhança desta, é dirigida a todos os homens: ao ser que pensa, age e sente; ou seja, ela tem uma visão holística do ser. É um fazer verbal que se altera em consequência da alteração desse fazer, de acordo com as mudanças do meio em que se insere os sujeitos.

O mentiroso que se preza trabalha com o raciocínio, mas também com os sentimentos (e crenças) dos homens para levá-los à ação de mudança de comportamento e atitude/ponto de vista.

Tais asserções nos remetem ao Acordo Prévio, o qual repousa sobre fatos, verdades e presunções; estas, admitidas, segundo Perelman e Tyteca (2002), por todos os auditórios, embora a adesão a elas não seja máxima.

As presunções, apropriando-nos de Reboul (2004, p.165) têm “função capital, pois constituem o que chamamos de “verossímil”, ou seja, o que todos admitem até prova em contrário. O verossímil é a confiança presumida”.

Ora, se todo auditório é passível das presunções, elas, a nosso ver, constituem-se campo fértil para o mentiroso, pois até a Lei afirma que uma pessoa é inocente até que se prove o contrário (embora as “evidências” possam ser forjadas).

A crença, pensamos, de que as pessoas tendem a ter a fala do outro como sendo verdadeira (base de todo contrato comunicacional), até que se prove o contrário, vem da cultura. A crença é, no nosso entender, uma produção cultural (e não existe como, afirma Bakhtin citado por Stam (1992), produção cultural fora da linguagem, bem como fruto das vivências do ser humano).

No que tange a essas vivências, ressaltamos que elas podem resultar nas generalizações, o que, a nosso ver, podem constituir base para as presunções. A exemplo: uma

criança criada em um ambiente familiar e cultural cujo princípio básico é o valor da palavra dada (“não se pode mentir”) terá uma probabilidade de estender a um ambiente diferente do seu esse valor, gerando a presunção de que todas as pessoas são confiáveis, até que se prove o contrário. Já uma criança, criada num ambiente familiar e cultural envolto em trapanças e mentiras, estará propensa, por sua vivência, a estender essa vivência a outros ambientes, generalizando-a e chegando à presunção de que ninguém é confiável.

Diante dessas afirmações, é preciso ratificar que o auditório está inserido em uma determinada situação correspondente a um contrato comunicacional específico.

### **2.3 O Contrato Comunicacional e A Argumentação**

O Contrato Comunicacional, constituído pelas normas de entendimento que fundamentam a interação linguageira entre os interlocutores numa determinada situação comunicacional, só funciona quando o Eu-Comunicante (Euc) e o Tu-Interpretante (Tui) incluem outros sujeitos na cena enunciativa: o Eue (eu-enunciador) e o Tud (sujeito – destinatário – idealizado), respectivamente.

Essa relação contratual permite aos sujeitos comunicantes reconhecerem-se como tendo direito à palavra, entretanto, para fixar limites de troca, alguns componentes se fazem necessários. Para Charaudeau (1983), eles podem ser de três tipos: i) comunicacional (observação do quadro físico da situação comunicacional); ii) psicossocial (percepções que têm os parceiros da comunicação uns dos outros); iii) intencional (conhecimento *a priori* que cada parceiro possui de seu interlocutor).

Essa relação contratual é, também, regulada por princípios: de interação, pertinência, influência e regulação que, apesar de existirem não aprisionam o sujeito comunicante, haja vista ele ser livre para agir de acordo com sua intenção comunicativa, usando uma “margem de manobra”, como afirma Charaudeau (1983), para produzir certos efeitos no sujeito interpretante, pontuados anteriormente: *visée factiva* (fazer-fazer); *visée informativa* (fazer-saber), *visée persuasiva* (fazer-criar) e *visée sedutora* (fazer-sentir).

Creemos que essa relação contratual é importante no estudo da mentira porque corrobora com sua forma comunicacional estratégica, guiada para a finalidade específica de persuadir o interlocutor, levando-o a crer no dizer do locutor como sendo verdade. O contrato realça o que está presente em toda troca comunicativa: a dialética de um fazer persuasivo e de

um fazer interpretativo, o que torna o discurso significativo.

O dizer verdadeiro que é veridicção não existe enquanto ato solipsista, mas através de uma sanção que emana da comunidade intersubjetivante. Não há veridicção fora da contratualidade que consagra o caráter de qualquer enunciado. A veridicção repousa sobre transações epistêmicas: o dizer-verdadeiro é um fazer-creer, sancionado por parte do enunciatário, por um creer verdadeiro. A transferência da verdade, função primária do discurso, é opacificada por sobre-determinações epistêmicas que são essencialmente dialógicas, conversacionais ou interacionais. (PARRET, 1988, p.73).

Diante do exposto, entendemos que o contrato comunicacional é quem determinará a orientação argumentativa, tomando, nós, a argumentação como descrita na introdução deste capítulo, ou seja, como uma atividade discursiva.

A argumentação tem o seu domínio no verossímil, opondo-se à necessidade e à evidência, como tratada por Perelman & Tyteca (2002), com quem compactuamos. O seu verdadeiro objeto de estudo são as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhe são apresentadas, portanto, ela se desenvolve em função de um auditório, como pontuado anteriormente. Através da argumentação pode-se persuadir ou convencer.

Com efeito, a possibilidade de escolha racional é garantida, uma vez que a argumentação não é coercitiva e a relação contratual permite que os sujeitos comunicantes se reconheçam como tendo direito à palavra.

Assim sendo, a argumentação articula determinado sentido e não outro: aquele que faz parte das estratégias do locutor para conquistar o auditório, torna o enunciado aceitável racionalmente; ela é o “corpo da mentira”, clarificando que uma não é sinônimo da outra, ou seja, a argumentação é uma forma de ver o fato, é ela que possibilitará a construção lógica, coerente e capaz de convencer, através de uma relação contratual que dá aos interlocutores o direito à palavra, tornando o discurso eficaz, uma vez que o mais importante é o “parecer ser”, portanto, a mentira precisa da argumentação. No entanto, nem toda argumentação serve à mentira, pois ela pode se valer de argumentos verdadeiros.

Em se tratando do discurso político, vamos entendê-la como um discurso do espaço público, lugar de representação.

A argumentação não busca provar a existência do fato, ela pode apresentar a dimensão do verossímil, como pode se valer também de argumentos verdadeiros, ou o que é aceito como verdadeiro pelas representações sócio-culturais entre os membros do grupo. Ela está relacionada a um fazer-creer, fundado no valor da elucidação, como afirma Charaudeau (*apud*

MENEZES, 2001, p.193), fazendo com que o sujeito argumentante se posicione em relação à validade das elucidações possíveis e que, ao mesmo tempo, ele forneça ao interlocutor os meios de julgar a validade do ato de elucidação a partir da problematização inicial: o “fazer-saber”: não somente aquilo que está em questão, mas também aquilo que se deseja que se pense no momento. Essa atividade compreende argumentos de ordem empírica, experimental ou estatística, tendo valor ético, pragmático ou hedônico, é um posicionamento do sujeito argumentante em relação ao sistema de valores que circulam na sociedade à qual pertencem.

É no desenrolar dessas atividades chamadas “cognitivas” por Charaudeau, submetidas a situações particulares das trocas languageiras, como diria o autor, que a argumentação ancora-se, daí o contrato de comunicação específico.

O contrato apresenta-se, nesta perspectiva, como determinante para o conjunto dos argumentos. Além disso, no interior do contrato, o sujeito argumentante pode desenvolver estratégias de argumentação específicas. Estas giram em torno de três perspectivas, não exclusivas entre si, mas que se distinguem mais ou menos pela natureza de sua finalidade: legitimação, credibilidade, captação (MENEZES, 2001:195).

A legitimação é a determinação da posição de autoridade do sujeito argumentante, de modo que este possa responder à questão: “Em nome de quem estou autorizado a argumentar: autoridade institucional ou autoridade pessoal?” Esta posição de autoridade pode ser pressuposta e percebida; pode também ser contestada. A credibilidade, por sua vez, é a determinação da posição de verdade do sujeito; respondendo à questão: “como posso ser tomado a sério: mantendo uma posição de neutralidade ou engajando na escolha dos argumentos e palavras? A captação é o ato de fazer com que o parceiro entre no quadro argumentativo do sujeito falante, tentando resolver o problema: “como fazer para que o outro possa ‘ser levado’ pelo que eu disse?” Para isso, o sujeito falante pode adotar objetivos de polêmica ou persuasão e dramatização, quando ele utiliza-se de analogias, comparações, metáforas etc.

Como pontua Lemos (2006, p.74)

Todo esse quadro argumentativo abarca o testemunho de determinados valores compartilhados pela comunidade, valores estes que, para Charaudeau (*apud* Emediato, 2001), são organizados em cinco domínios de avaliação: i) domínios da verdade (verdadeiro ou falso); ii) da estética (belo e feio); iii) da ética (bem e mal); iv) do hedônico (agradável e desagradável); v) do pragmático (útil e inútil).

Os valores variam de acordo com o auditório e pretendem a adesão de grupos particulares.

## 2.4 Os Valores na base da Argumentação

Os valores são fundamentais à pesquisa de Perelman que, junto a Tyteca, afirma:

Os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações. [...]. Mas nos campos jurídico, político, filosófico, os valores intervêm na base da argumentação ao longo de todo o desenvolvimento. Recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem. (PERELMAN & TYTECA, 2002, p.84-85).

Para esses autores, os valores são concernentes a uma atitude para com o real, o que a distingue das verdades, o que não seria possível se essa atitude fosse universal. Portanto, para eles, apenas o seu aspecto não-universal pode dar-lhe um estatuto particular.

[...] um mesmo enunciado, conforme o lugar que ocupa no discurso, conforme o que anuncia, o que refuta, o que corrige, poderá ser compreendido como relativo ao que se considera comumente fato ou ao que se considera valor. Por outro lado, o estatuto dos enunciados evolui: inseridos num sistema de crenças, que se pretende valorizar aos olhos de todos, alguns valores podem ser tratados como fatos ou verdades. (PERELMAN & TYTECA, 2002, p.86).

Para os autores, o reconhecimento dos valores como sendo objetos de acordo que não podem pretender a adesão do auditório universal pode acontecer através de um processo lento ou mesmo no curso da argumentação.

No entanto, ao mesmo tempo que destacam essa característica dos valores, questionam-se sobre do que se considera imediatamente “valores universais” ou absolutos, tais como o Verdadeiro, o Bem, o Belo, o Absoluto.

Esse questionamento é respondido com a afirmação da generalidade desses valores, os quais para se tornarem válidos a um auditório universal, não pode especificar o conteúdo; uma vez precisos os valores, a adesão diz respeito ao auditório particular, não ao universal.

Assim, esses “valores universais” merecem ser chamados de “valores de persuasão”, segundo E.Dupréel, pois são:

Meios de persuasão que, do ponto de vista do sociólogo, são apenas isso, puros, espécie de ferramentas espirituais totalmente separáveis da matéria que permitem moldar, anteriores ao momento de serem utilizadas e que permanecem intactas

depois de serem utilizadas, disponíveis, como antes, para outras ocasiões. (E.DUPRÉEL *apud* PERELMAN & TYTECA, 2002, p.86)

A universalidade desses valores deve-se, portanto, à sua vaguidão. Uma vez precisos, conformam-se aos desejos de determinados auditórios particulares. Nisso reside a evidência “admirável” do papel argumentativo dos valores”, em palavras de Perelman e Tyteca (2002, p.86).

Isso posto, ratificamos a importância dos valores no estudo da mentira, considerando alguns pontos, quais sejam:

- i) os valores podem despertar a admiração ou o respeito, corroborando com a eficácia da mentira, haja vista o mentiroso para angariar a atenção e adesão de seu interlocutor ter de levar à situação comunicativa seus próprios valores e crenças adequando-os aos valores e crenças daquela situação específica, daquele “auditório” particular. Ou seja, o mentiroso tomará como seus os valores do auditório ao qual se dirige, ainda que em seu íntimo, não os considere. Com efeito, podemos afirmar que os valores auxiliam na eficácia para atingir o objetivo da resposta, ou seja, a crença naquilo que o locutor mentiroso diz.
- ii) Decorrente da admiração ou respeito adquirido, os valores ajudam na manutenção da relação positiva do locutor mentiroso com o seu interlocutor, pois aquele deixa transparecer a este a “honesta” expressão de seus sentimentos e desejos, suas preferências, relacionadas aos valores, que “coincidentalmente” identificam-se com as de seu auditório, despertando-lhe a confiança, pois o mentiroso toma o ponto de vista do seu interlocutor como sendo o seu ponto de vista. Com efeito, há uma eficácia na relação.
- iii) Os valores, por definição própria, já dizem respeito ao que é válido, ao que é legítimo, corporificando, no geral, o ideal de perfeição ou a plenitude moral que deve ser buscada pelos homens, logo, o mentiroso, ao buscar o conhecimento dos valores de seu auditório (porque sabe que estão relacionados à crença desse auditório) e adotando o mesmo valor para si, reforça e mantém elevada a autoestima de seu auditório e faz de sua crença um valor de verdade, de conhecimento, o que valida a sua palavra e conduz o seu interlocutor à conclusão: “a palavra dele (locutor mentiroso) tem valor”. Com efeito, há uma eficácia no resultado.

Voltando a Perelman e Tyteca (2002), aos autores pontuam a distinção entre os valores abstratos e os concretos, uma vez que a argumentação, segundo as circunstâncias, ora se baseia em um, ora em outro. No entanto, é preciso clarificar que nem sempre é possível a percepção objetiva de um e de outro, haja vista o “vaivém” entre eles.

O valor concreto está vinculado a um ente vivo, a um objeto particular, quando examinado em sua unicidade: “desvelar o caráter único de alguma coisa é valorizá-la pelo próprio fato. [...]. Declarar que tal valor é, de uma vez por todas, um valor concreto constitui uma tomada de posição arbitrária” (PERELMAN & TYTECA, 2002, p.89).

O apoio a este valor é mais fácil quando se trata de conservar do que quando se trata de renovar.

O valor abstrato funda-se na razão e valores tais como lealdade, solidariedade, são encontrados a partir de um valor concreto, pois, inúmeras vezes, nele é fundado e vice-versa. O valor abstrato não considera as pessoas e parece criterizar a mudança da ordem estabelecida.

O valor concreto pode sempre harmonizar-se, pois o concreto existe por ser possível; já o valor abstrato é, quando levado ao extremo, inconciliável: “é impossível conciliar no abstrato virtudes como a justiça e a caridade” (PERELMAN & TYTECA, 2002, p.90). Logo, o locutor dará maior importância a um valor que a outro, dependendo do tipo de argumentação que pretende desenvolver.

Diante dessas asserções, podemos afirmar que, na construção enunciativa/ discursiva da mentira, ambos os valores podem ser veiculados, uma vez que não há um critério absoluto, a argumentação e o uso do tipo de valor estão submetidos ao tipo de interação comunicativa e social.

O enfoque é diferente, não há uma maneira universal de se argumentar, lançando mão desses valores, embora haja valores universais; tudo dependerá do tipo de auditório ao qual o locutor mentiroso se dirige, o que nos leva a afirmar que o uso ou não de um determinado valor deverá ser definido em termos da eficácia de sua função em uma determinada situação sócio comunicativa.

“Quem diz valores diz hierarquia de valores”, como afirma Reboul (2004, p.166). Assim, prefere-se o justo ao útil, acredita-se ser melhor sacrificar o cão que seu dono.

Para estabelecer o valor de uma coisa, bem como para fundar hierarquias, Perelman e Tyteca recorrem ao lugar do preferível (a premissas de ordem geral). Os autores pontuam inúmeros lugares do preferível, que Reboul (2004) condensa em três, alegando que os demais

neles se inserem, quais sejam: i) de quantidade; ii) de qualidade; iii) de unidade. Os primeiros são os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas. É preferível aquilo que proporciona mais bens, o bem maior, o mais durável, ou ainda o que propicia o “mal menor”. “Por essa ótica, o normal – no sentido do mais frequente – determina a norma, o obrigatório; assim, expressões como “É isso o que todos fazem”, “isso que todos pensam”, são dadas como argumentos, e, assim, é preciso uma contra-argumentação para dissociar a norma do normal” (REBOUL, 2004, p.166).

Os lugares de qualidade têm sentido contrário dos lugares de quantidade. Aparecem na argumentação quando se contesta a virtude do número. Assim, o único passa a ser o preferível ao passo que o banal e o intercambiável são desprezados. Valoriza-se o raro, o insubstituível. “A norma já não é o normal, é o original”.

Os lugares de unidade parecem sintetizar os dois primeiros, conforme pontua Reboul (2004, p.166): “o que é um, ou efeito de um único, é por isso mesmo superior (...) Excelente exemplo é o famoso título de Bossuet *Variações das Igrejas protestantes*, que por si só é uma refutação do protestantismo: se ele fosse verdadeiro seria único”. A hierarquia de valores impõe a escolha e por isso é mais importante sob o aspecto da estrutura de uma argumentação.

Em se tratando da mentira, enquanto prática de linguagem, objeto do discurso, os lugares são importantes porque apontam, ainda que de forma geral, o modo de estabelecer o valor de determinada coisa, ainda que este fato não seja específico da construção discursiva da mentira. O que nos faz pensar que, provavelmente, pelo fato de a mentira utilizar-se dos mesmos fatos que servem a outros tipos de discurso, não dispormos de instrumentos seguros que permitam a sua percepção imediata.

No que tange à argumentação, em especial no campo político, é impossível renunciar a juízos de valor para se alcançar a objetividade, pois ali, todas as questões são formuladas em termos de valor.

Dessa forma, não são necessárias provas para constatação de um valor, pois os valores, como os fatos, são presumidos: por exemplo, o desemprego, a calamidade assumida por todos, sem provas.

Os valores, reiteramos, variam de acordo com o auditório, podem ser combinados (abstrato e concreto) no mesmo argumento e embora haja valores universais (o que é uma pretensão segundo Reboul (2004)), eles são formais: “toda sociedade admite o feio e o belo, mas com conteúdos bem diferentes” (REBOUL, 2004, p.165).

No nosso entender, a mentira está relacionada a valores. Em se pensando assim, remetemo-nos a Edelman, citado por Searle (1998), para quem a capacidade valorativa, junto à memória, está envolvida na aprendizagem, ou seja: “para aprender, um sistema deve preferir algumas coisas em relação a outras”.

A aprendizagem é uma questão de mudanças no comportamento baseadas em categorizações governadas por valores positivos ou negativos. Por exemplo, um animal pode fazer uma diferenciação entre luz e escuridão, ou entre calor e frio e a aprendizagem envolve, exatamente, relacionar categorização perceptiva e memória para tal conjunto de valores. (EDELMAN *apud* SEARLE, 1998, p.70).

Associamos a mentira à capacidade valorativa porque o ser humano, por determinação dos estados internos registrados pelo cérebro, é levado a determinados comportamentos, como mentir; comportamentos que estão associados à sua capacidade valorativa, ou seja, às suas crenças e preferências. Daí pensarmos que essa capacidade determina o grau da mentira, uma vez que acreditamos que há mentiras mais lesivas e menos lesivas, outras mais benéficas e menos benéficas, mas todas são intencionais e estratégicas, lançam mão da memória e esta da categorização; para categorizar é preciso o valor.

Por exemplo, uma mulher ao ser interpelada por sua melhor amiga quanto a sua aparência e jovialidade, afirma estar a amiga “muito bem”, “mais em forma do que muitas jovens de 20 anos”, embora não seja isso que realmente pense. No entanto, houve eficácia na relação, se a interlocutora aceitou tais expressões como elogio, ou seja, a mulher optou por manter a relação de “amizade” a falar a verdade.

Esse tipo de mentira é menos lesiva, pois faz com que a outra pessoa se sinta bem, é uma “mentira caridosa”; no entanto, uma mentira divulgada por uma empresa que trabalha com produtos químicos, em que houve um vazamento e afirma: “Este produto não é nocivo”, sendo ele nocivo, é uma mentira que trará graves consequências. Aqui, preferiu-se o “útil” (para a própria empresa) ao justo (às pessoas, ao meio ambiente...).

Mente-se porque funciona, porque dá lucro, preserva a imagem, conserva o “status”... Mente-se porque se deseja algo e porque se tem as informações necessárias quanto aos meios de se realizar esses desejos.

Geralmente, quem mais se beneficia da mentira é o locutor, no entanto, o auditório também lucra, muitas vezes. Como no caso do nosso primeiro exemplo, lucrou a locutora que preservou a relação de amizade e a interlocutora que teve sua autoestima preservada (ao menos temporariamente). Já no segundo exemplo, lucrou apenas o locutor (a empresa), cuja credibilidade foi mantida no mercado, pelo menos, temporariamente.

A mentira é construída argumentativamente, considerando o auditório e os valores por ele partilhados, selecionando os elementos para essa argumentação bem como a técnica de apresentação desses elementos, o que ratifica a nossa tese: a mentira é um objeto discursivo, um ato de fala; ela é construída na interação. Tanto locutor quanto alocutário são os agentes sociais em situação comunicativa e interativa, com suas paixões, suas crenças, suas lógicas, valores, vulnerabilidades, história pessoal.

Os argumentos, no entanto, são, a nosso ver, intensificados pelas figuras, quando elas próprias, em palavras de Perelman e Tyteca (2002, p.190), “não se constituem no próprio argumento”.

## **2.5 As figuras na argumentação e sua importância na construção da mentira.**

Na construção enunciativa/discursiva da mentira em que a argumentação dá o “tom”, ou seja, fornece as estratégias de linguagem que elaboram o discurso capaz de transformar as crenças de um auditório, fazendo-o aderir às teses que lhe são apresentadas, as figuras são essenciais porque elas realçam o valor do argumento. Como afirma Reboul (2004, p.114), já citado: “se argumento é o prego, a figura é o modo de pregá-lo”.

Por figura, entendemos figura de retórica, ou seja, todo recurso linguístico que cria efeitos de expressividade que revestem uma parte de um enunciado de realce, contraste, sentimento; é uma forma elaborada e particular de enunciar, tornando o dizer mais incisivo, mais comovente, mais original, e para isso foge da maneira usual da comunicação. A figura de retórica, como afirma Reboul (2004, p.113), é “funcional”, é usada para o convencimento. As figuras realçam o que queremos dizer.

Usar a linguagem figurada é uma estratégia que inclui em seus objetivos, pensamos nós, a utilização de uma imagem concreta para a descrição de algum processo ou situação abstrata a fim de “auxiliar” (e por que não: “direcionar”?) a interpretação do alocutário, a fim de que ele faça as devidas “transferências”, estabelecendo relação entre o dito e o dizer, através das expressões usadas, convertendo-as em lugar-comum, o que, indubitavelmente, é muito útil à construção enunciativa/discursiva da mentira, uma vez que para identificarmos uma mentira, não podemos nos contentar apenas com a observação da forma do discurso, mas, antes, precisamos ter um mínimo de conhecimento da realidade, objeto desse discurso, para fazermos as “inferências” e “transferências” apropriadas, coerentes, “convenientes”.

Pensamos que a importância das figuras na construção da mentira está, dessa forma, relacionada ao grau e tipo de informação que desejamos passar ao alocutório, às informações que esse alocutório já tem a respeito do que falamos, às associações entre o “concreto” e o “abstrato” que estabelecemos, ao próprio ato de conjecturar um conceito (o qual de algum modo está relacionado à categoria do verdadeiro), ao cálculo mental posto pela analogia e ao procedimento misto de escolha e construção de imagens colocado nesse cálculo mental pela iconologia, a fim de que o alocutório produza sentido, chegando ao resultado que planejamos, seja acreditando que não existe uma coisa que existe, seja não acreditando numa coisa que existe, ou seja, deformando uma coisa que existe. E com isso, ratificamos que falar figurativamente não se resume ao estabelecimento de uma relação analógica no uso da imagem, o que seria uma simplificação enganadora.

Em se tratando de nossa pesquisa e do aspecto político que ela assume, lembramos que a linguagem figurada é muito usada na política, e que o emprego de determinadas figuras se explica “pelas necessidades da argumentação”, apropriando-nos de Perelman e Tyteca (2002, p.190). Dessa forma, pontuamos que, neste trabalho, nos deteremos ao estudo, ainda que breve, de apenas duas figuras: a metáfora e a ironia.

### **2.5.1 A METÁFORA: o valor da analogia no despertar da sensibilidade para a construção enunciativa/discursiva da mentira.**

A metáfora tem se propagado e rapidamente se convertido em lugar-comum. Daí a usarmos, muitas vezes, sem perceber o significado literal do que estamos dizendo. São comuns expressões do tipo: “Estou em busca de minhas raízes culturais”, “O governo precisa arregaçar as mangas e agir”. A intenção do locutor se impõe sobre a letra do texto, o que o locutor quer significar não é idêntico ao que o enunciado significa. A propagação desse uso, no entanto, pode ser um sinal de sua importância para a construção semântica, uma vez que a metáfora deve ser compreendida não só como questão de ordem pragmática, mas como questão de ordem semântica.

Nesta pesquisa, sem entrarmos na complexidade do assunto já tratado por tantos estudos, nos reportamos a Searle (1995b), devido à reflexão que faz sobre a metáfora, pontuando a participação fundamental do interlocutor no exceder a “mera compreensão passiva” dentro da comunicação, passando por um conteúdo semântico diferente do que é comunicado e a ele relacionado (fato que corrobora com a noção e discussão da mentira

enquanto objeto do discurso, numa relação de interação, como aqui propomos, em que o mentiroso tem uma certa representação da realidade e elabora outra para seus interlocutores); bem como a imprescindível relação locutor – interlocutor, em que este não pode ser passivo, reitera-se, e aquele precisa conhecer os valores que partilham a fim de que a metáfora seja bem sucedida.

Searle (1995b) afirma que em casos como o da metáfora, da ironia e dos atos de fala indiretos, além da diferença entre o que o falante quer significar com o que a sentença significa, “o que ele quer significar depende, de várias maneiras, do que a sentença significa”. (SEARLE, 1995b, p.123).

O autor afirma que, em termos estritos, quando falamos do significado metafórico de uma palavra, expressão ou sentença, estamos falando das possíveis intenções do falante. Assim, para distinguir, de um lado, o que o falante quer significar ao emitir palavras, sentenças e expressões, e de outro, o que elas significam, Searle divide em dois estes significados, chamando o primeiro de “significado da emissão do falante” e o outro de “significado de palavras ou significado de sentença (significado sentencial)”, ressaltando que um significado metafórico é sempre um significado da emissão de um falante.

A fim de que o falante possa comunicar-se usando emissões metafóricas, emissões irônicas e atos de fala indiretos, deve haver princípios que o habilitem a significar mais, ou alguma coisa diferente, do que diz – princípios conhecidos pelo ouvinte, que, usando esse conhecimento, pode compreender o que o falante quer significar. A relação entre o significado sentencial e o significado metafórico da emissão não é casual e *ad hoc*, mas sistemática. (SEARLE, 1995b, p.124)

Quando faz tal afirmação, o autor quer dizer que os princípios que relacionam o significado literal da sentença ao metafórico da emissão não está incluído, pelo menos não totalmente, numa teoria da competência semântica, como tradicionalmente concebida; dessa forma reformula, sobre o funcionamento das metáforas, a questão:

Quais são os princípios que permitem aos falantes formular, e aos ouvintes compreender, as emissões metafóricas, e como podemos enunciar esses princípios de uma maneira que esclareça como as emissões metafóricas diferem de outros tipos de emissões nas quais o significado do falante não coincide com o significado literal? (SEARLE, 1995b, p.129)

Ao fazer essa reformulação, o autor critica estudos por ele lidos sobre a metáfora, afirmando que os escritores desses estudos limitam-se à descrição das emissões metafóricas

de forma tal que se torna impossível diferenciá-las das emissões literais, embora Searle tenha ciência de que precisar a predicação literal seja algo complexo e sutil.

Com efeito, o autor tenta fazer essa diferenciação e pontua três características para explicar o que seja uma emissão metafórica, quais sejam:

Em primeiro lugar, numa emissão literal, o falante quer dizer o que diz; isto é, o significado literal da sentença e o significado da emissão do falante são o mesmo; em segundo lugar, geralmente o significado literal de uma sentença só determina um conjunto de condições de verdade relativamente a um conjunto de suposições de base que não fazem parte do conteúdo semântico da sentença; e, em terceiro lugar, a noção de semelhança desempenha um papel essencial em qualquer explicação do que seja uma predicação literal. (SEARLE, 1995b, p.129).

As condições de verdade são determinadas pelo significado das sentenças que, por sua vez, só determinam um conjunto definido de condições de verdade relativamente a um contexto particular, ou seja, um enunciado é verdadeiro se, somente se, as condições de verdade forem satisfeitas.

Essas condições de verdade variam de acordo com o contexto. Usando um exemplo de Searle (1995b, p.186), podemos dizer que a sentença “Eu estou faminto“, emitida por uma pessoa, numa determinada ocasião, faz o enunciado verdadeiro, mas, emitida por outra pessoa, ou pela mesma pessoa, em outra ocasião faz o enunciado falso.

O autor denomina esse tipo de sentença de “indexical” ou “de ocorrência reflexiva”, diferenciando-a de sentenças como “A neve é branca”, cujas condições de verdade não variam com o contexto de sua emissão. “O significado literal da sentença é o significado que ela tem independentemente de qualquer contexto e, exceto no caso de mudanças diacrônicas, ela conserva esse significado em qualquer contexto em que seja emitidas”. (SEARLE, 1995b, p.186).

Entretanto, é preciso pontuar, como afirma o autor, que a noção de significado de uma sentença é absolutamente independente do contexto. Ele não altera segundo o contexto, mesmo em sentenças indexicais. “O significado constante é tal que só determina um conjunto de condições de verdade relativamente a um contexto de emissão”. (SEARLE, 1995b, p.186).

Diante do exposto sobre o significado literal, é preciso perguntar, junto a Searle: “como é possível para o falante dizer metaforicamente “S é P” e querer significar “S é R”, quando P manifestamente não significa R? Além disso, como é possível ao ouvinte que ouve a emissão “S é P” saber que o falante quer significar “S é R”?” (SEARLE, 1995b, p.163).

Para o autor, uma resposta curta e pouco informativa seria: “a emissão de P faz vir à mente o significado e, portanto, as condições de verdade associadas a R, da maneira especial que as emissões metafóricas têm de fazer vir outras coisas à mente” (SEARLE, 1995b, p.163).

No entanto, buscando explicar a metáfora “vir à mente”, Searle assevera que as metáforas são restritas e sistemáticas: “restritas, no sentido de que nem toda maneira como uma coisa nos pode lembrar outra será uma base para metáforas; e sistemática, no sentido de que as metáforas devem poder ser comunicadas ao ouvinte pelo falante em virtude de um sistema compartilhado de princípios.” (SEARLE, 1995b, p.163).

Dessa forma, o autor pontua que é pertinente abordar a questão do ponto de vista do ouvinte, tentando elaborar ideia dos princípios segundo os quais eles compreendem as emissões metafóricas para estar mais próximo da compreensão de como é possível para o falante produzir emissões metafóricas, uma vez que compartilham, falante e ouvinte, um conjunto de princípios comuns.

Assim sendo, conclui Searle:

Dado que um falante e um ouvinte compartilham conhecimentos linguísticos e fatuais suficientes para habilitá-los à comunicação através de emissões literais, as seguintes estratégias e princípios são individualmente necessários e coletivamente suficientes para habilitá-los a fazer e compreender emissões da forma “S é P”, nas quais o falante quer significar metaforicamente que “S é R” (sendo P diferente de R). (SEARLE, 1995b, p.175)

As estratégias de que o autor fala que deve haver são: i) estratégias compartilhadas, na base das quais o ouvinte possa reconhecer que não se pretende que a emissão seja literal; ii) princípios compartilhados que associem o termo P (seu significado, suas condições de verdade ou sua denotação, se existir) a um conjunto de possíveis valores de R; iii) estratégias compartilhadas que habilitem o falante e o ouvinte, dado o conhecimento que tenham do termo S (seja do significado da expressão, da natureza do referente ou ambos), a restringir o domínio dos possíveis valores de R ao valor real de R. O princípio básico aqui é que só os valores possíveis de R que determinem propriedades de S poderão ser valores reais de R.

Para o autor, nas emissões metafóricas, o que o falante quer significar difere do que ele diz (num sentido de “dizer”). Para compreender emissões metafóricas, o ouvinte necessita de algo mais que o conhecimento da língua, a consciência das condições da emissão e as suposições de base que compartilha com o falante.

É na possível existência de estratégias compartilhadas, na base das quais o ouvinte possa reconhecer que não se pretende a emissão literal, que Searle aposta a compreensão

metafórica, pontuando o fato de ser a emissão obviamente defectiva, se tomada literalmente, como sendo a estratégia mais comum.

O uso da metáfora, conclui o autor, acontece frequentemente por não haver expressão literal que exprima exatamente o que queremos significar. Além disso, “nas emissões metafóricas, fazemos mais que simplesmente enunciar que S é R passando pelo significado de “S é P”. É nesse sentido que temos a sensação de que as metáforas são, de algum modo, intrinsecamente não parafraseáveis”. (SEARLE, 1995b, p.180).

Usando a expressão metafórica reproduziremos o conteúdo semântico que intervém na compreensão da emissão pelo ouvinte. A emissão metafórica veicula suas condições de verdade através de outro conteúdo semântico, cujas condições de verdade não fazem parte das condições de verdade da emissão.

O poder expressivo que sentimos fazer parte das boas metáforas é, em grande medida, o efeito de dois traços. O ouvinte tem que fazer ideia do que o falante quer significar – sua contribuição para a comunicação tem que exceder a mera compreensão passiva – e ele tem que fazê-lo passando por um conteúdo semântico diferente do que é comunicado e a ele relacionado. (SEARLE, 1995b, p.181)

Diante do exposto, a importância da metáfora nesta pesquisa está em função da argumentação, parecendo-nos residir sua força persuasiva na analogia condensada que evoca; retomando os valores, “mexendo” na sensibilidade, no pathos do interlocutor, haja vista os homens e os grupos funcionarem à base da idealização, da ilusão e da crença.

A idealização, em palavras de Enriquez (*apud* ARAÚJO e CARRETEIRO, 2001, p.65) “sustenta um vínculo estreito com o “desconhecimento””. Idealizar para o autor é sempre representar o mundo e a si mesmo conforme os próprios desejos, mais conforme o prazer que o princípio de realidade. E aqui é pertinente retomarmos Durandin (1997, p.24) quando afirma: “nossas decisões e conduta são determinadas por dois tipos de fator: de um lado, nossos desejos, de outro, as informações de que dispomos quanto aos meios de realizar esses desejos”.

Este contexto é, a nosso ver, campo fértil para a metáfora na construção da mentira, pois ela associa elementos aparentemente “inassociáveis”, usando da ilusão e da crença, base na qual os homens vivem, lançando mão do dispositivo simbólico que canaliza os desejos em direção a um fim, “aproveitando” das certezas que os homens têm em suas crenças, “sendo eles capazes de confirmar até aquilo em que é difícil acreditar, a ponto de esvaziar a questão

da verdade e de tomar a forma de ideologia que dá sustentação às ações humanas”, apropriando-nos, novamente de Enriquez citado por Araújo e Carreiro (2001, p.65).

No nosso entender, a metáfora é importante estratégia que reforça a argumentação na construção da mentira porque interfere na interpretação do interlocutor, “mexendo” com seus desejos. Dessa forma, ela torna a argumentação mais eficaz na mentira, pois dá outra dimensão ao texto, muitas vezes exigindo do alocutário todas as possíveis transferências. Ela fundamenta-se numa relação subjetiva, criada no trabalho mental de apreensão, daí ter um caráter subjetivo e momentâneo.

É nesse uso da “metáfora da sensibilidade” que o locutor forja e desperta a sensibilidade do ouvinte, alocutário, a ponto de transformar a “verdade”, o mundo “real” numa visão própria, para dizer a esse alocutário o que ele deseja ouvir.

Diante disso, parece-nos pertinentes as palavras de Ricouer (2005, p.115): a verdade e o erro dizem respeito somente ao discurso”. E pelo que temos asseverado até agora, a mentira de igual forma.

A metáfora é uma analogia condensada, pois expressa certos elementos e omite outros. Clarificando o que estamos afirmando, usamos um exemplo de Searle (1995b, p.143): se digo “Richard é um gorila”, querendo dizer “Richard é grosseiro, desagradável, propenso à violência, e assim por diante”, estou supondo que o ouvinte fará a inferência, baseada em sua crença de que “gorilas são grosseiros, desagradáveis, propensos à violência, e assim por diante”. Assim, Richard e os gorilas são semelhantes sob vários aspectos: são grosseiros, desagradáveis, propensos à violência, e assim por diante.

No entanto, se houvesse, como afirma Searle, uma investigação etológica que mostrasse que nem todos os gorilas são grosseiros e desagradáveis, mas sim criaturas tímidas, sensíveis e dadas a acessos de sentimentalismo, isso mostraria que a afirmação de que Richard e os gorilas são semelhantes é falsa, embora afirmar que “Richard é um gorila” não seja falso, pois o que quis significar foi que “Richard é grosseiro...” Essa asserção é uma asserção sobre Richard. “Ela pode permanecer verdadeira a despeito dos fatos reais relativos a gorila; embora, é claro, quais sejam as expressões que usemos para veicular metaforicamente certos conteúdos semânticos dependerá normalmente do que acreditamos serem os fatos”. (SEARLE, 1995b, p.141).

Como afirma Searle (1995b), “o enunciado metafórico pode ser verdadeiro mesmo que se revele que os gorilas não possuem as características que a ocorrência metafórica de “gorila” serviu para veicular”, ou seja, “os procedimentos de compreensão” não fazem, neste

caso, parte do “significado da emissão do falante”. A asserção metafórica não equivale, quanto ao significado, a um enunciado de semelhança, o que não significa que isso jamais acontecerá, uma vez que a equivalência, como afirma Searle (1995b, p.142), depende das intenções do falante.

No que tange a metáfora ser uma condensação da analogia, relacionando dois termos heterogêneos, apropriamo-nos de um exemplo dado por Reboul (2004, p.187), usado na intenção de tranquilizar um idoso angustiado pela morte: “Morrer é dormir”, em que são estabelecidas duas relações: o tema, que é o que se quer provar, e o foro, é o que serve para provar. O tema, segundo Reboul (2004, p.185), é “em geral abstrato, e deve ser provado”, o foro é, em geral retirado do domínio sensível e concreto, apresentando uma relação que já se conhece por verificação.

Dessa forma, temos:

TEMA	FORO	RELAÇÃO
A: Morrer	C: Dormir	Resultado natural: repouso
B: Viver	D: Estar acordado	Repouso após o cansaço: atividade

A metáfora aqui torna-se “mais convincente” por ser redutora, conforme pontua Reboul (2004, p.188). Ela traduz semelhança em identidade: “ao dizer “é” em vez de “é como dormir”, ela anula as diferenças: que a morte é o “último” sono”.

Com efeito, a metáfora argumenta estabelecendo contato entre dois campos heterogêneos: o segundo, o foro (dormir), introduz no primeiro (morrer) uma estrutura que não era aparente à primeira vista. Mas a metáfora também é redutora, pois “ressalta um elemento comum em detrimento dos outros, ressaltando uma semelhança mascarando diferenças” (REBOUL, 2004, p.188), como no exemplo de Hamlet: “To die, to sleep! To sleep, perchance to dream...” (citado por REBOUL, 2004, p.188), o que indica que o “sono” por ser “povoado por sonhos, por pesadelos”. Disso surge uma consequência pontuada pelo autor: “só se refuta realmente uma metáfora com outra”. (REBOUL, 2004, p.188).

A metáfora é um argumento porque aproxima dois campos diferentes, criando, muitas vezes, um fluxo entre eles e assim invocando outras inumeráveis metáforas, de acordo com a intenção do locutor, fazendo uma “aproximação por encaminhamento” a fim de que surjam: “progresso, progressão, providência, método (caminho pelo qual se atinge um objetivo),

objetivo, erro, desvio, dedução, conduzir meus pensamentos” (DESCARTES *apud* REBOUL, 2004, p.188).

Aproximar dois campos diferentes é falar uma coisa nos termos de outra, grosso modo, o que nos remete ao problema retórico, conforme pontuado por Ricouer (2005, p.134): “se a metáfora consiste em falar de uma coisa nos termos de outra, não consistirá também em perceber, pensar ou sentir, a propósito de uma coisa, nos termos de outra”?

Creemos que sim, pois indo muito além do mero ornamento do discurso, a metáfora oferece ao alocutário o “prazer da surpresa, do fingimento” (usando expressões de Black *apud* Ricouer, 2005, p.137), e também da mentira, acrescentamos nós, pois ela permite a supressão de certos detalhes e a acentuação de outros, organizando/direcionando a visão do interlocutor a respeito de determinada coisa.

Creemos que a metáfora é importante na construção enunciativa/discursiva da mentira porque é argumentativa, ou seja, o seu uso implica uma mudança de perspectiva que não causa alarde, isto é, parece normal em relação à situação sugerida, uma vez que só assim: “parecendo normal”, é conquistada a adesão do interlocutor.

Para clarificar nossa afirmação, voltemos ao exemplo citado anteriormente em que temos uma analogia condensada: “morrer é dormir”. Aqui a fusão do tema com o foro: “A é C”, torna a metáfora enganadora, pois exprime uma identificação que só é compreendida, verdadeiramente, se for reconstruída a analogia que lhe deu origem.

Com efeito, há uma mudança de perspectiva que parece normal: a morte não é o fim, é apenas “dormir”, portanto, não é preciso temê-la. Este enunciado tende a acalmar o interlocutor : um idoso angustiado pelo medo da morte.

O real neste enunciado, construído intencional, social e subjetivamente a partir de uma experiência já legitimada: o sono visa conquistar e “iludir” o interlocutor, ressaltando-lhe um aspecto da realidade que inicialmente o assusta e dando-lhe uma forma de poder lidar com ela.

A metáfora é uma maneira de se construir o real, ela cria uma ilusão e um conceito é compreendido em termos de outro: morte por sono. É neste processo que a julgamos importante na construção enunciativa/discursiva da mentira.

### **2.5.2 A IRONIA: a dissociação de noções na construção enunciativa/discursiva da mentira.**

Assim como a metáfora, a ironia “não é propriedade das sentenças, mas sim dos falantes, das emissões das sentenças”. (SEARLE, 1995b, p.185).

Nela diz-se o contrário do que se quer dar a entender. Ela pode ser sutil ou cruel, “amarga ou engraçada”. Ela apresenta dois sentidos: “a letra e o espírito”, como diz Reboul (2004, p.132).

Para o referido autor, enquanto figura do pathos e do ethos, põe do seu lado quem ri; mas também é figura do logos “por ressaltar um argumento de incompatibilidade pelo ridículo”. (REBOUL, 2004, p.133), o que ratifica o fato de que as figuras não atuam somente sobre a sensibilidade.

Para Perelman e Tyteca (2002, p. 233), “o ridículo é aquilo que merece ser sancionado pelo riso, aquilo que E. Dupréel, em sua excelente análise, qualificou de “riso de exclusão”.

Uma afirmação é ridícula quando entra em conflito, sem justificação, com uma opinião aceita. Fica de imediato ridículo aquele que peca contra a lógica ou se engana no enunciado dos fatos, contando que não o considerem um alienado ou um ser que nenhum ato pode desqualificar, por não gozar do menor crédito. [...]. O ridículo se exerce em prol da conservação do que é admitido; uma simples mudança injustificada de opinião, ou seja, uma oposição ao que a própria pessoa havia enunciado, poderá expor a ele. O ridículo é a arma poderosa de que o orador dispõe contra os que podem, provavelmente, abalar-lhe a argumentação, recusando-se, sem razão, a aderir a uma ou outra premissa de seu discurso. É ela, também, que se deve utilizar contra os que se atreverem a aderir, ou a continuar a adesão, a duas teses julgadas incompatíveis, sem se esforçarem em remover essa incompatibilidade. (PERELMAN & TYTECA, 2002, p. 234).

Para os autores, a ridicularização é obtida, muitas vezes, por engenhosas construções baseadas no que se esforça em criticar. Pelo ridículo admite-se, “momentaneamente”, uma tese oposta àquela que se quer defender para passar à verdade da tese que se sustenta. É esse tipo de raciocínio que a ironia traduz.

A ironia faz um “rodeio”, dando a entender o contrário do que se diz por que é, como assevera Perelman & Tyteca (2002, p. 235), “como uma argumentação indireta”. Ela supõe conhecimentos complementares acerca de fatos e normas. Ela só pode ser usada quando não há dúvida sobre as opiniões do orador, por isso é mais eficaz quando dirigida a um grupo bem delimitado, do qual se tenha concepção de suas convicções a fim de prever a ironia de certos textos.

A ironia pode ser usada em qualquer situação argumentativa, mas em algumas parece ser mais conveniente, como é o caso da construção da mentira, uma vez que dissocia para associar, desafia, confronta regras já admitidas e valores. Ridiculariza aqueles que podem balançar a argumentação, recusando sem razão a adesão às premissas de seu discurso.

A ironia é um “procedimento mormente da defesa”, induz o comportamento do interlocutor através, essencialmente, do conhecimento prévio das posições do locutor, postas em evidência pelo ataque. O locutor arrisca-se e sacrifica-se pondo sua imagem em jogo para conquistar o seu interlocutor. É um sacrifício provisório e planejado, o que faz da ironia, algo desafiador. No entanto, se o peso do sacrifício compete ao locutor que se sacrifica, ao interlocutor (olho alheio) compete o significado deste peso, o que depende do apreço pelo locutor, daí ele necessitar gozar de certo prestígio, pois quanto maior este, mais “impressionante” a argumentação.

Na construção da mentira, o locutor precisa ter a aparência confiável, acreditar no que diz para ser capaz de convencer, “remanejar” incompatibilidades para provar a sua “verdade”, rearranjar conceitos. A ironia, pensamos nós, pode lhe ser muito útil, pois, trabalha com a dissociação de noções, o que permite raciocinar dividindo o que estava unido e unindo o que estava dividido, invertendo valores, atuando como estratégia da mentira, por que corrobora com o fato de dizer o contrário do que se pensa e quer dar a entender algo que não é.

Para esconder sua real intenção, a ironia usa-se de signos naturais, através dos quais as pessoas compreendem, mesmo quando são enganadas. Assim, é possível dizer que se mente por ironia, pois ela possibilita o “deixar crer”.

A ironia rediz e interpreta a realidade, utilizando-se do fato de que a linguagem é enganadora por sua própria natureza e muitas vezes, a interpretação é obscurecida pelas paixões, fatos essenciais à construção enunciativa/discursiva da mentira. O mentiroso observa, escuta, compara, pensa e depois mente.

A ironia corrobora com a construção da mentira porque também é figura do logos e a mentira inicia-se ali.

Retomando a dissociação das noções, podemos dizer que ela determina um remanejamento mais ou menos profundo dos dados conceituais que servem de fundamento para a argumentação. Já não se trata, nesse caso, de cortar os fios que amarram os elementos isolados, mas de modificar a própria estrutura destes”. (PERELMAN & TYTECA, 2002, p. 469)

A dissociação de noções trata de remover incompatibilidades entre teses, tratem elas de normas, fatos ou verdades. Também pode remover incompatibilidade entre o par aparência-realidade.

A preferência pelo real expressa-se no dia a dia e a sua busca é constante, no entanto, a realidade é construída ao passo que a aparência é dada.

Neste contexto, a ironia assemelha-se à mentira. Não que ironizar signifique mentir.

Quando se mente, grosso modo, troca-se uma emissão verdadeira por uma falsa com o objetivo de manter uma certa imagem frente ao interlocutor ou obter determinada vantagem. A mentira, portanto, troca uma realidade por outra, sem deixar suspeitas. Ela transveste-se de verdade.

Quando se ironiza, não se troca uma realidade por outra, mas “transita-se entre as mesmas, fazendo com que percam o tom da dualidade falso/verdadeiro, pois tudo transforma em aparências móveis e intercambiantes (...). O ironista parece mentir e também parece equivocar-se. Transita entre o ingênuo e o mentiroso” (FACIOLI, 2010, p.31).

A pessoa que ironiza, segundo o referido autor, esconde parte do jogo e parece estar pronta para “pegar-nos” em sua “armadilha de enganos”. O ironista é malicioso e sua malícia, como afirma Facioli (2010, p.31), “situa-o em uma posição que não é a do equívoco, do erro. Ele parece saber o que está fazendo. Digo “parece”, pois aí se encontra todo o seu campo de ação, o manejo hábil das aparências”. A própria definição de ironia está associada a esse jogo de aparências, à dissimulação. Do grego *eiróneuomai* significa “fazer-se de ignorante”.

A ironia, num contexto clínico psicológico e psicanalista, pode ser compreendida como “uma forma que o sujeito tem de se ajustar às suas próprias realidades: riso, zombaria ou cuidado de si, formas de ajustamento, enquanto apropriação de recursos disponíveis no contexto no qual está colocado” (FACIOLI, 2010, p.12).

Segundo Facioli (2010), “A ironia exige, para seu desenvolvimento, a atmosfera hipotética, de jogo, de trânsito de papéis, que compõe o drama”. Ainda segundo o autor, “Se o ironista demonstrar que sabe exatamente o que está fazendo e que sua ação é a de trocar um juízo verdadeiro por um falso e enganoso com o objetivo de obter determinada vantagem frente ao seu interlocutor”, pondera Facioli (2010, p.31), “poderemos dizer que se trata de um mentiroso e não de um ironista”.

No entanto, a ironia pode levar à mentira à medida em que enreda o interlocutor em suas artimanhas acerca do que realmente está sendo dito, ou seja, o interlocutor não

compreende o sentido latente do que está expresso literalmente. Portanto, assim como na mentira, na base da ironia está a intencionalidade; esta é camuflada na ironia pela defesa do ironista: “não se pode tomar o dito pelo não dito”, despertando ambiguidade, constitutiva de toda ironia. “O contraste e o movimento são os componentes importantes da ironia”, como afirma Facioli (2010, p.41): “através da ironia é de algum modo tornada possível a união de contrários”. Conciliar tendências opostas é chamada em Psicanálise, pontua Facioli (2010, p.41): “formação de compromisso”.

A comunicação irônica, para o ironista, funciona como uma formação de compromisso, expressando suas tendências opostas. Acreditar que a ironia funcione sempre como um código límpido, através do qual se diz o contrário do que se enuncia literalmente, não possui sustentação razoável. O dizer “a para significar o oposto “b” não deve restringir-se à simplicidade desta fórmula por si só. Se digo “a” para significar “b”, posso apelar para o “álibi” de que disse somente “a” e não “b”. Deste modo, como podemos ver, tendências opostas são conciliadas. (FACIOLI, 2010, p.41).

Na ironia, a aparência é dada e o par aparência-realidade tem sua incompatibilidade removida (dissociação de noções): o sujeito diz x que é y, o seu contrário. Dessa forma, “deparar-se com o contrário do esperado é ironia” (FACIOLI, 2010, p.32). No entanto, perceber o que o “ironista expícito” diz, entendendo que o que ele fala não deve ser tomado como literal é, em palavras de Facioli (2010, p.33), “tarefa fácil, pretendida e estimulada pelo próprio ironista. Há, por outro lado, o segundo caso, em que haverá a designação do sujeito como “irônico” mais em função da dúvida do que em função do que está sendo dito”.

Neste segundo caso, há uma sutileza, uma sofisticação que nos remete à circularidade de sentido da ironia, a qual “desfocaliza o olhar e sugere exercícios e práticas relacionadas ao “desolhar”” (FACIOLI, 2010, p.34). Neste âmbito do “desolhar”, em que o dizer “a” para significar o oposto “b” não deve se restringir à simplicidade da fórmula, é que acreditamos contribuir a ironia para a construção enunciativa/discursiva da mentira.

Ironia e mentira têm a intencionalidade em sua base de construção. No entanto, a primeira, cuja matéria é a antífrase pode constituir-se estratégia argumentativa para a construção da segunda, haja vista o valor da ironia residir na eficácia de sua denúncia, sobrepondo valores da razão, do bom senso, da moral, extrapolando o enunciado.

Com efeito, podemos afirmar que a ironia é um ato de fala indireto (como pontuou SEARLE, 1995b), que envolve em sua compreensão a certeza e a probabilidade. Para se compreender o significado do enunciado do locutor, este passa, necessariamente pelo literal e pelo implícito. O significado do enunciado literal é parte do significado total do enunciado

indireto. Se o ouvinte compreende somente o significado literal é porque existe esta probabilidade. A exemplo: “Feche a porta”, derivado do literal: “A porta está aberta”.

Tal asserção ratifica o que dissemos anteriormente: a ironia é uma “argumentação indireta”, é um enunciado sob a aparência de um outro, o que bem serve à construção intencional da mentira.

## **2.6 Considerações Finais**

Neste capítulo tentamos mostrar a importância da argumentação (e aquilo que a envolve, tal como o auditório, os valores, as figuras...) como um parâmetro para se estudar a mentira sob o aspecto da linguagem, como objeto do discurso.

A nosso ver, o que torna a argumentação imprescindível a essa construção é o equilíbrio entre o seu aspecto retórico e o seu aspecto discursivo em que orador e auditório desenvolvem uma relação que não é assimétrica, é dialogal: o interlocutor interage, responde, e fica consciente dos meios pelos quais a sua crença está sendo modificada. Essa consciência não destrói o “encanto” do discurso, mas domina-o.

Ao construir enunciativamente a mentira, o locutor leva em conta o alocutário, com seus valores, crenças, grau de informação sobre o assunto em pauta, etc, enfim todo um contexto sociocomunicativo. Portanto, o contexto não é neutro ou irrelevante. Quando o locutor, mentiroso ou não, usa uma figura de retórica, essa figura não concerne apenas a uma palavra, mas ao contexto de todo enunciado em que ela se encontra. Além disso, as figuras têm o seu próprio contexto, que não é dado apenas pelas palavras que circundam a expressão “manipulada retoricamente”, mas pelo significado conceitual em que estão inseridas, como apontado por Perelman & Tyteca (2000).

As figuras retóricas, portanto, apresentam um papel dinâmico. Elas tornam-se “a tradução verbal de uma atitude mental, por vezes até mesmo filosófica”, como pontua Plebe & Emanuele (1992, p.144). Diante disso é possível asseverar que a figura cria um lugar-comum que consiste em raciocinar reunindo o que estava dividido e separando o que estava unido.

## **CAPÍTULO III: A INTENCIONALIDADE NO ESTUDO LINGUÍSTICO DA MENTIRA**

### **3.1 Considerações Iniciais**

Propor um estudo da mentira enquanto construção enunciativa/discursiva é de certa forma, analisar a busca pelo direito de produzir sentido, pelo qual todos nós lutamos o tempo todo, pois como afirma Greimas (1973): “a vida, essa busca de sentido”.

Dessa forma, todos os atos de linguagem, como afirma Machado (2001, p.51), “por nós enunciados ao longo de um dia, ao longo de uma vida, são ou serão construídos a partir de dados tirados de nossas condições de seres histórico-sociais, vivendo numa determinada situação, em um determinado espaço e tempo”.

Esses seres sociais, continua a autora, ao se comunicarem, irão engendrar, por sua vez, seres de palavra (se a comunicação for oral) ou seres de papel (se ela for escrita). É o que a Semiolinguística chama de *mise en scène*, proposta por Charaudeau (1983) e que corrobora, a nosso ver, com a definição de linguagem na qual nos apoiamos.

Entendemos a linguagem como capacidade e/ou ação de produção de sentido, um sentido que se estabelece, de forma entrelaçada através do sistema, do sujeito e da história, um sentido que não se constitui “meramente como tradução de dados da realidade, mas, principalmente, no ‘poder do qual queremos nos apoderar’”, como afirma Baronas (2003, p.84).

Diante dessas asserções, pontuamos a importância da intencionalidade para os estudos linguísticos, a qual reside, dentre outros, na consideração do sujeito enquanto ser “criativo” e “social”, capaz de usar objetos linguísticos segundo a sua interpretação (interpretação do sujeito) dentro de um determinado enquadre de referência. A intencionalidade tem a sua importância, ainda, no fato de não ser algo fechado, mas em construção, em que se considera o estado mental, o contexto físico e histórico-cultural.

Em se pensando nisso e, especialmente, no “enquadre de referência”, aliamos ao estudo da intencionalidade, noções basilares da Teoria das Representações Sociais, tendo, diante de nós, o fato de que todo processo de produção de sentido envolve a questão das referências e “do princípio de que a mente humana é configurada socialmente e de que, portanto, uma abordagem linguística da produção de sentidos pelo sujeito deve fundamentar-

se num modelo que explique a cognição social – a elaboração ao mesmo tempo psicológica e social da realidade” (Matencio, 2007, p.1).

Assim sendo, antes de abordarmos a intencionalidade, julgamos relevante pontuar a teoria anteriormente referida.

### **3.2 Teoria das Representações Sociais e sua relevância na construção enunciativa/discursiva da mentira**

Essa Teoria, doravante, TRS, já definida na introdução deste trabalho, nos é cara porque corrobora com a nossa concepção de língua enquanto atividade sociointerativa na qual os objetos de discurso são construídos de forma dinâmica, criativa, e intersubjetiva e porque centra-se no conhecimento construído nos processos sociais, daí a interação entre os sujeitos. Os saberes de conhecimento e de crenças constroem-se no interior do processo de representações, a questão de como se constroem os saberes é essencial à TRS.

No que diz respeito a mentira, isso é fundamental, uma vez que ela é facilitada, em matéria de lógica, pela argumentação e esta desenvolve-se a partir dos valores e das crenças do auditório, apelando para os diversos tipos de sentimento para justificar a tese que está sustentando.

Considerando como motivo da mentira o “desviar” a atenção para outro foco, o “embelezar o campo”, o “dourar a pílula”, a fim de se obter determinado “lucro” (no caso, a credibilidade no que se diz), não podemos nos deter somente na observação da forma do discurso, mas ter um conhecimento, mínimo que seja, da realidade, alvo desse discurso; por isso, o conhecimento pode ser o “melhor antídoto” contra a mentira. Pensando em Foucault quando afirma que não há simetria entre as palavras e as coisas, cremos que a realidade é também construção.

Com efeito, pensamos, o mentiroso bem sucedido forja uma realidade construída a partir das representações sociais simbolicamente estruturadas pelos sujeitos, ratificando aqui que a TRS trabalha com a memória do sujeito, dos grupos sociais, daí a sóciocognição. E pensar em sóciocognição é pensar em Bakhtin que fala do enunciado, cuja definição não é formal, mas está para o efeito de sentido, ou seja, o enunciado é uma atitude responsiva, ele é entendido como condição de possibilidade de utilização da língua, ratificando que o verdadeiro objeto de estudo da linguagem é a interação verbal.

Em outras palavras, o enunciado tem um caráter dialógico, uma dimensão intertextual. Enunciar é agir sobre o outro. Daí, para Bakhtin, a noção de enunciado poder abarcar a noção de discurso.

O enunciado é reconhecido e entendido em sua dimensão discursiva, como espaço de constituição do sujeito e de suas relações sociais. Com efeito, o texto não pode ser analisado apenas com base nas marcas linguísticas que compõem a sua superfície. Ele precisa ser analisado a partir do processo discursivo que leva em conta a enunciação, a situação de produção dos enunciados e as relações existentes entre enunciador e enunciatário.

Isso significa que todo e qualquer uso de algum recurso linguístico deve ser estudado no âmbito da sua realização, em função da intenção do locutor, da imagem que ele tem de seu ouvinte, da situação sócio-histórica a qual faz parte. Elaborar um enunciado sob essas condições diz sobre seu estilo e caracteriza um gênero discursivo.

Voltando à TRS, ela envolve a forma como o sujeito se posiciona e enuncia numa certa situação, como esquematiza e enquadra, ou seja, como o sujeito, pelo recorte, constrói uma cena. A construção de uma cena pressupõe, a nosso ver, a ancoragem, pois só é possível categorizar a partir do que é dado. Logo, a ancoragem é a categorização do que chega: formulações, enunciados..., presentes na memória de longo termo, o que orienta a ação de linguagem do sujeito; com efeito, a ancoragem desempenha um papel fundamental que possibilita a produção de sentido e conseqüentemente, a construção do conhecimento.

Deixando a ancoragem e analisando panoramicamente a TRS, sob uma definição clássica, é possível afirmar que ela é uma forma elaborada e compartilhada de conhecimento social que visa a construção de uma realidade comum a um determinado grupo social. Daí podermos afirmar que toda representação social torna-se um discurso cultural, de conhecimentos negociados amplamente ou não, em que prevalece o contexto sócio-histórico-cultural do indivíduo. Sempre nos utilizamos de ações sociais para representar nossa fala, ou o que percebemos como “usual” na sociedade. Assim, considerando toda prática social como discursiva, podemos dizer que a representação social é uma forma de linguagem.

O ato de “negociar” linguisticamente representa identificar o que literalmente nós temos como crenças arraigadas ou não em nossas vidas, de algum modo, determinadas e influenciadas pelo contexto social, histórico e cultural no qual estamos inseridos. Com efeito, a representação social que nos é cara é a de um sistema de valores, ideias e práticas, em que a questão do espaço, ou seja, do como se constroem os saberes, é fundamental.

A discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem ocorre a partir de um processo de interação em que se privilegia a forma de como, sociocognitivamente, os sujeitos interagem com o mundo e não apenas pela forma como o nomeiam. Por isso, entendemos que no processo de construção da mentira, em que há um processo de atribuição de sentidos para a construção da realidade, o sujeito envolve-se em uma espécie de jogo no uso da linguagem como ação e não como produto, instaurando e dizendo o mundo na sua ação social.

Em se tratando de realidade, clarifica-se, é a realidade fundada na linguagem em que o sujeito tem condições para se formar, ou seja, construir sua identidade na interlocução.

Assim pensando, nos parece pertinente voltarmos a Charaudeau (1999, 35-36): “a realidade social é objeto de uma construção significativa através de uma atividade mental consistindo, por si mesma, em produzir discursos de racionalização, de explicação e de justificação dessa realidade e que faz com que esta se constitua como real”.

O que parece ser significativo aqui é que são construídos discursos de representação que revelam sistemas de valores dos quais se servem os indivíduos para julgar a realidade. E a TRS procura, em termos de fenômeno do real, pensar nos movimentos dos sentidos.

A TRS envolve crenças, valores, práticas que permeiam um determinado grupo social e são solidificadas num dado contexto histórico-sócio-cultural. Com efeito, a TRS auxilia na compreensão de como o sujeito produz sentido.

As representações sociais trazem à tona pensamentos, valores, traços culturais e familiares, dentro de uma possível coerência de construção de um discurso da sociedade. São, portanto, um dispositivo importante na consequente produção de efeitos de sentido em eventos de interação, tomando formas de discursos específicos de acordo com o contexto enunciativo. Daí a sua essencialidade para os estudos da linguagem, bem como a sua relevância no estudo da mentira, lembrando-nos de que a atividade linguageira se desenrola no olhar de certo número de representações (individuais e coletivas) que nós mesmos conhecemos. A forma de agirmos demonstra nossa relação com o mundo objetivo: adequação a regras, valores e afins, bem como nossa “autenticidade”: avaliação que desejamos obter daqueles que nos veem.

O mentiroso fala e age de acordo com os valores e as crenças, que previamente conhece do auditório ao qual se dirige. Ele adequa as palavras às coisas, mudando seu comportamento verbal de acordo com as interações com o seu interlocutor. Dessa forma, ele posta-se num cenário pautado pelo olhar do outro, o que faz com que esse locutor mentiroso

elabore e efetive uma simulação e dissimulação coerente, ou seja, correspondente a expectativa do auditório, cujo julgamento lhe é decisivo.

Dessa forma, o seu comportamento verbal pauta-se pelo auditório, com suas crenças e valores, ratificamos. É preciso, então, o mentiroso conhecer tais crenças e valores para dizer o que esse auditório quer que ele diga.

Isso não significa que o auditório quer ser enganado, mas que o mentiroso adequa a sua fala as expectativas de seu auditório. Ou seja, o mentiroso não diz o que pensa, mas o que lhe é conveniente para conquistar a adesão de seu público. Daí podermos inferir a noção de mentira como um jogo de linguagem: dissimula-se, oculta-se, finge-se, adequando o enunciado a enunciação que visa o sucesso do locutor mentiroso, uma vez que o mentiroso oferece a seu interlocutor signos que o façam crer que aquilo que ele enuncia é idêntico ao que ele pensa; ratificando a inscrição da mentira numa relação entre locutor e interlocutor.

Com efeito, nos parece que a mentira passa a ser premissa fundamental para as relações de sociabilidade, haja vista vivermos num mundo em que as relações são dissimuladas, opacas, sem transparência, em sua maioria, ilusória: “dispositivo simbólico” que canaliza seus desejos.

Em se tratando de desejos, desde Sócrates (e junto a ele), podemos afirmar que as pessoas só ouvem o que agrada a seus desejos; daí encontrar as palavras que o desejo quer ouvir. O bom mentiroso o sabe fazer muito bem.

E aqui, gostaríamos de fazer um breve parêntesis, qual seja, no que tange à política, especificamente “aos homens de poder”, não podemos deixar de pontuar que eles compreendem muito rápido essa questão do desejo e a usam para controlarem o ser humano, enquanto ser social. Eles aprendem a “agradar os sujeitos” e a “controlar seus espíritos e seus corações”, oferecendo-lhes um conhecimento deturpado das coisas e jogando com os seus desejos.

E assim o “desconhecimento” vai tomando o lugar do conhecimento, o qual não é mais visto como um valor da sociedade. Em palavras de Enriquez:

O social só funciona na base da falsificação, da idealização e da hipocrisia. Ele se nutre de ilusões, estereótipos, slogans. Não pode ser de outra forma. A esperança de uma sociedade em que os homens se saciem da verdade é tão falaciosa quanto aquela de uma sociedade em que as pessoas “se saciassem de amor”[...]. Não podemos vislumbrar uma sociedade em que as relações entre as pessoas sejam, enfim, verdadeiras. A verdade dissolveria as sociedades como dissolve o amor dos amantes. [...]. Enganar-se a si e ao outro, consciente ou inconscientemente, é algo que está na raiz das relações humanas. Assim, os mitos, as ideologias, as religiões, a falsa consciência de si, a impossibilidade de olhar a realidade de frente, continuarão a fazer a lei. (ENRIQUEZ, 2001, p.71).

Com isso, fechamos o parêntesis. Isso feito, voltamos à questão do desejo que, assim como a crença, é um estado intencional, apropriando-nos de Searle (1995a). E a intencionalidade nos é cara nesta pesquisa, como apontado na introdução.

### **3.3 Com a palavra, a Intencionalidade.**

A intencionalidade, pontuada e definida na introdução da pesquisa, é uma construção do sujeito em suas interações; é um processo assimétrico que auxilia na produção da ação. É, de acordo com Searle (1995a), uma característica dos estados mentais, uma forma específica de ver um estado de coisas.

Sob um outro viés, Dennett (1990, p.24) procura centralizar a questão da intencionalidade através da dicotomia: estado mental x condição de verdade. Para ele, o que está em questão é a estratégia intencional: crença predita.

Dennett (1990, p.25) afirma que as crenças representam um fenômeno curioso tanto pela sua extensão quanto pela sua natureza. “Será sempre possível detectar a presença de crenças como algo que se faz presente na mente daqueles que manifestam pretensões à realização de uma ação, de alguma forma de comportamento”. Para ele, “a quase totalidade das nossas crenças são verdadeiras, valendo isso tanto para o senso comum, como para o desenvolvimento de uma teoria”. E aqui, gostaríamos de fazer um breve parêntesis, reiterando que a forma como lemos e interpretamos passa, necessariamente, pelas nossas crenças.

Dennett (1990, p.26) admite duas concepções de crença: uma como um fenômeno objetivo e outra como “um fenômeno decorrente da posição daquele que adota uma estratégia preditiva, cuja comprovação se torna possível pelo sucesso dessa estratégia”. O autor destaca a segunda, pois é ela que permite associar crenças a uma estratégia intencional: “Numa primeira análise, minha estratégia intencional consistiu em trazer o objeto aonde poderíeis prever seu comportamento como um agente racional, dotado de crenças, desejos e outros estados mentais que se manifestam e de outros que incidem sobre a intencionalidade”<sup>5</sup>. (DENNETT, 1990, p.27, tradução nossa).

Nessa concepção de Dennett (1990), já não interessa se o objeto é real ou imaginário. O importante é o sujeito. Ser um sujeito dotado de crenças é ser um sistema intencional, que

---

<sup>5</sup> “en première approximation, ma stratégie intentionnelle consiste à traiter l’objet dont vous voulez prédire le comportement comme un agent rationnel doté de croyances et de désirs et d’autres (états) mentaux manifestant ce que Brentano et d’autres appellent de l’intentionnalité”

nos possibilita prever comportamentos de forma confiável, através de uma estratégia intencional. (...) “Só podemos atribuir uma crença a um sistema (organismo) se esta crença já se tornou disponível para o próprio sistema em outras circunstâncias”. Dennett (1990, p.28).

No entanto, assevera o autor (1990, p.30), “ter uma boa estratégia é uma coisa; saber se ela funciona é uma outra coisa”. Com efeito, ele pontua algumas regras que conduzem ao desenvolvimento da estratégia intencional, clarificando que o efeito de verdade (ou de falsidade, ou de fingimento) é um efeito intencional: “Uma das implicações da estratégia intencional, por consequência, é que os indivíduos capazes de ter verdadeira crença, creem principalmente em suas verdades.”<sup>6</sup> (DENNETT, 1990, p.32, tradução nossa).

A questão da verdade nas crenças é fundamental porque há necessidade de atribuição de crenças a um sistema que ele deve ter para que funcione, entendendo crença como sinônimo de conhecimento: teorias naturais.

Ao tratar do desejo, pontua Dennett (1990, p.32): “Como nos atribuem os desejos (as preferências, os gostos, os interesses) sobre a base que formará o conjunto de nossas crenças? Nós atribuímos os desejos que o sistema deverá ter. Esta é a regra fundamental.”<sup>7</sup>

Para ele, há uma “escala” sobre a natureza do desejo que aplicamos às pessoas na consecução de uma ação. Há desejos que são fundamentais; e as “As regras derivadas de atribuição do desejo interagem com regras de atribuição de crenças”. (DENNETT, 1990 p.33).

No entanto, um problema, segundo Dennett (1990, p.36), é colocado: “o problema que aparece então parece ser aquele que de distinguir os sistemas intencionais que são realmente das crenças e dos desejos daqueles que achamos convenientes tratar como vindos dos desejos e das crenças.”<sup>8</sup>

Em outras palavras, “há objetos para os quais existem evidências materiais e sobre os quais operam realmente sistemas de crença e de desejo em correlação com outros para os quais temos desejos e crenças hipotéticas”. Nestes casos, afirma Dennett (1990, p.37), “a única estratégia que funciona é a intencional”, isso devido ao poder de predição que ela oferece; ressaltando que razão para esse autor é converter crença em ações.

---

<sup>6</sup> “L’une des implications de la stratégie intentionnelle par conséquent, c’est que les individus capables d’avoir vraiment des croyances, croient principalement des vérités”

<sup>7</sup> “Comment attribuons-nous les désirs (les préférences, les buts, les intérêts) sur la base desquels nous formerons la liste des croyances? Nous attribuons les désirs que le système devrait avoir. C’est la règle fondamentale”.

<sup>8</sup> “le problème que pose alors semble être celui de distinguer les systèmes intentionnels qui ont réellement des croyances et des désirs de ceux pour lesquels nous trouvons pratique de les traiter comme si ils avaient des désirs et des croyances”.

Em se tocando na ação, faz-se necessário ratificar a importante passagem da semântica para a pragmática, ou seja, do significado como condição para ação. Dessa forma, Grice (1989) é um autor importante nessa discussão.

Grice (1989) propõe a diferença entre duas formas de significado. Em palavras de Mari (2007):

Um enunciado é natural se a sua forma linguística não requer quaisquer operações de ajuste sintagmático ou lexical e se for possível interpretá-lo sem recorrer a contextos especiais de enunciação. Um contexto é especial, quando precisamos determinar muitos detalhes sobre os componentes do seu processo de enunciação, isto é, validá-lo em relação a interlocutores especiais, a circunstâncias precisas, com uma orientação pragmática localizada etc.

Um enunciado é não-natural se existir qualquer estranhamento em sua forma linguística, ocasionado pela: (a) violação das relações sintagmáticas padrões; b) violação das correlações entre propriedades lexicais previsíveis; (c) potencialização das condições polissêmicas dos itens lexicais; (d) disponibilidade de atualização de diversas relações sintagmáticas<sup>9</sup>.

Mari (2007,) ainda comenta sobre o que seja um significado natural e um não-natural:

Um significado é natural, quando for obtido através de uma decodificação direta das relações sintagmáticas imediatamente consagradas no enunciado, bem como do amalgamento das propriedades lexicais presentes nos itens constituintes. Qualquer significado natural pode ser feito não-natural, se alterarmos as suas condições enunciativas de uso.

Um significado é não-natural, quando for o resultado da aplicação de condições adicionais de interpretabilidade ao significado que se obtém pelo amalgamento de propriedades lexicais e das relações sintagmáticas, fatores necessários ao cálculo do significado natural. Nesse caso, trata-se de uma certa reconstrução não-padronizada das relações lexicais(ao menos) e/ou de ajustes nas relações sintagmáticas, o que resulta na deformação parcial do significado natural. Todavia, há casos em que o significado não-natural é apenas uma reconstrução da significação possível para enunciados não naturais.<sup>10</sup>

Feitas as pontuações, é preciso asseverar que o objetivo de Grice (1989) é esclarecer a conexão entre a noção de significado (dizer de alguém que, ao fazer algo, sugeriu alguma coisa) que ele considera básica e as noções de significado envolvidas em dizer.

Grice (1989) traz à tona a relação entre o que é dito e o que é implicado pelo locutor, uma vez que, situado no campo da pragmática, ele destaca o significado ocasional do locutor, reconhecendo a importância do que aparece determinado em diferentes instâncias do significado atemporal e atemporal aplicado.

<sup>9</sup> MARI, Hugo. Comentário escrito sobre Convenções e intenções no Plano do Enunciado (Grice, 1988), em sala de aula, na disciplina Seminário de Estudos Avançados – Tópico: Linguagem e intencionalidade: discussão sobre as categorias significado da palavra e significado do falante, do curso de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Coração Eucarístico – em 06/06/07.

<sup>10</sup> IDEM

Em síntese, o que o autor questiona é o que fazemos com a linguagem. Ao levantar este questionamento, Grice (1989), pensamos, ratifica um fato essencial, qual seja: pensar na pragmática é pensar no ato, na ação de linguagem.

E toda ação se desenvolve em termos de representação, uma vez que, as formas de agir apresentam a nossa relação com o mundo objetivo: valores que assumimos, como nos adequamos às regras, a imagem que queremos passar para as pessoas..., inclusive a imagem de autenticidade.

Assim, a intencionalidade é registrada no uso. Ela é uma decisão, apropriando-nos de Searle (1995a), pelo valor pragmático atribuído à significação. Dessa forma, quando alguém diz ao outro: “A crise inflacionária acabou, passou na TV”, esse alguém pode não estar fazendo apenas uma constatação, ele pode estar criticando ou ironizando a relação da mídia com o público que a coloca como “portadora da verdade”, por exemplo.

Nisso registramos a construção do sujeito em sua interação, dizendo uma coisa e “sugerindo” outra. Fazendo o que deseja com a sua prática de linguagem, daí a intencionalidade.

Nesse intuito, pensamos ser relevante pontuar a proposta de Austin (1990) quando admite que “o alocutário possa fazer mover sua intenção pelo ato, mesmo na inexistência de uma intenção declarada do locutor, ou até mesmo atropelando alguma que tenha sido pretendida por este último”.

Na proposta de Austin se contemplaria o seguinte (reformulando o esquema de Grice/Strawson (1998) cuja proposta é centrada na intenção do locutor): Qualquer alocutário compreende algo não-natural, através de um enunciado de L se:

O A infere – (I1) -, uma compreensão C, não-natural do proferimento de L. Por exemplo: Lula, no escândalo do Mensalão, afirmou: “Eu acho que os deputados devem estar com muita dificuldade de apurar a concretude das denúncias feitas” ( MERVAL PEREIRA, 2010, p.316) ao referir-se aos membros das CPIs.

- a) Qual a (I 1) da A? Que a C de A sobre o fato da dificuldade dos deputados em apurar a concretude das denúncias seja irônica em razão do proferimento de L.
- b) Qual a (I 2) de A? Que L deva reconhecer (II) de A, ou seja, que A tenha uma compreensão não-natural de E, o que justifica C de A.
- c) Qual a (I 3) de A? Que o reconhecimento de L de que E tem uma compreensão não-natural justifica C de A.

Para fins explicativos, a intenção para Strawson (reescrita a partir de Grice) deve ser compreendida de acordo com os itens abaixo:

L – locutor; A – alocutário; E – enunciado; I – intenção; R – resposta; C – compreensão.

- a) O L pretende (I1), ao proferir E, uma certa r de A. Lula pretende conduzir os brasileiros a não crerem na existência do “Mensalão” em seu governo ao enunciar ironicamente a dificuldade dos deputados.
- b) O L pretende (I2), que A deva reconhecer (I1) de L. Lula pretende que seus alocutários, reconhecendo a ironia contida no enunciado, julguem ser mentira o referido escândalo.
- c) O L pretende (I3), que este reconhecimento de A da (I1) de L sirva de justificativa, ou parte da justificativa, para uma r de A. Lula espera que a ironia justifique a não crença do povo no escândalo, o qual ele mesmo afirma, posteriormente, ser “um conto da carochinha”.

Tomando o exemplo acima, asseveramos que na construção enunciativa da mentira ocorre o mesmo processo: o locutor mentiroso interpreta um fato da realidade através de uma linguagem teatral, encenada e muitas vezes metaforizada e irônica para conduzir o seu alocutário à crença em suas palavras modificando a conduta desse alocutário no sentido desejado., o que nos remete a Searle (1995a) quando afirma que a intencionalidade e o sentido dão suporte a ação, pontuando que o enunciado é condição para a enunciação, uma vez que o locutor é, pelo menos aparentemente, digno de confiança(haja vista uma “negociação” só ter sentido se cada um dos interlocutores puder confiar na palavra do outro, reiteramos).

Nesse processo enunciativo, é possível afirmar que a validade da mentira reside no entrelaçamento da dimensão do locutor e do alocutário, que precisa ser conivente com a mensagem recebida, dando-lhe crédito, supondo-a verdadeira.

Essa cumplicidade dos alocutários é conquistada pelo locutor que atenta para o contexto social em que esses alocutários estão inscritos, bem como para as crenças, valores e desejos que os constituem e o espaço histórico e cultural em que se inserem, o que ratifica a intencionalidade ser a busca pelo valor pragmático da significação.

Como podemos observar, o estado mental da crença corrobora com a construção da intencionalidade, o que é válido também para a construção enunciativa da mentira, haja vista a negociação, o diálogo basear-se, primeiramente, na confiança entre os interlocutores (como já pontuamos). O mentiroso conhece as crenças de seu auditório, e, através de enunciados naturais cujos significados muitas vezes são não-naturais, ativa um determinado valor pragmático que desperta o estado mental de crença de seu interlocutor movendo o seu desejo por determinada coisa e, conseqüentemente, à ação para o alcance desse desejo.

Por falar em desejo, há uma hierarquia de desejo, apropriando-nos de Dennett (1990), imposta pela intencionalidade na construção enunciativa da mentira: de um lado, o desejo do locutor mentiroso em ser bem sucedido, de outro, o desejo do alocutário em não ser enganado e, também, em ter suas ilusões alimentadas.

Para clarificar essa última asserção ratificando que não estamos afirmando que o alocutário queira ser enganado, retomamos a eleição de Lula e a sua popularidade, mesmo após os escândalos em seu governo. Criou-se na população brasileira, em especial nas camadas populares, a ilusão de que, finalmente no Brasil havia um governo surgido de uma eleição popular que representaria a verdadeira vontade do povo.

Diante dessa ilusão, forjada sobre o desejo e a crença, afirmar que não há corrupção no governo, que foi um golpe dos adversários e que se vai provar isso a posteriori, foi fácil.

Essa forma de ver o referente, de enquadrá-lo, numa elaboração mental do sujeito dotado de desejos e crença, em que se constrói um sentido e conduz à ação (intencionalidade), corrobora, a nosso ver, com a construção enunciativa/ discursiva da mentira, uma vez que é realizada na interação a partir da interpretação do uso de objetos linguísticos sob um determinado enquadre de apreensão e construção do referente, através da linguagem, considerando o mundo físico e sócio-cultural.

A intencionalidade lança mão de significados não-naturais, como pontuamos anteriormente, também de atos de fala indiretos, aos quais podemos atribuir o valor pragmático, seja através da denominação pelo contrário, a qual visa fazer com que um objeto pareça outro, através da deformação, seja através, por exemplo, de critérios extrínsecos de julgamento, o que, a nosso ver pode ser estrategicamente usado na construção da mentira enquanto objeto do discurso, uma vez que ela, enquanto ação linguística apresenta uma organização convencional.

Em se pensando nos atos de fala, voltamo-nos para Habermas (2004), um grande otimista, para quem o mundo bom pode ser construído pela linguagem. Ele trabalha com a

ideia de veracidade associada à linguagem. Não existe, para ele, veracidade sem linguagem. Habermas (2004) acredita que tudo que nós constituímos é através da comunicação, daí o sujeito ser inter-sujeito. Não existe a subjetividade, mas uma inter-subjetividade, o que conduz à dialogia, à comunicação.

Ele aborda a ação comunicativa racional, e para a entendermos em Habermas (2004), é preciso voltarmos ao Iluminismo, era das luzes, do esclarecimento, que afirmava quanto mais o homem usasse a razão, deixando de lado o mito, a religião, melhor seria para ele, pois “conheceria” o conhecimento.

Para o autor, a ação comunicativa é quem guia o mundo da vida: mundo resultante de uma associação entre o mundo existencial, da experiência de vida, e o sistema social, duas realidades distintas para Habermas (2004). No entanto, embora não haja como “jogar fora” o sistema social, não se pode deixá-lo dominar o mundo da vida.

Para ele, o agir e o falar são distintos, mas ambos significam ação em seu sentido mais genérico. Ele usa a teoria linguística para compor sua abordagem filosófica, a partir dos Atos de Fala. Para ele, a filosofia é mediada pela razão e o vetor dessa razão são os atos ilocucionais. Habermas (2004) relê o marxismo das relações sociais e avança, trabalhando a linguagem numa sociedade estruturada. A base de seu trabalho é o ato de fala, ligado a um entendimento (consenso racional), balizado pela razão.

Para Habermas (2004), o ato de fala é ação comunicativa. A sua concepção a esse respeito está em buscar um ouvinte para um entendimento sobre algo, sobre o mundo. O ato é como um “mediador”.

Para o autor, a ação desvinculada de uma pretensão de validade fundada em razão gera a ação estratégica. E aqui, apropriamo-nos, especificamente, de Habermas (2004, p.117) quando faz distinção entre o agir comunicativo e o agir estratégico, o que, de modo especial, interessa-nos na análise de um suposto ethos do mentiroso. Tanto o agir comunicativo quanto o estratégico são dois tipos de uso comunicativo da linguagem, que têm funções diferenciadas na coordenação das ações ou interações sociais.

O primeiro, o agir comunicativo, é definido pelo autor como a coordenação, pelos agentes, de seus planos de ação, mediante o entendimento mútuo linguístico, ou seja, “quando eles os coordenam de tal modo que lançam mão das forças de ligação ilocucionárias próprias dos atos de fala” (HABERMAS, 2004, p.118).

O segundo, o agir estratégico, é um agir voltado para as consequências, a linguagem não é empregada comunicativamente como no agir comunicativo, pois os agentes coordenam

seus planos de ação mediante uma influência recíproca.

A partir dessa distinção, o autor pontua esses tipos de agir comunicativo num sentido fraco e num sentido forte. O sentido fraco diz respeito à extensão do entendimento mútuo a fatos e razões dos agentes para suas expressões de vontade unilaterais, ou seja, aqui, os agentes se orientam apenas pelas pretensões de verdade e veracidade.

Nesse sentido, “o entendimento mútuo significa apenas que o ouvinte compreende o conteúdo da declaração de intenção ou da solicitação e não duvida de sua seriedade (nem da sua exequibilidade)” (HABERMAS, 2004, p.119). Para o autor, a base do entendimento mútuo eficaz para a coordenação da ação é tão somente a aceitação da pretensão de veracidade levantada para uma declaração de intenção ou solicitação, essa base comum restringe, afirma Habermas (2004, p.119), “o arbítrio dos agentes orientados ao sucesso apenas na medida em que esperam um do outro a renúncia a qualquer intenção enganadora”, permitida no agir estratégico.

No agir comunicativo em sentido fraco está a suposição de um mundo objetivo que é o mesmo para todos, entendendo objetivo como um acordo normativo. Nesse agir, o que entra em jogo “são apenas atos de fala constataivos e expressões de vontade sem autorização normativa” (HABERMAS, 2004, p.120).

O agir comunicativo num sentido forte diz respeito à extensão do entendimento mútuo às próprias razões normativas que baseiam a escolha dos fins. Pois, nas palavras de Habermas (2004, p.118), “os envolvidos fazem referência a orientações axiológicas intersubjetivamente partilhadas que determinam sua vontade para além de suas preferências”.

Nesse agir, os agentes, além de se orientarem por pretensões de verdade e veracidade, “também se orientam por pretensões de correção intersubjetivamente reconhecidas”, como pontua o autor (2004, p.118).

Nesse agir

se pode criticar um ato ilocucionário sob todas as três pretensões de validade, não importando se a pretensão de validade normativa é explicitamente levantada, como nos atos de fala reguladores (ordens, promessas), ou se permanece implícita. Asserções e confissões que levantam explicitamente pretensões de verdade e veracidade também podem ser, do ponto de vista do contexto normativo do proferimento, criticadas como deslocadas, indecentes, embaraçosas etc., em suma, como normativamente inapropriadas. Elas infringem as relações interpessoais legitimamente reguladas de um mundo social a que pertencem em comum os interlocutores. (HABERMAS, 2004, p.119)

Esse mundo social, no agir comunicativo em sentido forte, é intersubjetivamente

partilhado pelos envolvidos. Esse agir exige um uso de linguagem que também se refira a algo num mundo social.

Isso posto, Habermas retoma, especificamente, o agir estratégico, afirmando que em contextos estratégicos de ação, a linguagem funciona, em geral, segundo o modelo de perlocuções. “Aqui, a comunicação linguística é subordinada aos imperativos do agir racional orientado a fins. Interações estratégicas são determinadas pelas decisões de atores orientados ao sucesso, que se observam mutuamente” (HABERMAS, 2004, p.123).

Para o autor,

as pretensões de verdade e de veracidade levantadas com atos de fala não-reguladores já não almejam diretamente a motivação racional do ouvinte, mas pretendem que o destinatário tire suas conclusões a partir do que o falante lhe dá a entender indiretamente. Isso naturalmente só é possível se os envolvidos compreendem um ao outro, ou seja, se consomem parasitariamente um saber linguístico comum(que eles adquiriram em contextos de agir comunicativo). [...]. Por certo, sujeitos que agem estrategicamente supõem entre si que, na medida em que decidem racionalmente, eles baseiam suas decisões em opiniões que eles mesmos tornam verdadeiras. Mas os valores de verdade pelos quais cada um deles se orienta do ponto de vista de suas próprias preferências e objetivos não se transformam em pretensões de verdade, talhadas para um reconhecimento intersubjetivo – sendo por isso pretensões que eles levantam publicamente, no comprometimento de resgatá-las por meio do discurso.(HABERMAS, 2004, p.123-124).

Com toda essa asserção, Habermas deixa claro que nem todo uso da linguagem é comunicativo, nem toda comunicação linguística busca o entendimento mútuo na base de pretensões de validade intersubjetivamente reconhecidas, como no caso das perlocuções, cujo modo de utilização é orientado para as consequências, ou seja, para o entendimento mútuo indireto.

### **3.4 Considerações Finais**

Neste capítulo, ainda que brevemente, devido à extensa explanação no intróito desta pesquisa, pontuamos duas teorias que, a nosso ver, corroboram com a análise da mentira enquanto objeto do discurso por, essencialmente, constituírem-se na construção do sujeito em suas interações.

Creemos, que à luz dessas teorias a análise da proposta que engendramos tornar-se-à mais eficaz, haja vista entendermos que a mentira é uma prática de linguagem, a qual viabiliza as relações sociais tendo em vista que a procura pelo reconhecimento público de “distinção”

transforma-se no desejo do ser humano que, no afã de realizá-lo busca o mundo das aparências.

Esse “mundo das aparências” estabelece as regras discursivas do jogo social em que está a prática de linguagem, e o que fazemos com a nossa prática de linguagem está no campo da intencionalidade, a qual auxilia na produção da ação. Além disso, as representações sociais “instituídas” no e pelo sujeito, na interação como o outro e com o mundo, demonstra que a ação comunicativa resulta em um permanente agir discursivo, a que se atrela a referenciação.

## CAPÍTULO IV: A MENTIRA E ALGUNS DE SEUS ASPECTOS COGNITIVOS

### 4.1 Considerações Iniciais

Os estudos sobre as relações entre o cérebro e a linguagem constituem, indubitavelmente, um dos mais novos campos da Linguística, o que torna a busca pela melhor compreensão do funcionamento da cognição humana ainda mais atraente, embora essa busca seja algo complexo.

No entanto, como afirma Morato:

(...) o que sabemos na atualidade sobre a atividade cognitiva indica que há uma relação estreita entre linguagem e cérebro, ancorada na interrelação de diferentes áreas do córtex e na independência de múltiplos processos ou funções cognitivas (como memória, linguagem, percepção etc.) que atuam em nossas várias formas de perceber e interpretar o mundo (MORATO, 2001, p.114).

Com essa afirmação Morato pontua a dinamicidade e flexibilidade da linguagem e do cérebro enquanto sistema (cada qual), o que nos permite asseverar, junto ao autor, que ambos estão na dependência de diferentes fatores que orientam nosso entendimento e nossa ação no mundo.

A linguagem, inerente ao ser humano, é para a vida. Ela envolve um discurso, no qual é colocado em cena, pela predicação, a interlocução; dessa forma, o discurso pode acionar certas ações comportamentais.

O hipocampo tem um papel central na coordenação entre o discurso e os aspectos sensoriais da língua; ele exerce um papel significativo porque há uma coordenação entre a entrada sensorial, o contexto espacial e a representação de ações comportamentais.

A linguagem é, também, uma fonte de teatralidade. Nela está presente a referência que, grosso modo, significa predicar, criar uma cena enunciativa, o que só pode acontecer na interatividade, daí a fundamentalidade da interlocução.

Tendo em vista essas asserções, trazemos à baila o objeto de estudo, a mentira (em termos de seu processamento sob alguns aspectos cognitivos), a qual entendemos ser uma forma de percepção e interpretação do mundo.

De forma consciente ou não, as pessoas simulam comportamentos, camuflam, dissimulam e fornecem sinais enganosos, o que nos leva a questionar como isso é processado / fabricado no cérebro / mente.

Assim, dando continuidade às nossas elucubrações, retomamos as palavras de Fauconnier & Tuner (2002, p. 217), pontuadas em nossa introdução: “People pretend, imitate, lie, fantasie, deceive, delude, consider alternatives, simulate, make models, and propose hypotheses. Our species has an extraordinary ability to operate mentally on the unreal, and this ability depends on our capacity for advanced conceptual integration”.

“A capacidade de fingir, de mentir permite ao homem criar o espaço do irreal”<sup>11</sup> é a isso que os autores acima se referem; e cremos que, por ser dotado de plasticidade, o cérebro permite essas ações pontuadas pelos autores.

Os humanos têm a capacidade de iludir, enganar, dissimular, fazer crer, omitir, tirar proveito próprio. Às vezes fazem isso para auto-preservarem-se, exemplo disso é quando veem sua integridade física ou moral ameaçada. Não se trata, no entanto, de uma manipulação linguística apenas, mas de uma produção mental que reelabora as informações vindas do exterior para a mente e faz da linguagem o meio por excelência para a construção desse mundo mental, daí a capacidade de ludibriar, dissimular.

Em se tratando da dissimulação, o quadro “A Evolução da Mentira” proposto na revista *Viver Mente e Cérebro* (MANNUCCI, 2005.) parece-nos interessante:

Segundo biólogos evolucionistas, a capacidade de dissimular é uma característica essencial de muitas espécies de seres vivos, podendo ser classificada em quatro categorias bem distintas. A primeira é o mimetismo (presente também entre os vegetais), que permite, por exemplo, que animais fracos escapem dos predadores quando parecem maiores e mais poderosos. Em segundo lugar, os comportamentos enganosos mais organizados, como o dos pássaros que aparentam estar feridos para afastar do ninho o predador ou das raposas que se fingem de mortas para caçar pássaros que se alimentam de carcaça. Em um grau superior, encontramos as mentiras ligadas à capacidade de aprender com a experiência, por exemplo, os “truques” que cães e gatos empregam para obter certas comidas de donos cujos hábitos e fraquezas aprenderam a conhecer. No último grau da escala há o tipo de mentira exclusiva do ser humano e de outros primatas: o embuste deliberado, planejado com a intenção consciente de obter vantagem ou evitar dano (...)

A mentira é consciente. Ela é uma “fabricação” da mente humana, um processo cognitivo complexo porque, além de poder ser vista sob vários ângulos, assemelha-se à “eclipse”: “ela esconde, desfigura e revela” (OUTEIRAL, 2004, p.71).

Se a tomarmos em oposição à verdade, em termos de veracidade, ou seja, “a informação da ordem do imaginário, ela estará baseada nas representações de um grupo social quanto ao que se pode garantir o que é dito” (CHARAUDEAU, 2009, p.55) e o que se diz ou

---

<sup>11</sup> Prof<sup>o</sup> Milton Nascimento, fala de sala de aula, em 25/11/09, durante ministração da disciplina “Cognição II – Categorias e Processamento” do curso de Pós-Graduação em Letras – Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de MG – Coração Eucarístico, Belo Horizonte, MG.

não se diz dependerá do efeito que se deseja produzir, reiteramos. A mentira é, portanto, objeto do discurso, um ato de linguagem.

Em se tratando de uma construção enunciativa/discursiva, é possível afirmar que a realidade pode ser construída, logo não é a verdade “objetiva” quem guia a linguagem, mas a verdade do “acreditar ser verdadeiro” que, como afirma Charaudeau (2006, p. 49): “surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo”.

As decisões e condutas dos interlocutores, portanto, são determinadas por informações das quais dispõe. Informações essas “controladas” por suas crenças, desejos... Assim, nesse “aflorar” da subjetividade, encontra-se a astúcia da mentira, a qual não conflita com a razão, uma vez que o espaço do falante é o espaço da realidade, logo, as coisas poderiam ser como o mentiroso conta.

Para mentir, no entanto, há um grande esforço cognitivo e a mentira é um processo enunciativo/discursivo que também se inicia no cérebro / mente.

## 4.2 Alguns Aspectos Cognitivos

Para mentir é exigido do cérebro um esforço cognitivo muito maior do que para se falar a verdade conforme constatam cientistas da Universidade de Temple na Filadélfia<sup>12</sup>: “Quando mentimos, nosso esforço para inventar elementos, fatos ou personagens que não existem e encobrir a verdade aciona 14 partes diferentes do cérebro, o que não ocorre quando simplesmente dizemos o que realmente aconteceu, envolvendo uma operação que aciona apenas 7 partes diferentes da nossa massa encefálica”.

No entanto, os autores não explicam a extensão dessas afirmações, mas podemos constatar o envolvimento de maior número de estruturas neuronais, o que consome muito esforço cognitivo, uma vez que o mentiroso precisa estar atento à sua fala e atos, pois a todo instante precisa “chechar” sua “história” diante de seu interlocutor a fim de sondar se há receptividade/credibilidade ou não, o que pode gerar um certo “nervosismo”, certo “stress” e, por consequência, denunciar a mentira.

Segundo os pesquisadores, não há nenhuma região do cérebro especializado nas mentiras, mas os mentirosos usam mais áreas do cérebro do que os que dizem a verdade. Os

---

<sup>12</sup> Apud Marcos Nicolau, cérebro, mentiras e criatividade [www.insite.pro.br](http://www.insite.pro.br)

cientistas identificaram que, em certas regiões do cérebro, a atividade se intensificava de modo significativo sempre que os participantes recorriam à mentira. Chamou a atenção, sobretudo, a elevação da atividade cerebral em duas regiões específicas: giro do cíngulo anterior e o córtex pré-frontal.

Ambas as regiões auxiliam decisivamente na determinação dos conteúdos da memória que chegam à nossa consciência. O giro do cíngulo dirige a atenção e serve ao controle dos impulsos. No córtex pré-frontal, por outro lado, está sediada a instância inibidora do cérebro. Aí é rechaçado tudo que é irrelevante num dado momento e que, por isso, não deve ser enxergado mentalmente.

Ao mentir, as pessoas exercitam a parte frontal, média inferior, pré-central, “hippocampus”, “regiões média temporal”, “limbic” e até zonas de “atividade emocional” do cérebro (vide anexo), afirmam os pesquisadores americanos que, também, comentam o fato de que as pessoas que disseram a verdade, ativaram outras partes do cérebro e em menor número, pois o mentiroso, além de ter que inventar uma história, ainda precisa suprimir a verdade enquanto ele está mentindo. Sendo assim, enquanto a verdade é acionada e acessada naturalmente, a mentira é intencional e requer processamento cognitivo adicional.

Diversos aspectos do ato de mentir contribuem para esse aumento na demanda por recursos cognitivos, pois durante a formulação da mentira, o mentiroso precisa criar a história, avaliá-la constantemente para verificar sua plausibilidade e coerência com tudo aquilo que o observador conhece ou pode vir a conhecer sobre o assunto.

Quando se trata do “lembrar o que foi dito”, remetemo-nos a Crowder (1994), quando, ao abordar sobre a dimensão da memória auditiva, pontua a memória como uma forma de conhecimento que o organismo retém, do qual dispõe para outros conhecimentos associativos e sobre o qual reelabora.

Dessa forma, a memória não é vista como “estocagem” apenas, mas “na dimensão de procedimentos e estes associados a estágios de seu processamento cerebral”.

Quando uma pessoa identifica o barulho de um trovão, reconhece o hino nacional (ou uma determinada melodia), ou compreende determinado enunciado, ela certamente se utiliza de sua memória auditiva. É evidente que o saber ligado aos sons naturais, ao que é familiar ao sujeito, as formas da língua materna não é algo inato, o que significa dizer que se trata de informações que são extraídas da memória, obviamente que de forma complexa.

O autor atenta para dois aspectos da memória auditiva: memória como estocagem X memória como procedimento. Crowder defende uma abordagem (hipótese de abordagem)

proceduralista da memória que rejeita a eventualidade de uma retenção de informação nos chamados reservatórios mnemônicos comparáveis a receptáculos, tal como as abordagens que a encaram como estocagem (visão mais tradicional).

O autor propõe uma mudança de orientação para a questão da memória: da estocagem para os procedimentos, reitera-se.

Para Crowder (1994), na hipótese proceduralista, a memória não é considerada uma faculdade ou uma capacidade mental, mas diferentemente, um produto secundário de uma atividade mental inicial, a qual comporta uma fase de aprendizagem. Assim, a retenção da informação (na memória) é uma consequência natural do tratamento da informação executada na experiência. A memória de procedimentos é a “concepção dinâmica do que possa ser representado em termos de memória”.

Para Crowder (1994, p.126): “o proceduralismo implica a existência de diversos tipos de memorização à medida que o sistema nervoso realiza muitas formas de percepção, de raciocínio e de tratamento da informação”.

Atentando para o fato de que o que destaca em Crowder é a consideração da linguagem como sendo o aspecto fundamental da atividade de cognição auditiva (“o reconhecimento verbal é algo “contaminado” pela informação semântica que as unidades veiculam”), bem como para os fatos de que o sistema nervoso efetua vários tipos de percepções, de raciocínios e de tratamentos da informação, tendo como função produzir significado e de que a experiência de vida tem implicações na fala, no discurso, pensamos encontrar-se aqui, a mentira, uma vez que ela “deforma” ou “reformula” ou “omite” a informação; pontuando-se que “a troca de informações é uma das bases da sociedade” (CICERONE, 2005, p.50).

Charaudeau (2009, p.33), ao pontuar a informação como ato de comunicação, afirma: “se existe um fenômeno humano e social que dependa precipuamente da linguagem, é o da informação”. A informação, continua ele, “é, numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo”.

Com essa asserção, Charaudeau estabelece a linguagem enquanto “ato do discurso”, o que implica na forma como se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido.

Dessa forma, é possível pensar na mentira, estando muito mais relacionada a intenção de enganar do que à deturpação da verdade, à informação “produzida” de acordo com o

interesse do informante. Mentir seria dirigir ao outro um enunciado falso (tendo o mentiroso a consciência dessa falsidade) com o objetivo de enganar, de levar o outro a crer naquilo que é dito.

Isso nos leva à questão do ethos, como pontuado em capítulo anterior. Os mentirosos precisam apresentar um ethos confiável, pois aquele que mente não quer ser descoberto, uma vez que isso acarretaria numa forte sanção social.

Os mentirosos são inclinados a monitorar e controlar suas condutas de tal maneira que pareçam honestos. Prestar atenção à própria conduta é uma atividade que consome muito recurso cognitivo (reiteramos), daí a mentira ser, também, “fisiológica”, ou seja, necessitar acionar um conjunto de respostas químicas para um comportamento verbal, o que conduz à afirmação: falar a verdade ou contar a mentira são comportamentos verbais aprendidos e mantidos pelas consequências que produzem, primeiramente de quem fala, daí a possível associação entre a mentira e o sistema límbico ou de recompensa.

Dado que o mentiroso necessita permanentemente parecer digno de confiança, ele tende a monitorar não apenas as suas reações, mas também as reações dos interlocutores de maneira atenta e cuidadosa para verificar se as suas histórias estão sendo aceitas. Esse monitoramento dos outros também exige esforços cognitivos.

Estudiosos descobriam que a mentira está associada à criatividade. Segundo Kraft (2004), em seu artigo “Ninguém vive sem mentir”:

(...) por trás de cada mentira deliberada deve haver sempre um feito intelectual brilhante. Sim, pois esconder a verdade – e, em seu lugar, inventar uma história sólida e irrefutável – não apenas demanda muita criatividade como pressupõe a capacidade de se pôr mentalmente na pele dos outros: somente quando consegue completar a própria representação a partir ponto de vista do ludibriado é que o mentiroso pode, à maneira de um diretor teatral, ajustar sua atenção para que ela seja convincente. O poder de imaginar como se é visto pela pessoa enganada, essa capacidade de pensar como o outro, está entre os feitos cognitivos mais característicos do ser humano.

Faz-se necessário ressaltar que o córtex pré-frontal está localizado logo acima das cavidades oculares e controla vários processos psicológicos, incluindo aquele que ocorre quando uma pessoa inventa uma resposta; é interessante pontuar que, desde crianças, abstraímos a realidade através de fantasias, fábulas..., lembrando aqui da fala de Fauconnier (2002), descrita anteriormente neste estudo, pontuando que mesmo na ausência de estímulos externos, o cérebro produz simulações imaginativas.

Ao se falar da “invenção de uma resposta” nos é pertinente voltar a Crowder (1994, p.126) ao tratar da percepção auditiva: “o proceduralismo implica a existência de diversos tipos de memorização à medida que o sistema nervoso realiza muitas formas de percepção, de raciocínio e de tratamento da informação”. O sistema nervoso tem como função produzir significado, assim sendo, ele atua na “fabricação” / construção da mentira pelo cérebro / mente, a fim de que ela seja significativa; isso se dá, ao que parece, essencialmente, pela forma de tratar as informações recebidas, reformulando-as, o que remete à consciência e, por consequência, à memória.

### 4.3 Mentira, Memória e Valores

Para tratar desse tópico, voltamos a Edelman (*apud* SEARLE, 1998, p.69), citado em capítulo anterior, para quem “a memória não é apenas um processo passivo de armazenamento, mas um processo ativo de recategorização alicerçado em categorizações prévias”.

O autor abandona a ideia de memória enquanto “depósito de conhecimento e experiência” e o ato de lembrar “como um processo de recuperar dados neste depósito” para conceituá-la como sendo “o reforço específico de uma habilidade de categorizar estabelecida previamente”.

Essa habilidade é procedural, pois emerge de mudanças dinâmicas e contínuas nas sinapses de grupos neuronais, bem como nos mapeamentos globais que permitem que uma categorização seja primeiramente feita.

Dessa forma, a memória pode facilitar a instigação de *outputs* que foram originalmente o resultado de uma determinada categorização. Além disso, tanto as associações acumuladas, quanto a dependência contextual desse tipo de memória podem levar a uma variedade de respostas e a uma recordação mais rápida. No entanto, a memória não recategoriza os objetos ou eventos tal como ocorreram pela primeira vez: submetidas a constantes mudanças de contexto, as lembranças modificam a estrutura e a dinâmica das populações neuronais envolvidas na primeira categorização. “A lembrança é a ativação de porções previamente facilitadas de mapas globais particulares”. (EDELMAN *apud* SEARLE 1998). Assim, a memória pode facilitar certas respostas já dadas previamente, porém, modificadas devido às mudanças contextuais que ocorrem no momento em que a lembrança é ativada.

Essas constatações são caras no presente trabalho porque corroboram com o fato de que para mentir é necessário que o sujeito, enquanto enunciador, reinvente a categoria de determinado objeto / fato optando por determinado aspecto desse objeto / fato em detrimento de outro (como afirma Edelman: “o cérebro deve ter um sistema de aprendizagem”), reinventando, também, a sequência de eventos e formando conceitos conforme a sua experiência. É a construção, pelo cérebro, da realidade exterior (não a reprodução fiel) segundo mecanismos que foram selecionados ao longo do tempo e que nos orientam no mundo.

Sendo a mentira um objeto do discurso, um ato de fala, (inscrita na relação entre locutor e interlocutor) é algo consciente que lança mão da memória (daí um processo cognitivo / “fisiológico”) enquanto “processo ativo de recategorização alicerçado em categorias prévias” (EDELMAN *apud* SEARLE, 1998, p. 71).

Há de se ressaltar que não há categorização sem contrastes e o maior deles é “o eu” e o “não eu”, ou seja, a discriminação, pelo sistema nervoso, “do organismo do qual faz parte diferenciando-o do resto do mundo” (EDELMAN *apud* SEARLE, 1998, p. 70).

O cérebro, conforme Edelman (*apud* SEARLE, 1998, p. 70), “registra nossos estados internos em áreas diferentes daquelas que recebem sinais do mundo externo”, daí ser pertinente afirmar que por determinação desses estados internos, o sujeito é levado a determinados comportamentos, como mentir.

Diante disso, é pertinente associar a mentira à capacidade valorativa (values), ou seja:

(...) uma forma de valorizar alguns estímulos em detrimentos de outros. Para aprender, um sistema deve preferir algumas coisas em relação a outras. A aprendizagem é uma questão de mudanças no comportamento baseadas em categorizações governadas por valores positivos ou negativos. (EDELMAN *apud* SEARLE, 1998, p. 70).

Isso porque a mentira é um ato de fala consciente, que lança mão da memória (não como estocagem, reiteramos) e esta da categorização; para categorizar é preciso o valor, e por isso a mentira é estratégica. Ou seja, mente-se porque funciona, porque dá mais lucro, preserva a imagem, conserva o “status”... Mente-se porque deseja-se algo e porque tem-se as informações necessárias quanto aos meios de realizar-se esses desejos, reafirmamos.

Ao se falar em desejo, trazemos, novamente à pauta, a intencionalidade, abordada no capítulo anterior, a qual, grosso modo, convive com os estados mentais de crença e desejo, “dois motores para mente humana”.

Para Searle (1995a), como já pontuamos, a intencionalidade é uma característica dos estados mentais, é uma forma específica de ver um estado de coisas. O autor apresenta uma exposição das experiências perspectivas no contexto da teoria da intencionalidade, exemplificada em *x vê que y...* (forma reconstruída), que se caracteriza na tradução da experiência visual. Searle afirma que a percepção visual é intencional porque ela recorta as coisas.

Para ele (1995a, p. 61), “a forma ‘ver x’ não compromete o relator a relatar como pareceu ao agente, mas a forma de ‘ver que’ compromete, e um relato a relatar como pareceu ao agente é, em geral, uma especificação do conteúdo intencional”.

Segundo o autor (1995a, p. 56), “a experiência visual é tão direcionada a ou de objetos e estados de coisas no mundo quanto qualquer dos estados intencionais como crença, temor ou desejo”. Em se tratando de crença e desejo, especificamente, Searle afirma que não necessitam ser estados conscientes, ao passo que as experiências visuais e outros tipos de experiência perceptiva “são eventos mentais conscientes”. Logo, a intencionalidade de uma representação não depende da consciência. E aqui é pertinente ressaltar que consciência para o referido autor é padrão de conhecimento sobre um objeto.

Com efeito, é possível afirmar que para Searle (1995a), uma das características da intencionalidade é ser propriedade dos estados mentais (crença, desejo, temor – os quais chama de intencionais –, diferente dos não intencionais: ansiedade e exaltação) e seus aspectos podem ser assim resumidos: i) aproximação entre estados mentais e representação (um estado mental intencional representa um objeto de forma especial, particular), daí a intencionalidade ser uma forma especial de ver um estado de coisas e ii) a relação intencionalidade – consciência (abordada anteriormente): a intencionalidade pode reportar estados mentais não conscientes.

Dessa forma, grosso modo, pode-se afirmar que Searle “aposta” na intencionalidade como uma produção mental lógica.

A mentira apresenta um caráter intencional, como pontuamos em capítulo anterior. Sendo intencional, a mentira adota um enquadre, um sentido que, certamente, está baseado nos estados mentais de crença ou desejo, ou ainda, temor. Os estados mentais atuam nos estados de coisas (que, grosso modo, reiteramos, são formas de categorização), pois não basta a mente, mas o mundo físico, cultural, uma vez que os modos de ver / perceber o objeto é que fixa a referência e isso tem implicações no discurso, na linguagem.

A linguagem é o meio por excelência para construção do mundo mental, daí a capacidade de ludibriar, dissimular. Ela é construída num domínio de referência, ou seja, “um enunciado é interpretado como verdadeiro ou falso no domínio referencial de x, no espaço mental (referencial) de x”. (NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2004).

Tendo a linguagem a propriedade acima, é possível afirmar que a mentira cria o seu espaço referencial, haja vista ser ele linguisticamente construído, assim como a noção de tempo. Esse espaço, portanto, é o espaço do falante que finge, imita, mente...; é o espaço da realidade.

#### **4.4 Considerações Finais**

Neste capítulo, procuramos discutir a estreita relação entre cérebro/mente e linguagem ancorada na interdependência das funções cognitivas da memória, da percepção e da linguagem, as quais, como afirma Morato (2001), na introdução desta pesquisa citado, “atuam em nossas inúmeras maneiras de ver e interpretar o mundo”.

Dessa forma, assumindo a linguagem como uma forma privilegiada de cognição, trouxemos à pauta o nosso objeto de pesquisa, a mentira, uma vez que tem seu processamento primeiro no cérebro/mente, estando inscrita na relação entre interlocutores, portanto é consciente e intencional; é um processo enunciativo/discursivo.

Enquanto processamento no cérebro/mente é capaz de reelaborar informações elaboradas pela memória, cujas implicações afetam a forma de interpretar o mundo e, conseqüentemente, de elaborar o discurso.

## **CAPÍTULO V: O DISCURSO DA ENCENAÇÃO E DA MENTIRA: A ANÁLISE DE UMA FORÇA QUE PERMITIU FAZÊ-LA PASSAR COMO VERDADE – ANÁLISE DOS *CORPORA***

Tratar da mentira é algo complexo, pois envolve muitas variáveis, tais como sua definição e seu contexto sócio-histórico. No entanto, é possível constatar que a mentira, muitas vezes, tem a função de preservar a pessoa, seja essa preservação no aspecto individual, seja no social.

Todos nós guardamos segredos, buscamos uma ilusão para vivermos momentos felizes, omitimos dados pessoais, narramos para alguém apenas a parte de um fato em que somos os “heróis” ou as “vítimas”... Até a Lei nos garante o direito ao silêncio para não sermos prejudicados. Tudo isso a fim de preservarmos nossa imagem, não sermos incriminados.

Esta questão da preservação de nossa imagem está, a nosso ver, relacionada ao desejo do poder no que tange, especificamente, à constituição do saber, entendendo o poder como “a capacidade ou possibilidade de agir, produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos, o que supõe dois pólos: o de quem exerce o poder e o daquele sobre o qual o poder é exercido” (ARANHA e MARTINS, 1993, p.180).

O poder, então, é entendido como uma prática social, como afirma Foucault (1979), o qual envereda pela “genealogia do poder” para investigar, conforme pontua Gregolim (2004, p.109-110), “a produção discursiva dos saberes através das técnicas e dispositivos do poder”. Com efeito, todo saber, assegura o exercício do poder e, nessa relação, o sujeito é pensado em outra relação: a de interação, em que há a probabilidade de alguém modificar o comportamento do outro, o que definiria o poder legítimo.

Dáí Foucault (2007) afirmar que na nossa vida cotidiana, qualquer que seja a noção de linguagem, há um exercício de poder. A aceitação, portanto, de uma verdade, gera o poder. Logo, essa verdade é construída discursivamente, gerando o poder que até então não existe, mas que passa a existir. Assim, produzir conhecimento é um exercício de poder, inclusive o conhecimento sobre si mesmo.

Considerando-se tais asserções é pertinente afirmarmos que na construção discursiva/enunciativa da mentira não é diferente. Mentimos para preservar nossa imagem, o que nos dá poder, nos faz ser aceitos em determinados grupos sociais. A mentira faz parte da

vida social e está ligada às relações sociais e à sua complexidade. Como afirmam alguns psicólogos, tais como Deliberador (2005, p. 46), “mentir faz parte da condição humana”.

No mundo da política, não poderia ser diferente, uma vez que o que ali prevalece é o jogo de interesses e a disputa pelo poder. Como afirma Arendt (2000), “as mentiras sempre foram consideradas ferramentas necessárias e justificáveis ao ofício não só do político ou do demagogo, como também do estadista”.

A mentira e a política têm uma intrínseca relação, uma vez que, como no mundo social, há uma construção de cenário em que se pauta pelo olhar do outro, tentando corresponder à expectativa do auditório, dissimulando. Dessa forma, é possível afirmar que as instituições democráticas, assim como o mundo social, vão se constituindo como representação.

Uma representação que está baseada na concessão dada pelo representado ao seu representante de agir em seu nome, ocultando-se dessa maneira, e dando ao representante o direito de exercer a plenitude da vida política com grande poder. O representante, então, dissimula, assumindo o lugar do representado. Assim, “para manter o seu lugar, não importa se tiver de mentir, pois a questão da verdade, agora, é apenas eufemismo, no sentido mesmo de representar bem o seu papel de estar no lugar do outro, pelo desaparecimento deste, evidentemente”. (NASCIMENTO, 2005, p.43). Diante disso, julgamos pertinente nos remetermos a Charaudeau quando trata da “instância política” e da “instância cidadã”.

Para o autor, a primeira é uma instância implicada na ação política, que é delegada e assume a realização da ação política; é a instância de decisão, a qual deve agir em função do possível. Já a ‘instância cidadã’ está na origem da escolha dos representantes do poder, os quais são eleitos para realizar o desejável. Dessa relação nasce, como pontua Charaudeau (2008, p.19), “um exercício difícil do poder político, que consiste em ditar a lei e sancioná-la, sempre se assegurando do consentimento da instância cidadã”.

A instância política, portanto, como afirma o autor, encontra-se em contradição: “ela chegou ao poder por uma vontade cidadã (e não autoritária), mas esta, não estando encarregada dos negócios do Estado, não conhece as regras de seu funcionamento e ignora as condições de realização da ação política”.

Com efeito, há uma construção teatral fundada num jogo de espelhamento dos olhares, em que o auditório julga pela aparência. Assim sendo, cabe ao representante atuar diante de uma plateia contemplativa e “apagada”, a qual só é convocada de tempos em tempos para reforçar a sua procuração através do voto, garantindo, no poder, o seu representante.

Dessa forma, o representante, podemos inferir, deve atuar de acordo com as expectativas dessa plateia, o que nos leva a apropriar-nos, novamente, de Charaudeau (2008, p.19) quando afirma:

Todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um sentir com os outros que, é preciso acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais. Cria-se, portanto, um espaço de persuasão, no qual a instância política, jogando com argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação. (CHARAUDEAU, 2008, p.19).

Diante disso, tendo em vista o espaço de persuasão que joga com os argumentos da razão e da paixão numa construção teatral em que há um jogo de espelhamento no qual o auditório julga pela aparência, é que propomos as análises nesta pesquisa, quais sejam: a primeira, a entrevista do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o mensalão, em que afirma “ser uma farsa” e promete provar isso, não cumprindo tal promessa quando o escândalo foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; e a segunda: dois Informes Publicitários que marcaram a oposição discursiva entre o Governo de Minas e o SindUTE por ocasião da greve dos professores estaduais no ano de 2011, deixando a sociedade mineira confusa, sem saber quem dizia a verdade.

As duas análises estão inscritas num contexto político em que a mentira, no nosso entender, está relacionada às imagens construídas: no caso de Lula, a imagem de “homem do povo”; no caso do Governo de Minas, a imagem de “defensor da educação e dos alunos” em relação à “intransigência” do SindUTE que afirma que o Governo “não cumpre o que promete”.

Essa construção da imagem nos leva à natureza dialógica da política que propõe, conforme pontua Arendt (2000, p,19), o problema da verdade factual.

A verdade factual, segundo a autora, que é a verdade da política, resume-se na circunstância de que, sendo verdade, não pode ser modificada, mas a sua maneira de asserção é a da opinião. Toda a sequência de fatos poderia ter sido diferente porque o campo do possível é sempre maior que o campo do real. Com isso, Arendt afirma que a verdade factual não é evidente nem necessária e o que lhe atribui a natureza de verdade efetiva é que os fatos ocorreram de uma determinada maneira e não de outra, residindo o problema da verdade factual não apenas no erro, mas na mentira.

E aqui é preciso afirmamos que na democracia brasileira parece que a mentira está voltada para a manipulação do fato e da opinião, diferente da mentira política tradicional que

era limitada à participação política. Ou seja, os que manipulavam sabiam distinguir a verdade da mentira; o que hoje existe, mas de forma diferenciada, uma vez que, por causa das novas técnicas de comunicação somadas à incorporação das massas nos sistemas políticos, que levam a novas modalidades de manipulação de opinião, o mentiroso precisa ser cada vez mais sofisticado. Uma dessas modalidades descritas por Arendt é o *image-making*, que segundo ela, não é um embelezamento da realidade mas um seu substitutivo.

Neste aspecto, considerando a proposta de nossa primeira análise, podemos afirmar que a imagem que Lula e o governo construíram sobre o “Mensalão” foi de uma invenção da oposição, um “conto da carochinha”. Lula negou a existência do escândalo até perto de sair do governo, conforme registra *Época*<sup>13</sup>.[...] Por fim, quando estava prestes a terminar seu mandato, Lula avisou aos petistas: “O mensalão foi uma farsa. Vamos provar isso”.

O enunciado “o mensalão foi uma farsa” é um ato ilocucional assertivo, marcado por um performativo implícito “afirmo”, proferido num contexto específico da enunciação: denúncias, “ataque” ao governo, e reforçado por outro ato de valor comissivo, que poderia ser representado por um performativo implícito na forma ‘prometo’: “Vamos provar isso”.

É um ato que visa à persuasão do interlocutor e que traz a expressão de uma intenção, um ato futuro para o qual se empreenderá esforços para que aconteça e sobre o qual se podem tomar decisões para favorecer o curso de sua realização, de interesse do locutor.

Lula, enquanto locutor, dirige-se a um estado de coisas no mundo: o “Mensalão”, estado este sobre o qual ele tem uma crença: *foi uma farsa*, é desse modo que acontece. Ele irá provar isso. A partir desse ato, ele tece todo o seu discurso.

## 5.1 Análise do corpus I: Entrevista do Presidente Lula

Analisemos sua entrevista, ainda como Presidente do Brasil, à Rede TV, no dia 15 de novembro de 2009, conforme anexo 2, ratificando essa crença do locutor, tendo em vista que, de acordo com Foucault (2003), “Falar é exercer um poder. Há uma materialidade no discurso: uma vez que uma coisa foi dita, ela está lá. Foi dita”.

Primeiro Lula afirma que o “Mensalão” foi uma farsa e que provará isso, como veremos na entrevista analisada, anos depois ele sequer se pronuncia diante do fato julgado pelo Supremo Tribunal Federal. O que foi dito, está registrado. É a partir desta materialidade do discurso que trabalharemos.

---

<sup>13</sup> on line, acesso em Julho/11

A entrevista é um contrato comunicacional, e como tal, adequa-se à situação e aos parceiros. É uma situação enunciativa cujo objetivo é esclarecer alguns fatos sobre o “Mensalão” e que envolve interlocutores históricos, reais: adultos do sexo masculino: um, o jornalista Kenedy, e o outro, o então Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos se constituem, numa terminologia semiolinguística, no “eu comunicante” ou “sujeito comunicante” que pertence ao circuito externo do ato de linguagem.

Há um revezamento nos turnos da locução: ora o jornalista, ora o presidente. Ambos são interlocutores que ao se interagirem, dirigem-se à população brasileira, telespectadora daquele canal televisivo que se constitui alocutária, neste contrato de comunicação. O tema da entrevista é o “Mensalão”, escândalo que envolveu o governo e foi denunciado no ano de 2005. O dispositivo é um contexto midiático distinto: a televisão.

A entrevista, enquanto contrato de comunicação, faz com que os interlocutores criem um “sujeito-locutor”: “entrevistador”/ “entrevistado”, que faz a ponte entre o mundo real e o mundo da construção/percepção da mensagem. Há aqui um nível linguístico-discursivo, enquanto espaço de estratégias possíveis de serem atualizadas pelos sujeitos comunicantes que efetivam seus atos de linguagem, constroem instâncias enunciativas e projetam imagens do interlocutor, destinatário de seu discurso.

Entrevistador e entrevistado, enquanto interlocutores, projetam a imagem de outro alocutário: a população brasileira, no geral, que é um sujeito destinatário cujas características são difíceis de pontuar haja vista a sua heterogeneidade.

Ratificamos que a entrevista aqui analisada constitui-se numa situação dialogal, face a face, que corresponde a um tempo de 7’13”. Nessa situação, há uma intenção declarada dos participantes de se envolverem numa relação argumentativa polêmica.

A partir daí é possível constatar que o tipo de discurso desenvolvido na entrevista é um discurso que procura efeitos, ou seja, é um discurso de procedimento retórico orientado para a mobilização dos ouvintes, haja vista a “conversa” se desenrolar na frente de um público, num espaço de proximidade, o que afeta a maneira de falar dos interlocutores. Isso implica mudanças na mensagem, uma vez que ela depende do suporte, o qual, neste trabalho, é um meio material (uma tela de vídeo), que constitui-se num dispositivo particular para a realização do contrato de comunicação, a entrevista.

Diante do exposto, é possível esboçarmos uma análise sobre os traços da construção discursiva da mentira em termos dos atos de fala, tendo como alvo a análise da força que permitiu a mentira, comprovada a posteriori, sobre o “mensalão” ser uma farsa, passar como

verdade. “Farsa” essa respaldada na promessa, não cumprida, de que seria provada, deixando-nos indícios de que houve mentira também na afirmação do ex-presidente quanto ao “desconhecimento” da existência do escândalo.

Analisemos a entrevista.

O que se busca aqui é a verdade. O poder para determiná-la dirige-se à pessoa considerada capaz de saber devido à situação, isto é, Lula, em cujo governo recai o escândalo da denúncia.

É notório que o entrevistador consulta o entrevistado sem forçá-lo a dizer a verdade pelo uso da violência ou tortura; é “pedido” ao entrevistado que “dê” a sua opinião. Deixa-se que diga o que considera ser a verdade. Aqui lembramo-nos, novamente, de Arendt (2000) e sua “verdade factual”, cuja maneira de asserção é a da opinião.

Com efeito, parece-nos que a forma dessa entrevista é um inquérito, o qual não é “absolutamente um conteúdo, mas a forma de saber”, apropriando-nos aqui de Foucault (2009, p.77); uma forma de saber “situada na junção de um tipo de poder e de certo número de conteúdos de conhecimentos” (FOUCAULT, 2009, p.77).

Lula tem um poder: ele é o “homem do povo” que detém um segredo. Ser o “homem do povo” é uma forma de poder. Ter um segredo é uma forma de saber. Há “dois” saberes em Lula (o mensalão é ou não uma farsa e ele sabia ou não da existência deste escândalo) unido a um poder: “homem do povo”.

Isso nos faz ampliar a asserção anteriormente pontuada de que nesta entrevista buscase verdade. Cremos que o repórter entrevistador deseja “desvendar” o segredo, “descobrir” a verdade, mas cremos também que por parte do entrevistado apesar de haver um desejo de mostrar a sua verdade, há uma maneira de se mostrar a força, o peso e a importância de quem diz. No caso, Lula, “o homem do povo”, reiteramos.

Daí a construção de uma imagem “positiva” frente ao outro: o telespectador, que se constitui de sua testemunha; testemunha do que passou para chegar ao poder a fim de “lutar” pelo povo e testemunha do quanto fez por esse povo. Isso nos leva a uma inferência: Lula parte da crença de que o povo pensaria que alguém como ele (Lula: que também é povo e que sofreu tanto pelo povo), não mentiria para o povo. E aqui fazemos um breve parêntesis para remetermo-nos a uma asserção, já pontuada por Foucault (2003, p.35): “a produção da verdade passa, necessariamente pela testemunha”.

Fechado o parêntesis, passemos à entrevista de fato.

**Repórter:** Sobre o mensalão. Agora, é::: deputados da base aliada do governo foram ao banco Rural, receberam recursos na boca da caixa que o Marcos Valério repassou pro PT, ou seja, o PT pagou... partidos aliados. Não ficou provado aí, até com o uso do Banco do Brasil na Visa Net, não ficou provado aí, Presidente, que teve dinheiro, teve uso de dinheiro público?

**Presidente Lula:** Olha eu:::eu tenho uma tese.

**Repórter:** Diga.

**Presidente Lula:** Eu tenho uma tese. Primeiro que não está provado que tem uso de dinheiro público. Segundo que...

**Repórter:** o caso da Visa não prova isto?

**Presidente Lula:** ... segundo é que confundiu.

**Repórter:** Diga.

**Presidente Lula:** segundo que confundiu, sabe? Dinheiro de campanha eleitoral com o mensalão. O que aconteceu, Kenedy, foi muito simples. Nós tínhamos a CPI do Correio que tinha três milhões, três mil reais, sabe? Que um cidadão do Correio tinha praticado corrupção. O que se transformou aquela CPI do Correio? Você que é jornalista... Se transformou numa CPI do PT.

Os enunciados acima têm como tema central a existência (ou não) do “Mensalão”, fazem parte de toda a entrevista que é um ato alocutivo (ou seja, orienta-se para o entrevistador) e que inicia uma “batalha” argumentativa entre os dois polos enunciativos e é definida em termos do esclarecimento: o presidente, alocutário construído diante do repórter locutor, é chamado a falar sobre a existência do escândalo, mediante as asserções do locutor construído, repórter, que cita alguns fatos e propõe questionamentos. A realização desse ato tem uma direção de ajustamento palavra-mundo, pois pretende descrever um estado de coisas já existente, considerando o enunciado do repórter.

O enunciado do eu-comunicante Presidente: “Eu tenho uma tese. Primeiro que não está provado que tem uso de dinheiro público”, é um ato assertivo e responde a pergunta do repórter, negando a afirmação de que há prova sobre a existência do uso do dinheiro público e asseverando que tem uma tese sobre a questão. Daí para frente o locutor justifica essa tese: houve uma confusão entre o dinheiro de campanha eleitoral com o mensalão.

A partir daí, o locutor defende-se, com um macroato, o expressivo, representando o seu estado psicológico em relação à postura que assume sobre um estado de coisas (no caso, o mensalão ser uma armação contra o PT) atuando sobre esse estado de forma diretiva, através do questionamento: “o que se transformou aquela CPI do Correio?”, e de forma assertiva, tanto pela afirmação quanto pela constatação. A primeira, “Você que é jornalista...” e a segunda: “Se transformou numa CPI do PT”. Com efeito, a justificação de sua tese advém da asserção de que a CPI dos Correios, na verdade, era uma CPI contra o PT.

Para respaldar a sua asserção, o presidente solicita uma confirmação do jornalista ao afirmar: “Você que é jornalista...”, criando, assim, um efeito perlocucional de que ser jornalista é saber da verdade, pelo menos a verdade descrita na proposição elaborada pelo locutor.

Aqui, é possível ver uma ação linguística em que o locutor (presidente) desloca o horizonte de comprometimento para uma posição que lhe é favorável: a de que a CPI instaurada não foi para apurar os fatos, mas para “incriminar” o PT, o que aqui se constitui um perlocucional, fazendo-nos pontuar que a intenção está inscrita num enunciado natural.

Esse locutor tenta, ainda, a nosso ver, aproximar-se do repórter, desde o início de sua fala, chamando-o, por algumas vezes, pelo nome: “Kenedy”, o que nos faz inferir que há uma busca pela relação sem tumultuo, uma vez que o jornalista quer ouvir a verdade/”desvendar” os segredos sobre a existência ou não do mensalão e sobre o conhecimento de Lula a respeito dessa existência; daí “provoca” e o presidente quer que ele e os telespectadores acreditem que sua fala é verdade.

Diante disso, ratificamos que nós, de modo geral, suspeitamos menos daqueles de quem gostamos e evitamos perturbar a relação se acreditamos não estar sendo enganados. Por que Lula enganaria o povo que representava, o povo que o colocou no poder? Isso parece não ter sentido.

De posse dessa crença que o povo perceberia a incoerência supra-referida é que o locutor presidente passa a imagem, tanto para o jornalista quanto para os seus telespectadores (cremos que estes, em especial), de alguém crível; ele procura suscitar essa opinião diante de seus alocutários, seguindo uma orientação argumentativa pautada em seu *ethos*, daí um agir estratégico, voltado para as consequências, como diria Habermas (2004).

Os atos de fala de Lula visam a uma “influenciação”, a um intervir, primeiramente, na concepção do jornalista sobre a existência do “Mensalão” e, por conseguinte, na opinião da população brasileira, representada nos telespectadores da emissora Rede TV.

A força ilocucional de seus atos trazem essa implicatura convencional presente em enunciados, tais como: a) “Primeiro, não está provado que tem uso do dinheiro público”; b) “segundo que confundiu, sabe? Dinheiro de campanha eleitoral com o mensalão”.

Diante desses enunciados, o repórter se posiciona lançando mão de atos ilocucionais de afirmação e interrogação: a) “É, mas veio o Marcos Valério, presidente [...]”; b) “O Marcos Valério é um personagem...[...] real”; c) “[...] Existia o Marcos Valério, existia o

Delúbio, houve empréstimos que não contabilizados... , ou seja, caixa dois que é crime eleitoral né, Presidente?”

Tais enunciados têm duas implicaturas conversacionais generalizadas<sup>14</sup>, apropriando-nos de Grice (*apud* FIORIN, 2007, p.177). A primeira implicatura é construída no desencadeamento dos elementos linguísticos “personagem real”, ratificados pelo verbo no pretérito imperfeito: “existia” e pelo verbo no pretérito perfeito “houve”, que gerou o desencadeamento de outros elementos linguísticos: “caixa dois que é crime eleitoral”, seguidos de uma provocação em forma de interrogação: “né, Presidente? Como é possível o Presidente não saber?”

A segunda é construída no desencadeamento dos elementos linguísticos “ou seja”, ao se referir aos “empréstimos não contabilizados”, justificando antecipadamente a expressão linguística “caixa dois”, a qual, sem esta justificativa linguística só poderia ser entendida no contexto, uma que vez que no Brasil é usada para apontar a corrupção, a desonestidade, o que seria uma implicatura conversacional particular.

Quando o repórter afirma: “caixa dois é crime eleitoral”, ele lança mão de um ato de fala cujo ponto é assertivo/ afirmação, e a direção de ajustamento é palavra-mundo (com ênfase no mundo), uma vez que a existência do estado de coisas, no caso a criminalidade eleitoral do caixa dois, é anterior ao ato. Isso dá ao locutor suporte para sua atitude posterior, qual seja: realizar outro ato, o diretivo/pedido de confirmação ao seu interlocutor quanto ao estado de coisas existente: caixa dois como crime eleitoral, o que dá a ele (seu interlocutor) a responsabilidade pela ação de transformação do mundo, ou seja, assumir a sua tese.

Esta asserção pode ser ratificada a partir do uso do vocábulo “né”, cujo uso recorrente indica a solicitação de cooperação do interlocutor.

A pergunta/pedido de confirmação do repórter apela para a noção de princípio da cooperação e é uma forma de o entrevistador levar o entrevistado a assumir a sua tese – caixa dois é crime eleitoral, reiteramos.

---

<sup>14</sup> Por implicaturas entenda-se “inferências que se extraem dos enunciados”. Noção criada por Grice após observar a existência de uma frequente divergência entre a significação das frases e o sentido do enunciado. A noção de implicatura é ampla e pode ser suscitada por expressões linguísticas e pelo contexto ou pelos conhecimentos prévios do falante. Dessa forma, ele distinguiu dois tipos de implicaturas: as convencionais e as conversacionais. As primeiras são desencadeadas por uma expressão linguística tal como as conjunções que fazem a conexão entre orações, e as outras são provocadas por princípios gerais ligados à comunicação: não advém, por exemplo, da significação de nenhuma palavra da frase, mas de conhecimentos prévios do interlocutor; ou seja, esta é suscitada pelo contexto. Grice ainda estabelece uma distinção entre implicaturas conversacionais generalizadas e particulares. Aquelas são desencadeadas também por elementos linguísticos, enquanto estas, apenas pelo contexto.

Diante da argumentação do repórter, que também visa à “influenciação”, voltada para afirmações e questionamentos “provocativos”, o locutor Presidente desenvolve sua fala pautada numa orientação argumentativa voltada para a negação, a auto-defesa e o ataque.

Nega, quando afirma que não há provas do uso do dinheiro público e quando afirma que houve uma confusão, como já pontuamos, entre ajuda para campanha eleitoral e mensalão.

Auto-defende-se, quando afirma que Marcos Valério não veio do PT, mas de outras campanhas e quando afirma que o que foi colocado como se fosse mensalão era “uma prática que tinha sido denunciada em 98 por conta de aprovar o projeto da reeleição”. Ironizando, a nosso ver, ao usar a oração: “A gente esquece com muita facilidade”, cuja implicatura conversacional é gerada pelo contexto, que nos faz inferir que para algumas “coisas” temos boa memória, mas para outras...

Em se tratando dessa ironia, é preciso lembrarmos-nos, como pontuado em capítulos anteriores, que ela é um “procedimento mormente da defesa”, induz o comportamento do interlocutor através, essencialmente, do conhecimento prévio das posições do locutor, postas em evidência pelo ataque.

O locutor presidente, durante a entrevista, deixa claro que houve uma confusão entre as noções de “dinheiro para ajudar partido em campanha eleitoral” e “mensalão”. Para comprovar o que afirma, ele usa como argumento a denúncia de 1998 quanto ao uso desta prática de ajuda à campanhas eleitorais, buscando dissociar a sua noção da noção do mensalão. Em outras palavras, o locutor presidente, busca o “desolhar”, característico da ironia, para afirmar que o “esquecimento” de uma denúncia de corrupção é “propício” para a acusação de outra.

Tal procedimento do locutor ratifica a ironia enquanto figura do pathos, do logos e do ethos, ressaltando o argumento da incompatibilidade pelo ridículo: “esquecer” uma denúncia de corrupção para “acusação” de outra, fato que corrobora com a asserção de que a ironia, enquanto figura, não trabalha apenas sobre a sensibilidade do interlocutor, mas também sobre o seu logos, pontuando, como é o caso de nossa análise, uma crítica e uma denúncia às armações contra o PT.

Com essa ironia, o locutor presidente respalda a sua argumentação dissociando as noções, reiteramos, assentando-se sobre uma reinterpretação da realidade, forjando um “deixar crer”: o que afirma é verdade, tendo em vista o ethos de confiabilidade nacional que construiu. O locutor, dessa forma, “remaneja” incompatibilidades para provar a sua

“verdade”, rearranja conceitos, fatores que podem corroborar com a construção da mentira enquanto confluência entre o pathos, o logos e o ethos.

Diante da ironia do locutor presidente, o repórter afirma a inexistência de uma CPI para a apuração dos fatos, ao que o locutor presidente rebate, asseverando que houve expulsão de deputados, inclusive o fundador do PT (cremos que para provar que ninguém foi poupado) e esquiva-se de continuar a argumentação, afirmando não entrar no assunto, haja vista ele estar sendo julgado, e concluindo: “vamos esperar que a justiça julgue as coisas todas”.

Esta asserção do locutor presidente pontua-nos a presença estratégica do valor em sua argumentação, uma vez que deixa clara a sua crença na justiça brasileira que, certamente, segundo ele, é capaz de “desvendar” o mistério por ele anteriormente apresentado.

Mesmo diante da argumentação do locutor presidente, o repórter o provoca com o questionamento: “Agora..., tem uma coisa que virou um bordão aí na empresa: “Ah, o Lula não sabia...”, o “não sabia”. Como que um Presidente não pode saber? Porque existia um personagem real.[...]. “Como é possível o Presidente não saber?”

Frente ao questionamento do repórter Lula reconstrói uma cena: o marido com a mulher na cozinha, comendo, e o filho no quarto (um conhecimento social, realidade comum a nós brasileiros) para fundamentar o seu argumento, qual seja, não se pode saber tudo que acontece no governo. Ele, Lula, não foi informado sobre o “mensalão”, subtende-se.

O locutor lança mão de enunciados naturais, cujo significado é não natural, ativando, dessa forma, um determinado valor pragmático que desperta o estado mental de crença de seu interlocutor movendo o seu desejo pela verdade quanto ao “bordão” na imprensa: Lula “não sabia”. Lula procura construir uma imagem de quem foi “enganado” pelos seus, daí a implicatura conversacional pelo contexto, através da analogia feita entre o casal na cozinha “comendo” que desconhece o que o filho faz no quarto.

Assim, ele procura legalizar sua opinião no contexto do diálogo que estabelece com aqueles aos quais se dirige: o jornalista, a quem “chama” para perto de si com o uso do nome próprio: Kenedy e a nação brasileira, essencialmente, “o povo pobre”, “os trabalhadores”, dos quais afirma fazer parte através da oração coordenada: “Porque quando a gente descobrir a força que nós temos vai ser a mesma coisa que os negros descobriram na África do Sul: vinte e seis milhões não poderia continuar sendo governada por seis milhões”

O locutor ainda usa da força de uma sequência de atos ilocucionais para afirmar: “tem uma parte da elite política empodrecida neste país que não estava habituada a alternância de

poder. Eu sou a alternância de poder. Eu sou a alternância de poder. E eles sabem disso. E eles sabem, sabe?”

O locutor então continua a sua asserção afirmando que a elite faz de tudo para evitar que ele “transfira” ao povo pobre a ideia que eles podem presidir o país.

Com esse ato de fala, o locutor acusa a elite, o que é subentendido pelo enunciado acima e, por consequência do contexto, transfere a ela a responsabilidade da “maior tentativa de golpe que um governo já teve”, quando define o “mensalão”, o qual a princípio denomina de “mistério”, metáfora usada para explicar o que o locutor não conseguia explicar, mas que imediatamente, define como uma “tentativa de golpe” da elite não acostumada com a alternância de poder.

É interessante observarmos como o locutor redireciona o olhar dos seus interlocutores, fazendo de sua crença um valor de verdade: Lula é o povo no poder (e o povo sabe disso: “eu tô sentindo que o povo tá gostando, e eu tô sentindo que o povo tá descobrindo...”), mas a elite não gosta disso, daí, então, tentar golpeá-lo.

A orientação argumentativa do nosso locutor está envolta no falar próximo ao povo, na simplicidade, o que põe em cena um componente próprio dos meios de comunicação em massa: a teatralização da política e a redução dos cidadãos a público. Mas, ao mesmo tempo é uma simplicidade que busca, em termos da democracia atual, a participação ativa dos cidadãos a fim de politizá-los para que se tornem participantes e conscientes da coisa pública.

Aqui cabe-nos lembrar que o auditório é definido primeiro por sua competência, depois pelas crenças e finalmente pelas emoções. Sempre há um ponto de vista. Lula dirige-se a um determinado auditório: “os trabalhadores pobres”, caminhando do geral para o particular, apoiando sua argumentação sobre dois pilares: o seu ethos: “eu sou a alternância de poder” e o pathos de seu público: “eles podem presidir o país”. Com isso, ele vai construindo uma imagem de si cuja intenção é sensibilizar a adesão de seu público à sua tese: a) “Mas como Presidente eu quero me, me, me, me guardar para não ficar utilizando o cargo de Presidente para levantar as minhas teses. Que é muito desagradável isso; b) Não, não o Presidente da República se tiver uma desconfiança ele fica quieto [...]. Ele tenta mandar apurar. E como o processo está sendo apurado, o Presidente da República se cala; c) O Presidente da República não é policial, não é investigador, não é da CGU, não é do Tribunal de Contas, não é do Ministério Público. Então...? Se a coisa está sendo investigada, o Presidente aguarda. Isso é o que manda o bom senso”.

Essa imagem construída nos faz lembrar de Arendt quando afirma que o campo da política não é o da razão pura – como queria Platão – nem o da razão prática – como aparentemente parecia, segundo ela, ter sido a posição de Kant; uma vez que nos dois casos os modos de asserção do conhecimento têm “uma estrutura discursiva monológica” (ARENDDT, 2000, p.17)

A “estrutura monológica” refere-se ao homem na sua singularidade, ou seja, o imperativo categórico da crítica da razão prática descoberto por Sócrates: a necessidade de estar o pensamento racional de acordo consigo mesmo. “Se sou um, é melhor estar em desacordo com o mundo a estar em desacordo comigo mesmo”. Daí a origem da Ética ocidental, como pontua a autora (2000, p.17) – “concordar com a própria consciência – e da Lógica ocidental – o princípio da contradição”. No entanto, a política se insere em outro contexto, cujo campo é o do pensamento no plural. Arendt (2000, p.17).

Para chegar a esta reflexão a autora lança mão de Kant em “A Crítica do Juízo” o qual, segundo ela, salienta uma maneira de pensar no plural, que consiste em ser capaz de pensar no lugar e na posição dos outros em vez de estar de acordo consigo mesmo. É a chamada “mentalidade alargada” de Kant, segundo a autora. Dessa forma, o alcance e a força do juízo dessa mentalidade estão na concordância potencial com os outros. Assim, como pontua Arendt (2000, p.18), “a sua área de jurisdição não é a do pensamento puro, do diálogo do eu consigo mesmo, mas sim do diálogo com os outros com os quais devo chegar a um acordo”.

Isso implica na validade específica do juízo, não na validade universal. Ou seja, na validade limitada às pessoas com as quais se dialoga para chegar a um acordo. Daí esse diálogo requerer um espaço – o espaço da palavra e da ação – que “constitui o mundo público onde surgem estes tipos de juízo” (LAFER *apud* ARENDT, 2000, p.18). Assim, Lafer pontua que “a habilidade política, “o insight”, é a capacidade de perceber e formular estes juízos, que não é a mesma coisa que a sabedoria dos filósofos, como aponta Aristóteles no Livro VI da Ética de Nicômaco, pois se trata de um pensamento tópico, que se extrai de opiniões e não de proposições universais.”(LAFER *apud* ARENDT, 2000, p.18).

O locutor presidente continua seu discurso sobre a orientação argumentativa, já pontuada, do “povo no poder” através dele, marcando a oposição povo pobre X parte da elite empodrecida do país, o que o conduz a lançar mão de valores, os quais intervêm na argumentação: a dignidade e a possibilidade de alguém sem “diploma universitário” chegar à presidência: “Eu vou num catador de papel e falo pra eles: “- vocês podem chegar a Presidência da República”, não por ser catador de papel, porque vocês têm que se preparar pra

se chegar lá, acabar. Ninguém disse que o país tem que ser presidido por alguém que tem diploma universitário. Por alguém que é fazendeiro, por alguém que é empresário”.

Se podemos afirmar que o trecho da entrevista revela um motivo central que é tentar esclarecer o escândalo do “mensalão”, podemos dizer também que ele revela o uso do argumento pragmático: o mensalão foi uma armação, cuja força encontra-se na oposição marcada elite empobrecida X trabalhadores pobres do país.

É a partir daí que o locutor constrói o seu ethos e redireciona o olhar de seu público, afirmando que: “Então a minha tese é essa: houve uma tentativa de truncar a caminhada de um segmento social nesse país.” Afirmando que enquanto Presidente: “Então eu me, me coloquei tranquilo o tempo inteiro; cê nunca me viu fazendo desaforo para ninguém, nunca agredi ninguém; muitas das coisas que eu tenho entupido aqui pra falar, eu só posso falar, quando eu deixar a Presidência da República, que aí eu sou um cidadão comum, sabe? Não tenho nenhuma proteção, não tenho a advocacia geral da União, não tenho nada. [...], mais pode ficar certo que eu tenho coisas pra falar. [...]. Sabe? e, e, e vou falar”.

Os anos se passaram, o mensalão foi/está sendo julgado, reiteramos, com 25 réus condenados e definição de penas e multas pelo Supremo Tribunal, e, ainda assim, Lula não falou nada. Seria isso uma forma de agir estratégico?

Acreditamos que sim no sentido de o ex-presidente não se incriminar, reportando-nos, numa analogia, à lei que assegura o direito ao silêncio para auto-preservação, pois, como o próprio locutor afirmou na entrevista: o “mistério” estava sendo investigado. Ele estava na justiça e ela julgaria tudo.

Essa afirmação de que a justiça julgaria as coisas traz um subentendido, qual seja: o locutor revela sua crença na seriedade e imparcialidade da justiça, talvez porque julgasse que sua tese, quanto a inexistência do mensalão fosse comprovada, fato que não aconteceu. A justiça, na sua visão dos fatos, validou o mensalão, o julgou e o condenou. Ela não confirmou a crença, transformada em pressuposto, de Lula, de que o mensalão era um golpe contra o seu governo.

O Supremo Tribunal Federal, embora recebendo a solicitação de advogados dos réus para considerar o mensalão como um crime de “caixa dois”, não o considera e julga o mensalão como crime de corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha, dentre outros. Ainda assim, Lula não se pronuncia, não realiza o que prometeu.

Um dos critérios para apurar a mentira é analisar a dimensão entre o declarar e o fazer: Lula declarou/afirmou que o mensalão era “uma tentativa de golpe no governo” e que iria

desvendar esse “mistério”. Enunciados ratificados por outros do próprio Lula quando nega a existência do escândalo até perto de sair do governo e avisa aos petistas: “o mensalão foi uma farsa. Vamos provar isso”, conforme registra *Época*, citada anteriormente nesta pesquisa.

A afirmação de Lula, na verdade, pode ser entendida como uma promessa, como já pontuamos anteriormente, cuja direção de ajuste é mundo-palavra, tendo na intenção (fazer o que prometeu fazer) a condição de sinceridade e o compromisso com realização de ação futura. Dessa forma, o conteúdo proposicional é a ação prometida pelo falante.

Prometer é, portanto, assumir um compromisso. Se não se cumpre a promessa, há uma violação do princípio de sinceridade, e esta, por sua vez, é entendida como base da conversa. Assim, Lula foi insincero e essa insinceridade pode gerar um efeito perlocucional de mentira por ser a fala de um político sobre a qual existem clichês sociais de animosidades.

A mentira é construída a partir do enunciado intencional e conscientemente elaborado, dentro de determinado contexto numa argumentação que implica e explica, que prima pelos valores do auditório e no caso da política, a mentira é voltada para a manipulação da opinião, em que é criada uma ilusão. O fato é transformado em opinião. Há um jogo de subjetividades em que o que importa é a imagem.

Exemplo dessa asserção, citamos os seguintes trechos da entrevista em análise: “Sabe, eu(eu) no fundo, no fundo a gente vai desvendar este mistério. Eu acho que tem um mistério que foi a tentativa de golpe no governo”; “[...] houve uma tentativa de trancar a caminhada de um segmento social nesse país”.. Ou seja, ele molda a realidade, mantendo a imagem de “homem do povo” e mantendo a ilusão de que com ele o povo está no poder, é ele o responsável por “transferir” a este povo pobre a ideia de que pode “presidir o país”.

Lula poderia afirmar, se indagado quanto à promessa de provar a farsa do mensalão, que sua intenção era, justamente, fazer o que prometeu, e que acreditava ser o mensalão, uma armação da oposição, justificando sua crença com o argumento da não aceitação, pelos poderosos, da “alternância” de poder. Dessa forma, poderia afirmar que não mentiu, mas enganou-se, lançando para o privado o “imensurável”, no entanto, ele é um político, numa determinação situação comunicacional, seu enunciado não é gratuito, ele gera um efeito perlocucional da mentira, a qual é associada ao discurso político, reiteramos. Como afirma Mari (2006, p.96) ao falar do discurso político: “promessas [...] que antes podiam ser pressentidas no território da verdade, de início já são rotuladas de mentiras. A esperança de que os fatos as ratificassem fica cada vez mais comprometida pelos interesses que alimentam um oportunismo, sem fronteiras e sem cores, de manutenção do poder a qualquer custo”.

Aqui, julgamos pertinente retomar uma asserção pontuada anteriormente nesta pesquisa, qual seja: uma asserção de conteúdo falso por parte do locutor, ou seja, não correspondente aos fatos da realidade, pode ressoar-lhe verdadeira, ao passo que uma asserção de conteúdo verdadeiro, correspondente aos fatos da realidade, pode ressoar-lhe falsa, daí o quadro de referência de uma determinada realidade sob o ponto de vista do locutor: a forma como conhece e como direciona o seu olhar.

Lula formou uma opinião sobre o mensalão: é uma farsa, uma armação contra o governo, haja vista a “elite empobrecida deste país” não aceitar a “alternância de poder”, dando a aparência aos seus interlocutores de que tal asserção lhe ressoava verdadeira, pois formou uma opinião sobre algo, pensando saber o que ignorava: a existência do mensalão.

Usamos o sintagma “dando a aparência” porque partimos dos enunciados estrategicamente planejados pelo locutor que apresenta o mensalão (enquanto farsa) como pressuposto, uma informação indiscutível, tanto para ele quanto para aqueles que ele representa, aqueles que o elegeram e nele confiam: os pobres.

Lula faz de sua crença, um pressuposto, o qual foi formulado, provavelmente para não ser contestado, mas foi, talvez por isso, na chamada da entrevista, o enunciado: **“PRESIDENTE fica bravo quando fala no MENSALÃO”**.

Os enunciados estrategicamente elaborados nos remetem ao conceito de Formação Discursiva quanto “ao que pode e deve ser dito”; dessa forma, esses enunciados corroboram com a asserção de Arendt (2000) quando afirma que o mentiroso é um “homem de ação”.

O nosso locutor lança no imaginário social, coletivo, a ideia de que as denúncias são uma “ficção” (compreensão não natural), um “conto da carochinha” (enunciado natural), com a finalidade de preservar a sua imagem construída ao longo de 20 anos através do PT. Uma imagem de honestidade, de transparência e de ética, Lula lança mão da “estratégia de denegação”: enquanto homem político envolvido em escândalo, com processo na justiça, nega a sua implicação e a de seus colaboradores, o que nos faz retomar Arendt (2000) quando pontua a estrutura dialógica da política, pautada no olhar do outro, ou seja, na opinião dos interlocutores, nas expectativas e interesses do auditório, o que serve de “reforço” (usando aqui um termo de Skinner) para o moldar dos fatos pelo locutor.

E aqui nos reportamos a Madison (*apud* ARENDT, 2000, p.289) quando afiança que “Todo governo assenta-se sobre a opinião”. E a opinião, equacionada com a ilusão, pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis ao poder.

As palavras de nosso locutor definem, além do que é bom e ruim para o povo, o que é verdade e o que é mentira, como vimos no trecho da entrevista à Rede TV, pois pauta-se numa argumentação dirigida a um público que pensa, mas que também age e sente. Um público cujos sentimentos de humilhação, desprezo e indignação, bem como a crença de que apenas alguém que já passou por isso saberá entendê-lo, Lula conhece bem.

Diante desse conhecimento, Lula molda toda a sua argumentação sobre o pressuposto, reiteramos, a afirmação da “farsa” de mensalão (um golpe contra o governo), o que é apresentado por ele como verdadeiro, algo evidente, justificado por outra afirmação, outro pressuposto: a não aceitação, pela “elite empobrecida”, da “alternância” de poder.

Com esse conteúdo proposicional de força assertiva, o locutor compromete-se com o valor relativo de verdade/falsidade. Daí podermos interpretar este ato natural como uma mentira.

Uma outra fala de Lula que pode conduzir-nos a uma discussão sobre o efeito perlocucional da mentira gerado é quanto o seu (des)conhecimento do mensalão: “eu não sabia”, por ser a fala de um político, como já pontuamos anteriormente.

Ao afirmar que, assim como um chefe de família não sabe tudo que ocorre em casa, ele, Lula, também não sabia de tudo que ocorria no seu governo, leva-nos a, no mínimo, um subentendido, qual seja: Lula foi ingênuo e não dominava o governo no aspecto micro, apenas no macro, dependendo do relato de outros para tomar conhecimento do micro (e o relato depende do seu “relator” e do ponto de vista que adota, do quadro referencial), daí afirmar não ter sido “informado” sobre o mensalão, assim é inocente, embora creia e faça dessa crença um pressuposto, uma verdade irrefutável: ele não existiu, foi uma armação contra o seu governo.

Com esse pressuposto, Lula busca a adesão de seu auditório, baseado na boa reputação social que construiu ao longo dos anos. Diante disso, são caras as palavras de Paz (*apud* MACHADO et all, 2002, p.182):

o dizer do locutor merece confiança da parte do alocutário com base na sua reputação social. Do mesmo modo que o compromisso com a verdade que o locutor tem em relação ao alocutário coloca em jogo sua reputação futura. E tanto a qualificação como a desqualificação do locutor é de cunho social. Por isso, o pacto(contrato?) de confiança toma formas diferentes segundo as posições ocupadas pelos interlocutores no interior de sua comunidade de palavra e, geralmente, um cientista, um líder social e religioso, por exemplo, gozam de uma confiança mais forte por parte do alocutário.

Lula é um líder social, ele tem um “pacto” de confiança com seus interlocutores, em especial, com a população pobre do país, os trabalhadores. Ele goza de uma enorme e incontestável reputação social. Como ele mesmo afirmou: é a “alternância de poder”.

Assim, provavelmente, assumir a mentira colocaria em jogo a sua reputação futura, o desqualificaria e, provavelmente traria desesperança ao povo que o elegeu.

Portanto, diante disso, junto a Paz citada por Machado *et al.* (2002, p.183), afirmamos: “a palavra compromete socialmente e o compromisso que se produz no e pelo discurso, leva a uma atribuição convencional de um estado de espírito ao locutor, ancorada na forma de vida à qual se conecta o jogo de linguagem da asserção com pretensão de verdade”.

Lula, ao afirmar que era a alternância de poder e, de fato, foi, tem a intenção de conduzir o seu auditório a reconhecer o seu estado mental de crença de que ele era a alternância de poder, assim como tem a intenção de que o auditório reconheça seu desejo de que o povo presida o país, quando afirma: “Que eu consiga transferir para o povo pobre deste país, para os trabalhadores, a ideia que eles podem presidir este país. Porque quando a gente descobrir a força que nós temos vai ser a mesma coisa que os negros descobriram na África do Sul: vinte e seis milhões não poderia continuar sendo governada por seis milhões”.

Tais asserções de Lula têm uma dimensão interacional e neste sentido apresenta um compromisso, pois é um esforço de partilhar uma crença e um desejo com seus alocutários, os quais, por sua vez, entram em partilha com seu crédito na crença e no desejo do locutor, ainda que não possam “verificar” a veracidade dos enunciados.

O dizer de Lula merece confiança por parte de seus alocutários com base na sua reputação social.

Dessa forma, as mentiras que lhe atribuímos, só podem ser mostradas a posteriori, o que ratifica o fato de que a mentira, enquanto resultado lógico de uma operação mental, depende de dois tipos de juízo: um a priori, conhecido pela mente antes da realização de sua experiência: todo ser humano mente, por exemplo; e outro a posteriori, que depende de um resultado final de uma “experiência científica”, ou seja, da constatação objetiva dos fatos: uma confissão ou uma constatação.

No caso do mensalão, a constatação de sua existência, negada veementemente por Lula, que prometeu, e não cumpriu, provar sua tese.

Sabemos que o que Lula construiu discursivamente poderia não ter sido mentira, contrariando o juízo a priori da mentira de que todo ser humano mente (e os políticos..., parece que mais ainda), o que pode nos conduzir à conclusão de que ela só pode ser

comprovada a posteriori, sem, no entanto, negá-la como uma prática de linguagem, construída na interlocução.

O ato de mentir, assim como o de falar a verdade, não é um ato solipsista. Busca-se um interlocutor que dê crédito a um determinado entendimento sobre algo, sobre o mundo. Esse crédito, no campo da política, está vinculado ao processo de representação, pautado pelo olhar do outro, como já pontuado: de um lado o político que demonstra estima, preocupação com os eleitores e os distingue, os destaca, os reconhece publicamente. Por outro lado, os eleitores, com suas expectativas e busca pelo reconhecimento público.

Há uma interlocução que se orienta argumentativamente como qualquer outra interlocução que visa à persuasão porque a mentira, e possivelmente a falsidade, está implícita na verdade, ou seja, a mentira precisa ter o “caráter” de verdade para que tenha sentido. Aqui, a nosso ver, entra a questão do ato perlocucional que, grosso modo, é o efeito de sentido, a interpretação que fazemos do uso de objetos linguísticos. É algo assimétrico, uma vez que o efeito pode ocorrer ou não, o que pontuamos na análise da entrevista anteriormente citada.

Tendo isso em mente, cremos que a mentira seria um efeito perlocucional, com força, essencialmente, assertiva a ser decodificada na interação daquilo que valeu, por algum tempo, como verdade, pois a asserção, que fornece um critério operatório de sinceridade, não é suficiente, como afirma Vernant (1997, p.70), o qual continua: “pois ela não explicita o propósito último da asserção porque ninguém leva outrem a aceitar sua crença pelo simples prazer de partilhar seu saber. Procura-se convencer alguém para obter seu apoio, sua cooperação no processo de transformação do mundo”.

Com efeito, as asserções de Lula, numa análise pragmática, têm um duplo objetivo: partilhar uma crença e um desejo e induzir seu auditório a um comportamento, qual seja: julgar-lhe incapaz de mentir, daí sua dimensão perlocucional.

Os atos ilocucionários são determinados por regras específicas do discurso: Lula organiza seus enunciados em torno do que ele define como sendo a sua tese, qual seja: confundiu-se o dinheiro de campanha eleitoral com o mensalão. Pronuncia tais enunciados de forma assertiva, endereçando-os ao interlocutor “imediatos”: o repórter e aos interlocutores “secundários”: os telespectadores, numa determinada circunstância: a de uma entrevista em que é inquirido sobre o conhecimento da existência de corrupção em seu governo.

A organização dos enunciados, a forma de pronunciá-los, o endereçamento a interlocutores determinados e o tipo de circunstância constituem-se regras específicas do discurso. Regras essas que estão envoltas em uma intencionalidade pretendida pelos

enunciados: o locutor manifesta, através da formulação dos enunciados, o desejo de que tanto o repórter entrevistador quanto o povo brasileiro, creia em sua palavra. Demonstra, ainda, a crença de que o povo brasileiro não lhe dará descrédito, pois tem gostado do que ele tem feito, a exemplo do enunciado: “eu tô sentindo que o povo tá gostando, eu tô sentindo que o povo tá descobrindo...”.

Essa intencionalidade manifestada na organização dos enunciados pode, ainda, ser ratificada no gênero textual da entrevista que foi marcada anteriormente, dando tempo ao ex-presidente de se organizar, pesquisar e se preparar para responder às perguntas que provavelmente viriam.

Assim, organiza os enunciados compostos de valores pragmáticos e que assumem, relativamente a funções sociais e ideológicas. Dito de outra forma, estruturamos a língua de acordo com as exigências de cada situação.

Lula vai além do enunciado, ele “mexe” com o desejo do povo de estar no poder e com a sua crença de que estando ele, Lula, no poder, o povo também estaria, o que podemos constatar a partir dos enunciados: “Eu sou a alternância de poder.[...] Que eu consiga transferir para o povo pobre deste país, para os trabalhadores, a ideia de que eles podem presidir este país.”

Dessa forma, Lula elabora sua fala, que sabemos não ser gratuita, numa orientação argumentativa voltada à promessa, redirecionando o olhar do povo brasileiro. Ele conquista, com seu discurso, o eleitorado que nele deposita uma crença, haja vista compartilharem dos mesmos valores: resgate da dignidade, “povo no poder”, emprego, dentre outros.

Há um jogo de interesses, um ocultamento, uma dissimulação que beneficia os interlocutores, os quais são guiados por seus desejos, crenças e ilusões. É por isso que a mentira não pode ser comprovada no discurso, embora ele use dela.

Assim, pelo fato de a linguagem ser cheia de armadilhas, os enunciados podem ter vários sentidos, ser polissêmicos, ser ambíguos e ter diversos valores. Tudo é uma questão de escolha de estratégias discursivas, haja vista o sentido ser construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social.

Nessa troca social, a mentira é um artifício discursivo, que nenhuma propriedade textual, sintática ou semântica pode identificar, como vimos na análise dos trechos na entrevista à Rede TV. Ela, numa interpretação cínica, tem a ver, em sua maior parte, em evitar conflitos políticos e sociais.

Se Lula era bem-intencionado, se foi ingênuo em acreditar que os que o cercavam também o eram; se acreditou piamente na palavra dos amigos e assessores, é tema para outra tese. O que nos interessa aqui é que ele usou dessa argumentação, que é uma forma de ver o fato, em prol da manutenção de sua imagem de liderança “simbólica e moral”, afirmando, veementemente, que o mensalão era uma farsa e que provaria isso, pois tinha muita coisa a falar. Estava esperando deixar a presidência para voltar a ser um “cidadão comum” e falar. No entanto, não o fez, quando teve oportunidade, haja vista o escândalo ter sido julgado e réus condenados. Diante disso, afirmamos que o proferimento de determinada sentença provoca um efeito no alocutário, ativando nele um estado mental, daí, o efeito perlocucional ao qual atribuímos a mentira.

## **5.2 Análise do Corpus II – Greve dos professores do Estado de MG**

Esse *corpus*, como afirmamos anteriormente, compõe-se de dois textos: TEXTO I: Em defesa da educação e dos alunos de Minas Gerais – informe Publicitário do Governo de Minas Gerais publicado no Jornal Estado de Minas – Sexta-feira, 16 de Setembro de 2011 (conforme Anexo 3) e TEXTO II: Informe Publicitário do SindUTE: Publicado no dia 30 de novembro de 2011, às 1:11 (conforme anexo 4).

- a) TEXTO I: EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DOS ALUNOS DE MINAS GERAIS – informe Publicitário do Governo de Minas Gerais publicado no Jornal Estado de Minas – Sexta-feira, 16 de Setembro de 2011.

O Governo do Estado de Minas Gerais inicia um processo enunciativo bem estruturado, a partir do título que procura deixar explícita a intenção que ele deseja transmitir ao seu auditório, provocando-lhe a crença de que o Governo está ao seu lado, em defesa de seus interesses. No caso deste Informe, em defesa de uma educação de qualidade para seus alunos.

O auditório a quem o Governo se dirige é específico e possui um ‘ideal argumentativo’, uma vez que “o orador sabe bem que está tratando com um auditório particular, mas faz um discurso que tenta superá-lo, dirigindo a outros auditórios possíveis que estão além dele, considerando implicitamente todas as suas expectativas e todas as suas objeções” (REBOUL *apud* LEMOS, 2006).

Dirigindo-se a um auditório específico: cidadãos mineiros (sendo o auditório definido primeiramente por sua competência, depois pelas crenças e finalmente pelas emoções), o Governo opta por uma orientação argumentativa pautada na auto-defesa e na crítica/ataque ao Sind-UTE, a quem atribui a postura de “intransigência”; o que se pode constatar através dos enunciados: “*Todos os projetos e ações do Governo atendem, como não poderia deixar de ser, à legislação em vigor*”; “[...]. Por isso, diante da reiterada intransigência do Sind-UTE, o Governo decidiu contratar professores substitutos para todas as outras séries”.

Essa orientação argumentativa aponta para o “*ethos*” do orador (no caso o Governo do Estado de MG), o “*ethos*” do Sind-UTE (construído pelo Governo de MG) e o “*pathos*” dos cidadãos mineiros.

O primeiro construído através das ações ditas realizadas, pontuadas no informe (tal como “a contratação de professores substitutos para os alunos que vão fazer o ENEM”) e da reiteração do compromisso em “continuar trabalhando pela melhoria da remuneração dos profissionais da Educação”; o segundo, construído na perspectiva do Governo: Sindicato intransigente; e o *pathos* construído sobre a necessidade dos pais e alunos quanto a uma solução para a falta de aulas, em especial para os alunos inscritos no ENEM. Tudo isso posto dentro de um contrato comunicacional específico, o Informe Publicitário.

O Informe Publicitário é um tipo de publicação encartada em jornais e revistas como se fosse mais um caderno jornalístico, no entanto, não é, o seu propósito é publicitário. Há quem diga que é uma tentativa de enganar o leitor, pois no lugar de um material de conteúdo jornalístico, coloca-se outro conteúdo que procura “vender” algum produto ou “convencer” as pessoas acerca de algo ou a tomar determinada decisão, enquanto consumidor. “É um anúncio travestido de notícia”, conforme deixa claro a pesquisadora Alessandra de Falco Brasileiro<sup>15</sup>.

Segundo a referida pesquisadora, o Informe Publicitário ou “Publieditorial” é o “mascaramento da informação”, uma vez que o leitor “é levado a “ler” um Box (quadro) comercial para seguir na leitura da informação de valor informativo”. Em outras palavras, muitos leitores não conseguem discernir se o que leem é uma reportagem de “interesse dos cidadãos” ou uma “mensagem comercial”. O que se pretende com tal Informe é a atenção do leitor, indubitavelmente. O informe imita o estilo editorial do veículo em que está sendo veiculado. É uma informação comercial, reiteramos.

---

<sup>15</sup> Citada pelo Jornal da Orla, o site do litoral, de 11/11/2007 – [www.jornaldaorla.com.br/coluna4/10924.shtml](http://www.jornaldaorla.com.br/coluna4/10924.shtml) - acesso em 11 de Outubro de 2012, às 10h20.

No que tange ao Informe Publicitário do Governo, o que, aliás, vem com uma pequena advertência ao lado do título informando o gênero textual, temos uma publicidade institucional oficial, a qual serve, no caso, para divulgação do ato do administrador, ou seja, é a apresentação à população da conduta do Governo em relação à greve dos professores do estado a fim, inferimos nós, de viabilizar a ela (à população) o exercício do controle do poder: saber o que faz o Governo que ela elegeu.

Diante disso, bem como diante do que se entende por propaganda e publicidade<sup>16</sup>, asseveramos que o Informe Publicitário é um tipo de contrato comunicacional cuja instância enunciativa, o governo, tem origem “fora da mídia”, usando aqui uma expressão de Charaudeau (2009, p. 206), cujo modo discursivo organiza-se em torno da “categoria de base” (outro termo de Charaudeau, 2009); denominada “comentar o acontecimento”, trazendo juízos de valor, e cujo tipo de conteúdo temático é o acontecimento da greve dos professores do estado e o tipo de dispositivo é a imprensa. Constatações essas relevantes porque clarificam o modo de tratamento da informação, uma vez que caracterizam a origem do sujeito falante e seu grau de implicação, transformam o acontecimento midiático em notícia, atribuindo-lhe propriedades subordinadas ao tratamento geral da informação, constituem o domínio macro abordado pela notícia e trazem especificações para o texto.

O Informe Publicitário, enquanto um contrato comunicacional, adequa-se à situação e aos parceiros. Ele é um material escrito que está ao alcance de todos os leitores do jornal, no caso em questão O Estado de Minas; é um meio de comunicação destinado à publicidade, e, no caso do governo, à publicidade oficial para apresentar à população os seus atos em relação à greve dos professores.

A publicidade oficial é um direito democrático. Como afirma Gomes Canotilho (*apud* Álvaro Rodrigues Júnior – conforme anexo 05), a justificação do princípio da publicidade é simples: "o princípio do Estado de direito democrático exige o conhecimento, por parte dos cidadãos, dos actos normativos, e proíbe os actos normativos secretos contra os quais não se podem defender. O conhecimento dos actos, por parte dos cidadãos, faz-se, precisamente, através da publicidade".

Esta asserção corrobora com a ideia de que o Informe Publicitário do Governo tem uma finalidade diferenciada de qualquer outro informe, haja vista ser “dever” do administrador público apresentar à população os seus atos em relação a determinado assunto e

---

<sup>16</sup> Propaganda é o ato de divulgar ideias, conceitos e valores sem fins lucrativos. Publicidade é fazer isso com objetivo de lucro por parte do anunciante.

ser “direito” da população tomar conhecimento desses atos, portanto, o fim não é puramente comercial.

No entanto, o que nos parece é que se utilizando desse “dever” e desse “direito”, o Estado faz de seu ponto de vista a verdade, desconsiderando as variáveis, tais como a plausibilidade das exigências do Sind-UTE e o direito de greve que é constitucional.

Dessa forma, o Estado apresenta à população, através do Informe Publicitário, uma situação maniqueísta, em que, ele é o “bem”. Estado e Sind-UTE se antagonizam, daí podemos afirmar que, ao mesmo tempo que o Informe Publicitário é institucional, é também comercial, pois “promove” o Estado apresentando suas ações positivas na tentativa clara e intencional de convencer a população de que, realmente, detém a verdade. Isso posto, passemos às marcas do enunciado, ratificando que enunciar é agir sobre o outro.

- i. **Público Alvo** - população mineira, especificada nos leitores de “O Estado de Minas”, de modo geral e, específico, moradores da “Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde a paralisação se concentra”. O locutor delimita, ainda que não explicita, diretamente, o seu interlocutor, que aqui representa toda uma categoria, como já afirmado, no entanto, não se dirige “pessoalmente” a ele devido ao gênero do texto.
  
- ii. **Títulos: “Em Defesa da Educação e dos Alunos de Minas Gerais” e “A Verdade”**  
– Os títulos do referido informe já apontam a orientação argumentativa desenvolvida ao longo do texto que fornece ao leitor um comentário sobre a greve dos professores. A visada informativa de fazer saber abarca de uma só vez a existência do fato “greve” (denominada aqui de “paralisação parcial”) e a sua razão sob a perspectiva do governo que, enquanto sujeito enunciadador, no primeiro título: “Em Defesa da Educação e dos Alunos de Minas Gerais”, toma a iniciativa de propor ao interlocutor uma maneira de trata-la (a greve): algo que prejudica a educação e os alunos de MG. O sujeito enunciadador, dessa forma, emite um propósito (usando uma nomenclatura de CHARAUDEAU, 2009, p. 117): o tema de que fala e traz seus argumentos. Corroborando com a asserção do primeiro título, segue o segundo, intitulado “A Verdade”, o que implica que qualquer outra “fala” (do SindUTE) é mentira, ratificando, assim, a forma como o governo entende (e trata) a greve/ “paralisação”. Os dois títulos num só informe se complementam, auxiliando na construção do ethos do governo que se posiciona ao lado da população para “defendê-la” do

“intransigente” Sind-UTE. A respeito do segundo título, “A Verdade”, ele é o anúncio de um recurso utilizado pelo locutor para satisfazer às condições de credibilidade da informação: usando de gráficos (que na memória discursiva das pessoas, de um modo geral, têm o aspecto da cientificidade, de verdade, pois implicam pesquisa), o governo apresenta o que gastava em 2002 e o previsto para 2011; a existência de duas carreiras na educação, dentre as quais os professores poderiam optar e o crescimento da folha de pagamento da educação em comparação com a inflação do período. Tais dados legitimam o dizer do governo. Com efeito, o título faz parte da argumentação que procura ser “elucidativa”.

- iii. **Organização dos enunciados no texto, ou, organização textual** – a orientação argumentativa do governo se dá, além do já exposto, pela organização do seu texto: primeiramente, o locutor, faz uma constatação: “A paralisação parcial dos professores da rede estadual completou 63 dias letivos”. Nessa constatação, o item lexical “parcial” tem um relevante papel, pois ele retrata a avaliação subjetiva do locutor que o “reforça” usando expressões sinônimas: “movimento minoritário”; “adesão de apenas 8% dos professores”; “afetando totalmente menos de 2% das escolas”. A partir daí, estrategicamente, procura “fazer simples” (um modo de raciocínio pontuado por Charaudeau, 2009, ao pontuar a “Encenação midiática do comentário) utilizando o procedimento da “restrição”, que consiste em fazer uma afirmação para corrigi-la em seguida, o que implica na condução do alocutário, pelo locutor, a reorientação do seu próprio julgamento: “Apesar de ser um movimento minoritário.... a paralisação parcial está causando prejuízos irreversíveis para os alunos, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde se concentra”. Essa estratégia argumentativa torna a explicação acessível, pois as sequências do raciocínio são simples, ou seja, curtas, com “ideias-chave” bem marcadas, sem digressões: greve parcial, greve prejudicial, “consequências graves e injustas para a sociedade mineira”. A partir daí pontua sua ação: contratação de professores substitutos para os alunos que vão fazer o ENEM, alunos esses que estavam saindo mais prejudicados com a greve. Dessa forma, o governo constrói uma imagem de si que ratifica a sua posição institucional, marcando a sua relação com o saber a respeito da greve em pauta, fornecendo uma impressão de si mesmo que contribui para influenciar seus interlocutores, qual seja essa impressão: de um governo que se preocupa com a sociedade e, por isso,

“contratou professores substitutos para os alunos que vão fazer o ENEM, para impedir que eles tivessem o seu futuro **irremediavelmente** (grifo nosso) comprometido”; um governo que oferece aos professores o que é justo e trabalha (prometendo continuar trabalhando) “pela melhoria da remuneração dos profissionais da educação”; um governo pautado no Ministério Público Estadual que “reconheceu que o projeto de lei do Estado enviado à Assembleia Legislativa cumpre a lei do piso e pediu a decretação da ilegalidade do movimento”; um governo que investe na educação: “Em 2002, o Governo de Minas gastava R\$ 3,2 bilhões de reais com a folha de pagamento da Educação. Em 2011, vai gastar R\$ 7,7 bilhões... Um aumento de 140%”. Essa construção da imagem de si é marcada por advérbios, adjetivos, modalizadores em enunciados do tipo: “futuro **irremediavelmente** comprometido (ao falar da contratação de professores para suprir as necessidades dos alunos que fariam o ENEM); salário **adequado** ao piso nacional; “**Infelizmente**, como consequência da paralisação, o ano letivo de 2011 já está **inviabilizado** nas escolas atingidas...”; “**Todos** os projetos e ações do Governo atendem, como não poderia deixar de ser, à legislação em vigor”. Tais modalizadores são estrategicamente usados para a construção da “boa” imagem do governo, bem como para “mexerem” com o pathos dos interlocutores que se sentirão, claro, prejudicados pela greve dos professores e amparados pelo governo estadual, que tem feito todo “esforço” para “melhorar” a remuneração dos professores em Minas.

O governo não apenas procura construir uma imagem positiva de si como também construir uma imagem negativa do Sind-UTE, gerenciador da greve. Fato que podemos comprovar através dos enunciados: i) “[...], diante da reiterada intransigência do Sind-UTE ...”; ii) “O Sind-UTE foi à justiça [...]. Perdeu”; iii) “A CNTE, entidade à qual o Sind-UTE é filiado, foi ao Supremo Tribunal Federal questionar a nova carreira do subsídio implantada no Estado. Parecer da Advocacia Geral da União considerou a carreira do subsídio constitucional”.

De uma forma geral, a orientação argumentativa do estado dá-se pela construção de uma imagem de si baseada em valores positivos: esforço, melhoria, cumprimento da legislação em vigor, contratação de professores substitutos para impedir o “futuro irremediavelmente comprometido” dos alunos... Dá-se, ainda, pelo “ataque” ao Sind-

UTE, numa construção negativa de sua imagem, baseada em valores negativos, tais como a “intransigência”.

Conforme Perelman & Tyteca (2002, p. 84), “os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações (...) Recorre-se a eles para fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”. O governo lança mão de valores positivos para construir o seu ethos e de valores negativos para o ethos do Sind-UTE.

O governo se posiciona “em defesa” da sociedade, particularmente em defesa da educação e dos alunos, é o que Barthes, já citado nesta pesquisa, classifica de “eunoia”, ou seja, cumplicidade complacente com o auditório. É uma característica do “ethos” que está diretamente associada ao “pathos” do auditório. Dessa forma, o governo, enquanto sujeito discursivo, é legitimado a falar e sua fala é corroborada por gráficos, como já pontuado, que a validam, haja vista darem a aparência de fatos, dados comprovados, o que, por sua vez, justifica o título “A Verdade”, também pontuado anteriormente. Título que aponta para o efeito perlocucional de que o Sind-UTE mente.

A mentira aqui é denominada “inverdade”, para, cremos nós, estrategicamente, “suavizar” a oposição do governo ao sindicato dos professores, perante a sociedade mineira. No entanto, esse vocábulo conduz-nos ao pressuposto de que pode ser uma forma de o próprio Estado reconhecer sua fragilidade na afirmação de certos fatos. Enfim, por que ele teria chamado esse fato de mentira? Há, portanto, uma oposição claramente marcada.

- iv. **oposição marcada:** o estado x “Sind-UTE”. Este, “intransigente”, comanda uma paralisação que é “parcial”, “movimento minoritário”, “afetando **totalmente menos** (grifo nosso) de 2% das escolas”, mas que tem causado “prejuízos irreversíveis para os alunos”, tem “inviabilizado” o ano letivo de 2011 nas escolas atingidas..., enfim, tem trazido “consequências graves e injustas para a sociedade mineira”.

Essas “características” do Sind-UTE são apresentadas como argumentos válidos para reforçar a ação do estado de contratação de professores substitutos e outras que

viesses a tomar, uma vez que ele está “em defesa da educação e dos alunos de Minas Gerais”. O estado, dessa forma, empreende todo esforço para que a sociedade não seja “mais” prejudicada pela greve.

Diante do exposto, podemos afirmar que o Informe em pauta revela o uso do argumento pragmático especificado no título “Em Defesa da Educação e dos Alunos de Minas Gerais”, cuja força maior encontra-se na ação de contratar professores substitutos para evitar prejuízo maior dos alunos, principalmente os que fariam o ENEM, em decorrência da greve, bem como na “intransigência” do Sind-UTE. É a partir dele que se constitui o ethos do locutor, como já pontuado, bem como se “aciona” o interlocutor para o que seria “A Verdade”.

Os argumentos pragmáticos são eficazes se se leva em consideração o contrato existente entre os interlocutores, em que o fator emocional, ou seja, o fato de os alunos se sentirem prejudicados pela greve, com o futuro “irremediavelmente” comprometido, contribui para que tais argumentos sejam aceitos.

A metáfora da “Defesa” condensa todo o argumento pragmático. É ela que impulsiona o desenvolvimento da orientação argumentativa. Essa metáfora, é ainda, reforçada, a nosso ver, com o que consideramos outra metáfora: “A Verdade”, a qual apresenta-se como força argumentativa do tipo: “contra fatos(dados) não há argumentos”.

No entanto, tal argumentação apresenta um teor contraditório quando se compara a ênfase dos efeitos negativos da greve sobre a educação e o número de professores e escolas em greve que o Estado considera. Se são apenas 2% das escolas atingidas e a minoria dos professores em greve, por que o governo se diz tão preocupado com a situação e sai “em defesa” dos alunos e da educação? A contratação de professores substitutos para um universo tão pequeno não teria solucionado o impasse? Que prejuízos um percentual tão pequeno poderia causar à educação? Isto pode ser um indício da mentira do Estado.

Em síntese, o texto acima, é um contrato comunicacional específico dentro de um contrato comunicacional maior, que é o discurso político. Os parceiros são o sujeito

discursivo, governo do Estado de Minas Gerais e os seus alocutários: leitores do jornal “O Estado de Minas” e toda a população mineira, em especial a belorizontina, o que, num primeiro momento constitui-se seu auditório particular.

A intenção do sujeito discursivo é puramente persuasiva, pois pretende convencer seus alocutários de que a greve dos professores não tem razão de ser e de que, como pontuado claramente no texto, só trará “consequências graves e injustas para a sociedade mineira”.

Para isso, instaura-se, como um sujeito que sabe/tem conhecimento sobre a greve, a qual denomina de “paralisação parcial”, apontando-a como causa para graves e injustas consequências para a sociedade mineira, fato diante do qual é preciso posicionar-se, contratando professores substitutos, ação justificada pelas consequências que a greve traria.

É possível pontuar no texto a presença do argumento pragmático condensado nas metáforas da defesa e da verdade, apresentado numa cadeia de entimemas que parte da constatação da “paralisação parcial” de 63 dias letivos.

- b) **TEXTO II: INFORME PUBLICITÁRIO DO SINDUTE:** Publicado no dia 30 de novembro de 2011, às 1:11.

O gênero Informe Publicitário, já pontuado anteriormente, não necessita de mais definições nesta pesquisa. Dessa forma, passemos à análise do informe do SindUTE.

- i) **Público Alvo** – Toda a sociedade mineira (e brasileira) no geral, e, especificamente, os leitores do blog da coordenadora do sindicato, Beatriz Cerqueira, em especial, cremos, os professores, associados ao SindUTE. Temos aqui um auditório particular para atingir um universal.
- ii) **Título-** O sintagma “Governo sério cumpre o que assina”, explicado, logo abaixo, pelo enunciado: “O governo de Minas não cumpriu o que assinou” tem no modalizador “sério” a condensação da crítica que aponta para uma imagem não confiável do Governo de Minas, pela razão de ele não cumprir o que assina, não sendo, portanto, um governo sério. O título, dessa forma, apela para a razão do interlocutor, procurando suscitar nele, inferimos, a indignação da promessa não cumprida.

O informe com o título acima se insere em outro título: “Beatriz Cerqueira: Governo de Minas gasta dinheiro público para atacar sindicato”, o qual por sua vez insere-se no contexto “Denúncias”. Todas essas inserções ratificam a acusação/denúncia da falta de compromisso do governo estadual.

- iii) **Organização Textual** – A orientação argumentativa se dá, além do público alvo e do título, que se constitui numa denúncia, pela apresentação do xerox do Termo de Compromisso assinado pelo Governo e pelo sindicato, o qual o governo não cumpriu. Com essa apresentação, o locutor ratifica sua denúncia, apresentada no título, reiteramos, elucidando o que acontece no presente através do que aconteceu no passado: o governo fez um acordo com o sindicato. Ambos assinaram um Termo de Compromisso que agora o governo não o cumpre.

Para elucidar ou comprovar o que diz, o locutor comenta cada parte do acordo assinado, apresentando a postura do governo e a do sindicato, ratificando o descompromisso do governo, fato que provoca a indignação do locutor, o qual deixa clara sua emoção, e que, por sua vez, destina-se a incitar o seu interlocutor a compartilhar dela, dessa indignação da promessa não cumprida.

Com isso, constrói-se um ethos do governo que não é confiável, pois não cumpre o que assina. Ethos esse ratificado pela “chamada” da Folha de São Paulo, postada logo abaixo da denúncia de Beatriz Cerqueira: [...] De acordo com a Folha de São Paulo MINAS NÃO CUMPRE A LEI. Tal chamada reforça o testemunho do locutor de que o governo não é confiável. Toda a orientação argumentativa parte de uma denúncia e nela continua envolta.

- iv) **Oposição marcada Sindicato x Governo de Minas** – É clara essa oposição ratificada na denúncia e clarificada na asserção que explica o “Termo de Compromisso”, a qual pontua que após 112 dias de greve, mediante o acordo entre governo e sindicato, os professores suspenderam a greve, mas o governo não cumpriu o compromisso que assumiu, portanto, o governo não é confiável. Tal asserção deve-se, provavelmente, à ausência de pagamento, o que constitui um

fato que prova essa falta de compromisso do governo, e, portanto, o seu caráter de mentiroso.

Diante disso, é necessário pontuarmos que nesta denúncia, o locutor, em nenhum momento, explicita a palavra “mentira” ou “inverdade”, como pode-se observar no Informe Publicitário do Governo, analisado anteriormente. O que o locutor faz é apresentar seus argumentos em forma de constatações mediante o compromisso assumido pelo governo e não cumprido, como se observa nas caixas de texto ao lado do “Termo de Compromisso”, numa tentativa intencional de conduzir seu interlocutor a posicionar-se do seu lado.

A cada ponto do compromisso assumido e não cumprido pontua-se uma caixa de texto na qual se descreve a ação do governo e a dos professores que estavam em greve e, diante do compromisso assumido, voltaram às aulas. Há, aqui, por parte do locutor, a nítida comparação entre um e outro. No final do informe, diante das constatações feitas, o locutor conclui sua denúncia, lançando para o plural: “Querem” (o que aqui indetermina o sujeito), o alvo de sua denúncia, conclamando os seus interlocutores a uma tomada de posição diante da manifestação frente à Assembleia legislativa a fim de que a educação pública em Minas não seja destruída.

E aqui, faz-se necessária uma nota, qual seja: na recente votação sobre a lei dos royalties do petróleo (100% para a educação), que foi derrotada, todos os deputados federais da base do governo de Minas votaram contra a emenda (apenas os deputados do PT e do PMDB votaram a favor). Como então esse governo que afirma defender a educação vota contra uma lei que a beneficiará? Outra contradição.

Em síntese, podemos afirmar que o texto acima é um contrato comunicacional específico: Informe Publicitário, cujo objetivo pontuamos anteriormente. Os parceiros são o sujeito discursivo, Beatriz Cerqueira, coordenadora geral do Sind-UTE e os seus alocutários: leitores de seu blog, em especial, professores do estado de Minas, o que, num primeiro momento constitui-se seu auditório particular.

A intenção do sujeito discursivo é persuasiva, pois visa provocar a indignação em seus alocutários através da denúncia da falta de seriedade do governo quanto ao compromisso assumido com os professores em greve a fim de que eles voltassem às salas de aulas, acreditando que suas reivindicações teriam sido atendidas.

Para isso, instaura-se como um sujeito que sabe/tem conhecimento do Termo de Compromisso, suas “cláusulas” e a postura de seus “assinantes” após palavra empenhada, contrapondo tais posturas na apresentação do descaso da ação do governo que prometeu e assinou um acordo e segue por outro caminho, elaborando um projeto a ser apresentado à Assembleia Legislativa em que prejudica os professores.

Diante de tal fato, a categoria (denominação dada aos professores) se posiciona, manifestando-se publicamente, manifestação essa para a qual conclama todos os “interessados” na luta pela educação pública. Diante do não cumprimento do compromisso assumido pelo governo, os professores veem-se “obrigados” a uma nova mobilização.

É possível pontuar no texto a presença do argumento pragmático condensado na metáfora da “destruição” da educação pública e da falta de seriedade do governo, apresentados na denúncia explícita que objetiva, pensamos nós, o alerta dos interlocutores e o despertar da indignação contra um governo que não valoriza a educação pública, não cumprindo o compromisso que assumiu.

#### c) EM TERMOS DO ESTUDO LINGUÍSTICO DA MENTIRA, ANÁLISE DOS DISCURSOS DO GOVERNO DE MINAS E DO SIND-UTE

Não há um enunciado, em geral, livre, neutro e independente, o que nos remete à formação discursiva situada na superestrutura da sociedade (numa concepção marxista), onde se encontra o simbólico, a exemplo da cultura, em que está o discurso, apropriando-nos de Lemos (2007, p.136).

A formação discursiva, continua Lemos (2007), “promulga a existência de um enunciado básico que comanda outros enunciados, o que remete a um sujeito determinado historicamente, implicando no fato de que ele não é o mesmo de um enunciado a outro”.

Com efeito, a formação discursiva é relevante à relação entre o sujeito e o discurso, pois descrever uma formulação enquanto enunciado é “determinar qual a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 1986)

Em palavras de Bakhtin, tratamos da “prática verbal dos sujeitos em interação”. É a linguagem “socialmente praticada, em seu caráter dinâmico, como forma de ação do homem sobre o mundo, como manifestação do homem em situações concretas.” (PEREIRA, 2000, p.129).

Dessa forma, somente um enunciado, dentro de uma enunciação, é capaz de suscitar uma resposta, pois ele tem autor e destinatário, é uma asserção da realidade, é uma unidade real – e não formal – viva da língua, age sobre o mundo. Há uma relação entre falante e ouvinte, uma troca verbal entre eles. Sujeitos que têm valores, crenças e desejos e que, de acordo com tudo isso, direcionam seu olhar.

O fato em questão é a greve dos professores do estado de Minas Gerais em 2011. Foram 112 dias de greve, iniciada em 08 de Junho. A reivindicação da categoria era pelo pagamento do Piso Salarial Nacional, garantido pela lei 11.738/08. A categoria solicitava o Piso de R\$ 1.187,97 por 24 horas semanais.

O Governo de Minas afirmava pagar mais que o Piso Nacional e oferecia o subsídio, um tipo de remuneração que integra benefícios a um único valor. A categoria não aceitava o subsídio e reivindicava o Piso. O impasse estava formado, a greve continuava e os estudantes, junto aos seus pais, pediam o retorno às aulas.

A greve só foi suspensa mediante assinatura do Governo de um Termo de Compromisso, o qual, segundo denúncia do SindUTE (em 30 de novembro de 2011) não foi cumprido.

Quem estava com a verdade? Quem mentiu?

Há uma verdade fatural, conforme pontuado neste trabalho, relacionada a outras pessoas (professores, estado, pais, alunos, jornalistas...) e a uma circunstância específica: a greve dos professores estaduais, verdade estabelecida por testemunhas e pela comprovação (inclusive feita pelo próprio Estado) do fato.

Apesar da constatação do fato, o Estado tentou manipular a opinião pública negando o impacto da greve, tentando diminuí-la ao afirmar que era um movimento minoritário e que o Sindicato era intransigente, não aceitava negociações.

É notória, portanto, a oposição Governo x SindUTE. O primeiro apela para o uso de argumentos pragmáticos a fim de “comover” a população. O segundo apela para a denúncia, a crítica, a fim de causar indignação nos professores e mostrar à população a “cara real” do governo. Portanto, está em pauta o ponto de vista do “contador da verdade”, o qual tem a tendência de transformar o fato em opinião, nesse episódio.

Há uma “matéria fatural”, reiteramos, e há duas opiniões distintas sobre tal matéria. Diante disso, novamente retomamos Arendt (2000) quando assevera que uma das inúmeras formas que o mentir pode assumir é o “apagamento da linha divisória entre verdade fatural e opinião”.

Esse apagamento é uma forma de ação, pois o mentiroso é um homem de ação.

Ele pode alterar algum registro e moldar os fatos de acordo com seus interesses ou de acordo com as expectativas de seu auditório.

Com efeito, há uma manipulação em massa de fatos e opiniões na criação de uma teia de ilusões cujo propósito é orientar um grupo de pessoas, enganando-as. Daí o esforço para manter a “imagem da propaganda” intacta, de onde vem a força dos argumentos.

À “imagem da propaganda” podemos associar a construção do ethos, que se constitui num fortíssimo argumento para a credibilidade do “fato” contado/relatado.

Essa construção é nitidamente observada nos textos da análise em questão: um governo que procura mostrar-se à sociedade mineira como aquele que busca os seus interesses, respaldando sua argumentação em argumentos pragmáticos, valores positivos (defesa, educação...) e um ethos confiável, desconstruindo, sutilmente, o ethos do sindicato, apresentando-o como “intransigente”, aquele que, mediante a justiça “perde” a causa, porque estava errado: a justiça é sua testemunha (testemunha do governo), ela é o seu reforço positivo, pensando aqui em Skinner. Além do governo, um sindicato que denuncia e critica, lançando mão de valores negativos e da construção de um ethos do injustiçado pelo governo mineiro, o qual não é confiável porque assume um compromisso, assinando-o (aqui o valor da escrita) e não o cumprindo.

O governo conquista a adesão dos pais e dos alunos, em particular daqueles que fariam o ENEM, porque se posiciona em sua “defesa”, o que dirige a conduta de seus interlocutores, porque alcança a sua expectativa, qual seja: assumir uma postura ao lado dos “prejudicados” com a greve, agindo em seu favor: contratação de professores substitutos.

Além disso, o governo lança mão da apresentação de dados/gráficos, o que implica uma “verdade científica”, como pontuado na análise, corroborando com a elaboração do enunciado não natural: a greve dos professores não tem razão de ser, eles “reclamam de barriga cheia”, pois o estado paga além do piso nacional.

Assim, num “agir estratégico”, o governo gere a paixão coletiva, pois “sente” com a sociedade e demonstra ignorar o motivo de um ato “inconstitucional” como a greve em questão. É dessa forma que a sociedade mineira, em especial pais e alunos, vai às ruas

reivindicar o fim da greve, sentindo-se prejudicada. Esse sentimento de prejuízo é o reforço para sua reivindicação. Um prejuízo que é, intencionalmente, construído, marcado e ressaltado pelo governo.

O governo cria, dessa forma, um “espaço de persuasão” em que joga com argumentos da razão: dados/gráficos e da paixão: prejuízo dos alunos, conquistando a adesão de boa parte da sociedade mineira.

Diante disso, é necessário ressaltar que pais e alunos são direcionados apenas para o prejuízo que podem obter com a greve, principalmente em relação ao ENEM. Eles são induzidos a ignorar todas as outras contingências, em especial as condições de trabalho dos profissionais da educação que se veem e se sentem desvalorizados. Ignoram, ainda, a responsabilidade social desta profissão, não levando em conta que a qualidade da educação depende da boa formação acadêmica desses profissionais, de seu aperfeiçoamento e do planejamento, que requer tempo, empenho. E como aplicar tempo a esse aperfeiçoamento e ao planejamento se, devido a baixos salários, os profissionais necessitam fazer jornada dupla de trabalho? Pais e alunos ignoraram que a formação da criança, do adolescente e do jovem, passa, necessariamente pelas mãos desses profissionais.

Dessa forma, há, aqui, uma luta entre desejos e crenças: de um lado, os pais e alunos desejosos em fazerem o ENEM, na crença da conquista de vagas nas universidades (desejo e crença reforçados pelo governo). De outro, os professores com desejo de serem valorizados pelo estado diante da responsabilidade social que possuem por força de sua profissão, crendo que um movimento como a greve longa que fizeram, reivindicando o que criam ser seu direito básico, no mínimo despertaria a sociedade mineira para a situação precária em que se encontram, exercendo, assim, “pressão” sobre o governo que elegeu a fim de que ele tomasse posição favorável à categoria, fato que aconteceu com a assinatura do Termo de Compromisso pelo governo, o qual, no entanto, não o cumpriu após fim da paralisação, segundo denúncia do Sind-UTE.

Se compararmos as declarações do Governo de Minas e dos professores do estado, representados pelo Sind-UTE, verificaremos, além do já exposto, que ambos constroem, intencionalmente, uma imagem de si ou uma “image-making” para manipular a opinião pública, a qual, diante de tanta controvérsia, se mostrou confusa, sem saber em quem acreditar, daí a importância do testemunho. E aqui, retomamos Foucault (2003), quando pontua a importância da testemunha como uma “maneira singular” de se produzir a verdade.

O governo lança mão da justiça que se posiciona, em determinado tempo, em seu favor, julgando a greve “ilegal” pelo tempo de duração, bem como lança mão do desejo e da crença de pais e alunos quanto ao prejuízo que obtinham principalmente, em relação ao ENEM. O sindicato lança mão de enunciações de professores e de jornalistas (como anexo) para dizer à sociedade mineira que não mentia.

Há uma luta maniqueísta, ratificada não apenas pelos enunciados que apontam para uma argumentação fundada em valores positivos e argumentos pragmáticos, como no caso do governo, e em valores negativos, denúncia e crítica, como no caso do Sind-UTE. Ambos buscam a construção de um ethos crível.

Tanto governo quanto sindicato descrevem um estado de coisas: a greve dos professores, com força assertiva, o que permite um julgamento entre falso e verdadeiro. Sendo a força realizada de convenções e intenções, ela define o comportamento dos interlocutores; portanto, a priori, não há como, pelo teor discursivo comprovar se há mentira nos enunciados do governo ou do sindicato. O que se pode fazer é considerá-la (a mentira) como um efeito causado a partir das proposições intencionalmente construídas pelo locutor e da interpretação do alocutário, reiterando que quem faz uma asserção se compromete com a verdade da proposição expressa.

Há um ajuste palavra-mundo, marcado pelo ponto assertivo, uma vez que a existência do estado de coisas é anterior ao ato, o que corrobora com o entendimento da mentira enquanto um efeito perlocucional de força assertiva. Ratificando que esse efeito perlocucional é detectado a posteriori.

Exemplo desta asserção é a denúncia do Sind-UTE quanto ao não cumprimento, pelo governo, do Termo de Compromisso assinado. Uma denúncia realizada a posteriori, após a assinatura e o fim da greve.

No entanto, diante da argumentação aqui apresentada pelo Estado, afirmamos que seu discurso está mais propenso à mentira pelas contradições que apresenta: número “insignificante” de escolas paradas e professores envolvidos na greve X contratação de professores substitutos e posicionamento em “defesa” da educação. Índícios dos quais podemos dispor para a decodificação imediata da mentira, a qual pode ser ratificada pela “quebra” de compromisso assumido pelo Estado, mesmo diante de um documento por ele assinado.

A mentira já nasce contaminada com a fraude, com o engano, que é a sua função, pois preserva a “boa” imagem, mantém o “status quo”. Operacionalmente, não é o contrário da

verdade, mas o ajustamento dos enunciados, sem a violação de convenções linguísticas, cujo território de atuação, “foco determinante”, é o intencional.

## CONCLUSÃO

O título acima não tem a pretensão de colocar um ponto final no assunto que tratamos ao longo da pesquisa, considerando-se, principalmente, como não cansamos de pontuar, a complexidade que envolve esse assunto.

A nossa pretensão é tentar pontuar mais especificamente a hipótese que levantamos, o caminho que percorremos para comprová-la e as considerações a que chegamos ao final desta trajetória.

Iniciamos o nosso estudo pontuando alguns campos do domínio da linguística (a qual, grosso modo, denominamos “ciência da linguagem”), asseverando sobre a estreita e necessária relação entre esses campos, apesar de sua diversidade, para ratificarmos a complexidade dos objetos linguagem e língua, os quais admitem muitos e diferentes olhares, os quais não são, necessariamente, excludentes.

Afirmamos que buscar pela pluralidade desses olhares é “contribuir para uma compreensão melhor desses objetos”. Dessa forma, dissemos acreditar no volver o olhar para o trivial (aqui, a finalidade da linguagem), o qual, junto à definição de linguagem constituiria um valioso quadro conceitual.

Com efeito, adotando a linguagem como um sistema inerente ao ser humano, que também é um ser social, a assumimos enquanto “ação produtora de sentido” porque é interativa; a assumimos também como uma “forma privilegiada de cognição”, afirmando que a linguagem “impõe” a predicação, o que coloca em cena a interlocução. Assim, ela apresenta um aspecto processual, pois a presença do outro determinará a construção do locutor ao produzir sentido.

Dessa forma, nos apropriamos de Charaudeau (2009) asseverando que para influenciar o outro há uma escolha de efeitos discursivos, o que no “fim das contas” é uma escolha de estratégias discursivas; entendendo sentido como sendo construído pela ação languageira do homem em situação de troca social.

Assim, estando sob o domínio da “ciência da linguagem”, pautados na pesquisa científica, propusemos o estudo da mentira, tema de profundo interesse nosso, enquanto “investigadores”, pesquisadores, e de relevância social e acadêmica, haja vista fazer parte do cotidiano e inserir-se nos estudos propostos pela linguística, estudos cujas significações emergem nas ações sóciocognitivas, trazendo consigo um essencial questionamento: como é que significamos?

Propusemos investigar a mentira enquanto prática de linguagem, como um objeto do discurso, um ato de fala, analisando-a sob o ponto de vista da enunciação, em que se pontua a relação dos interlocutores com o dizer e o dito, relação permeada por estratégias argumentativas pautadas nas representações sociais e na intencionalidade dos interlocutores. Propusemos, ainda, algumas considerações do processamento cérebro/mente nessa prática de linguagem; deixando claro que a denominação “mentiroso” refere-se à pessoa que mente, pois acreditamos não haver uma “classe de mentirosos”.

Afirmamos que estudar a mentira sob o viés da linguagem é, ainda, analisar seus efeitos sociais em determinada situação, o que no caso de nossa pesquisa, teve dois *corpora*, um referente ao “mensalão”, sob o ponto de vista do ex-presidente Lula, que numa entrevista à rede TV afirmou ser “um golpe contra o governo”, asseverando que ao deixar a presidência se pronunciaria sobre isso, não o fazendo, mesmo diante do julgamento do escândalo pelo Supremo Tribunal Superior, e o outro, referente à greve dos professores estaduais no ano de 2011.

Assim, diante da complexidade do nosso tema que só nos possibilitou mostrar a possibilidade de mentira de uma promessa não cumprida (como no caso do político Lula) e de um compromisso “quebrado” (como no caso do governo de Minas) após um ato discursivo complementar: a constatação, enveredamo-nos pelo estudo que constituiu um grande desafio e chegamos às seguintes constatações:

- 1) A mentira não é um erro nem tampouco um engano. Ela é um ato de fala intencional. Há um dizer ou um querer dizer que se chama mentir. O locutor (fonte da mentira) afirma algo que sabe ser contrário à verdade. Esse dizer ou querer dizer é construído num processo interlocutivo em que os sujeitos assumem seus papéis e em que é estruturado um jogo enunciativo a partir desses papéis, na circunstância efetiva da prática discursiva. Há na relação locutor-alocutário um engajamento que ajusta um estado de coisas à realidade interlocutiva desses integrantes da interlocução. Essa dimensão do processo interlocutiva valida tanto o que se pode conceber como mentira, como todas as outras práticas discursivas que possam receber denominações diversas.
- 2) A mentira tem campo fértil na política. A política moderna aponta para o ponto de vista do “contador de verdade”, cuja tendência é transformar o fato em

opinião, esta que assemelha-se à verdade factual, a qual não é marcada pelo erro e nem é autoevidente. É marcada pela mentira. O mentiroso é “um homem de ação”.

- 3) A mentira, sendo um ato intencional, caracterizando na política moderna a verdade factual, é processada no discurso, marcada, essencialmente, pela enunciação. No entanto, só pode ser comprovada a posteriori, haja vista utilizar-se do mesmo instrumental de uma encenação interlocutiva que visa à persuasão. Entretanto, em alguns casos, observam-se contradições na argumentação que podem servir de indícios para a mentira.
- 4) O triângulo ethos, pathos e logos (este, onde inicia-se a mentira) conduz o movimento da argumentação no processo da mentira, no entanto, não há um ethos específico para o mentiroso. Ele, como qualquer locutor, tem a pretensão de um ethos crível, mas o que o diferencia dos demais locutores é o seu agir estratégico, capaz de orientar o olhar do outro, fazendo com que esse outro veja o que ele deseja que ele veja.
- 5) A argumentação é imprescindível à construção enunciativa/discursiva da mentira, essencialmente, pelo equilíbrio entre o seu aspecto retórico e o seu aspecto discursivo em que orador e auditório desenvolvem uma relação que não é assimétrica, é dialogal. Assim, no processo argumentativo que envolve a mentira, o auditório e os valores são essenciais. Além deles, algumas figuras retóricas tais como a metáfora e a ironia devem ser consideradas pelo papel dinâmico que apresentam.
- 6) Sendo a mentira uma prática de linguagem que viabiliza as relações sociais, ela tem em vista a procura pelo reconhecimento público de “distinção”, transformando-se no desejo do ser humano que, no afã de realizá-lo, busca o mundo das aparências e da ilusão. Esse mundo estabelece as regras discursivas do jogo social em que está a prática de linguagem, e o que fazemos com essa prática está no campo da intencionalidade, a qual auxilia na produção da ação. Além disso, as representações sociais “instituídas” no e pelo sujeito, na interação

com o outro e com o mundo, demonstra que a ação comunicativa resulta num permanente agir discursivo, a que se atrela a referenciação.

- 7) A mentira é um processo enunciativo/discursivo que inicia-se no cérebro/mente, estando inscrita na relação entre interlocutores, logo está entre as nossas inúmeras maneiras de ver e interpretar o mundo, as quais sofrem a atuação da estreita relação entre cérebro/mente e linguagem ancorada na interdependência das funções cognitivas da memória, da percepção e da própria linguagem, forma privilegiada de cognição.
- 8) A mentira tem a função de preservar a pessoa, seja no aspecto individual ou no social. Esta questão está relacionada ao desejo do poder no que tange à constituição do saber. Assim, todo saber assegura o exercício do poder, e nessa relação o sujeito é pensado em outra relação: a de interação, em que há a probabilidade de alguém modificar o comportamento do outro, o que definiria o poder legítimo. Daí, qualquer que seja a noção de linguagem, há um exercício de poder, e a aceitação de uma verdade gera o poder. Mentimos para preservar a imagem, o que nos dá poder. “O mentir faz parte da condição humana”.
- 9) No mundo da política não é diferente: mente-se para preservar a imagem e conquistar o poder. Ali prevalece o jogo de interesses e a disputa pelo poder. A mentira e a política têm uma estreita relação, haja vista, como no mundo social, haver uma construção de cenário em que se pauta pelo olhar do outro, tentando corresponder à expectativa do auditório, dissimulando. Assim, podemos afirmar que as instituições democráticas vão se constituindo como representação. Uma representação baseada na concessão dada pelo representado ao seu representante de agir em seu nome. O representante, então, atua de acordo com as expectativas do seu representado, do seu público, gerindo as paixões coletivas, como todo “bom” político, tornando esse público cego quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais. Cria-se, então, um espaço de persuasão, e nesse processo de substituição do representado pelo representante, aquele adere a ação deste, através do seu discurso, que dirige a atenção do interlocutor empregando

determinadas palavras e induzindo-o a ignorar certos conceitos. Ou seja, o representante redireciona o olhar do representado.

- 10) A análise da mentira, no contexto político desta pesquisa, está relacionada à imagem construída de um ícone: “Lula, o homem do povo”, bem como à imagem do Estado de Minas Gerais como “defensor” da educação e do SindUTE como um sindicato “intransigente”, levando-nos à natureza dialógica da política que propõe o problema da verdade factual, a qual se resume na circunstância que, sendo verdade, não pode ser modificada, mas a sua maneira de asserção é a da opinião. Na democracia brasileira a mentira está voltada para a manipulação do fato e da opinião. Há um “image-making” que substitui a realidade.
- 11) A mentira é um artifício discursivo, o qual nenhuma propriedade textual, sintática ou semântica pode identificar. A força dos atos ilocucionais com suas implicaturas convencionais a transvestem de verdade. Portanto, ela é um ato perlocucional de força assertiva. Efeito perlocucional daquilo que valeu, por algum tempo, como verdade. Tudo isso decorre da forma como estruturamos a língua de acordo com as exigências de cada situação.

Isso posto, o nosso desejo é que esta pesquisa acrescente ao meio acadêmico e social instrumentais para um aprofundamento do estudo que propusemos, o qual ainda, apesar dos muitos esclarecimentos, nos desafia à contínua busca pelo conhecimento linguístico, entendendo que a língua e o discurso se materializam nas práticas, e entendo, ainda, que este não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo, como afirma Foucault, pelo que se luta.

Pelo que lutamos? Pela verdade? Usamos da linguagem para mentir e como afirma Sócrates, quem mais conhece a verdade é mais capaz de mentir.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. *Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940*. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no Discurso – a construção do *ethos***. São Paulo: Contexto, 2008.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena. **Filosofando: introdução à filosofia**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1993. p.179-213
- ARENDT, Hannah. *Verdade e Política* In: **Entre o Passado e o Futuro**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2000.
- ARISTÓTELES. *Arte Retórica*. In: ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. Capítulos I e II.
- ARSENJEVIC, Boban. **From Spatial Cognition to Language: Biolinguistics**. 2008. Disponível em: <http://www.biolinguistics.eu>.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer; palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARONAS, Roberto Leiser. *A língua nas malhas do poder*. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia - a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 83-94.
- BELLENGER, Lionel. **A persuasão e suas técnicas**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Tradução Eduardo Guimarães et al. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- BRANDT, Per Aage. **Spaces, Domains, and Meaning – Essays in Cognitive Semiotics**. Bern, European Academic Publishers, 2004, p. 1-2.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Langages et discours**. Paris, Hachette, 1983.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du Sens et de l'Expression**. Paris, Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H., PIRES, S., CRUZ, A.R e MACHADO, I.L.(org.) **Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso**. NAD. FALE/UFMG Carol Borges Ed., 1999, pp.27-44.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Angela S.M.Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

COUCEIRO, João Claudino. A Garantia Constitucional do Direito ao Silêncio. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, v.8, 2004. (Coleção estudos de processo penal Joaquim Canuto Mendes de Almeida).

CICERONE, Paola Emilia. Sutil Arte de Enganar. In: **Viver Mente & Cérebro**, Ano XIV, nº 153, outubro de 2005, p. 48-51.

COURTINE, J. J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.) **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p.21-34

CROWDER, Robert C. La mémoire auditive. In: MCDAMS, Stephen & BIGAND, Emmanuel. **Penser les sons**. Psychologie cognitive de l'audition. Paris: PUF, 1994, p.123-156.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Assistentes: Cláudio Mello Sobrinho et al. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

DELIBERADOR, Hélio Roberto. O Palco da Hipocrisia. **Viver Mente & Cérebro**. Ano XIV. nº 153. Outubro de 2005. P. 44-47.

DENNETT, D.C. **La stratégie de l'interprète**. Paris: Galimard, 1990.

DERRIDA, Jacques. Conferência feita no Auditório do Museu de Arte de São Paulo (Masp) em 4 de dezembro de 1995. Organização: Núcleo de Pesquisa Brasil-França (Nupebraf) do Instituto de *ESTUDOS AVANÇADOS* da USP, Departamento de Filosofia da FFLCH-USP e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o apoio da *Folha de S. Paulo*. Tradução de Jean Briant. Preparação de Hermínia Antonia G. Bernardini. Revisão de Leyla Perrone-Moisés. O original em francês – **Histoire du mensonge: prolégomènes**. 1996.

DURANDIN, Guy. **As Mentiras na Propaganda e na Publicidade**. Tradução de Antônio Carlos Bastos de Mattos. São Paulo: JSN Editora, 1997.

ECO, Humberto. **Entre a mentira e a ironia**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2006.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 1ª impressão. São Paulo: Contexto, 2008.

ENRIQUEZ, Eugène. Instituições, poder e “desconhecimento”. In: GARCIA, José Newton de Araújo e CARRETEIRO, Teresa Cristina (orgs.). **Cenários sociais e abordagem clínica**. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte, Fumec, 2001. P.49-74.

FACIOLI, Adriano. **A ironia: considerações filosóficas e psicológicas**. Curitiba: Juruá, 2010.

FAUCONNIER, Gilles e TURNER, Mark. **The Way we think – conceptual blending and the mind’s hidden complexities**. New York, Basic Books, 2002.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, José Luiz . **Elementos de Análise do Discurso**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FIORIN, José Luiz. **O ethos do enunciador**. Conferência de abertura do 5º CELSUL, UFPR, Curitiba. 2002.

FIORIN, José Luiz (Org.) **Introdução à linguística**. 5. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes et al. J. – Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**/Vanice Sargentini, Pedro Navarro – Barbosa (Org) – São Carlos: Claraluz, 2004.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, MICHEL. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9.ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos)

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência**. São Paulo: PUC/SP, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1973.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido**. Ensaios semióticos. Tradução Ana Maria Sampaio Fenandes. Petrópolis: Vozes, 1975. p.7-17.

GRICE, P. Uttere's meaning, sentence-meaning and word-meaning. In: **Studies in the way of words**. Cambridge, Mass, Havard University Press, 1989.

HABERMAS, Jurgen. **Verdade e justificação** – Ensaios filosóficos. Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERCULANO, Suzana. **Psique, Ciências & Vida**, Ano III, nº 37, 2005, p.08.

HIPPOLITO, Lucia. **Por dentro do governo Lula**: Anotações num diário de bordo. São Paulo: Futura, 2005.

KRAFT, Ulrich. **Ninguém vive sem mentir**. 2004. Disponível em: <http://unadonna04br.multiply.com/market/item/4/4> - Acesso em 30/06/2009.

LE MOS, Miriam de Oliveira. **Estratégias Linguísticas da Argumentação no Discurso Político Eleitoral de Lula**: 1989 e 2002. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Letras da PUC MINAS. 07 de Abril de 2006.

MACHADO, Ida Lúcia. Uma teoria de análise do discurso: A semiolinguística. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia, MELLO, Renato (Orgs.) **Análise do discurso**: fundamentos e práticas/textos de Hugo Mari...[et al.]. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001.

MACHADO, Ida Lúcia. Paródia, Fait Divers e Análise do Discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MARI, Hugo; MELLO, Renato (Orgs.) **Ensaio em análise do discurso**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2002.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder, introdução. In: FOUCAULT, Michael: **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.VII-XXIII.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MANNUCCI, Anna. Artíficos Naturais. **Viver mente e cérebro**. O Papel da Mentira. Ano XIV, Nº 153, 2005, p. 54.

MATENCIO, M. L. M. **Sujeito, sentido e representações sociais em abordagens discursivas da linguagem**. Texto-base de comunicação apresentada na mesa-redonda O sujeito e as ações de linguagem, o sujeito nas ações de linguagem, no V Congresso Internacional da ABRALIN, março de 2007. (Digitalizado)

MARI, Hugo. A promessa como ato de fala: Suas implicações no discurso “político”. **Gerais** – revista de comunicação social. 48 – Julho/97.

MARI, Hugo. Condições sobre o Discurso Político: a propósito da mentira In: EMEDIATO, Wander, MACHADO, Ida Lúcia, MENEZES William (org.). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p.89-103.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Atividades de Referenciação no Processo de Produção Textual e o Ensino da Língua**. Texto remetido à Profª Denize Elena em final de janeiro de 2003 para publicação nos anais da GELCO.

MARTIN, Robert. **Para entender a Linguística: epistemologia elementar de uma disciplina**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MENEZES, William Augusto. Faces e Usos da Argumentação. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (Orgs.) **Análise do discurso: fundamentos e práticas/textos de Hugo Mari et al**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001.

MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica M., RODRIGUES, Bernardete B., CIULLA, Alena. (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Clássicos da Linguística).

MORATO, Edwiges Maria. O interacionismo no campo linguístico. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.) **Introdução à linguística-fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

MORATO, Edwiges Maria. Neurolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v.2 – 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.144.

NASCIMENTO, Milton; OLIVEIRA, Marco Antônio. Texto e Hipertexto: Referência e Rede no Processamento Discursivo. In: NEGRI, Ligia, FOLTRAN, Maria José & OLIVEIRA, Roberta Pires (orgs.). **Sentido e Significação** – em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p.291

NASCIMENTO, Milton. O Lugar da Verdade na Política. **Viver Mente & Cérebro**. Ano XIV.Nº 153. Outubro de 2005. P. 38 -43.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Obras incompletas/Friedrich Nietzsche**. Seleção de textos de Gerárd Lebrun. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987 . (Os Pensadores)

OUTEIRAL, José. **Breve Ensaio sobre a Mentira**. Rio de Janeiro: Revinter Ltda: Rio de Janeiro, 2004.

PARRET, H. **Enunciação e Pragmática**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

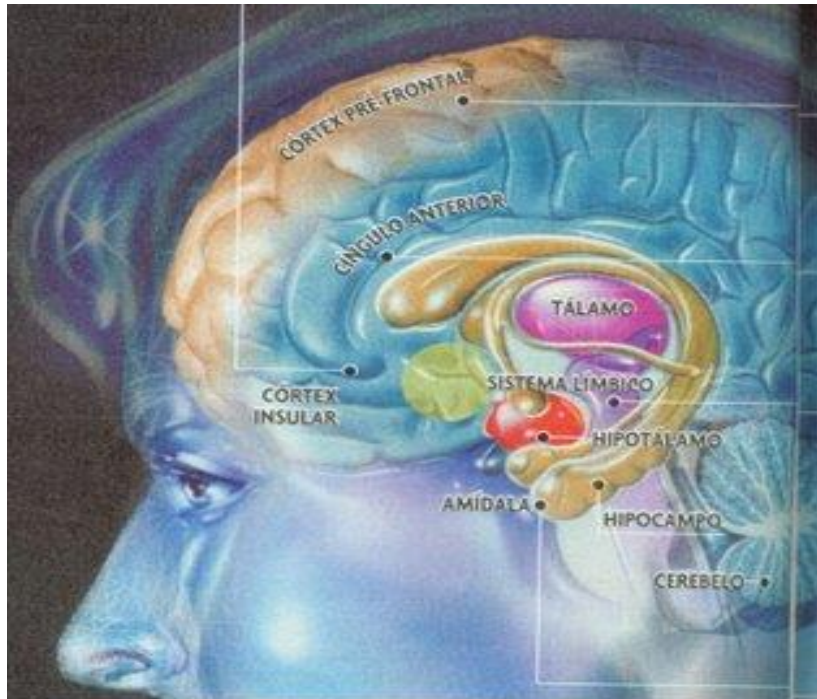
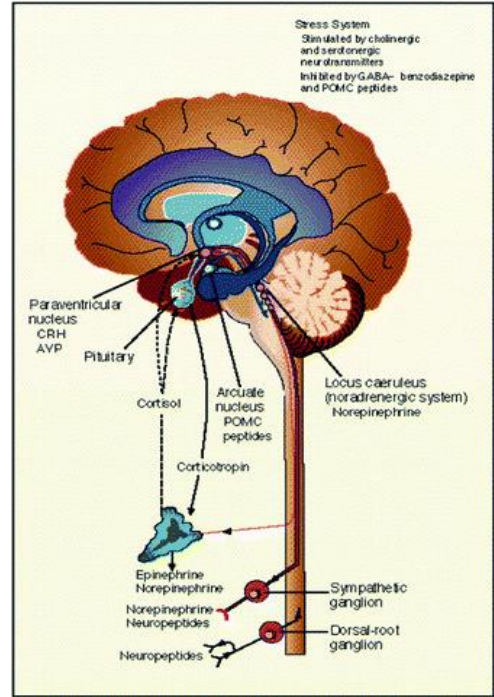
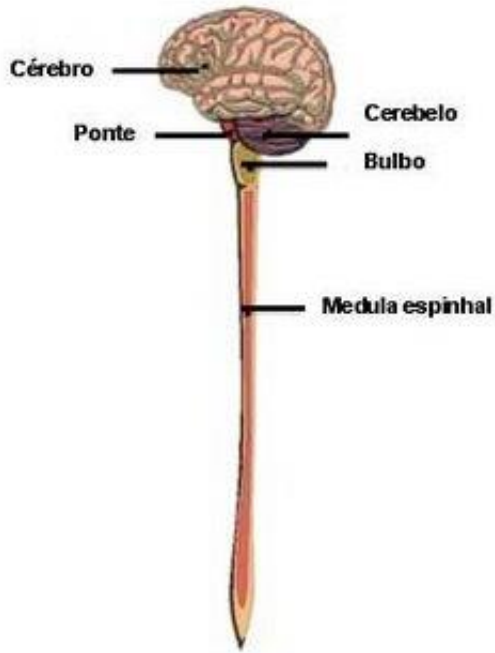
PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli. **O Estudo da Linguagem Pela Psicologia** – uma aproximação entre Skinner e Bakhtin. São Paulo: EDUC, 2000

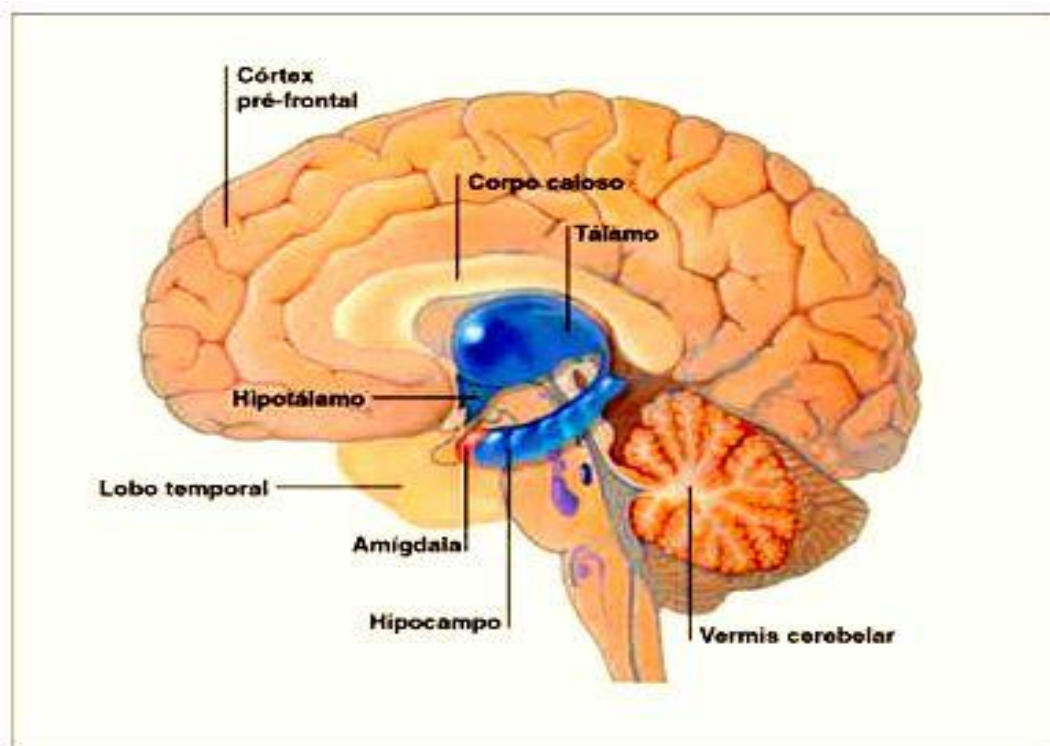
- PEREIRA, Merval. **O Lulismo no Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- PERELMAN, Chaim e Olbrechts-Tyteca, Lucie. **Tratado da argumentação** - a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PLEBE, A. & EMANUELE, P. **Manual de Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- PUENTE, Fernando Rey (org.). **Os filósofos e a Mentira**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2002.
- REBOUL, Oliver. **Introdução à retórica**. Trad Ivone Castilho Beneditti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RICOUER, Paul. **A Metáfora Viva**. 2. ed. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- SCHNITMAN, Dora Fried. Introdução: Ciência, Cultura e Subjetividade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- SEARLE, J. R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SEARLE, John R. O Estatuto Lógico do Discurso Ficcional. In: **Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala**. Tradução de Ana Célia G.A. de Camargo, Ana Luzia Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Coleção Tópicos.
- SEARLE, John R. **O Mistério da Consciência e discussões com Daniel C. Dennett e David J. Chalmes**. Tradução André Yuji Pinheiro Uema e Vladimir Safatle. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SEGUIN, E. Unité et pluralité de l'analyse de discours. In: **Langage et société**, 69. Paris: Maison des sciences de l'homme, 1994. p.37-58. (Traduzido. Digitalizado).
- SKINNER, B.F. **Ciência e Comportamento Humano**. 11. ed. Tradução João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (Coleção biblioteca universal).
- SMITH, David Livingstone. Mentirosos Inatos In: VIVER. *Mente & Cérebro*. Ano XIV. Nº 153. Outubro de 2005. P.30 – 37.
- STAM, R. **Bakhtin, da teoria literária à cultura de massa**. São Paulo: Ática, 1992. (Série Temas, v.20).
- STRAWSON, P.F. Significado e verdade. In.: DASCAL, M. (org.) **Fundamentos Metodológicos da Linguística: semântica**. v. 3. Campinas: IEL – UNICAMP, 1982.
- SWIFT, Jonathan. **A arte da mentira política** – precedido pelo texto “O mentir verdadeiro” de Jean-Jacques Courtine. Tradução Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2006.

VAZ, Henrique de Lima. **Ética e Cultura**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. Tradução Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

### ANEXO 1 – SISTEMA NERVOSO

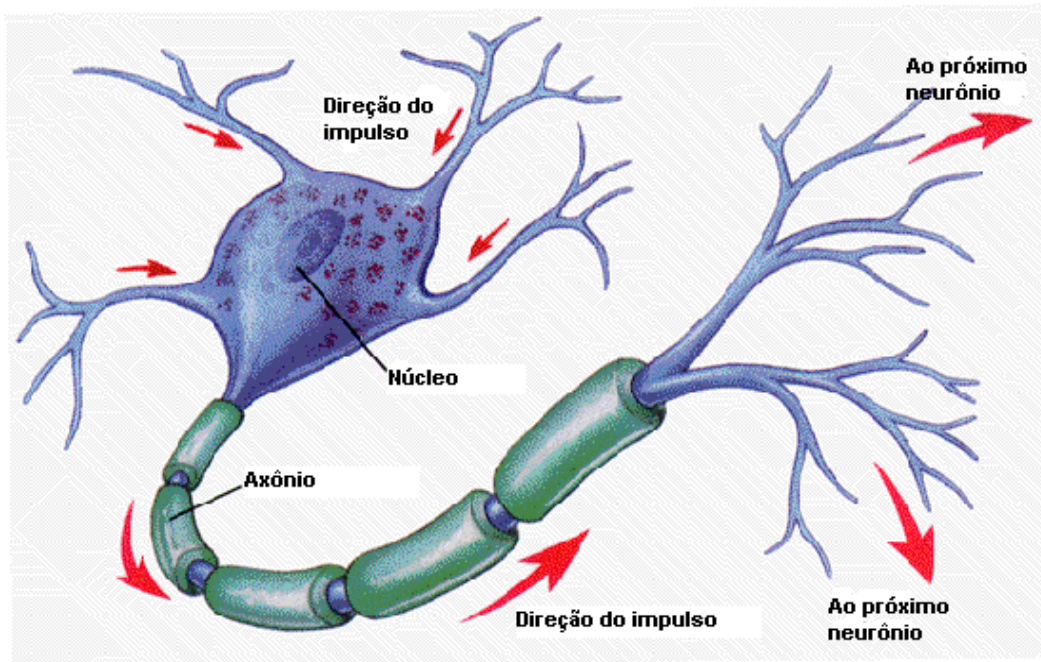




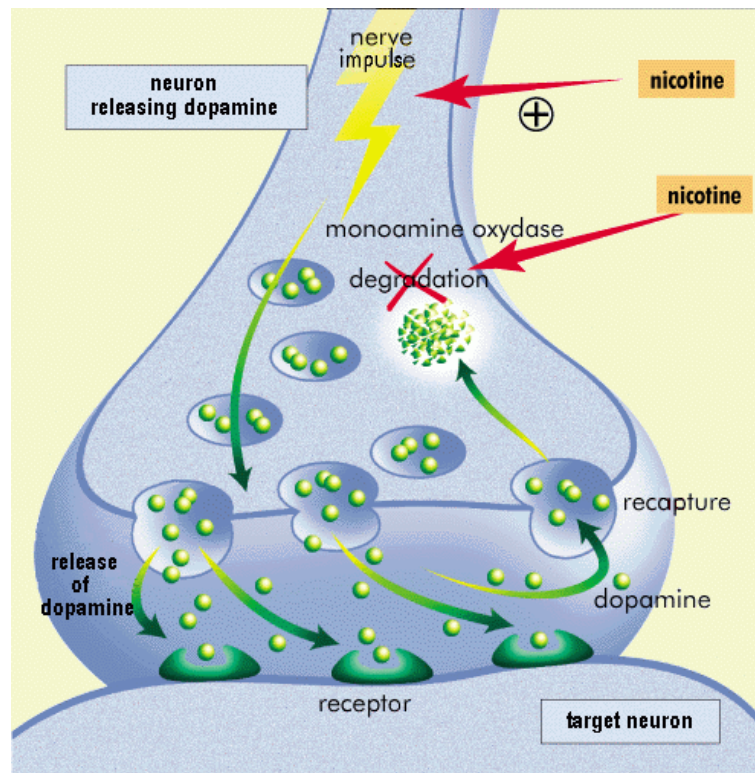
O Sistema Límbico é um grupo de estruturas que inclui hipotálamo, tálamo, amígdala, hipocampo, os corpos mamilares e o giro do cíngulo. Todas estas áreas são muito importantes para a emoção e reações emocionais. O hipocampo também é importante para a memória e o aprendizado.

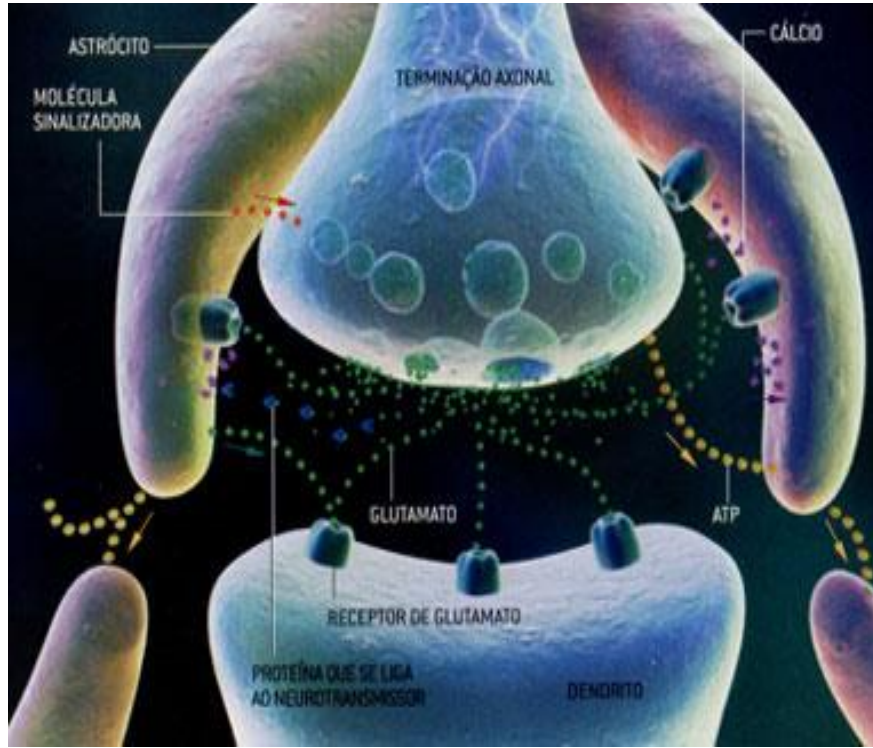


### Diagrama de um neurônio



### NEUROTRANS-MISSÃO





## ANEXO 2 – Entrevista do Presidente Lula

### **PRESIDENTE fica bravo quando fala no MENSALÃO - declaração na REDE TV 15/11/09**

**Repórter:** Sobre o mensalão. Agora, é::: deputados da base aliada do governo foram ao banco Rural , receberam recursos na boca do caixa que o Marcos Valério repassou pro PT, ou seja, o PT pagou... partidos aliados. Não ficou provado aí, até com o uso do Banco do Brasil na Visa Net, não ficou provado aí, Presidente, que teve dinheiro, teve uso de dinheiro público?

**Presidente Lula:** Olha eu:::eu tenho uma tese.

**Repórter:** Diga.

**Presidente Lula:** Eu tenho uma tese. Primeiro que não está provado que tem uso de dinheiro público. Segundo que...

**Repórter:** o caso da Visa não prova isto?

**Presidente Lula:** ... segundo é que confundiu.

**Repórter:** Diga.

**Presidente Lula:** segundo que confundiu ,sabe? Dinheiro de campanha eleitoral com o mensalão. O que aconteceu, Kenedy; foi muito simples. Nós tínhamos a CPI do Correio que tinha três milhões, três mil reais, sabe? Que um cidadão do Correio tinha praticado corrupção. O que se transformou aquela CPI do Correio? Você que é jornalista... Se transformou numa CPI do PT.

**Repórter:** É, mas veio o Marcos Valério, presidente

**Presidente Lula:** De repente o mensalão, veja...veja, veja...

**Repórter:** O Marcos Valério é um personagem...

**Presidente Lula:** O Marcos Valério não vem do PT, ele vem de muitas outras campanhas que você sabe.

**Repórter:** Mas isto, desculpa ...

**Presidente Lula:** Mas nem isto eu o culpo, nem isso eu o culpo porque tudo está para ser julgado.

**Repórter:** Claro, está no Supremo Tribunal Federal.

**Presidente Lula:** Então o Presidente da República não pode dar palpite nesta.... Eu só acho, eu só acho, que como você é muito novo e eu sou muito novo...Eu ainda pretendo viver mais uns vinte anos... Tenho sessenta e quatro...

**Repórter:** O senhor falou outro dia que queria chegar nos cem do Niemayer. **Presidente Lula:** Eu não sei. Também, não quero atrapalhar o lugar de outro. Sabe, eu (eu) no fundo , no fundo a gente vai ,a gente vai desvendar este mistério. Eu acho que tem um mistério que foi a

tentativa de golpe no governo. Eu comecei a ler a história. **Repórter:** Mas, mas..., não é conspiratório isso?

**Presidente Lula:** Não, não é conspiratório.

**Repórter:** Porque o Delúbio , o Delúbio procurou o Marcos Valério.

**Presidente Lula:** Não é conspiratório porque eu não falei. Não é conspiratório porque na época eu não falei que era golpe. Você nunca me viu me queixar disso, eu enfrentava isto com a maior naturalidade possível ,eu tinha consciência, sabe? das coisas que poderiam ter acontecido, e eu acho que dinheiro para ajudar partido em campanha eleitoral foi... colocado como se fosse mensalão; uma prática que tinha sido denunciada em 98 por conta de aprovar o projeto da reeleição. A gente esquece com muita facilidade.

**Repórter:** A CPI, a compra de votos, que não aconteceu, né? Não houve a CPI. **Presidente Lula:** Mas o DEM, o PFL naquela época matou o assunto expulsando dois deputados, um deles o companheiro João Maia que foi o fundador do PT. Então eu não vou entrar neste assunto porque ele também tá sendo julgado e vamos esperar que a justiça julgue as coisas todas.

**Repórter:** Agora..., tem uma coisa que virou um bordão aí na empresa : “ Ah,o Lula não sabia”, o “ não sabia”. Como que um Presidente não pode saber? Porque existia um personagem real. Existia o Marcos Valério, existia o Delúbio, houve empréstimos que não contabilizados , ou seja, caixa dois que é crime eleitoral né, Presidente? Como é possível o Presidente não saber?

**Presidente Lula:** Kenedy, veja, deixa eu te falar uma coisa: você, quando tá na cozinha com a tua mulher, comendo e o teu filho tá no quarto, você sabe o que ele tá fazendo?

**Repórter:** Não, claro que não.

**Presidente Lula:** Você não sabe. E tão pouco as pessoas contam para você se tiverem fazendo coisas erradas. Eu digo sempre o seguinte: se as pessoas tiverem de fazer as coisas certas eles vão para a festa e::: e::: e::: e::: e::: e::: e fim de papo, mas quando faz coisas erradas todo mundo tenta esconder. Tudo que foi feito poderia ser feito publicamente..., contabilizado..., dado entrada do dinheiro no partido.

**Repórter:** E porque que não foi feito?

**Presidente Lula:** Porque venderam facilidade. Gente comprou facilidade e tá pagando por isso. Mas como eu acho que o julgamento vai se dar e ainda muita coisa ainda vai acontecer, vamos esperar. Eu já te disse uma vez e eu vou te dizer: depois que eu deixar a presidência eu

vou querer me inteirar um pouco mais disto. Porque como Presidente eu não posso ficar futucando, mas eu quero saber porque eu acho que foi...

**Repórter:** Mas qual é a sua desconfiança?

**Presidente Lula:** Eu acho que foi a maior armação já feita contra um governo... **Repórter:** Mas que o Roberto Jeferson...

**Presidente Lula:** Não quero passo adiante, eu não, não quero nem discutir o Roberto Jeferson, não quero discutir o porque que ele levantou a questão do mensalão. Não quero nem discutir porque ... Quando eu não for Presidente eu vou discutir isso com você com mais tranquilidade. Mas como Presidente eu quero me:::me::: me::: me guardar para não ficar utilizando o cargo de Presidente para levantar as minhas teses. Que é muito desagradável isso. Mas um dia nós vamos conversar sobre isso. Falta só um ano para eu deixar a Presidência.

**Repórter:** Mas não é grave o Presidente da República ter uma desconfiança? Não é importante que ele vá fundo?

**Presidente Lula:** Não, não o Presidente da República se tiver uma desconfiança ele fica quieto.

**Repórter:** Por quê?

**Presidente Lula:** Ele tenta mandar apurar. E como o processo está sendo apurado o Presidente da República se cala.

**Repórter:** Tá na justiça.

**Presidente Lula:** O Presidente da República não é policial, não é investigador, não é da CGU, não é do Tribunal de Contas, não é do Ministério Público. Então...? Se a coisa está sendo investigada, o Presidente aguarda. Isso é o que manda o bom senso.

**Repórter:** Presidente, na época do mensalão o senhor recebeu propostas de desistir da reeleição e de até renunciar o mandato?

**Presidente Lula:** (ah, ah... – risos) O pior é que eu acho que esse era um dos objetivos, era de tentar...

**Repórter:** Enfraquecer politicamente?

**Presidente Lula:** Não.. o::: o, Kenedy, pegue a história do Juscelino. Pegue a história do Getúlio. O Getúlio governou este país quinze anos com moldura(? Ininteligível) e com quatro democracia se matou. Pegue a história do Juscelino. Pegue o que faziam com o Juscelino neste Congresso Nacional, sabe? Na imprensa, pa depois você notar que cinquenta anos depois ele foi transformado em herói nacional. Ora, porque tem uma parte da elite politica empodrecida neste país que não estava habituada a alternância de poder. Eu sou a alternância

de poder. Eu sou a alternância de poder. E eles sabem disso. E eles sabem, sabe? Que eles têm que fazer tudo para evitar, sabe? Que eu consiga transferir para o povo pobre deste país, para os trabalhadores, a ideia que eles podem presidir este país. Porque quando a gente descobrir a força que nós temos vai ser a mesma coisa que os negros descobriram na África do Sul: vinte e seis milhões não poderia continuar sendo governada por seis milhões. E quando a gente sabia..., e eu tô sentindo que o povo tá gostando, e eu tô sentindo que o povo tá descobrindo... **Repórter:** O senhor é um Presidente popular ,claro.

**Presidente Lula:** Que ele pode chegar lá. Eu vou num catador de papel e falo pra eles: “-você podem chegar a Presidência da República”, não por ser catador de papel, porque vocês têm que se preparar pra se chegar lá, acabar. Ninguém disse que o país tem que ser presidido por alguém que tem diploma universitário. Por alguém que é fazendeiro, por alguém que é empresário. Eu também não quero que o Brasil seja presidido por alguém que não conheça nada. Mas este país já teve Presidente que não conhecia nada de país. Nada! Eu não vou citar nomes aqui, mas tem Presidentes que não conhecia mais do que a Vila Maria em São Paulo e foi Presidente da República, e não tá certo. Então a minha tese é essa: houve uma tentativa de truncar a caminhada de um segmento social nesse país.

**Repórter:** Mas alguém falou... ..

**Presidente Lula:** E não fizeram por medo, não fizeram por medo. Porque eles não tinham conta do que poderia acontecer neste país. Então eu me ,me coloquei tranquilo o tempo inteiro; cê nunca me viu fazendo desaforo para ninguém, nunca agredi ninguém; muitas das coisas que eu tenho entupido aqui pra falar, eu só posso falar quando eu deixar a Presidência da República, que aí eu sou um cidadão comum, sabe? Não tenho nenhuma proteção, não tenho a advocacia geral da União, não tenho nada.

**Repórter:** Primeira entrevista vai a notícia em 2011.

**Presidente Lula:** Eu não sei se será a primeira por que eu quero descansar um pouco, mais pode ficar certo que eu tenho coisas pra falar.

**Repórter:** Me coloca na fila então. Primeiro da fila.

**Presidente Lula:** Sabe? e ,e, e vou falar.

**Repórter:** Tá bom.

(Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=SHqxqAELvwg](http://www.youtube.com/watch?v=SHqxqAELvwg). Acesso em 09/08/11, às 12h11)

## ANEXO 3 – Informe Publicitário do Governo do Estado de Minas Gerais

## EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DOS ALUNOS DE MINAS GERAIS

A paralização por greve não prejudicou a todo o estado completo 63 dias letivos.

Apesar de ser um movimento reivindicatório, com adesão de apenas 2% dos professores, o Estado teve prejuízo maior do que 2% das escolas, a qualificação parcial está causando prejuízo irreversível para os alunos, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte onde se concentra.

O Governo já contratou professores substitutos para os alunos que não foram à EMEM, para impedir que eles fiquem em um futuro irremediavelmente comprometido.

Inclusive, como consequência da qualificação, a aula letiva de 2011 já está finalizada nos escolas obrigadas e só poderá ser concluída no final de fevereiro de 2012.

Com isso, o início do ano letivo de 2012 terá que ser antecipado e só terá início no início de 2012.

São consequências graves e injustas para a sociedade mineira.

No seu direito de liberdade constitucional do Sind-UTE, o Governo decide contratar professores substitutos para todos os alunos do Rio.

Todos os projetos e ações do Governo mineiro, como não poder deixar de ser, a legislação em vigor.

O Sind-UTE foi à Justiça para tentar impedir o Governo de Minas de contratar professores substitutos, porém.

A CNTE, entidade à qual o Sind-UTE se filiou, foi ao Superior Tribunal Federal questionar a nova maneira do trabalho realizado no Estado. Porém, de Televisão Federal de todas condições, contra o subtexto constitucional.

O Ministério Público Estadual reconheceu que o projeto de lei é lícito e válido. A Assembleia Legislativa aprovou a lei de forma rápida e desmontando as ilegalidades do movimento.

Além disso, o Sind-UTE mantém a sua posição de organização.

O Governo de Minas reitera o seu compromisso em continuar trabalhando pela melhoria da remuneração dos professores da Educação e, em nome de milhões de crianças, agradece quem se dedica de corpo inteiro para não interromper as suas atividades, honrando o seu compromisso com as nossas crianças e jovens.

## A VERDADE

NA TANTA INVIDEADICIDADE DEPOIS DE TER NOME A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES EM MINAS, QUE É IMPORTANTE QUE VOCÊ CONHEÇA A REALIDADE E O ESFORÇO QUE O GOVERNO DO ESTADO TEM FAZENDO PARA MELHORÁ-LA.

Em 2000, o Governo de Minas gastava R\$ 3,2 bilhões de reais com a folha de pagamento da Educação. Em 2011, só com R\$ 7,1 bilhões.

Um aumento de 140%.

Em Minas, existem duas camadas diferentes na educação, e cada professor pode escolher a que preferir:

Na camada antiga, é paga um valor chamado vencimento básico e recebe até oito salários mínimos básicos.

Na camada nova, existe um valor extra chamado adicional.

Assim, seja como o valor proposto em Minas Gerais está adequado ao piso nacional. Baseado pelo Conselho Federal.

O piso nacional vale para 44 horas anuais de trabalho e se aplica proporcionalmente para 24 horas anuais.

Seu salário a 100% de verdade?

100%

Camada	Valor
Remuneração Proposta (Base + Adicional)	- 712,20
Salário Mínimo (Vencimento Básico + Adicional)	- 712,20
Remuneração Proposta (Base + Adicional) + Adicional	- 1.320,00

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

GOVERNAMENTO DE MINAS GERAIS

ANEXO 4 - Informe Publicitário do Sind-UTE

Informe Publicitário

# GOVERNO SÉRIO CUMPRE O QUE ASSINA

## O GOVERNO DE MINAS NÃO CUMPRIU O QUE ASSINOU.

**Termo de Compromisso**

O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, através de seu representante Secretário de Estado de Governo Danilo de Castro e o SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, neste ato representado pela Coordenadora Geral da entidade Beatriz da Silva Cerqueira e as diretoras estaduais Maria de Alencar Araújo, Feliciano Saldanha e Leiceni Pereira Pinto firmam o presente Termo de Compromisso relativo às reivindicações dos trabalhadores em educação da rede estadual.

Reiterado a plena disposição do sementado diálogo com a categoria dos professores estaduais, o Governo reafirma sua disposição de entendimento de modo a permitir o retorno pleno da normalidade da rede pública estadual.

Para tanto, garante o Sindicato a participação em comissão de negociação, com a presença de 03 (seis) parlamentares, além dos representantes do Poder Executivo e do Sindicato, com o objetivo de aprimorar e reposicionar na tabela salarial da carreira da educação (sem alterações em suas atuais formas de remuneração), com impactos salariais desdobrados de 2012 até 2015, desde que o movimento cesse de imediato.

A comissão será instituída, através de resolução imediatamente após a suspensão da greve da categoria e iniciará os trabalhos em até 24 horas após a sua constituição.

No curso das negociações, preservados os termos do regimento interno da Assembleia Legislativa, será orientada a liderança do Governo no sentido de paralização da tramitação do projeto de lei já encaminhado ao Poder Legislativo.

A partir da data da suspensão do movimento e retorno integral às atividades, cessará a aplicação de novas penalidades.

Assinatura do Secretário de Estado de Governo, Danilo de Castro

Após 112 dias de greve, os trabalhadores em educação conseguiram o compromisso do Governo do Estado relativo à reivindicação do pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional na carreira. A categoria suspendeu a greve e retornou à escola, mas o Governo de Minas não cumpriu o compromisso que assumiu.

Após 55 dias, o Governador Antonio Anastasia anunciou proposta que não respeitou o Termo de Compromisso assinado.


O Governo não apresentou o Piso Salarial como foi acordado. Insiste na proposta de subsídio, impondo esta remuneração a todos os trabalhadores em educação.

A categoria cumpriu sua parte e suspendeu a greve.

O Governo cancelou as reuniões da Comissão e suspendeu a negociação.

O governo estadual não paralisou a tramitação do projeto que neste momento está na pauta de votações da ALMG.

O Governo manteve o corte dos salários nos pagamentos de outubro e novembro. A categoria ficou sem atendimento médico no Ipsemg e foram suspensos direitos como férias-prêmio, publicações de quinênios e biênios.



### OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO REIVINDICAM O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL. DE ACORDO COM A FOLHA DE SÃO PAULO, MINAS NÃO CUMPRE A LEI.

FOILHA DE SÃO PAULO QUARTA-FEIRA, 16 DE NOVEMBRO DE 2011 \*\* \* cotidiario C3

**SITUAÇÃO NO PAÍS** O que prevê a lei nacional do piso do magistério e o que é feito em cada Estado\*

63% dos Estados desrespeitam ao menos uma regra da lei do piso

	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	PA	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	
<b>PISO SALARIAL</b> A lei estabelece piso de R\$ 2.037 (somando de 40 horas semanais)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗
Valor do piso (em R\$)**	1.187	1.187	1.338	2.171	1.106	1.187	1.400	1.560	1.187	1.665	1.121	1.235	1.187	1.187	1.224	2.295	1.187	950	2.239	791	1.187	1.187	1.894	1.239	
<b>BONIFICAÇÃO EXTRA-CLASSE</b> Professores devem ter no mínimo 20% do salário fora da sala de aula**	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	616	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	✗	
Fragão da carga horária desdobrada a cinco horas (em %)	25	-	7	40	30	20	33	20	14	33	20	33	30	30	33	34,7	35	20	20	45	30,5	37	20	32	

**Minas, Bahia, Pará e Rio Grande do Sul estão totalmente fora de normas**

Lei do magistério prevê remuneração de R\$ 1.187 para 40 horas semanais e 33% de tempo extraclasse

**ANÁLISE** Sem pacto, país fica distante da educação de qualidade

**O GOVERNADOR ANASTASIA APRESENTOU PROJETO DE LEI QUE:**

- ✓ Retira direitos dos servidores da educação
- ✓ Não paga o Piso Salarial
- ✓ Faz a migração obrigatória para o subsídio, desrespeitando direitos adquiridos

**A categoria realiza mobilização na Assembleia Legislativa para que este projeto não seja aprovado. Querem destruir a educação pública mineira. Mobilize-se, não deixe isso acontecer!**

[www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br)



<http://www.viomundo.com.br/denuncias/beatriz-cerqueira-com-a-lei-do-silencio-governo-de-minas-so-adiou-o-conflito.html> - acesso 13h08 27-10-2012

## **ANEXO 5 – Texto sobre publicidade institucional: Álvaro Rodrigues Júnior**

A atuação estatal não se compreende senão quando fundada nos princípios da constitucionalidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, finalidade e publicidade, sendo este último um dos princípios fundamentais do Estado constitucional. Isto porque, segundo Norberto Bobbio, "o caráter público é a regra, o segredo a exceção, e mesmo assim é uma exceção que não deve fazer a regra valer menos, já que o segredo é justificável apenas se limitado no tempo, não diferindo neste aspecto de todas as medidas de exceção" <sup>[02]</sup>. Para Gomes Canotilho, a justificação do princípio da publicidade é simples: "o princípio do Estado de direito democrático exige o conhecimento, por parte dos cidadãos, dos actos normativos, e proíbe os actos normativos secretos contra os quais não se podem defender. O conhecimento dos actos, por parte dos cidadãos, faz-se, precisamente, através da publicidade".

De conseguinte, não há, nos modelos políticos que consagram a democracia, espaço possível reservado ao mistério, pois a publicidade (ou a transparência) no funcionamento dos poderes públicos é um dos pressupostos imprescindíveis para a caracterização de um Estado democrático de direito.

Contudo, consoante a lição de Bobbio, quem justificou de forma mais convincente a necessidade moral da publicidade do governo foi Kant, que definiu como "conceito transcendental do direito público" o seguinte princípio: "todas as ações relativas ao direito de outros homens, cuja máxima não é suscetível de se tornar pública, são injustas". Qual o significado deste princípio? Bobbio responde que, em termos gerais, "uma máxima não suscetível de se tornar pública é uma máxima que, caso fosse tornada pública, suscitaria tamanha reação no público que tornaria impossível sua realização".

Desse modo, se alguém não revela a sua conduta é sinal de que está disposto a realizar ações que, caso sejam conhecidas do público, serão consideradas injustas e até mesmo ilícitas. Por isso, a publicidade é a melhor garantia da moralidade de uma conduta, viabilizando, assim, o exercício popular do controle do poder. Além disso, a publicidade dos atos estatais é pressuposto para o exercício de diversos direitos fundamentais, tais como, a gratuidade de determinados serviços públicos, a necessidade de realização de matrícula escolar, a implementação de campanhas vinculadas à proteção da saúde ou de cidadania, entre outras. Neste aspecto, a chamada publicidade institucional oficial para divulgação de atos, programas, obras, serviços e campanhas, se consubstancia, a rigor, em um dever do administrador.

É certo, também, que não desnatura o caráter informativo da publicidade oficial, o fato de destacar atuações positivas do administrador. Afinal de contas, não é razoável que os assuntos administrativos cheguem ou não cheguem ao conhecimento do povo na dependência do interesse ou da boa vontade da imprensa. A prática demonstra que a Administração Pública só é notícia em seus aspectos patológicos ou quando não funciona a contento. Isto tem um terrível e grave efeito deletério: como o cidadão recebe apenas notícias negativas a respeito das instituições públicas, acaba tendendo a descrer de todo e qualquer governante, de seus representantes eleitos, da administração pública em geral e, por último, das instituições democráticas.

Verifica-se, desse modo, que a publicidade dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, afora se consubstanciar em um dever do administrador, se revela como verdadeiro direito dos cidadãos, já que propicia um meio de controle popular do poder e fortalece outras dimensões da cidadania.

Por tal motivo, a publicidade obrigatoriamente deve se harmonizar com o princípio da impessoalidade, vez que não se revela lícito o administrador utilizar-se da legítima possibilidade de dar publicidade a seus atos para se autopromover, deturpando, assim, a verdadeira finalidade da publicidade institucional oficial, qual seja, educar, informar e orientar, prevista no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, nos seguintes termos: "*A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*"

(Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/12122/os-limites-da-publicidade-institucional-oficial> . Acesso em: 11 de Outubro de 2012, às 10h30)

## ANEXO 6 – Texto – Testemunho

### **GREVE DOS PROFESSORES DE MINAS: MARCO HISTÓRICO.**

Gilvander Moreira

“\_Vejam o salário dos trabalhadores que fizeram a colheita nos campos de vocês: retido por vocês, esse salário clama, e os protestos dos trabalhadores chegaram aos ouvidos do Deus da vida... Vocês condenaram e mataram o justo\_.” (Carta de Tiago 5,4.6).

Dia 31 de agosto de 2011, acompanhei mais uma grande Assembleia Geral das/os Professoras/res da Rede Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, que estão em greve, desde o dia 08 de junho, há quase 90 dias. Foi emocionante e inesquecível e ao mesmo tempo provocou profunda indignação.. Mais de 9 mil educadores e centenas de trabalhadores de várias outras categorias, representantes de muitos sindicatos e movimentos populares transformaram a ante-Praça da Assembleia Legislativa de Minas em palco de luta. Mais quantos dias de greve serão necessários para que o Governador de Minas, Sr. Antonio Anastasia (PSDB + DEM), ouça os clamores dos educadores da Rede pública de Educação? Os clamores já estão sendo ouvidos em todo o Brasil, pelo mundo afora e chegou aos céus.

Somente após 84 dias de greve, o Governo Anastasia apresentou proposta de elevar o Piso salarial de R9,89 para R2, a partir de janeiro de 2012, desconsiderando o tempo de carreira e o grau de escolaridade. Os professores rejeitaram essa proposta e votaram, por unanimidade, a continuidade da greve por tempo indeterminado. A direção do Sind-UTE[2] disse: “A proposta nada mais é que o achatamento da carreira, não está aplicada a tabela de vencimento básico vigente e ela contemplaria apenas o professor, excluiria outras categorias de educadores. O Governo não apresentou proposta para os cargos de suporte à docência e por isso, também não cumpre a Lei Federal 11.738/08 que prescreve Piso Salarial Nacional.”

Em 2011, em educação pública, o Brasil ficou em 88º lugar, no \_ranking \_de educação da UNESCO. Há sete anos professora, a pedagoga Alzira de Sete Lagoas, mostrando seu contracheque com vencimento básico de apenas R9,89 bradou: “\_Só retornarei para a sala de aula após o governador Anastasia começar a pagar o Piso Salarial Nacional, instituído pela Lei Federal 11.738/2008\_”. Os milhares de educadores, em Assembleia, gritaram: “É greve, é greve, é greve, até que o Anastasia pague o que nos deve” – o Piso Nacional, hoje, segundo o Ministério da Educação é R\$ 1.187,00. Em 06 de abril de 2011, o STF[3], na ADIN 4167, definiu que PISO É O VENCIMENTO BÁSICO. Acórdão sobre essa decisão do STF foi

publicado em 24/08/2011, o que legitimou mais ainda a greve e as reivindicações dos educadores.

O governo estadual de Minas Gerais teve três anos para adequar o orçamento à exigência da Lei Federal 11.738, mas, na contramão do que reivindicam os professores, insiste em não pagar o piso salarial nacional e tenta justificar o injustificável. Os professores não aceitam mais subsídio, porque isso significa a morte da carreira. Logo, o governo estadual age na ilegalidade, com atuação imoral. Relatório técnico do Tribunal de Contas do Estado comprovou que o Governo de Minas não investe o percentual constitucional de 25% [4] em educação pública. Em 2009, por exemplo, o investimento foi de apenas 20,15%.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE – o Piso Salarial Nacional para 24 horas semanais deveria corresponder, hoje, a R\$.597,87, pois a Lei 11.738

estabelece reajustes anuais para o piso. Como o valor do piso em 2008 era de R\$.00, aplicados os reajustes de 2009, 2010 e 2011, o piso hoje teria que ser R\$.597,87. Contudo, em 2009, o Governo Federal não concedeu o reajuste.

No levantamento Mestre em Exegese Bíblica, professor, frei e padre carmelita, assessor da CPT, CEBI, SAB e Via Campesina; [www.gilvander.org.br](http://www.gilvander.org.br) [2] – [www.twitter.com/gilvanderluis](https://www.twitter.com/gilvanderluis) [3]

Um levantamento elaborado pelo Sindifisco-MG [5] para avaliar o investimento dos Estados brasileiros com a educação em relação à Receita Corrente Líquida de cada Estado, Minas Gerais é o penúltimo colocado. Há um \_déficit\_ em Minas Gerais de 1 milhão e meio de vagas na educação básica. A preocupação que o Governo diz ter com o ENEM não é sincera pelos seguintes motivos:

- a) o Governo estadual não oferece aos estudantes toda a matriz curricular do ensino médio;
- b) autorizou a contratação de pessoas sem formação em magistério e licenciatura para ser professor;
- c) não cumpre a Lei Federal 11.738, o que poria fim à greve.

Um processo de empobrecimento dos educadores da rede pública em Minas se aprofundou desde que o Aécio Neves assumiu o governo. O tão badalado “Choque de Gestão” - que está na terceira fase -, uma política neoliberal que marginaliza os trabalhadores da educação, os servidores públicos e toda a sociedade.

Em Minas, o vencimento básico hoje de um professor de nível médio é de R\$ 369 e professor/a que tem licenciatura plena é R\$ 550. Logo, o governo de Minas Gerais paga como

vencimento básico quase só o salário mínimo para professor/a tem um curso universitário. Alegar que o Estado não tem condições de pagar o Piso nacional não justifica pelo seguinte:

- a) O vencimento básico da polícia civil é R.041,00;
- b) Minério, celulose, café e muitos outros produtos primários são exportados com isenção de impostos (Lei Kandir);
- c) Há dinheiro para grandes obras “como a COPA”, construção da Cidade Administrativa, aumento exorbitante do aparelho de repressão – grandes penitenciárias, milhares de policiais, milhares de viaturas etc.

Assino embaixo do que disse Leonardo Boff, em mensagem aos professores: “\_Estou estupefocado face à insensibilidade do Governador Anastasia face a uma greve dos professores e professoras por tanto tempo. Ele não ama as crianças, não respeita seus pais, despreza uma classe de trabalhadores e trabalhadoras das mais dignas da sociedade\_.” Acrescento: Ele não respeita a sociedade que diz representar. Somente as/os trabalhadoras/os que lutam pelos seus direitos tem dignidade para ensinar cidadania.

Que beleza o apoio de Dom Tomás Balduino aos professores, ao dizer: “\_Orgulho-me pela greve de vocês. Vejo neste acontecimento um dos esperançosos sinais dos tempos, semelhante ao que está acontecendo no Chile. Vocês, com seu sofrimento e angústia, estão sendo os instrumentos de Deus na construção do Brasil que queremos, a Pátria dos nossos sonhos. Por isso uno-me solidário com vocês e com todos e todas que lhes dão apoio\_.”

Com Cora Coralina, digo: “Propõe-se a ensinar aquele que é bom de espírito, aquele que se orgulha quando o aluno o supera. Aquele que, cotidianamente, motiva o aluno, sem esquecer-se de que um dia o foi...É aquele que, “Feliz, transfere o que sabe e aprende o que ensina.” Vejo isso nos professores que estão em greve em Minas e em muitos outros estados.

Essa greve, a mais longa da história de Minas, será um marco histórico na luta pela educação pública e de qualidade, em Minas. Que cada professor/a desenvolva pedagogias que ajudem na compreensão da vida concreta, isto é, a matemática da fome, o português da violência, a geografia e a história da exploração e dos problemas sociais, a ciência da história da vida real das pessoas.

A greve das/os professoras/res de Minas Gerais está sendo uma verdadeira escola libertadora. Quem disse que as/os professoras/es não estão ensinando? As/os educadoras/res estão nas ruas, ensinando uma verdadeira lição de cidadania, de quem não se deixa oprimir, de quem busca na luta, dignidade e justiça social pelo valor à educação, um dos maiores patrimônios que o Estado tem a obrigação de cuidar.

Atenção, Anastasia, a greve só será interrompida quando a justa, legal e legítima reivindicação da categoria for atendida: o Piso Salarial Nacional, um valor pífio e insignificante.

Enfim, benditas/os as/os educadoras/os e todos os que apoiam a luta pela educação pública e de qualidade e, assim, lutam pela transformação da sociedade.

Belo Horizonte, 04 de setembro de 2011

-----

[1] Mestre em Exegese Bíblica , professor, frei e padre carmelita, assessor da CPT, CEBI, SAB e Via Campesina; [4] –[www.gilvander.org.br](http://www.gilvander.org.br) [5] – [www.twitter.com/gilvanderluis](https://www.twitter.com/gilvanderluis) [6]

[2] Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais.

[3] Supremo Tribunal Federal.

[4] Cf. Constituição Federal, art. 212.

[5] Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais.

Um abraço afetuoso

# histórias pra boi acordar

PULAR PARA O CONTEÚDO



23/09/2011

## “eu tremia ao ver a PM abrindo fogo contra pessoas completamente indefesas”: mais um depoimento da guerra de aécio/anastasia contra os professores

de Marcela Bueno via [Fernando Massote](#)

### **Oh, MINAS GERAIS... ACHEI QUE A DITADURA NÃO VOLTAVA JAMAIS!**

Marcela Bueno Política Nacional | 17 de setembro de 2011 |

Logo eu, que trabalho com o audiovisual e com as mídias digitais, HOJE não consegui filmar NADA. Eu tremia ao ver a PM abrindo fogo contra pessoas completamente indefesas... Tentei filmar os professores, uma grande parte já ultrapassando os 50 anos, empunhando seu grito por respeito ao som do irônico “OH MINAS GERAIS” do Tizumba. A música tentando tapar a voz dos trabalhadores enquanto anunciavam 3 MILHÕES pra Copa do Mundo...

A Praça da Liberdade com grades e policiamento pesado, quando de repente, uma ordem vinda de não sei onde, parece ter dito: soltem bala neles. E foi o que aconteceu. Muita gente machucada... era uma manifestação da família, da escola, de todos nós... E os bares da redondeza lotados da nata indiferente. E no coreto,

adolescentes completamente alienados gritando Galo. E eu ali no meio, com um misto de medo e uma vergonha danada de morar em Minas Gerais, um lugar onde a DITADURA come solta e ninguém vê.

E quem pode ver e FALAR, continua cantando, como se nada tivesse acontecendo. E pessoas, há menos de 10 metros dali, sendo empurradas pela cavalaria, pelas balas de borracha, pela coerção. Eu poderia chegar em casa, ligar a TV e assistir alguma coisa.... mas hj não. Hj não consigo nem dormir direito. Estou sem acreditar até agora que em plena época da informação instantânea os mineiros saquem seus celulares pra filmar os fogos de artifício estrategicamente poados no momento de maior agressão ao movimento.

Não consigo entender como a sociedade mineira pode achar que isso é um movimento isolado, dos professores apenas, e continue vendo os cidadãos sendo agredidos no escuro, calados com bordoadas, comprados por uma mídia duvidosa enquanto se limitam a reclamar de um trânsito já caótico por mil outros motivos. Eu tenho medo da Ditadura. Não posso ficar calada...

Eu já me formei, não tenho filhos, não conheço ninguém da classe que estava ali, não sou militante de nada. Sou apenas uma pessoa que não acredita até agora no que acabou de presenciar na Praça da suposta Liberdade e o que vem presenciando nessas Minas Gerais, sob esse governo ditador... Oh Minas Gerais, o que eu vi hj REALMENTE não esqueço JAMAIS... FORA ANASTASIA! FORALACERDA! FORA A DITADURA!

Sexta feira, 16 de setembro, às 21,06 hs.

## **“eu vi quando eles trouxeram as bombas, e vi prepararem as armas”: MG de aécio/anastasia oficializa a ditadura batendo em professor**

de Natália Carvalho no [I Love Bubble](#)

### **PANIS ET CIRCENSIS ET LACRYMOGÉNE**

*Por Natália Carvalho*

Eu não tenho posicionamento político, muito menos partido ou religião. Sou apenas uma garota com uma câmera na mão que costuma observar o mundo para poder contá-lo. Na última sexta-feira um trânsito infernal me obrigou a descer do ônibus e continuar o caminho a pé. Eu sempre passo pela Praça da Liberdade e perco uns bons minutos vendo as pessoas sendo. Só que na última sexta feira eu não pude passar. Grades cercavam metade da praça fazendo um circulo de proteção ao Palácio da Liberdade, que estava em festa pelos 1000 dias para a copa do mundo. Personalidades como Pelé, Orlando Silva e Ricardo Teixeira estavam lá. Uma bela iluminação e

balões prateados enfeitavam a festa. Porém o som alto da bossa nova e os fogos de artifício não conseguiram abafar o grito das pessoas do outro lado das grades. Professores há cem dias de greve, funcionários dos correios, estudantes, mendigos, esquerdistas, ciclistas, transeuntes e toda a sorte de gente que, assim como eu, é obrigado a dizer hoje, com muito pesar, que é mineiro.



A tropa de choque da polícia militar foi chamada para conter a verdade que clamava num coro de muitas vozes por *liberdade*. Eu assisti naquele dia pessoas desarmadas, professores que dedicaram uma vida a educar as crianças do nosso estado, serem agredidos como criminosos. Quando os fogos começaram, as vozes também aumentaram e já soavam mais alto que o Hino de Minas Gerais. Os policiais apostos se entreolhavam e sabiam que a qualquer momento teriam que calá-las. Eu vi quando eles trouxeram as bombas, e vi prepararem as armas, eu estava na grade, entre a polícia e o povo. E achava aquilo tão surreal, tão inacreditável que não conseguia sentir medo.

Um senhor de 73 anos me puxou para conversar e disse com voz de quem conhece o fim do mundo: “Eu já vi isso acontecendo antes, eu passei a minha juventude lutando contra isso. A Ditadura está de volta, e eu lamento não ter mais energia para chutar essas grades.” Foi quando alguém fez isso por ele, grades ao chão e a polícia veio para cima de todos, tiros de bala de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e cacetadas. Todas aquelas pessoas correndo na minha direção e eu já não conseguia olhar pelo visor da câmera, eu estava lá, e se eu não corresse também poderia levar. Eu vi gente chorar, cair, sangrar. Gente que só estava ali para dizer o que pensava, o que queria, o que supostamente alguma constituição deveria garantir.



O que mais me chocou no entanto, foi assistir a destruição da verdade. Nenhuma nota sobre o ocorrido foi lançada pelos grandes meios de comunicação. Pode parecer inocência minha acreditar em uma verdade, mas que seja. Eu acredito no que eu vi . Eu vi fogos de artifício e tiros serem lançados ao mesmo tempo. Vi que nem todos se contentam com pão e circo. E vi que nos bares há poucos metros dali a vida continuava leve como só a ignorância permite viver. A censura em Minas não é uma lenda, acreditem. Só que diferente daquela que conhecemos em outros tempos, essa não se anuncia, se esconde atrás de sorrisos charmosos, propagandas coloridas e cacetadas no escuro. No dia seguinte meus avós tomavam o café como se nada tivesse acontecido, mas qualquer bom observador poderia perceber que há alguma coisa diferente no ar dessa cidade.

## **Violência contra educadores e contra a educação em Minas**

É hora de parar de olhar para o dedo e prestar atenção para onde a greve das/os professoras/res aponta

19/09/2011

Frei Gilvander Moreira

*“Do rio que tudo arrasta, se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.” (Bertold Brecht)*

A greve dos professores da Rede Estadual de Minas Gerais, como uma ocupação de propriedade que não cumpre a função social, revelou uma grande ferida: um problema social que com certeza não existiria se o povo mineiro tivesse recebido, historicamente falando, uma educação pública de qualidade.

Uma professora, cujo nome fictício é Maria (é melhor não citar o nome para evitar retaliação), escreveu-me dizendo:

“Tenho estado em sala de aula há 24 anos, desde 1987. Fui parar numa sala de aula da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais por amor à profissão e por incentivo salarial, pois quando

comecei a lecionar, em 1987, o nosso Salário Base (vencimento básico) correspondia a três salários mínimos (hoje, R\$1.635,00) para quem lecionava de 5ª à 8ª série, e cinco salários mínimos (hoje, R\$2.725,00) para quem lecionava para o Ensino Médio. Tinha perspectiva de carreira profissional. Com o tempo, vi a nossa situação piorando ano a ano, suportável durante algum tempo, mas há 9 anos sinto-me no fundo do poço. Sou mãe e tenho dificuldades para manter as despesas da casa. Moro de aluguel, não consigo viajar de férias há uns seis anos, dependo de um Plano de Saúde que não funciona (IPSEMG), gasto dinheiro com antidepressivos para conseguir trabalhar dois horários em condições que não carecem de serem descritas aqui. Sei que existem outras/os professoras/res em situações piores e me firmo nisso para não cair no desespero diante das consequências dessa nossa luta que é justíssima.”

Essa é a realidade da maioria esmagadora das/os professoras/res em Minas. É isso que sustenta a mais longa greve de Minas. Não é a direção do SINDUTE e alguns deputados, como alegam os que não ouvem os clamores ensurdecedores de milhares de professoras/res, como o descrito acima.

É insensatez o governador Antonio Anastasia, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça de Minas pensarem que vão resolver um grave problema social como o suscitado pela greve dos professores com repressão, com canetada judicial mandando voltar para a sala de aula, com propagandas mentirosas nas TVs (em horário nobre), jornais e rádios. Injustiça como a que estamos vendo com os trabalhadores e com a própria educação em Minas não pode ser jogada para debaixo do tapete.

Aos que se vangloriam com a decisão do desembargador Roney Oliveira, do TJMG, “mandando” os professores voltarem para as salas de aula sem o atendimento das suas reivindicações, recordo o que disse Jean Jacques Rousseau: “As leis são sempre úteis aos que têm posses e nocivas aos que nada têm.”

A questão levantada pelos professores de Minas, em greve há 103 dias, é um grave problema social que se resolverá somente com política séria que passa necessariamente pelo respeito à Lei Federal 11.738/08, que prescreve Piso Salarial Nacional – vencimento básico, sem artifício de subsídio – de 1.187,00, segundo o MEC[2] e 1.591,00, segundo a CNTE[3].

É uma injustiça que clama aos céus o Governo de Minas (PSDB + DEM) pagar como vencimento básico somente 369,00 para professora de nível médio por 24 horas; somente 550,00 (quase 1 salário-mínimo) para professor/a que tem um curso universitário e só agora, pressionado, prometer pagar só 712,00 (só a partir de janeiro de 2012) para todos os níveis, inclusive para educador/a com mestrado e doutorado. Insistir em política de subsídio é continuar tratando a educação como mercadoria e matar a conta-gota a categoria dos professores já tão esfolada. Será que vão querer, em breve, privatizar também a educação de 1º e 2º graus?

Um provérbio chinês diz: “Quando alguém aponta, os sábios olham para onde o dedo aponta e os idiotas olham para o dedo”. As/os educadoras/res de Minas estão apontando para a necessidade e justiça de construirmos em Minas um sistema educacional público de qualidade. Isso é cultivar o infinito potencial de humanidade com o qual todo ser humano chega à nossa única casa comum: o

planeta Terra. Mas, tristemente, muitos só veem o dedo dos professores: os estudantes de hoje sem aula. E os milhões de estudantes de agora em diante poderão ser alijados do direito a uma educação pública e de qualidade?

Às/aos professoras/res que não estão participando da greve e a todas as pessoas que não estão ajudando na luta justa dos professores de Minas, em greve, quero recordar o que nos ensinou Bertold Brecht:

“Primeiro levaram os negros. Mas não me importei com isso. Eu não era negro. Em seguida levaram alguns operários. Mas não me importei com isso. Eu também não era operário. Depois prenderam os miseráveis. Mas não me importei com isso, porque eu não era miserável. Depois agarraram uns desempregados. Mas como tenho meu emprego. Também não me importei. Agora estão me levando. Mas já é tarde. Como eu não me importei com ninguém, ninguém se importa comigo.” Afinal, a colheita sendo boa ou ruim, entre todas/os será dividida.

Dispõe o artigo 205 da Constituição de 1988 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Como a educação, nos termos da Constituição Federal, deve ser promovida e incentivada visando o pleno desenvolvimento da pessoa, não pode um/a professor/a, conforme o relato acima calar-se diante de tanta injustiça do Estado no trato com a educação. Educa-se com o testemunho, com a ação. Professor/a que está na rua, exerce e ensina cidadania, reivindica a efetivação de direito social, fundamental. Luta por um novo sistema educacional que passa pela valorização justa de cada profissional da educação.

Ao fazer greve, os professores não estão sendo violentos, mas estão lutando pela superação de uma violência que os atinge cotidianamente. Violentos estão sendo o governo, o poder judiciário e o capitalismo que impõem um peso tremendo nas costas das/os educadoras/res e não reconhece o imprescindível papel que elas/es cumprem neste país.

*Gilvander Moreira é Frei e Padre Carmelita, mestre em Exegese Bíblica/Ciências Bíblicas, professor de Teologia Bíblica, assessor da CPT, CEBI, CEBs, SAB e Via Campesina; e-mail: [gilvander@igrejadocarmo.com.br](mailto:gilvander@igrejadocarmo.com.br)*

## **resistência histórica: professores de MG decidem manter greve**

do [UOL Educação](#)

20/09/2011 – 16h32

## Sindicato dos professores de MG ignora decisão judicial e decide manter greve

Rayder Bragon

Especial para UOL Educação

Em Belo Horizonte

Os professores da rede estadual de Minas Gerais decidiram manter a greve da categoria, contrariando a decisão do Tribunal de Justiça do Estado, que determinou o fim imediato da greve, na última sexta-feira (16). A continuidade da paralisação foi votada em assembleia nesta terça-feira (20). “Vamos correr o risco das multas”, afirmou Beatriz Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-UTE.

A decisão judicial previa o pagamento de multa gradativa de R\$ 20 mil pelo primeiro dia de continuidade da greve, a partir de hoje, R\$ 30 mil pelo segundo dia, R\$ 40 mil pelo terceiro e R\$ 50 mil pelos dias subsequentes, limitado o montante da pena a R\$ 600 mil.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação, 25 escolas estão totalmente paradas, de um total de 3.779 unidades. Seriam 11.357 professores fora da sala de aula, de um total de 183 mil docentes. O sindicato diz que metade dos professores continua fora das salas de aula.

No entanto, segundo a dirigente do Sind-UTE, a greve não seria interrompida, sendo que o sindicato entrou com recurso contra a decisão judicial. Por conta da paralisação, a Secretaria de Educação do Estado anunciou, no último dia 14, a contratação de 12 mil professores substitutos.

ANEXO 8 – Informe Publicitário SindUTE

**27 de setembro**  
 Há um ano, os trabalhadores da educação encerraram uma greve histórica. Apoiados, é verdade, mas a situação em que se encontra, hoje, a categoria.

**Governo de Minas ignora a educação pública e desrespeita os trabalhadores da educação**

Há um ano, em 27 de setembro de 2015, os trabalhadores e trabalhadoras da rede estadual de educação encerraram a maior greve da história já realizada pela categoria (112 dias), em tempo de tempo, resistência, disposição para a luta e mobilização de parte dos demais setores trabalhados.

A greve foi suspensa quando ocorreu o assessorato do Termo de Compromisso pelo Governo de Minas, no qual ele assinou que pagaria o Plano Salarial Profissional Nacional (PSPN) respeitante a carreira da categoria.

Os educadores encerraram a greve e fizeram a reposição de carga horária, cumprindo a sua parte. O Governo não cumpre o que assinou. Com um duro golpe na educação mineira, não pagando o Plano Salarial, não subsídio.

**Termo de Compromisso**

**GOVERNO DE MINAS NÃO CUMPRIU O QUE ASSINOU**

Um ano após o fim da greve e com o compromisso não respeitado pelo Governo de Minas, a REAL FACE DA EDUCAÇÃO MINEIRA é essa:

- ✓ Governador não cumpriu o que assinou e não pagou o Plano Salarial na carreira.
- ✓ Não professores que não recebem pela reposição das aulas.
- ✓ Direitos e vantagens dos servidores congelados sem reajustamento e pagamento.
- ✓ O direito à aposentadoria não é respeitado pois os professores têm que continuar trabalhando apesar de ter direito à aposentadoria.
- ✓ A carreira está congelada até 2015.
- ✓ Os profissionais da educação não têm encargo, isto é, um real tempo de jornada e insalubridade.
- ✓ Não paga o Plano Salarial Profissional Nacional, mas subsídio fixo de remuneração regular por mês de 153 mil profissionais da educação.
- ✓ Porque professores em todo Estado através processo administrativo por terem participado da greve. Os profissionais da educação cumpriram o que foi negociado com Secretaria de Educação na reposição de aulas e mesmo assim não recebem a diferença.
- ✓ Direções de escolas foram perseguidas por apoiar a luta da categoria.
- ✓ Quer impor nova negociação de jornada do professor sem negociação com o sindicato que representa a categoria.
- ✓ Até o calendário, o governo cortou da categoria.

**Descaso + Falta de investimento = Desvalorização da Educação**

Saiba mais: [www.sindutemg.org.br](http://www.sindutemg.org.br)

**SindUTE**